Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXIX • Nº 196 | Poder Legislativo | Recife, quarta-feira, 21 de novembro de 2012

Aprovado consumo de bebida nos estádios durante a Copa

Proposta do Executivo ainda será submetida a nova análise no Plenário

O Plenário aprovou, ontem à tarde, em primeira discussão, a venda e o consumo de bebidas alcoólicas, na Arena Pernambuco, durante a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014, com os votos contrários dos deputados Maviael Cavalcanti (DEM) e de Cleiton Collins (PSC).

Embora tenha votado favoravelmente, no Grande Expediente, o deputado Daniel Coelho (PSDB) propôs um debate mais amplo sobre o tema, a fim de que a decisão não fique restrita aos dois eventos mundiais. "Se o entendimento é que a bebida é prejudicial numa partida de futebol, que seja proibida até mesmo durante a Copa", ponderou, chamando a atenção para as torcidas organizadas, "responsáveis pela grande maioria dos casos de violência envolvendo torcedores".

FOTOS: ROBERTO SOARES





ORDEM DO DIA - *Daniel Coelho, Maviael Cavalcanti e outros parlamentares emitiram diferentes opiniões sobre o tema*

Em apartes, o líder do Governo, Waldemar Borges, Ângelo Ferreira e Raimundo Pimentel, todos do PSB; Maviael Cavalcanti; André Campos (PT) e Betinho Gomes (PSDB) também se pronunciaram. "A matéria em questão tem objetivo muito claro e prazo de vigência bastante limitado", argumentou Borges. Cavalcanti declarou o voto, explicando que era "radicalmente" contrário ao consumo de álcool nos estádios.

Os torcedores, de acordo com Campos, bebem antes dos jogos e as brigas acontecem fora dos estádios. "A matéria trata de uma lei transitória. As disputas internacionais não terão a rivalidade dos times locais", enfatizou Ferreira. "O projeto é importante e define algumas regras para a realização dos eventos", argumentou Gomes. "A iniciativa trata de questões bem específicas e a discussão sobre a liberação definitiva do consumo de bebidas pode ser feita em outro momento", pontuou Pimentel.

Matéria recebeu parecer favorável na CCLJ

A comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas, nos estádios de futebol e ginásios, durante a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014, recebeu o parecer favorável e unânime da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ). O texto, de autoria do Executivo Estadual, suspende a aplicação de determinadas legislações, durante o período dos jogos, a exemplo da Lei Estadual nº 13.748, em vigor desde 2009, e que proíbe esse tipo de comércio e de consumo. A CCLJ avalia apenas a constitucionalidade do texto.

A Proposição de nº 1.196/12, tratando desse assunto, atende ao que determina a Lei Geral da Copa, aprovada pelo Congresso Nacional, e que visa cumprir os compromissos assumidos pelo Governo brasileiro junto à Federação Internacional de Futebol (Fifa). O relator foi o deputado Vinícius Labanca (PSB).

Outras legislações estaduais que deverão ser alteradas dizem respeito à meia-entrada, além da gratuidade de ingressos ou oferecimento de descontos para acesso aos eventos. O Poder Executivo ainda pode decretar feriado nos dias de realização dos jogos. "A iniciativa segue a Lei Geral da Copa", ressaltou o presidente da Comissão, deputado Raimundo Pimentel (PSB).

Durante a reunião, os deputados distribuíram 17 projetos e aprovaram outros oito. Entre os acatados, o de nº 1.197/12. A matéria, também de autoria do Governo do Estado, autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 12, 26 milhões em favor do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA). O objetivo é investir em ações emergenciais de combate à seca. O texto foi relatado pelo deputado Diogo Moraes (PSB). Pimentel apoiou a iniciativa, classificando-a como "necessária" para minimizar os prejuízos da estiagem.

Também participaram do encontro os deputados Ricardo Costa (PTC), Sílvio Costa Filho (PTB), Ângelo Ferreira (PSB), Daniel Coelho (PSDB) e os líderes da Oposição e do Governo, Antônio Moraes (PSDB) e Waldemar Borges (PSB), respectivamente.

JARBAS ARAÚJO



UNANIMIDADE - *Coordenado por Raimundo Pimentel (3º à dir.), colegiado analisou constitucionalidade do texto*

ICP Brasil assinado digitalmente por: 21/11/2012 06:01:48 88613789990351
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO
CNPJ: 10921252000107
ACT – COMPROVA.COM

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por:
Certificado ICP-Brasil - AC Certisign RFB G3: COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO N° de Série do Certificado: 304917068505349495241993403086481752 72
Hora Legal Brasileira: 21/11/2012 06:01 Autoridade de Carimbo do Tempo (ACT): Comprova.com
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe oferece o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
Art 1º - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

ROBERTO SOARES



ROBERTO SOARES



DESAFIOS E CONQUISTAS - *Isabel Cristina e Manoel Santos, ambos do PT, utilizaram a tribuna na tarde de ontem*

Acabar com o preconceito permanece um desafio

Reflexão sobre o Dia Nacional da Consciência Negra

Há nove anos, o Brasil passou a celebrar, oficialmente, 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. A Lei nº 10.639, aprovada no Governo do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT), incluiu o tema no calendário escolar, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no País. Ontem, os deputados Isabel Cristina e Manoel Santos, ambos do PT, discutiram o assunto na reunião plenária.

Isabel lembrou as ações implantadas pelo Governo Federal, na gestão do PT, para reduzir a desigualdade racial no Brasil. Ela destacou a criação da Secretaria de Política e Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) e do Estatuto da Igualdade Racial, durante o Governo Lula; e da Lei de Cotas, sancionada, recentemente, pela presidente Dilma Rousseff (PT). Esta última medida destina uma reserva de vagas nas universidades públicas para estudantes pretos, pardos e indígenas.

"Estamos cientes de que não será, do dia para a noite, que o Brasil terá de fato uma democracia racial, mas essas medidas representam um avanço para esse segmento que ainda sofre com os resquícios de mais de 300 anos de escravidão", lembrou.

Ainda segundo a petista, os jovens negros representam 70,6% das vítimas da criminalidade no Brasil. "A estatística demonstra a vulnerabilidade da juventude negra, que está submetida à extrema violência, qualificada como genocídio pela Organização das Nações Unidas (ONU)", enfatizou.

Para Santos, é fundamental reconhecer a importância da data. "Os negros foram decisivos no desenvolvimento agrícola e urbano. Entretanto, em pleno século XXI, grande parte não tem acesso à terra produtiva e apenas uma minoria está nos espaços políticos", ressaltou.

Paternidade

Campanha beneficia homens de todo Estado

ROBERTO SOARES



DIREITO - *Mary Gouveia*

A Campanha *Seja Herói do Seu Filho 2012*, de iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, chegou, ontem, às ruas. Na Casa Joaquim Nabuco, a deputada Mary Gouveia (PSD) comentou a iniciativa, que conta com o apoio do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, além de prefeituras, universidades, escolas e ONGs.

"O movimento tem como finalidade divulgar o reconhecimento da paternidade gratuitamente", explicou a parlamentar, que é presidente da Comissão de Defesa da Mulher. A ação, atenderá aos interessados, até a próxima sexta-feira (23), no Fórum Rodolfo Aureliano, localizado no Recife. "Os Fóruns de Olinda, Caruaru, Garanhuns, Petrolina, estabelecimentos prisionais e o Núcleo da Defensoria Pública de Jaboatão dos Guararapes também participam", acrescentou.

Os interessados poderão regularizar a questão sem o deslocamento para outras cidades. "É necessário apenas o comparecimento a algum dos postos de atendimento, portando a Certidão de Nascimento e/ou Carteira de Identidade do filho, além de documentos originais de identificação própria e da genitora", informou.

Para facilitar a divulgação do assunto, Mary Gouveia elaborou o Projeto de Lei Ordinária nº 1.101/2012. A matéria dispõe sobre a afixação de cartazes, nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, informando sobre a gratuidade do reconhecimento tardio de paternidade. "Essa notícia precisa ser divulgada para que se restaure o direito de ser filho, e o privilégio de ser pai", frisou.

Telefonia móvel

Promoção da *TIM* questionada em Plenário

Tema que motivou a criação de uma Comissão Especial e, posteriormente, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Alepe, os serviços prestados pelas operadoras de telefonia móvel ainda norteiam reclamações. Ontem à tarde, o deputado Rodrigo Novaes (PSD) mostrou indignação quando relatou a promoção feita pela empresa *TIM*, oferecendo chamadas locais ilimitadas por R$ 0,50 centavos ao dia.

ROBERTO SOARES



CRÍTICAS - *Novaes citou reclamações dos usuários*

"Tendo em vista o péssimo serviço ofertado, a Anatel (Agência Nacional de Telefonia), em um lampejo de bom senso, determinou a suspensão da promoção. Hoje (ontem), porém, posicionou-se favorável à liberação da oferta em alguns Estados. A propaganda enganosa vai inchar o sistema de usuários ainda mais", alertou. Para evitar que a qualidade do serviço prestado "piore", o parlamentar fez uma solicitação. "Registro meu apelo à inoperante e submissa Anatel, bem como ao Governo do Estado e ao Ministério Público (MPPE), para que a proposta da empresa não vigore em Pernambuco. Sou favorável a toda promoção, quero tarifas cada vez menores, mas, em primeiro lugar, está o respeito ao consumidor", acrescentou.

Segundo Novaes, a Casa Joaquim Nabuco cumpriu o dever de encaminhar às autoridades, no relatório final da CPI, sugestões de providências a serem tomadas. "Entretanto, o serviço continua péssimo. Em Petrolândia, cidade importante, com comércio desenvolvido e potencial turístico, a população não consegue usar o celular. Antes de vir à tribuna, pude informar que trataria desse tema e recebi manifestações de vários lugares, a exemplo de Mirandiba, São José do Belmonte, Belém do São Francisco e Floresta", relatou.

Título de Cidadão

JOÃO BITA



Natural de Itu, interior de São Paulo, o procurador Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo recebeu, ontem, na Casa Joaquim Nabuco, o Título de Cidadão de Pernambuco. A solenidade proposta pelo deputado Zé Maurício (PP), foi presidida pelo deputado Rodrigo Novaes (PSD). "Atual procurador-chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em Brasília; ele chegou ao Recife ainda criança, com os pais, e construiu sua carreira. Herdou da família o gosto pelo Direito. É neto e filho de juristas", destacou Novaes. Aprovado em concurso para procurador federal, ingressou no Cade e foi indicado pelo ex-presidente Lula para a Procuradoria Geral. Depois de um biênio, foi reconduzido ao cargo pela presidente Dilma Rousseff. "Gilvandro representa a essência do pernambucano e leva o nome do Estado por onde passa", salientou Zé Maurício. O homenageado recebeu uma estatua de barro em referência ao centenário de Luiz Gonzaga e agradeceu: "É uma honra. Toda a minha história está ligada a Pernambuco. Com o título, torno-me um cidadão completo".

Ordem do Dia

Centésima Trigésima Terceira Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sétima Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2012, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 3344/2012
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 925/2012, de autoria do Deputado Sérgio Leite que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de advertência quanto aos malefícios do consumo de bebidas alcoólicas e do uso de drogas, na forma de informação impressa, nos livros didáticos distribuídos nas Unidades Escolares do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/11/2012

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 3345/2012
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1036/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa que denomina Viaduto Senador Nivaldo Machado, o equipamento viário construído no Bairro dos Bultrins, Município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/11/2012

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 3346/2012
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1057/2012, de autoria do Deputado Augusto César que denomina de Rodovia Dr. Natalício Soares, a VPE-315, artéria vicinal que liga a BR-232 ao Distrito de Caroalina, no Município de Sertânia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/11/2012

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 3347/2012
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1159/2012, de autoria do Poder Executivo que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/11/2012

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 3348/2012
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1163/2012, de autoria do Poder Executivo que autoriza a supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/11/2012

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 3349/2012
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1164/2012, de autoria do Poder Executivo que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, no valor de um milhão, seiscentos e nove mil, setecentos e cinquenta e oito reais, em favor da Empresa de Turismo de Pernambuco S/A – EMPETUR, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/11/2012

Primeira Discussão do Projeto de Lei Complementar n° 1174/2012
Autor: Poder Executivo

Fixa novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica, e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª Comissão

Depende de Pareceres das 2ª e 3ª Comissões.

Votação Nominal

Quorum para aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/11/2012

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária n° 1196/2012
Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e a Copa do Mundo FIFA de 2014.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª 3ª e 6ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/11/2012

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária n° 1160/2012
Autor: Poder Executivo

Modifica a Lei nº 12.504, de 16 de dezembro de 2003, e alteração, que dispõe sobre o Conselho Tutelar do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Votação Nominal

Quorum para aprovação: Maioria Simples

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2012

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária n° 1166/2012
Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, e dá outras providências.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/11/2012

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária n° 1197/2012
Autor: Poder Executivo

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, no valor de doze milhões, duzentos e sessenta e oito mil reais, em favor do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA e dá outras providências.

Regime de Urgência

Parecer Favorável das 1ª Comissões

Depende de Pareceres das 2ª, 3ª e 8ª Comissões

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2012

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária n° 1039/2012
Autor: Deputado Henrique Queiroz

Denomina Viaduto Prefeito Augusto Lucena, o equipamento viário que integra o Corredor Leste – Oeste, entre a Rua Dra. Nina Rodrigues e o Hospital Barão de Lucena, que interligará os Bairros da Iputinga e Engenho do Meio/Bom Pastor, Zona Oeste do Município do Recife.

Com Emenda Modificativa nº 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/08/2012

Primeira Discussão ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária n° 1086/2012
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Deputado Ricardo Costa

Institui no calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, o "Dia Estadual dos Doutores da Alegria".

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/10/2012

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária n° 1165/2012
Autor: Poder Executivo

Modifica a Lei nº 14.721, de 4 de julho de 2012, que institui sistemática de tributação referente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS para operações realizadas por estabelecimento comercial atacadista de produtos alimentícios, de limpeza, de higiene pessoal, de artigos de escritório e papelaria e de bebidas.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/11/2012

Discussão Única da Indicação n° 5337/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária da Criança e Juventude no sentido de incluir nas metas do projeto: ***Promoção e Desenvolvimento da Criança e Juventude***, o município de Barreiros, contemplando-o com a melhoria da infraestrutura das creches estaduais e a construção de mais uma delas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2012

Discussão Única da Indicação n° 5338/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária da Criança e Juventude no sentido de incluir nas metas do projeto: ***Promoção e Desenvolvimento da Criança e Juventude***, o município de Belém de São Francisco, contemplando-o com a melhoria da infraestrutura das creches estaduais e a construção de mais uma delas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2012

Discussão Única da Indicação n° 5339/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária da Criança e Juventude no sentido de incluir nas metas do projeto: ***Promoção e Desenvolvimento da Criança e Juventude***, o município de Belém de Maria, contemplando-o com a melhoria da infraestrutura das creches estaduais e a construção de mais uma delas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2012

Discussão Única da Indicação n° 5340/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária da Criança e Juventude no sentido de incluir nas metas do projeto: ***Promoção e Desenvolvimento da Criança e Juventude***, o município de Barra de Guabiraba, contemplando-o com a melhoria da infraestrutura das creches estaduais e a construção de mais uma delas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2012

Discussão Única da Indicação n° 5341/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária da Criança e Juventude no sentido de incluir nas metas do projeto: ***Promoção e Desenvolvimento da Criança e Juventude***, o município de Belo Jardim, contemplando-o com a melhoria da infraestrutura das creches estaduais e a construção de mais uma delas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2012

Discussão Única do Requerimento n° 1692/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Congratulações pela passagem do Dia da Bandeira, comemorado em 19 de novembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2012

Discussão Única do Requerimento n° 1693/2012
Autora: Dep. Teresa Leitão

Voto de Aplausos ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em Pernambuco, através do Superintendente, o Sr. Frederico Faria Neves Almeida, pela reabertura do Forte Orange no dia 19 de Novembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2012

Discussão Única do Requerimento n° 1694/2012
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos à Fundação Hemope pela passagem dos seus 35 anos contribuindo com a vida da sociedade pernambucana e pela semana nacional do doador, que acontece de 19 a 24 de novembro, em todo País.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2012

Discussão Única do Requerimento n° 1695/2012
Autor: Dep. Rodrigo Novaes

Voto de Aplausos ao Presidente Nacional do Partido Social Democrático - PSD, Prefeito da cidade de São Paulo Gilberto Kassab, que foi homenageado na terça feira dia 13 de novembro do corrente com o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, concedido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, em Brasília.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2012

Discussão Única do Requerimento n° 1696/2012
Autor: Dep. Tony Gel

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa o artigo: ***Federalismo. Que federalismo?***, de autoria do consultor de empresas Gustavo Krause, publicado no Jornal do Commercio, seção Opinião, em 13 de novembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2012

Discussão Única do Requerimento n° 1697/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Ricardo Dourado da Fonte, ocorrido dia 18 de novembro do corrente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2012

Discussão Única do Requerimento n° 1698/2012
Autor: Dep. Claudiano Martins Filho

Solicita que seja transcrito nos anais desta Casa as matérias sobre a seca, escrita na coluna do Blog de Magno Martins.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2012

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Marcantônio Dourado; **2º Vice-Presidente**, Deputado Edson Vieira; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Sérgio Leite; **3º Secretário**, Deputado Henrique Queiroz; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Assistente Legislativa** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativo** - José Lourenço de Sobral Neto; **Superintendente de Recursos Humanos** - Sérgio Maurício Coutinho Côrrea de Oliveira; **Superintendente de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente de Modernização Institucional e Tecnológica** - Braulio José de Lira C. Torres; **Assistente de Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Assistente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Assistente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Assistente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Assistente Educacional** - Jurandir Bezerra Lins; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Assistente de Comunicação Social** - Paula Barbosa Imperiano; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Marconi Glauco; **Editora** - Andréa Tavares; **Subeditora** -Margot Dourado; **Redatores** - Antônio Azevedo, Cláudia Lucena, Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovítera (Edição de Fotografia), Lucas Neves, João Bita, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres**: Carolina Flores, Fellipe Marques, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidézio Ramos; **Estagiários:** Aline Duarte, Bianca Rocha, Carol Pugliesi, Gabriela Santos, Jéssica Maciel, Manoel Barbosa; **Chefe do Departamento de TV**, Antônio Magalhães; **Gerente de Produção de TV**, Natália Câmara; **Reportagem**: Ana Cláudia Braga, Fellipe Marques, Mônica Alcântara, Mara Amorim; **Produção**: Anne Nunes, Solange Mendonça e Kiki Marinho; **Apresentação**: Mônica Alcântara, Mara Amorim. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso E-mail:** *dcomunic@alepe.pe.gov.br.*

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br*

Atas

ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS..

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHÔA

AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2012 (DOIS MIL E DOZE), ÀS 14 (CATORZE) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, BOTAFOGO FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, DIOGO MORAES, EDSON VIEIRA, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, GUILHERME UCHÔA, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, JULIO CAVALCANTI, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RODRIGO NOVAES, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, AGLAILSON JÚNIOR, CLAUDIANO MARTINS FILHO, ISABEL CRISTINA, IZAÍAS RÉGIS, LUCIANO SIQUEIRA, MANOEL SANTOS, ODACY AMORIM, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ E ZÉ MAURÍCIO, ENCONTRANDO-SE LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA, CARLOS SANTANA (ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 1147/2012, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012), FRANCISMAR PONTES (ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 1146/2012, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012), ISALTINO NASCIMENTO, LAURA GOMES E RAQUEL LYRA, CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, DECLARA ABERTA A REUNIÃO, CONVIDA A OCUPAREM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E ERIBERTO MEDEIROS, RESPECTIVAMENTE, DETERMINA A ESTE QUE PROCEDA À LEITURA DA ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA QUATORZE DO CORRENTE, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE A SUBMETE À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADA, É ENVIADA À PUBLICAÇÃO, E AO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA À LEITURA DO EXPEDIENTE, NO QUAL CONSTAM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1195/2012 A 1197/2012, ORIUNDO DO PODER EXECUTIVO, APÓS A QUAL É ENVIADO À PUBLICAÇÃO, ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO RODRIGO NOVAES RECLAMA PROVIDÊNCIAS PARA FALTA DE ENERGIA EM FLORESTA, QUE VEM CAUSANDO PREJUÍZOS PELAS FREQUENTES QUEDAS DE ENERGIA NA REGIÃO. FINALIZOU SOLICITANDO INFORMAÇÕES À CELPE, O QUAL FOI INFORMADO QUE O MOTIVO FORAM AS CHUVAS RECENTES. O DEPUTADO ADALTO SANTOS DIVULGA ESTUDO REALIZADO PELA UFPE APONTANDO O ÁLCOOL COMO O PRINCIPAL MOTIVO DE ATENDIMENTO NOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, LAMENTANDO A CONCLUSÃO DO ESTUDO E DEFENDEU A PRÁTICA DE ESPORTES, A EDUCAÇÃO E O FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES FAMILIARES, PARA EVITAR A DEPENDÊNCIA DA SUBSTÂNCIA. O DEPUTADO ANTÔNIO MORAES PARABENIZA A UNICORDEL, UNIÃO DOS CORDELISTAS DE PERNAMBUCO, FORMADA POR 87 ARTISTAS, QUE ENRIQUECE A CULTURA PERNAMBUCANA, PELA PASSAGEM DO DIA DO CORDELISTA. PARABENIZA O JOVEM POETA FELIPE JÚNIOR, PRESIDENTE DA UNICORDEL, NATURAL DO PAJEÚ. A DEPUTADA TERESA LEITÃO, ÚLTIMA ORADORA INSCRITA NO PEQUENO EXPEDIENTE, DESTACA REABERTURA DO FORTE ORANGE, QUE APÓS DEZ MESES DE REFORMA, FOI NOVAMENTE ABERTO AO PÚBLICO. RESSALTA QUE O ESPAÇO CULTURAL FORTALECE O TURISMO NO LITORAL NORTE DO ESTADO, QUE TERÁ MONITORES E PLACAS INDICATIVAS RELATANDO A HISTÓRIA DO FORTE. FINALIZA APRESENTANDO VOTO DE APLAUSOS AO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN EM PERNAMBUCO, PELA REABERTURA DO FORTE ORANGE, QUE CONTINUA SENDO UM SÍMBOLO DO PERÍODO HOLANDÊS NO PAÍS. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO BETINHO GOMES, ÚNICO ORADOR INSCRITO NO GRANDE EXPEDIENTE SOLICITA A REESTRUTURAÇÃO DA FUNASE DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, RESSALTANDO QUE NOVAS REBELIÕES E MAIS MORTES PRECISAM SER EVITADAS E QUE O GOVERNO DO ESTADO PRECISA ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO URGENTE PARA A FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, FUNASE, DO CABO DE SANTO AGOSTINHO. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA. SÃO APROVADOS EM VOTAÇÃO EM PRIMEIRO TURNO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1159/2012, CONTRA O VOTO DO DEPUTADO DANIEL COELHO; 1163/2012; 1164/2012 E 1030/2012. SÃO APROVADOS EM VOTAÇÃO EM SEGUNDO TURNO OS SUBSTITUTIVOS Nº 01 AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 493/2011, JUNTAMENTE COM SUBEMENDA Nº 01; 989/2012 E 456/2011; E AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1014/2012, JUNTAMENTE COM EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 E 1023/2012; 1034/2012, JUNTAMENTE COM EMENDA MODIFICATIVA Nº 01. SÃO APROVADOS EM VOTAÇÃO EM ÚNICO TURNO AS INDICAÇÕES NºS 5286/2012 A 5290/2012 E OS REQUERIMENTOS NºS 1676/2012 A 1684/2012. ABERTA A DISCUSSÃO EM PLENÁRIO DO SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE Nº 639/2011 E NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, O SENHOR PRESIDENTE A ENCERRA. EM SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE INFORMA AO PLENÁRIO QUE A VOTAÇÃO OBEDECERÁ AO PROCESSO NOMINAL. ASSUMEM A PRIMEIRA-SECRETARIA E A SEGUNDA-SECRETARIA OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E SÉRGIO LEITE, RESPECTIVAMENTE. LOGO APÓS, O SENHOR PRESIDENTE DETERMINA AO PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA A CHAMADA NOMINAL DOS SENHORES PARLAMENTARES PARA VOTAÇÃO. ISTO FEITO VOTAM SIM OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, BOTAFOGO FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, DIOGO MORAES, EDSON VIEIRA, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO

FERNANDO COUTINHO, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, JULIO CAVALCANTI, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RODRIGO NOVAES, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES (35). DEIXARAM DE VOTAR OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, AGLAILSON JÚNIOR, CARLOS SANTANA, CLAUDIANO MARTINS FILHO, FRANCISMAR PONTES, ISABEL CRISTINA, IZAÍAS RÉGIS, LUCIANO SIQUEIRA, MANOEL SANTOS, ODACY AMORIM, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ E ZÉ MAURÍCIO, POR ESTAREM AUSENTES DO PLENÁRIO E O DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, PRESIDENTE DESTE PODER, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ART. 65, INCISO IV, ALÍNEA C, DO REGIMENTO INTERNO (14). SENDO, POR CONSEGUINTE, APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 639/2011. É APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1157/2012. É APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1084/2012. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES NºS 5291/2012 A 5304/2012 E O REQUERIMENTO Nº 1685/2012 A 1688/2012. O SENHOR PRESIDENTE DESPACHA À PUBLICAÇÃO AS INDICAÇÕES NºS 5337/2012 A 5341/2012, E OS REQUERIMENTOS NºS 1691/2012 A 1698/2012 E ENCAMINHA ÀS PRIMEIRA, TERCEIRA, QUINTA E DÉCIMA QUARTA COMISSÕES O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1198/2012, APRESENTADOS NESTA REUNIÃO, ENVIANDO A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO DIA DE AMANHÃ TODAS ESTAS PROPOSIÇÕES. O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER SOLENE, PARA LOGO MAIS ÀS DEZOITO HORAS E QUARENTA MINUTOS, PARA HOMENAGEAR A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, DOUTORA MARTA MARIA DE BRITO ALVES FREIRE.

ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO SOLENE DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 18:40 HORAS..

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHÔA

AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2012 (DOIS MIL E DOZE), ÀS 18 (DEZOITO) HORAS E 40 (QUARENTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, BOTAFOGO FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, DIOGO MORAES, EDSON VIEIRA, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, GUILHERME UCHÔA, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, JULIO CAVALCANTI, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, AGLAILSON JÚNIOR, CLAUDIANO MARTINS FILHO, ISABEL CRISTINA, IZAÍAS RÉGIS, LUCIANO SIQUEIRA, MANOEL SANTOS, ODACY AMORIM, RILDO BRAZ E ZÉ MAURÍCIO, ENCONTRANDO-SE LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA, CARLOS SANTANA (ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 1147/2012, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012), FRANCISMAR PONTES (ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 1146/2012, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012), ISALTINO NASCIMENTO, LAURA GOMES E RAQUEL LYRA. CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS HILDEBRANDO MARQUES PESSOA DÁ INÍCIO À SOLENIDADE DE HOMENAGEM À SENHORA MARTA FREIRE, DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PELO EXCELENTE SERVIÇO PRESTADO AO ESTADO, DE ACORDO COM O REQUERIMENTO Nº 1620/2012, DE AUTORIA DO DEPUTADO SILVIO COSTA FILHO, CONVIDA A COMPOR A MESA DOS TRABALHOS OS SENHORES DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, PRESIDENTE DESTE PODER; JOVALDO NUNES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO; DESEMBARGADOR FERNANDO EDUARDO FERREIRA, VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO E FÁTIMA QUINTAS, PRESIDENTE DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, CONVIDA OS DEPUTADOS WALDEMAR BORGES, ALUISIO LESSA, ANTÔNIO MORAES, ANDRÉ CAMPOS E SILVIO COSTA FILHO A CONDUZEM O SENHOR JOÃO LYRA NETO, GOVERNADOR DO ESTADO EM EXERCÍCIO, À MESA DOS TRABALHOS, CONVIDA O DEPUTADO SILVIO COSTA FILHO A CONDUZIR A SENHORA MARTA MARIA DE BRITO ALVES FREIRE A MESA DOS TRABALHOS, PASSA A PALAVRA AO SENHOR PRESIDENTE, QUE DECLARA ABERTA A REUNIÃO. OUVE-SE O HINO NACIONAL BRASILEIRO. O SENHOR PRESIDENTE PARABENIZA A HOMENAGEADA PELO TRABALHO À FRENTE DA DEFENSORIA PÚBLICA, NO COMANDO DE UM QUADRO DE ADVOGADOS QUE ATUA NA DEFESA DAS DEMANDAS DA COMUNIDADE CARENTE DE PERNAMBUCO. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO SILVIO COSTA FILHO, QUE DESTACA QUE A HOMENAGEADA REPRESENTA UM NOVO MODELO DE ADMINISTRAÇÃO, BUSCANDO A TRANSPARÊNCIA E A PUBLICIDADE DOS ATOS E CRIANDO METAS, DE MODO INOVADOR, LEVANDO A DEFENSORIA PÚBLICA PERNAMBUCANA AO RECONHECIMENTO NACIONAL. O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA O DEPUTADO SILVIO COSTA FILHO A ENTREGAR PLACA COMEMORATIVA ALUSIVA AO EVENTO À SENHORA MARTA FREIRE, DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS CONVIDA A TODOS A OUVIREM A APRESENTAÇÃO DO VIOLINISTA E COMPOSITOR CLAUDIO ALMEIDA, INTERPRETANDO, DE AUTORIA DE CAPIBA, A MÚSICA "MADEIRA QUE CUPIM NÃO RÓI". O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA SENHORA MARTA FREIRE, DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, AGRADECEU A HOMENAGEM, RESSALTANDO HISTÓRIA DE LUTA COMO DEFENSORA PÚBLICA. O SENHOR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS REGISTRA O RECEBIMENTO DE TELEGRAMAS LAMENTANDO A IMPOSSIBILIDADE DE COMPARECIMENTO NESTA REUNIÃO DOS SENHORES EDUARDO CAMPOS, GOVERNADOR DO ESTADO; JOÃO DA COSTA, PREFEITO DO RECIFE; MILTON COELHO, VICE-PREFEITO DO RECIFE; MARCOS LORETO, CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E AS PRESENÇAS DOS SENHORES SILAS COSTA E SILVA, CERIMONISLISTA; MÁRCIO ALVES, ADVOGADO E EX-PROCURADOR DESTA CASA; AUXILIADORA PAES MENDONÇA, EMPRESÁRIA; FÁTIMA MEIRA, SUB-DEFENSORA GERAL DO ESTADO; GILSON MACHADO, EX-DEPUTADO; FERNANDA DE PAULA, JUIZ DE DIREITO DO 13º JUIZADO CIVIL DA CAPITAL; DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS; INTEGRANTES DO PROJETO AMIGOS DA COMUNIDADE PARCEIROS DA DEFENSORIA; PADRE EDVALDO, PARÓQUIA DE CASA FORTE; JÔ MAZAROLO, DIRETORA DE JORNALISMO DA GLOBO; PAULO PUGLIESI, DIRETOR DA FOLHA DE PERNAMBUCO; DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO; RONAM DRUMOND, DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA REDE GLOBO NORDESTE; EMANUEL PLÁCIDO, VICE-PRESIDENTE DO CENTRO DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DE PERNAMBUCO; CARMEM PEIXOTO, DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO GRUPO JCPM; GERALDA FARIAS, EMPRESÁRIA E EX-PRESIDENTE DA CRUZADA DE AÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO; FERNANDO ARAÚJO, PROCURADOR FEDERAL; PAULO PEREZ, DIRETOR SHINERAY DO BRASIL; LEILA QUEIROZ, ESPOSA DO GOVERNADOR EM EXERCÍCIO JOÃO LYRA NETO; LUANA SILVA MELO, DEFENSORA PÚBLICA; MARCONI DOURADO, CORREGEDOR GERAL; SÔNIA FREIRE PIMENTEL, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO GILBERTO FREIRE; DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA; DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNA,BUÇO; TADEU ALENCAR, SECRETÁRIO DA CASA CIVIL DE PERNAMBUCO; PROCURADOR GILVANDRO VASCONCELOS COELHO, PROCURADOR GERAL DO CADÊ; GERALDA FARIAS, EMPRESÁRIA; HUMBERTO INOJOSA, JUIZ DE DIREITO; DESEMBARGADOR FAUSTO FREITAS; PROCURADOR FERNANDO ARAÚJO; MARGOT MONTEIRO, DIRETORA DOS MUSEUS DO ESTADO E O EMPRESÁRIO RICARDO BRENAND, CONVIDA OS PRESENTES A OUVIREM O HINO DE PERNAMBUCO, PASSA A PALAVRA AO SENHOR PRESIDENTE, O QUAL AGRADECE PELAS PRESENÇAS, ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, NO HORÁRIO REGIMENTAL.

Expediente

CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 3323 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO opinando favorável ao substitutivo nº 01 da Comissão de Justiça ao Projeto de Lei nº 1146.
A Imprimir.

PARECER Nº 3324 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 639.
A Imprimir.

PARECER Nº 3325 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 456.
A Imprimir.

PARECER Nº 3326 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 493.
A Imprimir.

PARECER Nº 3327 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 989.
A Imprimir.

PARECER Nº 3328 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Projeto de Lei nº 1014 com sua respectiva emenda .
A Imprimir.

PARECER Nº 3330 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Projeto de Lei nº 1034 com sua respectiva emenda.
A Imprimir.

PARECERES NºS 3329 E 3331 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos de Lei nºs 1023 e 1157.
A Imprimir.

PARECERES NºS 3332 E 3335 A 3339 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável aos Projetos de Lei nºs 1155, 1179, 1181, 1183, 1196 e 1197.
A Imprimir.

PARECER Nº 3333 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 1174.
A Imprimir.

PARECER Nº 3334 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável ao Projeto de Resolução nº 1177.
A Imprimir.

PARECER Nº 3340 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Projeto de Lei nº 1196.
A Imprimir.

PARECER Nº 3341 - DA COMISSÃO DE ESPORTE E LAZER opinando favorável ao Projeto de Lei nº 1196.
A Imprimir.

PARECER Nº 3342 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável ao Projeto de Lei nº 1196.
A Imprimir.

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES solicitando dispensa da presença na Reunião Plenária do dia 20 de novembro de 2012.
À Publicação.

Ofício

Ofício/CFOT nº 56/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Exmo. Sr. Presidente,

Considerando o elevado número de emendas apresentadas à Lei Orçamentária Anual 2013 – 7.454 (Sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis) emendas válidas, e o aumento da complexidade do processo de análise das mesmas, decorrente da municipalização das sub-ações orçamentárias, informo que esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação está alterando o cronograma de tramitação dos Projetos de Lei da LOA 2013 e Revisão do PPA 2012-2015 que passa a vigorar da forma abaixo relacionada, sem prejuízo da data de encerramento anteriormente fixada.

Reunião para apreciação dos pareceres parciais, parecer geral e parecer de redação final 28/11/2012

Atenciosamente,

Deputado **CLODOALDO MAGALHÃES**
Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação

Exmo. Sr.
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.
Nesta

Solicitação de Dispensa

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE PRESENÇA EM REUNIÃO PLENÁRIA

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

O Deputado **ANTÔNIO MORAES** com assento nesta Assembleia Legislativa, solicita, nos termos do inciso art. 30, do Regimento Interno, dispensa da presença na(s) reunião(es) do(s) dia(s) 20 de novembro de 2012, pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a Fernando de Noronha – PE.

Recife, 20 de novembro de 2012.

Antônio Moraes
Deputado

DESPACHO:
Deferido

Ao expediente, em 20/11/2012

Marcantônio Dourado
1º Vice-Presidente

Enviado à Publicação de acordo com o inciso IX, art. 64 do Regimento Interno.

Mensagens

MENSAGEM Nº 147/2012

Recife, 20 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei Complementar, que dispõe sobre o Fundo para Fomento a Programas Especiais de Pernambuco - FUPES-PE, e dá outras providências.

Pernambuco vive o melhor momento de seus últimos 50 anos em volume de novos investimentos públicos e privados. Com numerosos projetos de infraestrutura, a chegada de empreendimentos estruturadores e de empreendimentos privados, a realização da Copa do Mundo de 2014, entre tantas outras iniciativas. É certo que registraremos, nesta próxima década, forte dinamismo e expressivas taxas de crescimento da economia estadual.

No entanto, este cenário econômico, se por um lado é altamente promissor, por outro pode ser criticamente excludente e desequilibrado para alguns segmentos produtivos e para algumas regiões do Estado.

Assim, é preocupação deste Governo, viabilizar mecanismos para que a micro e pequena indústria, o comércio, os fornecedores de bens e serviços e os produtores rurais tenham maior presença nos espaços que se abrem nas diversas cadeias produtivas. Isto, por meio do acesso ao crédito, qualificação profissional, capacitação, modernização tecnológica dos empreendimentos e do incentivo à formação de parcerias e *joint ventures* com empresas detentoras de tecnologia e de qualificação técnica.

Com essa finalidade foi inaugurada em agosto de 2011 a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S.A-AGEFEPE, instituição financeira estadual, que herda posição outrora designada ao extinto Banco do Estado de Pernambuco S.A-BANDEPE. Suas atividades são norteadas pelas políticas públicas direcionadas para agir de forma inovadora em favor da atividade empresarial do Estado, por meio da concessão planejada de crédito e financiamentos e da implementação de operações que atendam às prioridades estabelecidas no Plano de Governo.

O FUPES- PE, anteriormente gerido pelo BANDEPE, configura-se como importante mecanismo para a AGEFEPE desenvolver suas ações de inclusão econômica e social e como importante instrumento de reduzir as desigualdades econômicas e sociais que ainda persistem no território estadual.

A reativação do FUPES-PE contribuirá para consolidar a política de democratização do acesso ao crédito, que vem sendo construída de forma associada e complementar a outras políticas de desenvolvimento e que dará condições à AGEFEPE de destinar ao micro e pequeno empreendedor, créditos diferenciados dos usualmente praticados pelas instituições financeiras, em ações sintonizadas com as reais necessidades do Estado.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa ilustre Casa na apreciação da matéria que ora submeto para Vossa consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o artigo 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Complementar N° 1209/2012

Ementa: Dispõe sobre o Fundo para Fomento a Programas Especiais de Pernambuco – FUPES-PE, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

CAPÍTULO I
Das Finalidades e Diretrizes Gerais

Art. 1° O Fundo para Fomento a Programas Especiais de Pernambuco – FUPES-PE, de natureza orçamentária, tem por objetivo fornecer suporte financeiro à execução de programas prioritários do Estado e será vinculado à Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo, sob a forma de unidade orçamentária integrante da Administração Indireta.

Art. 2° O FUPES-PE, na consecução dos seus objetivos, destinará seus recursos à realização de operações-programa e à concessão de financiamentos definidos pelo Conselho Diretor, com vistas a incrementar a produção e a comercialização de produtos e serviços prioritários ao desenvolvimento do Estado.

Parágrafo único. Os recursos do FUPES-PE poderão, ainda, ser utilizados para a equalização das taxas de juros incidentes nas operações de financiamento contratadas pelos beneficiários junto a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S.A. – AGEFEPE .

Art. 3° Serão observadas as seguintes diretrizes na formulação de operações-programa e de financiamentos do FUPES-PE:

I - ação preferencialmente integrada com as instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como os serviços sociais autônomos integrantes do "Sistema S" e as organizações particulares com as quais o Estado mantenha parcerias;

II - adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos, com a aprovação prévia do Conselho Diretor do FUPES-PE;

III - prestação de contas anual das aplicações dos recursos;

IV - uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades em relação às operações-programa e de crédito por cliente e por setor da atividade econômica, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;

V - apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades de renda no Estado;

VI - proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;

VII - programação anual das receitas e despesas com nível de detalhamento que dê transparência à gestão do Fundo e favoreça a participação dos membros do Conselho Diretor do FUPES-PE; e

VIII - divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento ou participação nas operações-programa.

CAPÍTULO II
DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 4° Poderão ser beneficiários dos recursos do FUPES-PE os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além de cooperativas de produção e empreendimentos considerados prioritários para a economia em decisão do Conselho Diretor, desde que respeitem, a todo tempo, a legislação ambiental, sanitária, bem como jamais tenham se utilizado de trabalho infantil, escravo ou degradante.

Art. 5° O FUPES-PE poderá realizar operações-programa ou financiar empreendimentos comerciais e de serviços até o limite de 20% (vinte por cento) dos seus recursos previstos, em cada ano.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS E APLICAÇÕES

Art. 6° Constituem fontes de recursos do FUPES-PE:

I – receitas provenientes de aplicação, no mercado financeiro, de disponibilidade do Tesouro Estadual, nos limites consignados na Lei

Orçamentária Anual e em créditos adicionais;

II – receitas decorrentes da aplicação dos seus recursos, inclusive no mercado financeiro;

III – recursos de natureza orçamentária e extraorçamentária que lhes forem destinados pela União, Estado e Municípios;

IV – retornos decorrentes das aplicações em operações-programa e os relativos ao principal e aos encargos de financiamentos concedidos com seus recursos;

V – contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; e

VI – outras que lhes forem destinadas ou arrecadadas.

Art. 7° O FUPES-PE será gerido pela AGEFEPE, para que esta, em nome próprio e com risco assumido exclusivamente pelo FUPES-PE, realize as operações-programa e de crédito autorizadas por esta Lei.

CAPÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º O FUPES-PE será administrado pelo Conselho Diretor, integrado pelos seguintes membros:

I - Secretário de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo;

II - Secretário da Fazenda;

III - Secretário de Planejamento e Gestão;

IV - Secretário de Desenvolvimento Econômico; e

V - Diretor-Presidente da AGEFEPE.

Parágrafo único. O Conselho Diretor do FUPES-PE será presidido pelo Secretário de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo, que exercerá o voto de qualidade, no caso da necessidade de desempate.

Art. 9º Cabe ao Conselho Diretor:

I - estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades, operações-programa e programas de financiamento do FUPES-PE, de forma a compatibilizá-los com as orientações da política macroeconômica e de desenvolvimento do Estado;

II - aprovar, anualmente, as operações-programa e os programas de financiamento do FUPES-PE para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos das operações-programa e de financiamento por mutuário; e

III - definir os limites, máximo e mínimo, dos juros das operações de crédito.

Parágrafo único. Até 15 de maio de cada ano, a AGEFEPE encaminhará à apreciação do Conselho Diretor a proposta de aplicação dos recursos relativa às operações-programa e aos programas de financiamento para o exercício seguinte, a fim de ser integrada ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, conforme ditames constitucionais e legais sobre a matéria.

Art. 10 Para cumprimento das funções de órgão gestor do FUPES-PE, a AGEFEPE atuará como seu mandatário e terá as seguintes atribuições:

I - aplicar os recursos e implementar a política de operações-programa e de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados nos instrumentos de planejamento do Estado;

II – cumprir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade de fomento, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes das operações-programa e dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Diretor e em observância à Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Conselho Diretor; e

IV - exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive a renegociação de dívidas.

Art. 11. O FUPES-PE terá contabilidade própria, registrando todos os atos e fatos a ele referentes, utilizando, para tal, o sistema contábil em uso pelo Estado, o qual registrará todos os atos e fatos da gestão financeira, patrimonial e orçamentária dos seus recursos de forma sintética, cabendo à Secretaria Executiva do Tesouro Estadual, da Secretaria da Fazenda, emitir normas técnicas adicionais disciplinando esses registros para adequá-los à Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio 2000.

Parágrafo único. Sobre os atos e fatos a que se refere o *caput,* a AGEFEPE manterá controles analíticos, em sistema próprio, para acompanhamento e gestão dos processos correspondentes.

Art. 12. A AGEFEPE, apresentará, semestralmente, à Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo e ao Conselho Diretor do FUPES-PE, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas pelo Fundo e os resultados obtidos, bem como aos órgãos oficiais de controle indicados por lei.

Art. 13. A AGEFEPE, pela prestação de serviços na operacionalização do FUPES-PE, fará jus ao recebimento de uma taxa de administração, a ser fixada pelo Conselho Diretor.

Parágrafo único. As despesas com a taxa de administração de que trata o *caput,* bem como aquelas referentes à operacionalização do FUPES-PE serão pagas com os seus próprios recursos.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. Dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Lei, a AGEFEPE apresentará ao Conselho Diretor as propostas de operações-programa e de programas de financiamento de que trata o parágrafo único do art. 9º, as quais deverão ser aprovadas até 60 (sessenta) dias após o respectivo recebimento.

Art. 15. O Poder Executivo encaminhará projeto de lei específica à Assembleia Legislativa para inclusão do FUPES-PE no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária do Estado.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª , 8ª e 12ª Comissões.

MENSAGEM Nº 148/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a criação do cargo público de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE, do Quadro Próprio de Pessoal Permanente da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, fixa sua remuneração, e dá outras providências.

A presente proposição dá continuidade ao processo de reconhecimento do servidor estadual, o qual busca a sua valorização através da organização das suas carreiras e estruturas salariais.

Cabe ressaltar que o presente Projeto é também parte de diversas medidas lançadas pelo Governo do Estado para reestruturar a Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, considerando que os adolescentes e jovens submetidos ao atendimento da Fundação devem ser tratados em condições adequadas de saúde, educação e segurança.

As razões expostas, e a importância da proposição, induzem-me à convicção de que se emprestará, ao projeto, o apoio indispensável à sua formalização, para o qual solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa egrégia Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Complementar N° 1210/2012

Ementa: Dispõe sobre a criação do cargo que indica, fixa sua remuneração, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º Fica criado, no Quadro Próprio de Pessoal Permanente da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, o cargo público de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE, de provimento efetivo, de nível superior, estruturado na forma disposta na presente Lei Complementar, com o quantitativo de vagas definidos de acordo com as funções indicadas:

I – Pedagogo – vagas: 34;

II – Psicólogo – vagas: 63; e,

III –Assistente Social – vagas: 66.

Art. 2º Fica aprovado o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores ocupantes do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE, obedecidas as disposições contidas nesta Lei Complementar.

CAPÍTULO II
Carreira de Gestão Socioeducativa

Seção I
Disposições Gerais

Art. 3° O Plano de Cargos e Carreiras dos servidores ocupantes do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE contém os seguintes elementos básicos:

I – Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV: conjunto de normas que disciplinam o ingresso e instituem oportunidades e estímulos ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores de forma a contribuir com a qualidade e melhoria dos serviços prestados pela entidade, constituindo-se em instrumento de gestão da política de pessoal;

II – Servidor Público: pessoa legalmente investida em cargo público de natureza estatutária e de provimento efetivo, no desempenho de funções correlatas;

III – Cargo: conjunto de atribuições instituídas e disciplinadas por lei, concernentes aos deveres e direitos dos servidores;

IV – Função Pública: conjunto dos direitos, obrigações e atribuições inerentes ao servidor público, legalmente investido em cargo público de natureza estatutária;

V – Carreira: organização de cargos de natureza estatutária, estruturados em um Quadro Permanente de Pessoal, hierarquicamente, em faixas e classes de retribuição remuneratória correspondentes, cuja progressão funcional obedece a regras específicas;

VI – Classe: corresponde a um conjunto de faixas salariais de um mesmo cargo, estabelecendo níveis de desenvolvimento vertical na carreira;

VII – Nível ou Matriz: conjunto de classes sequenciadas e estruturadas quanto à natureza, grau de complexidade e responsabilidade das atribuições, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional, constituindo, ainda, a linha natural de progressão do servidor público na carreira, por elevação da sua respectiva titulação ou qualificação profissional;

VIII – Faixa: divisão de uma classe em escalas de vencimento base, constituindo a linha de progressão horizontal do servidor;

IX – Grade Vencimental: conjunto de matrizes de vencimento base referente a cada cargo;

X – Progressão Horizontal: correspondente à passagem do servidor, decorrido o lapso temporal do estágio probatório, de uma faixa de vencimento base para a imediatamente superior, dentro de uma mesma classe, na estrutura do cargo que ocupa, determinada, exclusivamente, por critérios de desempenho;

XI – Progressão vertical ou promoção: corresponde à passagem do servidor da última faixa salarial da classe em que se encontre para a faixa inicial da outra imediatamente superior, motivada por critérios de desempenho e/ou tempo de serviço, observado, para essa última hipótese, o disposto no art. 15;

XII – Progressão por elevação de nível de qualificação profissional ou escolaridade: mudança de matriz, respeitada a classe e faixa anteriormente ocupadas, condicionada à comprovação da qualificação profissional ou escolaridade exigida;

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Reunião Ordinária

Convoco nos termos do artigo 118, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, os Deputados titulares ***ÂNGELO FERREIRA (PSB), EDSON VIEIRA (PSDB), MAVIAEL CAVALCANTI (DEM), PEDRO SERAFIM NETO (PDT), RAIMUNDO PIMENTEL (PSB) e RODRIGO NOVAES (PSD),*** os suplentes: **ANDRÉ CAMPOS (PT), DANIEL COELHO (PSDB), GUSTAVO NEGROMONTE *(PMDB), IZAÍAS RÉGIS (PTB), LUCIANO SIQUEIRA (PCdoB),* MARCANTÔNIO DOURADO (PTB), e ZÉ MAURÍCIO (PP),** para se fazerem presentes à Reunião Ordinária a ser realizada às 10h (dez) horas do dia 21 de novembro de 2012, **no Plenarinho III, localizado no 2º andar, do Anexo I desta Casa Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho.**

EM DISTRIBUIÇÃO:

01- Projeto de Lei Ordinária Nº 1184/2012, de autoria do Deputado Sílvio Costa Filho (EMENTA: Inserir, no Calendário Oficial Carnavalesco do Estado de Pernambuco, o município de Lagoa dos Gatos);
02- Projeto de Ordinária Nº 1185/2012, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (EMENTA: Denomina Escola Técnica Estadual Padre Henrique, a ETE de Prazeres, no Município de Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife);
03- Projeto de Lei Ordinária Nº 1186/2012, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (EMENTA: Institui a Política de Promoção da Aprendizagem, no âmbito das redes estaduais de saúde e de educação);
04- Projeto de Lei Ordinária Nº 1187/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (EMENTA: Torna obrigatório que estabelecimentos comerciais tipo shopping center, com mais de 100 (cem) lojas, coloquem à disposição dos clientes, serviços de pronto socorro médico, e determina outras providências);
05- Projeto de Lei Ordinária Nº 1189/2012, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso dos imóveis que indica, e dá outras providências);
Regime de urgência
06- Projeto de Lei Ordinária Nº 1190/2012, de autoria do Deputado Adalto Santos (EMENTA: Modifica a Lei nº 14.689, de 4 de junho de 2012);
07- Projeto de Lei Ordinária Nº 1191/2012, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (EMENTA: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política de Proteção à Pessoa Portadora de Autismo);
08- Projeto de Lei Ordinária Nº 1192/2012, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (EMENTA: Institui a obrigatoriedade de identificação completa das empresas sediadas no Estado de Pernambuco que operam comércio virtual, no respectivo site, e a obrigatoriedade de manutenção de SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor nos dias úteis);
09- Projeto de Lei Ordinária Nº 1193/2012, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (EMENTA: Dispõe sobre a proteção ao consumidor do serviço de televisão (TV) por assinatura);
10- Projeto de Lei Ordinária Nº 1194/2012, de autoria do Deputado Guilherme Uchôa (EMENTA: Denomina de UPA-E Deputado Josesito Padilha, a Unidade de Pronto Atendimento - UPA Especialidades, do município de Afogados da Ingazeira);
11- Projeto de Lei Ordinária Nº 1195/2012, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Altera a Lei nº 14.319, de 27 de maio de 2011, que dispõe sobre o Prêmio de Defesa Social – PDS, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências);
Regime de urgência
12- Projeto de Lei Ordinária Nº 1197/2012, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências);
Regime de urgência
13- Projeto de Lei Ordinária Nº 1198/2012, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (EMENTA: Institui o Dia Estadual de Debates sobre o Bem-Estar da Mulher).

EM DISCUSSÃO:

01- Projeto de Lei Complementar Nº 1174/2012, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Fixa novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica, e dá outras providências);
Regime de urgência
RELATOR: DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
02- Projeto de Lei Ordinária Nº 1181/2012, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Concede crédito presumido do ICMS a estabelecimento industrial fabricante de bicicletas e suas partes);
Regime de urgência
RELATOR: DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
03- Projeto de Lei Ordinária Nº 1183/2012, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências);
Regime de urgência
RELATOR: DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
04- Projeto de Lei Ordinária Nº 1197/2012, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências);
Regime de urgência
Proposição em distribuição
05- Substitutivo Nº 01/2012, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso das expressões: "**SE FOR DIRIGIR, NÃO BEBA; SE BEBER NÃO DIRIJA"**, em todos os cardápios e propagandas de bares, restaurantes, boates e similares, no Estado de Pernambuco – **ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1146/2012, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto).**
RELATOR: DEPUTADO IZAÍAS RÉGIS

Sala da Comissão de Administração Pública

Recife, 20 de novembro de 2012

DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Informamos o cancelamento, nos termos do art. 93, IV do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, aos Deputados: Adalberto Cavalcanti (PHS), Botafogo Filho (PDT), Manoel Santos (PT) e Odacy Amorim (PT), membros titulares, bem como Ângelo Ferreira (PSB), Carlos Santana (PSDB), Eriberto Medeiros (PTC), Everaldo Cabral (PTB) e Rodrigo Novaes (PSD), o **CANCELAMENTO** da Audiência Pública que este Colegiado Técnico realizaria no dia **22 de novembro de 2012, às 10 horas**, no recinto do estande da ALEPE/Comissão de Agricultura, situado no Parque de Exposição do Cordeiro, Recife – PE, na qual teremos a presença do Secretário de Agricultura de Pernambuco, Dr. Ranilson Ramos, que proferirá palestra sobre o agronegócio em nosso Estado.

Recife, 20 de novembro de 2012.

Dep. Claudiano Martins Filho.
Presidente

XIII – Vencimento-base: valor da parcela de retribuição pecuniária atribuída mensalmente ao cargo público ocupado, para cada uma das faixas salariais das classes;

XIV – Nível de Qualificação: posição do servidor na matriz, com padrões de vencimento em decorrência do nível de escolaridade, titulação ou qualificação profissional;

XV – Enquadramento: é o ato pelo qual se estabelece a posição do servidor público em determinada faixa, da respectiva classe, da matriz correspondente por meio de análise jurídico-funcional, considerando o vencimento-base percebido anteriormente à vigência do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento;

XVI – Interstício: percentual estabelecido entre as matrizes, entre as classes e entre as faixas;

XVII – Desempenho: é a demonstração de conhecimento e de qualidade e quantidade dos serviços prestados pelo servidor público, bem como da iniciativa, ética profissional, assiduidade e responsabilidade no exercício de suas funções; e

XVIII – Avaliação de Desempenho: é o processo de avaliação continuada do servidor público que se destina à apuração por critérios preestabelecidos e à análise do comprometimento com os objetivos específicos do cargo, considerando as metas institucionais e as condições de trabalho que comprovadamente as influenciem.

Art. 4º O exercício dos servidores ocupantes do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa - AGSE se dará na Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE.

Parágrafo único. A definição do exercício de que trata o *caput* será estabelecida por ato do Diretor Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo.

Art. 5º Os servidores ocupantes do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE terão jornada laborativa diária de 08 (oito) horas e de 40 (quarenta) horas semanal.

Seção II
Atribuições e Vedações

Art. 6º São atribuições dos servidores integrantes do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE:

I – executar o atendimento socioeducativo na FUNASE, desenvolvendo as seguintes ações:

a) realização de atendimento individual aos adolescentes, familiares, colaterais e/ ou outras pessoas, visando fundamentar diagnósticos, prognósticos e orientações de tratamento aos estudos dos casos psicossociais e pedagógicos dos adolescentes;

b) participação da elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento – PIA;

c) planejamento de atividades do eixo da proposta pedagógica, identificando interesses e habilidades dos adolescentes para as atividades desenvolvidas na Unidade;

d) orientação de educadores e demais profissionais da Unidade sobre a Proposta Sócio-Pedagógica da FUNASE;

e) viabilização do regresso, inserção e permanência dos adolescentes/jovens à escolarização, considerando suas singularidades, metodologia e condições de atendimento no âmbito interno ou externo à instituição, assegurando o direito à educação;

f) participação nos processos de integração interdisciplinar na elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos de ação e atividades da Unidade.

Art. 7º É vedada a cessão de servidores ocupantes do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE, salvo para o exercício de cargo em comissão no nível de Direção e Assessoramento Superior – de simbologia DAS.

Seção III
Sanções Disciplinares

Art. 8º Aos servidores ocupantes do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa - AGSE serão aplicadas as mesmas sanções previstas no Estatuto dos Servidores Civis do Estado de Pernambuco.

Seção IV
Da Estrutura e Dos Vencimentos Do Cargo

Art. 9º Cada classe do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE é identificada hierarquicamente, por ordinal de classe, da primeira classe, menos elevada, até a quarta classe, como a mais elevada.

Art. 10. Cada matriz do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE é igualmente identificada hierarquicamente, correspondendo, cada uma, a critérios de habilitação, titulação ou qualificação profissional, graus de competência e diferentes responsabilidades.

Art. 11. A grade de vencimento-base do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE é a constante do Anexo Único.

Art. 12. As grades de vencimento-base atribuídas ao cargo de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE estão estruturadas em 4 (quatro) matrizes, correspondentes a níveis de formação, titulação ou qualificação profissional, sequenciadas hierarquicamente, cada uma integrada por 4 (quatro) classes dispostas em ordem crescente, identificadas pelos numerais romanos de “I” a “IV”, subdivididas em 7 (sete) faixas salariais, correspondentes às letras minúsculas “a” até “g”, com interstícios e respectivos valores de vencimento-base definidos nos termos do Anexo Único.

Seção V
Concurso Público

Art. 13. O ingresso no cargo de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE dar-se-á através da nomeação, após aprovação no respectivo concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos da legislação pertinente.

§ 1º As provas do concurso serão prestadas na forma do respectivo Edital, do qual constarão os programas das disciplinas, bem como outras disposições pertinentes à organização e realização do concurso, incluindo requisitos de formação constantes nas respectivas descrições de funções, a serem definidas no instrumento convocatório.

§ 2º O ingresso de que trata o *caput* será, invariavelmente, na faixa de vencimento-base correspondente ao nível inicial da carreira, na classe I, da primeira matriz.

Art. 14. Poderão concorrer ao cargo de que trata esta Lei Complementar os portadores de diploma de curso superior ou habilitação legal equivalente, reconhecidos pelo órgão competente, facultada a exigência de qualificação específica no Edital do Concurso.

Seção VI
Estágio Probatório

Art. 15. O ocupante de cargo de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE deve comprovar, durante o estágio probatório, que preenche as exigências e satisfaz os requisitos necessários à sua confirmação e permanência no Serviço Público Estadual.

§ 1º Durante o estágio probatório deve ser verificado o atendimento das seguintes exigências e requisitos:

I - conduta idônea e reputação ilibada no exercício do cargo;

II - aptidão para o exercício do cargo;

III - disciplina;

IV - pontualidade;

V - assiduidade;

VI - eficiência; e

VII - dedicação ao serviço público.

§ 2º Deve ser exonerado do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa - AGSE o ocupante que, durante o estágio probatório, deixar de atender a qualquer das exigências e requisitos referidos nos incisos do § 1º.

§ 3º A apuração quanto ao não atendimento, se for o caso, da exigência ou requisito a que se referem os incisos do § 1º deve ser realizada em tempo hábil, de modo que a exoneração do servidor seja feita antes de findo o período do estágio probatório.

Seção VII
Desenvolvimento Funcional

Art. 16. O desenvolvimento do servidor ocupante do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa - AGSE ocorrerá mediante procedimentos de progressão horizontal, progressão vertical, ou promoção, e por elevação de nível de qualificação profissional - mudança de matriz, nos termos definidos na presente Lei Complementar.

Parágrafo único. A Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE, poderá desenvolver, fomentar e/ou executar cursos contínuos de capacitação ou qualificação profissional para os ocupantes do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa - AGSE, possibilitando as condições indispensáveis à realização da sua progressão funcional, por intermédio de seu órgão de Recursos Humanos.

Art. 17. A progressão horizontal, motivada, exclusivamente, por critérios de avaliação de desempenho, consistirá na passagem do servidor público da faixa salarial em que se encontre para a subsequente, de nível mais elevado, dentro da mesma classe da matriz correspondente, observados, ainda, os seguintes requisitos:

I - encontrar-se em efetivo exercício;

II - ter cumprido o período mínimo de 1 (um) ano de exercício na mesma faixa, após adquirir a respectiva estabilidade; e

III - ter sido considerado apto em avaliação de desempenho.

Parágrafo único. Durante o período compreendido pelos 3 (três) primeiros anos de exercício, o servidor permanecerá na primeira faixa da primeira classe.

Art. 18. Após a efetivação da progressão horizontal haverá progressão vertical automática, por tempo de serviço, para o servidor que permanecer por mais de 10 (dez) anos consecutivos, em efetivo exercício, em uma mesma classe, independente da faixa na qual esteja enquadrado.

Art. 19. Não concorrerá à progressão ou promoção funcional o servidor:

I – em estágio probatório ou em disponibilidade;

II – afastado ou licenciado, a qualquer título, sem ônus para o Estado, inclusive para exercício de cargo eletivo;

III – enquanto estiver em exercício de funções ou atividades distintas daquelas inerentes ao seu cargo efetivo;

IV – que tiver sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, ressalvados os casos em que da própria pena resulte a demissão; ou

V – que estiver em cumprimento de pena disciplinar de suspensão.

Art. 20. Nos casos de condenação criminal com trânsito em julgado e de punição disciplinar que não ensejem demissão, somente após o decurso de 2 (dois) anos, a contar da data do término de cumprimento da pena, poderá o servidor progredir ou ser promovido pelo critério de avaliação de desempenho.

Art. 21. O tempo de serviço na classe será contado:

I - nos casos de nomeação, reversão ou aproveitamento, a partir da data em que o servidor assumir o exercício do cargo; e

II - nos casos de promoção ou progressão, a partir da vigência do respectivo ato concessivo.

Subseção I
Da Progressão por elevação de nível de qualificação profissional ou de escolaridade

Art. 22. A progressão por elevação de nível de qualificação profissional ou de escolaridade ocorrerá a qualquer tempo, observado o cumprimento do estágio probatório, para o servidor que adquirir e efetivamente comprovar a respectiva titulação ou qualificação profissional, em áreas correlacionadas ao desempenho das atividades do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE, as quais serão regulamentadas por meio de decreto, e, ainda, nas hipóteses em que o servidor concluir, com bom aproveitamento, cursos de pós-graduação, *lato sensu e stricto sensu*, em instituições de ensino superior devidamente reconhecidas pelo MEC e, ainda, em áreas relacionadas às atividades funcionais que desempenhe.

§ 1º Cada curso de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, para fins desta Lei Complementar, realizado por ocupantes dos cargos de nível superior, somente será considerado para uma única progressão.

§ 2º Os cursos de que trata o § 1º, quando ministrados por instituições de ensino do exterior, dependerão de reconhecimento e validação por instituição brasileira competente.

§ 3º Os efeitos pecuniários decorrentes da progressão de que trata o *caput* serão considerados a partir do deferimento por parte da Comissão de que trata o art. 24, a qual se manifestará no prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo do respectivo documento comprobatório da titulação ou qualificação auferida.

Subseção II
Da progressão horizontal e da promoção vertical por avaliação de desempenho

Art. 23. A progressão ou a promoção por avaliação de desempenho terá os seus critérios definidos por decreto, cujo teor disporá, dentre outros disciplinamentos, sobre a avaliação anual do servidor.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput*, desempenho é a demonstração positiva do servidor, durante a sua vida laboral no serviço público, de conhecimento, qualidade e produtividade, de quantidade do trabalho executado, de iniciativa e autossuficiência no desempenho de suas funções, de espírito de colaboração e ética profissional, de aperfeiçoamento funcional, assiduidade, pontualidade e responsabilidade no exercício de seu cargo.

CAPÍTULO III
DA COMISSÃO DE ENQUADRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS – PCCV

Art. 24. Fica instituída, no âmbito da Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE, vinculada à Secretaria da Criança e da Juventude, Comissão Administrativa Permanente de Avaliação do Enquadramento e Acompanhamento do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, composta por servidores do quadro de pessoal efetivo da entidade e da administração da entidade.

§ 1º A Comissão de que trata o *caput* terá caráter permanente, e seus membros serão indicados por Portaria do Diretor Presidente da FUNASE, para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, uma única vez, por igual período.

§ 2º Para composição da Comissão, serão designados, preferencialmente, representantes das áreas jurídicas e de recursos humanos do órgão, sendo 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, bem como 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) suplentes representantes dos servidores indicados pela entidade de classe a que pertençam.

§ 3º Em decorrência da participação na Comissão, a qual será computada como de efetivo exercício, os seus membros, titulares ou suplentes, não farão jus à remuneração adicional, a qualquer título.

CAPÍTULO IV
DO ENQUADRAMENTO NO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS – PCCV

Art. 25. O enquadramento inicial do servidor no presente Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV dar-se-á, impreterivelmente, na faixa salarial inicial da carreira.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Aplicam-se aos cargos de provimento efetivo do cargo de Analista em Gestão Socioeducativa - AGSE e aos seus ocupantes as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco, Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, e alterações.

Art. 27. Compete à Secretaria de Administração do Estado, após deliberação da Câmara de Política de Pessoal – CPP, autorizar realização de concurso para ingresso no cargo de que trata a presente Lei Complementar, fixando o quantitativo de vagas a serem preenchidas em cada certame.

Art. 28. Os servidores que se encontrem em licença sem vencimento, quando da implantação do PCCV, apenas serão enquadrados quando do seu efetivo retorno e exercício das funções do seu cargo.

Art. 29. Os casos omissos na presente Lei Complementar serão analisados pela Comissão Administrativa Permanente de Avaliação do Enquadramento e Acompanhamento do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, que emitirá parecer técnico circunstanciado a respeito e o submeterá à deliberação da Câmara de Política de Pessoal – CPP.

Art. 30. As disposições da presente Lei Complementar são extensivas, no que couber, às respectivas aposentadorias e pensões pertinentes, observada a legislação previdenciária em vigor.

Art. 31. Lei especial cuidará da reestruturação da remuneração, carreiras e cargos integrantes do Grupo Ocupacional Gestão Autárquica ou Fundacional – GOAF, de que trata a Lei Complementar nº 136, de 31 de dezembro de 2008, exclusivamente vinculados à Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE.

Art. 32. Os Secretários de Administração e da Criança e Juventude poderão editar Portaria Conjunta disciplinando normas complementares ao cumprimento desta Lei Complementar.

Art. 33. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 34. Não se aplica aos ocupantes do cargo de que trata a presente Lei Complementar o disposto no inciso II do art. 14 da Lei nº 11.216, de 20 de junho de 1995, com a redação dada pela Lei nº 12.244, de 28 de junho de 2002.

Art. 35. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO

GRADE DE VENCIMENTO BASE

CARGO: ANALISTA EM GESTÃO SOCIOEDUCATIVA

MATRIZES (Intervalos de 5%)	SÉRIE DE CLASSES (Com intervalos de 6%)						
				I			
Doutorado	3472,88	3542,33	3613,18	3685,44	3759,15	3834,33	3911,02
Mestrado	3307,50	3373,65	3441,12	3509,95	3580,14	3651,75	3724,78
Especialização	3150,00	3213,00	3277,26	3342,81	3409,66	3477,85	3547,41
Graduação	3000,00	3060,00	3121,20	3183,62	3247,30	3312,24	3378,49
FAIXAS SALARIAS (com intervalos de 2%)	A	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (Intervalos de 5%)				II			
Doutorado	4145,68	4228,60	4313,17	4399,43	4487,42	4577,17	4668,71
Mestrado	3948,27	4027,23	4107,78	4189,93	4273,73	4359,21	4446,39
Especialização	3760,26	3835,46	3912,17	3990,41	4070,22	4151,63	4234,66
Graduação	3581,20	3652,82	3725,88	3800,39	3876,40	3953,93	4033,01
FAIXAS SALARIAS (com intervalos de 2%)	A	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (Intervalos de 5%)				III			
Doutorado	4948,83	5047,81	5148,77	5251,74	5356,78	5463,91	5573,19
Mestrado	4713,18	4807,44	4903,59	5001,66	5101,69	5203,73	5307,80
Especialização	4488,74	4578,51	4670,08	4763,49	4858,76	4955,93	5055,05
Graduação	4274,99	4360,49	4447,70	4536,65	4627,39	4719,93	4814,33
FAIXAS SALARIAS (com intervalos de 2%)	A	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (Intervalos de 5%)				IV			
Doutorado	5907,58	6025,73	6146,25	6269,17	6394,56	6522,45	6652,90
Mestrado	5626,27	5738,80	5853,57	5970,64	6090,06	6211,86	6336,09
Especialização	5358,35	5465,52	5574,83	5686,33	5800,05	5916,05	6034,37
Graduação	5103,19	5205,26	5309,36	5415,55	5523,86	5634,34	5747,02
FAIXAS SALARIAS (com intervalos de 2%)	A	b	c	d	e	f	g

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 11ª Comissões.

MENSAGEM Nº 149/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº. 108, de 14 de maio de 2008, e dá outras providências, para, especialmente, inserir a exigência do curso superior de Bacharelado em Direito para o ingresso no Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM).

Essa alteração decorre das imposições sociais e transformações do mundo moderno, de maneira que a proposta vislumbra melhor selecionar o corpo de pessoal do referido Quadro, buscando candidatos que possuam maior conhecimento técnico para iniciar o processo de formação profissional, permitindo ao candidato, por já possuir formação jurídica, qualificação intensa e específica na área de segurança pública, possibilitando, no futuro, o exercício das atribuições com maior precisão técnica.

Em qualquer nível hierárquico que ocupar, o Policial Militar atua invariavelmente com o conhecimento jurídico no exercício de sua atividade profissional, pois seu principal instrumento de trabalho são as normas legais, sejam elas penais, processuais penais, constitucionais, administrativas ou civis, almejando obter o seu fiel cumprimento em defesa da sociedade, com vistas à supremacia do interesse público e da preservação da ordem pública. Nesse contexto é que reside a importância da formação jurídica na atividade policial, pois há a aplicação prática diária do Direito nos atos e nas ações do Policial Militar, que possui contato diuturno com o cidadão.

Ademais, com a exigência do Curso de Bacharelado em Direito como requisito para ingresso haverá redução do tempo de curso de formação, sem prejudicar a capacitação profissional, gerando economia aos cofres públicos, pois atualmente quase metade da carga horária dos cursos de formação é destinada a apresentar os conhecimentos básicos da área jurídica, o que será suprido a partir da nova exigência.

Assim, os benefícios são esperados tanto para a sociedade quanto para a Polícia Militar do Estado de Pernambuco, além de prestigiar os candidatos ao Oficialato que possuem conhecimento de nível superior, permitindo maximizar as possibilidades de sucesso na profissionalização, desempenhando as atribuições legais com vistas à melhoria dos serviços de segurança pública prestados à sociedade pernambucana.

Nesse sentido, apresentar à sociedade uma atividade policial mais capacitada tecnicamente é permitir que o policial atue em favor do Estado e no alcance de suas competências, habilitando-o a decidir corretamente, na medida da razoabilidade, da legalidade, da moralidade administrativa e da supremacia do interesse público.

Ademais, são propostas alterações na Lei Complementar nº 108, de 14 de maio de 2008, que objetivam conferir maior segurança na participação dos candidatos nos concursos realizados para o ingresso nas Corporações Militares do Estado de Pernambuco.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Augusta Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito que o presente Projeto de Lei Complementar seja apreciado em regime de urgência, na forma preconizada no art. 21 da Constituição Estadual.

No ensejo, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares os meus protestos de elevada consideração e distinto apreço.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Projeto de Lei Complementar N° 1211/2012

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 108, de 14 de maio de 2008, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Os arts. 3º, 20, 21, 22, 25, 26, 28, 31, 34 e 37 da Lei Complementar nº 108, de 14 de maio de 2008passam a vigoram com a seguinte redação:

"Art. 3º As etapas do concurso são as seguintes:
.....

Parágrafo único. O candidato será submetido à investigação social, de caráter eliminatório, que se realizará durante o processo seletivo, até o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da matrícula no respectivo Curso de Formação. (NR)
.....

Art. 20. São requisitos gerais para ingresso nos Quadros de Oficiais da PMPE ou do CBMPE:
.....

III - não possuir antecedentes criminais; (NR)

.....

Art. 21. São requisitos particulares para ingresso nos Quadros de Oficiais Policiais Militares (QOPM) e de Oficiais Combatentes (QOC):

I – para o ingresso no Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM), possuir curso superior de Direito, reconhecido nos moldes da legislação federal, no ato da matrícula no Curso de Formação de Oficiais; (NR)

II – para o ingresso no Quadro de Oficiais Combatentes (QOC), possuir curso superior em qualquer área do conhecimento, reconhecido nos moldes da legislação federal, no ato da matrícula no Curso de Formação de Oficiais; (NR)

III - ser habilitado para a condução de veículos automotores, no mínimo na Categoria B; e (NR)

IV - possuir altura mínima de 1,65 m para homens e 1,60 m para mulheres. (NR)

Art. 22. Depois de concluído com aproveitamento o Curso de Formação de Oficiais, será o Aluno-Oficial nomeado Aspirante-a-Oficial e, nessa condição, realizará estágio probatório na forma prevista no Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Pernambuco, sendo promovido a Segundo-Tenente e incluído como Oficial de Carreira do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) ou do Quadro de Oficiais Combatente (QOC), desde que venha a ser declarado apto no referido estágio, mediante julgamento da Comissão de Promoção de Oficiais. (NR)
.....

Art. 25. O aluno que concluir o Curso de Formação de Oficiais de Saúde (CFOS), com aproveitamento, satisfeitos os demais requisitos previstos nesta Lei Complementar, realizará um estágio probatório como Aspirante-a-Oficial, conforme previsto no Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Pernambuco, sendo promovido a Segundo-Tenente e incluído como Oficial de Carreira no Quadro de Oficiais de Saúde (QOS) para o qual concorreu, desde que seja declarado apto no referido estágio, mediante julgamento da Comissão de Promoção de Oficiais. (NR)
.....

Art. 26. São requisitos particulares para o ingresso no Quadro de Oficiais de Saúde:

I – no Quadro de Oficiais Médicos (QOM), possuir o Curso Superior de Medicina, reconhecido nos moldes da legislação federal, e registro válido no órgão profissional competente, no ato da matrícula no Curso de Formação de Oficiais de Saúde (CFOS); (NR)

II – no Quadro de Oficiais Dentistas (QOD), possuir o Curso Superior de Odontologia, reconhecido nos moldes da legislação federal, e registro válido no órgão profissional competente, no ato da matrícula no Curso de Formação de Oficiais de Saúde (CFOS); (NR)

III – no Quadro de Oficiais Veterinários (QOV), possuir o Curso Superior de Medicina Veterinária, reconhecido nos moldes da legislação federal, e registro válido no órgão profissional competente, no ato da matrícula no Curso de Formação de Oficiais de Saúde (CFOS); (NR)

IV – no Quadro de Oficiais Farmacêuticos (QOF), possuir o Curso Superior de Farmácia, reconhecido nos moldes da legislação federal, e registro válido no órgão profissional competente, no ato da matrícula no Curso de Formação de Oficiais de Saúde (CFOS). (NR)"
.....

Art. 28. São requisitos gerais para ingresso nas Qualificações Policiais Militares e Bombeiros Militares de que trata este Capítulo:
.....

III - não possuir antecedentes criminais; (NR)
.....

V – possuir altura mínima de 1,65 m para homens e 1,60 m para mulheres; (NR)

VI – ter concluído o ensino médio ou correspondente, em instituição de ensino reconhecida nos moldes da legislação federal, no ato da matrícula no respectivo Curso de Formação; (NR)
.....

VIII – ser habilitado para a condução de veículos automotores, no mínimo na Categoria B. (NR)"
.....

Art. 31. São requisitos particulares para o ingresso na Qualificação Bombeiro Militar Geral (QBMG):

I – ter concluído o ensino médio ou correspondente, em instituição de ensino reconhecida nos moldes da legislação federal, no ato da matrícula no respectivo Curso de Formação; (NR)
.....

Art. 34. .....

§ 1º O estágio probatório ficará suspenso na hipótese de servidor ou militar do Estado participar de curso de formação na forma do *caput* deste artigo, e será retomado a partir do término do afastamento. (NR)

§ 2º Ao servidor público estadual e ao militar do Estado, afastado na forma deste artigo, será assegurado o retorno à situação anterior, observada a legislação pertinente. (NR)
.....

Art. 37. Compete à Secretaria de Administração do Estado, após deliberação da Câmara de Política de Pessoal – CPP, autorizar realização de concurso para ingresso nas carreiras de que trata a presente Lei Complementar, fixando o quantitativo de vagas a serem preenchidas em cada certame. (NR)

Parágrafo único. Dependerá, ainda, de autorização prévia da CPP, a realização dos cursos de formação de que trata a presente Lei Complementar. (NR)
....."

Art. 2º As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

MENSAGEM Nº 150/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei Complementar, que institui, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, e determina outras providências.

A presente proposição dá continuidade ao processo de reconhecimento do servidor estadual, o qual busca a sua valorização por meio da organização das estruturas salariais e da implantação de planos de cargos, carreiras e vencimentos.

Cabe ressaltar que o presente Projeto é também fruto das negociações com o sindicato da categoria, refletindo o compromisso das partes, governo e servidores, na construção equilibrada e consequente do epigrafado PCCS.

Na certeza de contar com o indispensável apoio para apreciação deste Projeto, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e Ilustres Deputados protestos de elevado apreço e distinta consideração, solicitando a adoção do regime de urgência previsto no art. 21 da Constituição do Estado.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Complementar N° 1212/2012

Ementa: Institui, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, e determina outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS, para os empregados públicos ocupantes do Quadro Suplementar de Tecnologia da Informação - QSTI, da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, vinculada à Secretaria de Administração - SAD, observados os princípios gerais da administração pública, definidos na Constituição Estadual, bem como as disposições da Lei n.º 12.985, de 2 de Janeiro de 2006, e alterações.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei Complementar, o Quadro Suplementar de que trata o *caput* deste artigo será integrado pelos empregados públicos de que trata o art. 6º da Lei nº 12.985, e albergará, por redenominação, os atuais cargos de idêntica natureza e níveis, a seguir descritos:

I - Assistente em Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – AsGTIC, de nível médio; e

II - Analista em Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – AGTIC, de nível superior.

Art. 2º O Plano de Cargos, Carreiras e Salários, de que trata a presente Lei Complementar, estabelece a nova estrutura de carreira dos empregados públicos que indica, suas atribuições e salários, como também institui instrumentos que possibilitem melhor desempenho individual e institucional, além de estabelecer critérios para a progressão horizontal e vertical, considerando, ainda, aspectos de titulação ou qualificação profissional, e de desempenho para o desenvolvimento na carreira.

Art. 3º As funções relacionadas aos empregados públicos de que trata o art. 1º, a sua síntese de atribuições e as suas prerrogativas institucionais, serão definidas em decreto específico, a ser editado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta Lei Complementar, observados os parâmetros legalmente definidos.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 4º Nos termos desta Lei Complementar, os princípios e diretrizes que norteiam e regulam o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS são:

I – Universalidade – alberga todos os empregados públicos integrantes do Quadro Suplementar de que trata a presente Lei Complementar;

II – Equidade – assegura aos empregados públicos, no exercício das suas funções e desempenho das respectivas atribuições, igualdade de direitos, obrigações e deveres;

III – Participação na Gestão – visa à adequação deste PCCS às necessidades da ATI, assegurada a observância dos critérios de avaliação de desempenho e desenvolvimento profissional;

IV – Instrumento de Gestão – o PCCS deverá se constituir num instrumento gerencial permanente de política de pessoal, integrado ao planejamento e ao desenvolvimento organizacional;

V – Qualificação Profissional – elemento básico da valorização do empregado público, compreendendo o desenvolvimento sistemático voltado para sua capacitação e qualificação profissional; e

VI – Educação Permanente – atendimento das necessidades de atualização, capacitação e qualificação profissional dos empregados.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS

Art. 5º O presente Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, ora instituído, tem por objetivo principal dinamizar a estrutura das carreiras de que trata esta Lei Complementar, destacando a profissionalização e qualificação dos agentes públicos envolvidos, com vistas à melhoria da qualidade dos serviços essenciais prestados à sociedade, além dos seguintes objetivos específicos:

I – valorizar a carreira, dotando-a de estrutura eficaz e compatível com as necessidades dos serviços a que se destinam, além de estabelecer mecanismos e instrumentos que regulem o desenvolvimento funcional e remuneratório na respectiva carreira;

II – adotar o princípio do mérito para desenvolvimento na carreira, mediante a valoração do conhecimento adquirido pelas titulações acadêmicas e corporativas, e por meio da avaliação da competência e do desempenho funcional do empregado;

III – manter corpo profissional de alto nível, dotado de conhecimentos, valores e habilidades compatíveis com a responsabilidade político-administrativo-institucional da ATI;

IV – integrar o desenvolvimento profissional ao desempenho da missão institucional da ATI; e

V – implementar a avaliação de desempenho institucional, a qual contemplará, dentre outros objetivos, a compatibilização aferida entre as atribuições individuais e as metas predeterminadas para a entidade.

CAPÍTULO IV
DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Art. 6º Para os efeitos desta Lei Complementar considerar-se-á:

I – Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS: conjunto de normas e procedimentos que institui oportunidades e estímulos ao desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados de forma a contribuir com a qualidade e melhoria dos serviços prestados pela entidade, constituindo-se em instrumento de gestão da política de pessoal;

II – Empregado Público: pessoa física contratada de acordo com o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas específicas desta Lei;

III – Grade Salarial: conjunto de matrizes de salário base referente a cada emprego público;

IV – Matriz: conjunto de classes sequenciadas e estruturadas de acordo com a titulação, constituindo, ainda, a linha natural de progressão do empregado na carreira;

V – Classe: corresponde a um conjunto de faixas salariais de uma mesma matriz estabelecendo níveis de desenvolvimento vertical na carreira;

VI – Faixa: divisão de uma classe em escalas de salário base, constituindo a linha de progressão horizontal do empregado;

VII – Progressão Vertical: corresponde à passagem do empregado da classe em que se encontre para a faixa inicial da classe imediatamente superior, nas seguintes hipóteses:

a) motivada por critérios de avaliação de desempenho quando se encontre na última faixa salarial de uma classe, e;

b) motivada por tempo de serviço, automaticamente, quando se encontre por mais de 10 (dez) anos na mesma classe.

VIII – Progressão Horizontal: correspondente à passagem do empregado de uma faixa de salário base para a imediatamente superior, dentro de uma mesma classe, determinada, exclusivamente, por critérios de desempenho;

IX – Progressão por elevação de nível de qualificação profissional, titulação ou escolaridade: mudança de matriz, respeitada a classe e faixa anteriormente ocupadas, condicionada à comprovação da titulação, qualificação profissional ou escolaridade exigida;

X – Salário base: valor da parcela de retribuição pecuniária atribuída mensalmente ao empregado público, para cada uma das faixas salariais das classes;

XI – Enquadramento: é o ato pelo qual se estabelece a posição do empregado público em determinada faixa, da respectiva classe, da matriz correspondente por meio de análise jurídico-funcional, considerando as regras específicas desta lei;

XII – Interstício: percentual estabelecido entre as matrizes, entre as classes e entre as faixas;

XIII – Avaliação de Desempenho: é o processo de avaliação continuada do empregado público que se destina à apuração por critérios pré-estabelecidos e à análise do comprometimento com os objetivos específicos da ATI, considerando as metas institucionais e as condições de trabalho que comprovadamente as influenciem.

CAPÍTULO V
DA ESTRUTURA, DOS SALÁRIOS E DA JORNADA DE TRABALHO

Seção I
Da Estrutura e Dos Salários

Art. 7º Os empregados públicos ora organizados em carreira são caracterizados por sua denominação e pela descrição de suas respectivas atribuições, nos termos definidos no decreto de que trata o art. 3º da presente Lei Complementar.

Art. 8º A fixação dos padrões de salário base dos empregados de que trata a presente Lei Complementar observará a natureza, a prerrogativa da carreira, o grau de responsabilidade funcional e a complexidade técnica da atividade e das atribuições integrantes da carreira.

Art. 9º As grades salariais, para cada um dos dois níveis profissionais de empregados públicos, de nível médio e de nível superior, serão estruturadas em 04 (quatro) matrizes, correspondentes a níveis de formação, titulação ou qualificação profissional, seqüenciadas hierarquicamente e com intervalos de 5% entre si, sendo cada uma integrada por 4 (quatro) classes, dispostas em ordem crescente, identificadas pelos numerais romanos de “I” a “IV” e com intervalos de 5%; e, cada uma dessas Classes por sua vez compostas de 07 (sete) Faixas Salariais, simbolizadas pelas letras minúsculas “a” até “g”, com intervalos de 1,7% entre si.

§ 1º. As grades descritas no caput deste artigo terão como salários bases iniciais, vigentes a partir de 1º de setembro do corrente ano de 2012, os valores nominais de: R$ 2.485,00 (dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), para os empregados públicos de nível médio; e de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para os empregados públicos de nível superior, conforme ANEXO I da presente Lei Complementar.

§ 2º. Os valores nominais dos salários bases iniciais referidos no parágrafo anterior ficam majorados, a partir de cada um dos meses de setembro, do biênio 2013 / 2014, com a aplicação do índice linear de 6%, cumulativamente.

§ 3º. Em decorrência do disposto neste artigo e no art. 19 da presente Lei Complementar, ficam extintas, por incorporação ao salário, a partir de 1º de setembro de 2012, a gratificação de desempenho instituída pelo art. 6º da Lei Complementar n° 151 de 16 de Dezembro de 2009, e as demais parcelas remuneratórias constantes do ANEXO II da presente Lei Complementar.

Seção II
Da Carga Horária

Art. 10. Os empregados de que trata esta lei cumprirão Jornada Regular de Trabalho de 8 (oito) horas diárias, ou 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as hipóteses de jornadas laborativas especiais, em regime de turnos ininterruptos de revezamento, organizados em escalas de trabalho, para desempenho de atividades em áreas previamente estabelecidas pela ATI, mediante instrução normativa da presidência, respeitada a proporcionalidade limite de uma hora de trabalho para três de descanso.

CAPÍTULO VI
DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Seção I
Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 11. O desenvolvimento do empregado na carreira do presente PCCS ocorrerá mediante procedimentos de progressão horizontal, progressão vertical e progressão por elevação de nível de qualificação profissional, titulação, nos termos definidos na presente Lei Complementar.

Parágrafo único. A ATI, desenvolverá, fomentará e/ou executará cursos contínuos de capacitação ou qualificação profissional para os empregados integrantes da carreira ora definida, possibilitando as condições indispensáveis à realização da sua progressão funcional, por intermédio de seu órgão de Recursos Humanos.

Art. 12. O empregado, para efeitos de progressão horizontal, motivada, exclusivamente, por critérios de avaliação de desempenho, deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - encontrar-se em efetivo exercício;

II - ter cumprido o período mínimo de 1 (um) ano de exercício na mesma faixa; e

III - ter sido considerado apto no processo de avaliação de desempenho.

Art. 13. Na hipótese de o empregado permanecer por mais de 10 (dez) anos consecutivos, em efetivo exercício, em uma mesma classe, independente da faixa salarial na qual esteja enquadrado, fará jus a progressão vertical automática, por tempo de serviço, nos termos da alínea b, inciso VII do art. 6º, deste PCCS.

Art. 14. Fica vedado o desenvolvimento na carreira ao empregado público que se enquadre em uma das seguintes hipóteses:

I – em disponibilidade;

II – afastado ou licenciado, a qualquer título, sem ônus para o Estado, inclusive para exercício de mandato eletivo;

III – enquanto estiver em exercício de funções ou atividades distintas daquelas inerentes às atribuições do seu emprego público;

IV – que tiver sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, ressalvados os casos em que da própria pena resulte a demissão; ou

V – que estiver em cumprimento de pena disciplinar de suspensão.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos IV e V, somente após o decurso de 2 (dois) anos, a contar da data do término de cumprimento da pena, poderá o empregado progredir ou ser promovido pelo critério de avaliação de desempenho.

Art. 15. O tempo de serviço na classe será contado a partir da data do enquadramento a que se refere o art. 19.

Seção II
Da Progressão por elevação de titulação ou qualificação profissional

Art. 16. Após o enquadramento previsto no art. 22, a progressão por elevação de titulação ou qualificação profissional ocorrerá, a qualquer tempo, para o empregado que adquirir e efetivamente comprovar a respectiva titulação, em áreas correlacionadas ao desempenho das suas atividades, as quais serão regulamentadas por meio de decreto, a vista de proposição da ATI, e, ainda, nas hipóteses em que:

I – o empregado de nível médio concluir, cursos de qualificação profissional, com carga-horária mínima, cumulativa ou não, de 180 (cento e oitenta) horas, em instituições de ensino devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, ou patrocinados pelo seu órgão de lotação e, ainda, em áreas relacionadas às atividades funcionais que desempenhe, conforme regulamento.

II - o empregado de nível superior concluir, cursos de pós-graduação, *lato sensu e stricto sensu*, em instituições de ensino superior devidamente reconhecidas pelo MEC e, ainda, em áreas relacionadas às atividades funcionais que desempenhe, conforme regulamento, observado o seguinte:

a) Cada curso de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, para fins desta Lei Complementar, realizado pelos empregados de nível superior, somente será considerado para uma única progressão.

b) Os cursos de que trata o § 1º, quando ministrados por instituições de ensino do exterior, dependerão de reconhecimento e validação por instituição brasileira competente.

c) Os efeitos pecuniários decorrentes da progressão de que trata o *caput* serão considerados a partir do deferimento por parte da Comissão de que trata o art. 18 da presente Lei Complementar, a qual se manifestará no prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo do respectivo documento comprobatório da titulação auferida.

Seção III
Da progressão horizontal e da promoção vertical por avaliação de desempenho

Art. 17. A progressão por avaliação de desempenho terá os seus critérios definidos por decreto específico, cujo teor disporá, dentre outros disciplinamentos, sobre a avaliação anual do empregado.

CAPÍTULO VII
DA COMISSÃO DE ENQUADRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS – PCCS

Art. 18. Fica instituída, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI, Comissão Administrativa Permanente de Avaliação do Enquadramento e Acompanhamento do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, composta preferencialmente por representantes dos empregados e da administração do órgão.

§ 1º. A Comissão de que trata o *caput* deste artigo terá caráter permanente, e seus membros serão indicados por Portaria da Direção da ATI, para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, uma única vez, por igual período.

§ 2º. Para composição da Comissão, serão designados, preferencialmente, representantes das áreas jurídicas e de recursos humanos do órgão, no total de 6 (seis) membros, bem como 2 (dois) membros representantes dos empregados indicados pela entidade de classe a que pertençam, totalizando até 8 (oito) membros, somados os titulares e os suplentes.

§ 3º. Em decorrência da participação na referida comissão, a qual será computada como de efetivo exercício, os seus membros, titulares ou suplentes, não farão jus à remuneração adicional, a qualquer título.

CAPÍTULO VIII
DO ENQUADRAMENTO NO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS – PCCS

Art. 19. Os empregados de que trata esta lei serão enquadrados nas respectivas Grades Salariais constantes do ANEXO I, a partir da soma algébrica dos valores dos salários e das parcelas remuneratórias descritas no ANEXO II, tomando por referência aqueles individualmente percebidos no mês de agosto de 2012.

Art. 20. Os efeitos pecuniários da incorporação das parcelas descritas no artigo anterior à remuneração dos empregados de que trata esta lei, serão variáveis, segundo o valor das parcelas remuneratórias percebidas individualmente.

Art. 21. Na hipótese do enquadramento de que trata o art. 19 não resultar em reajuste mínimo de 6% (seis por cento), relativamente à soma algébrica mencionada no referido artigo, serão concedidas progressões de faixas, classes e matrizes, especificamente nesta ordem, de modo a garantir o referido reajuste mínimo.

§ 1º. Exclusivamente, para efeito do cálculo de incorporação aludido neste artigo, as horas extras realizadas e percebidas com habitualidade e não incorporadas, serão tomadas pela média aritmética dos valores percebidos nas respectivas folhas de pagamento do período compreendido entre fevereiro e setembro de 2012, limitadas ao valor mensal correspondente a 40 horas extras.

§ 2º. Excepcionalmente, nos meses de setembro de cada ano, do biênio 2013/2014, haverá progressão automática de uma faixa salarial, para a faixa imediatamente subsequente, exceto para aquele empregado cujo enquadramento resultou na ocupação do último nível da carreira, ou que se enquadre nas hipóteses previstas no art. 4º, do Decreto nº 35.013, de 2010, no mês de agosto de 2012.

§ 3º. Os empregados alcançados, no mês de agosto de 2012, pelas hipóteses previstas no art. 4º, do Decreto nº 35.013, de 2010, apenas serão enquadrados na sua respectiva “Grade Salarial” a partir de Setembro de 2014, exceto para aqueles que continuem inseridos nas hipóteses dos incisos I e V, do referido artigo, os quais somente serão enquadrados quando do seu efetivo retorno e exercício das funções do seu emprego.

§ 4º. Ainda em decorrência desse enquadramento, e das incorporações de vantagens preexistentes, referidas no art. 19, não poderá resultar decesso remuneratório, salvo erro de cálculo ou reforma de decisão anterior, cuja eventual ocorrência deverá ser sanada através da concessão de parcela de complementação salarial - “PCS”, inclusive com a garantia do reajuste mínimo mencionado no art. 21.

§5º. O enquadramento definido no §3º deste artigo está condicionado à transação judicial de eventuais demandas trabalhistas decorrentes da aplicação do disposto no art. 4º do Decreto nº 35.013, de 2010, ou mediante manifestação formal individual de que não há litígios sobre a mesma, sendo assegurados aos empregados do segmento ali indicado, reajustes lineares de 6% em setembro de cada ano, do biênio 2012/2013, bem como a transformação, a partir de 1.º de setembro de 2012, em Parcela Autônoma de Vantagem Pessoal-PAVP, das parcelas remuneratórias referidas no art. 19.

§ 6º. Fica ainda assegurado aos empregados de que trata o parágrafo antecedente, quando do seu efetivo enquadramento, a concessão das duas faixas salariais referidas no § 2º deste artigo, oportunidade em que serão incorporados ao seu salário base os valores percebidos, até então, relativos à “PAVP”, bem como do montante correspondente à aplicação do índice de 15% (quinze por cento) incidente sobre os salários praticados em agosto de 2012, correspondentes à gratificação de desempenho, de que trata o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.985/2006.

Art. 22. A partir de 1.º de setembro de 2014, haverá enquadramento dos empregados de que trata esta lei, pelo critério de titulação ou qualificação profissional, cujo necessário processo de apresentação das suas respectivas documentações comprobatórias individuais deverá ser formalizado, a partir de janeiro e até o final do primeiro semestre daquele ano, a uma Comissão Administrativa Permanente de Acompanhamento dos “PCCS”, a ser legalmente instituída por Portaria da ATI.

Art. 23. Os casos omissos na presente Lei Complementar serão analisados pela Comissão Administrativa Permanente de Avaliação do Enquadramento e Acompanhamento do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que emitirá parecer técnico circunstanciado a respeito e o submeterá à deliberação da Câmara de Política de Pessoal – CPP.

CAPÍTULO IX
DOS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS

Art. 24. São benefícios específicos das carreiras de que trata esta lei:

I - Auxílio Natalidade, a cada nascimento de filho, no valor de R$ 289,04 (duzentos e oitenta e nove reais e quatro centavos);

II - Auxílio Casamento, no valor de R$ 289,04 (duzentos e oitenta e nove reais e quatro centavos), sempre que o empregado contrair matrimônio;

III - Auxílio Funeral, em virtude de falecimento de cada um dos dependentes previdenciários, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, a contar da entrega mediante protocolo, do atestado de óbito respectivo no Departamento de Recursos Humanos, obedecidos os seguintes critérios:

a) do nível salarial Médio, o auxilio funeral será outorgado no valor correspondente a R$ 578,08 (quinhentos e setenta e oito reais e oito centavos);

b) do nível salarial Superior, o auxílio funeral será outorgado no valor correspondente a R$ 289,04 (duzentos e oitenta e nove reais e quatro centavos);

Parágrafo único. Em caso de óbito do empregado, o auxilio funeral será concedido ao cônjuge supérstite e, na sua falta, aos dependentes previdenciários, em frações iguais.

IV - Licença Amamentação, à empregada puérpera, até o limite temporal de 9 (nove) meses posteriores ao parto, liberação do trabalho equivalente a 2 (duas) horas diárias para o caso de laborar a mesma em jornada de 8 (oito) haras diárias, e de 1 (uma) hora diária acaso esteja a empregada puérpera obrigada a trabalhar em regime de 6 (seis) horas diárias. Nesta última hipótese, a empregada puérpera renuncia ao direito ao intervalo intrajornada de 15 minutos, em virtude da redução temporária da jornada de trabalho;

V - Auxílio Creche, no importe máximo de R$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais), por filho (a) dependente até a faixa etária de 6 (seis) anos de idade, somente extinguindo-se o direito em foco quando o menor impúbere atingir a idade de 7 (sete) anos, observando que na hipótese de existir empregados cônjuges, apenas 1 (um) deles auferirá o benefício ajustado neste inciso. O pagamento do auxílio creche será efetuado na folha salarial seguinte, devendo o empregado beneficiário apresentar recibo a ATI até o dia 10 (dez) de cada mês;

VI - Liberação da jornada de trabalho por 2 (duas) horas diárias, até o máximo de 5 (cinco) dias úteis, visando o acompanhamento de

filhos de até 5 (cinco) anos no período de Adaptação Escolar. Esta liberação somente se dará em caso de ingresso do filho na primeira escola/creche ou por eventual mudança de escola/creche, após prévia e formal solicitação do estabelecimento de ensino;

VII - A ATI garantirá o acesso da representação dos empregados a suas dependências para distribuição de informativos e breves comunicados, e, ainda, mediante permissão prévia da direção, o Sindicato profissional poderá realizar breves reuniões nos locais de trabalho designados pela direção empresarial;

VIII – A ATI solicitará a liberação dos empregados, lotados em outros órgãos e entidades, com 30 (trinta) minutos de antecedência visando a participação dos mesmos em assembleia geral da categoria profissional, desde que o Sindicato Profissional comprometa-se a aprazar reuniões e assembleias gerais com os seus empregados em horários que não se sobreponham em mais de 01 (uma) hora o horário normal de trabalho;

IX - No caso de a Superintendência Regional do Trabalho promover fiscalização no âmbito da ATI, a representação sindical poderá acompanhar a diligência correlata em sua inteireza;

X – A ATI concederá, sem prejuízo do que dispõe a legislação trabalhista, ao empregado que perder, temporariamente, a capacidade de trabalho, o Benefício Especial de Complementação do Auxílio Doença pago pelo INSS, ou órgão que o substitua, para sua remuneração integral líquida, observado o seguinte:

a) Como Remuneração Integral Líquida, entende-se a soma do salário base do empregado mais vantagens inerentes ao exercício das funções, deduzidos os descontos legais;

b) O benefício de que trata este inciso somente será concedido após a comprovação, por autoridade competente, da efetiva perda de capacidade laborativa;

c) Depois de concedido o benefício constante deste inciso, haverá acompanhamento mensal pela área de Recursos Humanos que verificando a inobservância, pelo empregado, dos procedimentos indicados para a sua recuperação, fará comunicação à área de pessoal com a finalidade de suspender o benefício, conforme regulamento;

d) A duração do beneficio não poderá ultrapassar a da efetiva perda temporária de capacidade de trabalho;

XI - Vale-Refeição, Vale-Transporte e Diárias conforme as disposições constantes na Legislação Estadual;

XII - Licença para Exercício de Mandato Sindical nos termos do disposto no Decreto nº 32.235, de 2008;

XIII - Limite para Consignações em Folha de Pagamento disciplinado pelo Decreto nº 37.355, de 2011.

Art. 25. O art. 19 da Lei Complementar n° 85, de 31 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.19.....
.....

§5º. A gratificação instituída no caput deste artigo poderá ser concedida aos empregados públicos estaduais integrantes do quadro de pessoal da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, desde que satisfaçam aos requisitos estabelecidos para sua concessão, observados os quantitativos fixados em decreto." (AC)

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 27. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos até a extinção do último vínculo contratual dos empregados públicos, de que trata este normativo, com a ATI.

Art. 28. Revoga-se a Lei Complementar nº 151, de 16 de dezembro de 2009, e o art. 6º da Lei n.º 12.985, de 2 de janeiro de 2006.

ANEXO I

GRADE DE SALÁRIO DOS CARGOS PÚBLICOS QUE INDICA, INTEGRANTES DO QUADRO SUPLEMENTAR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – QSTI

CARGO PÚBLICO DE ANALISTA EM GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DE NATUREZA CELETISTA – SÍMBOLO AGTIC
(Valores nominais válidos a partir de 1º de setembro de 2012, para carga horária de 40 horas/semanais)

Matrizes (com intervalos de 5%)	Série de Classes (com intervalos de 5%)						
				I			
Pós-Graduação Stricto Sensu	5.750,00	5.847,75	5.947,16	6.048,26	6.151,08	6.255,65	6.362,00
Pós-Graduação Lato Sensu 360h	5.500,00	5.593,50	5.688,59	5.785,30	5.883,65	5.983,67	6.085,39
Pós-Graduação 180h	5.250,00	5.339,25	5.430,02	5.522,33	5.616,21	5.711,68	5.808,78
Graduação	5.000,00	5.085,00	5.171,45	5.259,36	5.348,77	5.439,70	5.532,17
Faixas Salariais (com intervalos de 1,7%)	a	b	c	d	e	f	g
Matrizes (com intervalos de 5%)				II			
Pós-Graduação Stricto Sensu	6.680,10	6.793,66	6.909,15	7.026,61	7.146,06	7.267,54	7.391,09
Pós-Graduação Lato Sensu 360h	6.389,66	6.498,28	6.608,75	6.721,10	6.835,36	6.951,56	7.069,74
Pós-Graduação 180h	6.099,22	6.202,91	6.308,36	6.415,60	6.524,66	6.635,58	6.748,39
Graduação	5.808,78	5.907,53	6.007,96	6.110,09	6.213,97	6.319,60	6.427,04
Faixas Salariais (com intervalos de 1,7%)	a	b	c	d	e	f	g
Matrizes (com intervalos de 5%)				III			
Pós-Graduação Stricto Sensu	7.760,65	7.892,58	8.026,75	8.163,21	8.301,98	8.443,11	8.586,65
Pós-Graduação Lato Sensu 360h	7.423,23	7.549,42	7.677,76	7.808,28	7.941,02	8.076,02	8.213,31
Pós-Graduação 180h	7.085,81	7.206,27	7.328,77	7.453,36	7.580,07	7.708,93	7.839,98
Graduação	6.748,39	6.863,11	6.979,78	7.098,44	7.219,11	7.341,84	7.466,65
Faixas Salariais (com intervalos de 1,7%)	a	b	c	d	e	f	g
Matrizes (com intervalos de 5%)				IV			
Pós-Graduação Stricto Sensu	9.015,98	9.169,25	9.325,13	9.483,66	9.644,88	9.808,84	9.975,59
Pós-Graduação Lato Sensu 360h	8.623,98	8.770,59	8.919,69	9.071,32	9.225,53	9.382,37	9.541,87
Pós-Graduação 180h	8.231,98	8.371,92	8.514,25	8.658,99	8.806,19	8.955,90	9.108,15
Graduação	7.839,98	7.973,26	8.108,81	8.246,66	8.386,85	8.529,43	8.674,43
Faixas Salariais (com intervalos de 1,7%)	a	b	c	d	e	f	g

CARGO PÚBLICO DE ASSISTENTE EM GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DE NATUREZA CELETISTA – SÍMBOLO AsGTIC
(Valores nominais válidos a partir de 1º de setembro de 2012, para carga horária de 40 horas/semanais)

Matrizes (com intervalos de 5%)	Série de Classes (com intervalos de 5%)						
				I			
Ensino Médio Completo (cursos de qualificação com carga horária de 320 horas)	2.857,75	2.906,33	2.955,74	3.005,99	3.057,09	3.109,06	3.161,91
Ensino Médio Completo (cursos de qualificação com carga horária de 240 horas)	2.733,50	2.779,97	2.827,23	2.875,29	2.924,17	2.973,88	3.024,44
Ensino Médio Completo (cursos de qualificação com carga horária de 180 horas)	2.609,25	2.653,61	2.698,72	2.744,60	2.791,25	2.838,71	2.886,96
Ensino Médio Completo	2.485,00	2.527,25	2.570,21	2.613,90	2.658,34	2.703,53	2.749,49
Faixas Salariais (com intervalos de 1,7%)	a	b	c	d	e	f	g
				II			
Ensino Médio Completo (cursos de qualificação com carga horária de 320 horas)	3.320,01	3.376,45	3.433,85	3.492,22	3.551,59	3.611,97	3.673,37
Ensino Médio Completo (cursos de qualificação com carga horária de 240 horas)	3.175,66	3.229,65	3.284,55	3.340,39	3.397,17	3.454,93	3.513,66
Ensino Médio Completo (cursos de qualificação com carga horária de 180 horas)	3.031,31	3.082,84	3.135,25	3.188,55	3.242,76	3.297,88	3.353,95
Ensino Médio Completo	2.886,96	2.936,04	2.985,96	3.036,72	3.088,34	3.140,84	3.194,24
Faixas Salariais (com intervalos de 1,7%)	a	b	c	d	e	f	g
				III			
Ensino Médio Completo (cursos de qualificação com carga horária de 320 horas)	3.857,04	3.922,61	3.989,30	4.057,11	4.126,08	4.196,23	4.267,56
Ensino Médio Completo (cursos de qualificação com carga horária de 240 horas)	3.689,34	3.752,06	3.815,85	3.880,72	3.946,69	4.013,78	4.082,02
Ensino Médio Completo (cursos de qualificação com carga horária de 180 horas)	3.521,65	3.581,51	3.642,40	3.704,32	3.767,29	3.831,34	3.896,47
Ensino Médio Completo	3.353,95	3.410,97	3.468,95	3.527,92	3.587,90	3.648,89	3.710,92
Faixas Salariais (com intervalos de 1,7%)	a	b	c	d	e	f	g
				IV			
Ensino Médio Completo (cursos de qualificação com carga horária de 320 horas)	4.480,94	4.557,12	4.634,59	4.713,38	4.793,50	4.874,99	4.957,87
Ensino Médio Completo (cursos de qualificação com carga horária de 240 horas)	4.286,12	4.358,98	4.433,08	4.508,45	4.585,09	4.663,04	4.742,31
Ensino Médio Completo (cursos de qualificação com carga horária de 180 horas)	4.091,29	4.160,85	4.231,58	4.303,52	4.376,68	4.451,08	4.526,75
Ensino Médio Completo	3.896,47	3.962,71	4.030,08	4.098,59	4.168,26	4.239,12	4.311,19
Faixas Salariais (com intervalos de 1,7%)	a	b	c	d	e	f	g

ANEXO – II

VANTAGENS PECUNIÁRIAS EXTINTAS, OBJETO DA AGREGAÇÃO AO SALÁRIO BASE

DENOMINAÇÃO DA VANTEGEM	CÓDIGO NO SADRH *
Adicional de Tempo de Serviço (Anuênio)	003
Auxílio Saúde (UNIMED)	007
Adicional de Hora Extra – Descanso Remunerado Sobre Hora Extra Trabalhada	017
Adicional de Hora Extra – Descanso Remunerado Sobre Hora Extra Trabalhada Durante o Período Noturno	019
Adicional de Hora Extra – Pagamento de Hora Extra "B" (50% do SB)	041
Descanso Remunerado Sobre Hora Extra "I" (Incorporado)	044
Adicional de Hora Extra – Pagamento de Hora Extra "B" (50% do SB) Permanente	045
Adicional de Hora Extra – Pagamento de Hora Extra "D" (70% do SB) Permanente	050
Adicional de Hora Extra – Pagamento de Hora Extra "E" (110% do SB)	051
Descanso Remunerado Sobre Adicional Noturno "I" (Incorporado)	054
Adicional de Hora Extra – Pagamento de Hora Extra "E" (110% do SB) Permanente	055
Adicional Noturno	056
Adicional Noturno - Permanente	058
Adicional de Hora Extra – Pagamento de Hora Extra "F" (120% do SB)	066
Ressarcimento de Plano de Saúde Externo	105
Adicional Por trabalho em regime de Sobreaviso	150
Gratificação Por Desempenho	268

OBS.: * SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DA ENTIDADE ACORDANTE.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 10ª Comissões.

MENSAGEM Nº 151/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei Complementar que institui, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, e determina outras providências.

A presente proposição dá continuidade ao processo de reconhecimento do servidor estadual, o qual busca a sua valorização por meio da organização das estruturas salariais e da implantação de planos de cargos, carreiras e vencimentos.

Cabe ressaltar que o presente Projeto é também fruto das negociações com o sindicato da categoria, refletindo o compromisso das partes, governo e servidores, na construção equilibrada e consequente do epigrafado PCCV.

Na certeza de contar com o indispensável apoio para apreciação deste Projeto, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e Ilustres Deputados protestos de elevado apreço e distinta consideração, solicitando a adoção do regime de urgência previsto no art. 21 da Constituição do Estado.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Complementar N° 1213/2012

Ementa: Institui, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, e determina outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV, para os servidores públicos ocupantes dos cargos integrantes do Grupo Ocupacional de Tecnologia da Informação e Comunicação - *GOTIC*, ora estabelecido, da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, vinculada à Secretaria de Administração - SAD, observados os princípios gerais da administração pública, definidos na Constituição Estadual e na Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, bem como as disposições da Lei nº 12.985, de 2 de Janeiro de 2006, e alterações.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei Complementar, o Grupo Ocupacional de que trata o *caput* deste artigo será integrado pelo cargo público efetivo, de natureza estatutária, de ANALISTA EM GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, de nível superior, símbolo *AGTIC*, o qual albergará os cargos públicos criados pelo art. 3º da Lei nº 12.985, de 2006, por redenominação desses, e que passam a integrá-lo, na condição jurídica de funções respectivas desse novo cargo.

Art. 2º O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, de que trata a presente Lei Complementar, estabelece a nova estrutura de carreira do cargo público que indica, suas atribuições e vencimentos, como também institui instrumentos que possibilitem melhor desempenho individual e institucional, além de estabelecer critérios para a progressão horizontal e vertical, considerando, ainda, aspectos de titulação e de desempenho para o desenvolvimento na carreira.

Art. 3º As funções relacionadas ao cargo de que trata o art. 1º, a sua síntese de atribuições, as suas prerrogativas institucionais, e os seus requisitos de ingresso serão definidos em decreto específico, a ser editado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta Lei Complementar, observados os parâmetros legalmente definidos.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 4º Nos termos desta Lei Complementar, os princípios e diretrizes que norteiam e regulam o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV são:

I – Universalidade – alberga todos os servidores públicos integrantes do Quadro Próprio de Pessoal Permanente, de que trata a presente Lei Complementar;

II – Equidade – assegura aos servidores públicos, no exercício das suas funções e desempenho das respectivas atribuições de cada cargo, igualdade de direitos, obrigações e deveres;

III – Participação na Gestão – visa à adequação deste PCCV às necessidades da ATI, assegurada a observância dos critérios de avaliação de desempenho e desenvolvimento profissional;

IV – Instrumento de Gestão – o PCCV deverá se constituir num instrumento gerencial permanente de política de pessoal, integrado ao planejamento e ao desenvolvimento organizacional;

V – Qualificação Profissional – elemento básico da valorização do servidor, compreendendo o desenvolvimento sistemático voltado para sua capacitação e qualificação profissional; e

VI – Educação Permanente – atendimento das necessidades de atualização, capacitação e qualificação profissional dos servidores.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS

Art. 5º O presente Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, ora instituído, tem por objetivo principal dinamizar a estrutura de carreira do cargo de que trata esta Lei Complementar, destacando a profissionalização e qualificação dos agentes públicos envolvidos, com vistas à melhoria da qualidade dos serviços essenciais prestados à sociedade, além dos seguintes objetivos específicos:

I – valorizar a carreira, dotando-a de estrutura eficaz e compatível com as necessidades dos serviços a que se destinam, além de estabelecer mecanismos e instrumentos que regulem o desenvolvimento funcional e remuneratório na respectiva carreira;

II – adotar o princípio do mérito para desenvolvimento na carreira, mediante a valoração do conhecimento adquirido pelas titulações acadêmicas e corporativas, e por meio da avaliação da competência e do desempenho funcional do servidor;

III – manter corpo profissional de alto nível, dotado de conhecimentos, valores e habilidades compatíveis com a responsabilidade político-adiministrativo-institucional da ATI;

IV – integrar o desenvolvimento profissional ao desempenho da missão institucional da ATI; e

V – implementar a avaliação de desempenho institucional, a qual contemplará, dentre outros objetivos, a compatibilização aferida entre as atribuições individuais e as metas predeterminadas para a entidade.

CAPÍTULO IV
DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Art. 6º Para os efeitos desta Lei Complementar considerar-se-á:

I – Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV: conjunto de normas e procedimentos que disciplinam o ingresso e instituem oportunidades e estímulos ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores de forma a contribuir com a qualidade e melhoria dos serviços prestados pela entidade, constituindo-se em instrumento de gestão da política de pessoal;

II – Servidor Público: pessoa legalmente investida em cargo público de natureza estatutária e de provimento efetivo, no desempenho de funções correlatas;

III – Cargo: conjunto de atribuições instituídas e disciplinadas por lei, concernentes aos deveres e direitos dos servidores;

IV – Função Pública: conjunto dos direitos, obrigações e atribuições inerentes ao servidor público, legalmente investido em cargo público de natureza estatutária;

V – Carreira: organização de cargos de natureza estatutária, estruturados em um Quadro Permanente de Pessoal, hierarquicamente, em faixas e classes de retribuição remuneratória correspondentes, cuja progressão funcional obedece a regras específicas;

VI – Classe: corresponde a um conjunto de faixas salariais de um mesmo cargo, estabelecendo níveis de desenvolvimento vertical na carreira;

VII – Matriz: conjunto de classes seqüenciadas e estruturadas de acordo com a titulação, constituindo, ainda, a linha natural de progressão do servidor público na carreira;

VIII – Grupo Ocupacional: conjunto de cargos de atividades profissionais correlatas ou afins quanto à natureza dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimento aplicado em seu desempenho;

IX – Faixa: divisão de uma classe em escalas de vencimento base, constituindo a linha de progressão horizontal do servidor;

X– Grade Vencimental: conjunto de matrizes de vencimento base referente a cada cargo;

XI – Progressão Horizontal: correspondente à passagem do servidor, decorrido o lapso temporal do estágio probatório, de uma faixa de vencimento base para a imediatamente superior, dentro de uma mesma classe, na estrutura do cargo que ocupa, determinada, exclusivamente, por critérios de desempenho;

XII – Progressão Vertical: corresponde à passagem do servidor da classe em que se encontre para a faixa inicial da classe imediatamente superior, nas seguintes hipóteses:

a) motivada por critérios de avaliação de desempenho quando se encontre na última faixa salarial de uma classe, e

b) motivada por tempo de serviço, automaticamente, quando se encontre por mais de 10 (dez) anos na mesma classe;

XIII – Progressão por elevação de nível de qualificação profissional, titulação ou escolaridade: mudança de matriz, respeitada a classe e faixa anteriormente ocupadas, condicionada à comprovação da titulação, qualificação profissional ou escolaridade exigida;

XIV – Vencimento-base: valor da parcela de retribuição pecuniária atribuída mensalmente ao cargo público ocupado, para cada uma das faixas salariais das classes;

XV – Enquadramento: é o ato pelo qual se estabelece a posição do servidor público em determinada faixa, da respectiva classe, da matriz correspondente por meio de análise jurídico-funcional, considerando o vencimento-base percebido anteriormente à vigência do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento;

XVI – Interstício: percentual estabelecido entre as matrizes, entre as classes e entre as faixas;

XVII – Avaliação de Desempenho: é o processo de avaliação continuada do servidor público que se destina à apuração por critérios pré-estabelecidos e à análise do comprometimento com os objetivos específicos do cargo, considerando as metas institucionais e as condições de trabalho que comprovadamente as influenciem.

CAPÍTULO V
DA ESTRUTURA, DOS VENCIMENTOS DO CARGO E DA JORNADA DE TRABALHO

Seção I
Da Estrutura e Dos Vencimentos Do Cargo

Art. 7º O cargo de provimento efetivo ora organizado em carreira é caracterizado por sua denominação, descrição de suas respectivas atribuições e pelos requisitos de instrução exigíveis para ingresso no mesmo, nos termos definidos no decreto de que trata o art. 3º da presente Lei Complementar.

§ 1º. Cada classe do cargo do Grupo Ocupacional de que trata a presente Lei Complementar é identificada hierarquicamente, por ordinal de classe, da primeira classe, menos elevada, até a quarta classe, como a mais elevada.

§ 2º. Cada matriz do cargo de que trata a presente Lei Complementar é igualmente identificada hierarquicamente, correspondendo, cada uma, aos critérios de titulação estabelecidos na respectiva grade vencimental.

Art. 8º A fixação dos padrões de vencimento-base do cargo de que trata a presente Lei Complementar observará:

I – a natureza, a prerrogativa da carreira, o grau de responsabilidade funcional e a complexidade técnica da atividade e das atribuições do cargo integrante da carreira;

II – os requisitos para a investidura; e

III – as peculiaridades do cargo.

Art. 9º A grade de vencimento-base atribuída ao cargo de que trata a presente Lei Complementar está estruturada em 4 (quatro) matrizes, correspondentes a níveis de titulação, seqüenciadas hierarquicamente, cada uma integrada por 4 (quatro) classes dispostas em ordem crescente, identificadas pelos numerais romanos de “I” a “IV”, subdivididas em 7 (sete) faixas salariais, correspondentes às letras minúsculas “a” até “g”, com interstícios e respectivos valores de vencimento-base definidos nos termos do Anexo Único desta Lei Complementar, vigentes a partir de 1º de setembro de 2012.

§ 1º. Os valores nominais de vencimento base referidos no *caput* deste artigo ficam majorados, a partir de cada um dos meses de setembro, do biênio 2013 / 2014, com a aplicação do índice linear de 6%, cumulativamente.

§ 2º. Em decorrência do disposto neste artigo e no art. 21 da presente Lei Complementar, fica extinta, por incorporação ao vencimento base, a partir de 1.º de setembro de 2012, a gratificação de desempenho instituída pelo art. 4º da Lei n.º 12.985, de 2006.

Seção II
Da Carga Horária

Art. 10. A jornada de trabalho dos servidores integrantes do Grupo Ocupacional de Tecnologia da Informação e Comunicação – *GOTIC* será de 8 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. Os servidores de que trata o caput deste artigo poderão cumprir jornada especial de trabalho, em regime de plantão, aplicável às atividades essenciais da ATI, que será fixada em razão da necessidade dos serviços, respeitada a proporcionalidade de uma hora de trabalho para três de repouso, cujos critérios serão definidos em regulamento específico.

CAPÍTULO VI
DO INGRESSO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Seção I
Do Ingresso na Carreira

Art. 11. O ingresso ou provimento no cargo que compõe o Grupo Ocupacional de Tecnologia da Informação e Comunicação – GOTIC dar-se-á através da nomeação, após aprovação no respectivo concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos da legislação pertinente.

§ 1º. Constituem requisitos de formação ou escolaridade para o ingresso no cargo componente do Grupo Ocupacional de Tecnologia da Informação e Comunicação – GOTIC, os constantes nas respectivas descrições de cargos, a serem definidas no decreto de que trata o art. 3º desta Lei Complementar.

§ 2º. O ingresso de que trata o *caput* deste artigo será na faixa de vencimento-base correspondente ao nível inicial da carreira do respectivo cargo, na classe I, da primeira matriz.

Seção II
Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 12. O desenvolvimento do servidor na carreira do presente PCCV ocorrerá mediante procedimentos de progressão horizontal, progressão vertical e progressão por elevação de nível de qualificação profissional, titulação ou escolaridade, nos termos definidos na presente Lei Complementar.

Parágrafo único. A ATI, desenvolverá, fomentará e/ou executará cursos contínuos de capacitação ou qualificação profissional para os ocupantes dos cargos integrantes da carreira ora definida, possibilitando as condições indispensáveis à realização da sua progressão funcional, por intermédio de seu órgão de Recursos Humanos.

Art. 13. O servidor, para efeitos de progressão horizontal, motivada, exclusivamente, por critérios de avaliação de desempenho, deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - encontrar-se em efetivo exercício;

II - ter cumprido o período mínimo de 1 (um) ano de exercício na mesma faixa, após adquirir a respectiva estabilidade; e

III - ter sido considerado apto no processo de avaliação de desempenho.

Parágrafo único. Durante o período compreendido pelos 3 (três) primeiros anos de exercício, o servidor permanecerá na primeira faixa da primeira classe e será submetido à avaliação periódica de desempenho em estágio probatório, ao final do qual, se considerado apto, será declarado estável.

Art. 14. Na hipótese de o servidor permanecer por mais de 10 (dez) anos consecutivos, em efetivo exercício, em uma mesma classe, independente da faixa salarial na qual esteja enquadrado, fará jus a progressão vertical automática, por tempo de serviço, nos termos da alínea b, inciso XII do art. 6º, deste PCCV.

Art. 15. Fica vedado o desenvolvimento na carreira ao servidor que se enquadre em uma das seguintes hipóteses:

I – em estágio probatório ou em disponibilidade;

II – afastado ou licenciado, a qualquer título, sem ônus para o Estado, inclusive para exercício de cargo eletivo;

III – enquanto estiver em exercício de funções ou atividades distintas daquelas inerentes ao seu cargo efetivo;

IV – que tiver sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, ressalvados os casos em que da própria pena resulte a demissão; ou

V – que estiver em cumprimento de pena disciplinar de suspensão.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos IV e V, somente após o decurso de 2 (dois) anos, a contar da data do término de cumprimento da pena, poderá o servidor progredir ou ser promovido pelo critério de avaliação de desempenho.

Art. 16. O tempo de serviço na classe será contado:

I - nos casos de nomeação, reversão ou aproveitamento, a partir da data em que o servidor assumir o exercício do cargo; e

II - nos casos de promoção ou progressão, a partir da vigência do respectivo ato concessivo.

Subseção I
Da Progressão por elevação de titulação

Art. 17. A progressão por elevação de titulação ocorrerá a qualquer tempo, observado o cumprimento do estágio probatório, para o servidor que adquirir e efetivamente comprovar a respectiva titulação, em áreas correlacionadas ao desempenho das atividades do cargo que ocupa, as quais serão regulamentadas por meio de decreto, a vista de proposição da ATI, e, ainda, nas hipóteses em que o servidor ocupante de cargo de nível superior, concluir, cursos de pós-graduação, *lato sensu e stricto sensu*, em instituições de ensino superior devidamente reconhecidas pelo MEC e, ainda, em áreas relacionadas às atividades funcionais que desempenhe.

§ 1º. Cada curso de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, para fins desta Lei Complementar, realizado por ocupantes dos cargos de nível superior, somente será considerado para uma única progressão.

§ 2º. Os cursos de que trata o § 1º, quando ministrados por instituições de ensino do exterior, dependerão de reconhecimento e validação por instituição brasileira competente.

§ 3º. Os efeitos pecuniários decorrentes da progressão de que trata o *caput* serão considerados a partir do deferimento por parte da Comissão de que trata o art. 20 da presente Lei Complementar, a qual se manifestará no prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo do respectivo documento comprobatório da titulação auferida.

Subseção II
Da progressão horizontal e da promoção vertical por avaliação de desempenho

Art. 18. A progressão ou a promoção, por avaliação de desempenho, terão os seus critérios definidos por decreto específico, cujo teor disporá, dentre outros disciplinamentos, sobre a avaliação anual do servidor.

CAPÍTULO VII
DA COMISSÃO DE ENQUADRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS – PCCV

Art. 19. Fica instituída, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI, Comissão Administrativa Permanente de Avaliação do Enquadramento e Acompanhamento do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, composta por representantes dos servidores e da administração do órgão.

§ 1º. A Comissão de que trata o *caput* deste artigo terá caráter permanente, e seus membros serão indicados por Portaria da Direção da ATI, para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, uma única vez, por igual período.

§ 2º. Para composição da Comissão, serão designados, preferencialmente, representantes das áreas jurídicas e de recursos humanos do órgão, no total de 6 (seis) membros, bem como 2 (dois) membros representantes dos servidores indicados pela entidade de classe a que pertençam, totalizando até 8 (oito) membros, somados os titulares e os suplentes.

§ 3º. Em decorrência da participação na referida comissão, a qual será computada como de efetivo exercício, os seus membros, titulares ou suplentes, não farão jus à remuneração adicional, a qualquer título.

CAPÍTULO VIII
DO ENQUADRAMENTO NO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS – PCCV

Art. 20. O enquadramento inicial do servidor no presente Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV dar-se-á na faixa salarial inicial da carreira, nos termos definidos no art. 11 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Para os atuais ocupantes dos cargos redenominados de que trata a presente Lei Complementar, o enquadramento no PCCV observará, excepcionalmente, as regras estabelecidas nas suas disposições finais e transitórias.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. Para os servidores lotados e em efetivo exercício na ATI, até 31 de agosto de 2012, ocupantes dos cargos mencionados nesta lei complementar, ora redenominados, o enquadramento no presente Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dar-se-á, excepcionalmente, em 2 (duas) etapas distintas, sucessivas e complementares, observado o critério de valor de remuneração e nível de titulação.

§ 1º. Na primeira etapa, os servidores serão enquadrados, a partir de 1º de setembro de 2012, na faixa salarial “b”, classe “I” da matriz inicial da respectiva grade do cargo.

§ 2º. Ainda em caráter excepcional, os servidores referidos no *caput* deste artigo farão jus a progressão horizontal automática de 2 (duas) faixas salariais, sendo 1 (uma) em 1º de janeiro de 2013 e a outra em 1º de setembro de 2013, bem como de mais 2 (duas) faixas a partir de 1º de setembro de 2014.

§ 3º. Na segunda e última etapa do enquadramento, considerar-se-á o nível de titulação dos servidores, quando estes, mantida a respectiva classe e faixa de enquadramento, decorrente da etapa antecedente e das progressões automáticas mencionadas, serão enquadrados na matriz de vencimento-base correspondente ao respectivo nível de titulação, cujos eventuais efeitos financeiros se darão a partir de 1º de novembro de 2014.

§ 4º. O enquadramento de que tratam os parágrafos antecedentes não contemplará o servidor em período de estágio probatório.

Art. 22. Os servidores que se encontrem em licença sem vencimento, quando da implantação do PCCV, apenas serão enquadrados quando do seu efetivo retorno e exercício das funções do seu cargo.

Art. 23. Os casos omissos na presente Lei Complementar serão analisados pela Comissão Administrativa Permanente de Avaliação do Enquadramento e Acompanhamento do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, que emitirá parecer técnico circunstanciado a respeito e o submeterá à deliberação da Câmara de Política de Pessoal – CPP.

Art. 24. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 25. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26. Revogam-se todas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 151, de 16 de dezembro de 2009, e o inciso "I", do art. 3º e os arts. 4º e 6º da Lei nº 12.985, de 2 de janeiro de 2006.

ANEXO ÚNICO

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE ANALISTA EM GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – AGTIC, INTEGRANTE DO GRUPO OCUPACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - GOTIC
(Valores nominais válidos a partir de 1º de setembro de 2012, para carga horária de 40 horas/semanais)

Matrizes **(com intervalos de 5%)**	Série de Classes **(com intervalos de 5%)**						
				I			
Pós-Graduação Stricto Sensu	5.750,00	5.847,75	5.947,16	6.048,26	6.151,08	6.255,65	6.362,00
Pós-Graduação Lato Sensu 360h	5.500,00	5.593,50	5.688,59	5.785,30	5.883,65	5.983,67	6.085,39
Pós-Graduação 180h	5.250,00	5.339,25	5.430,02	5.522,33	5.616,21	5.711,68	5.808,78
Graduação	5.000,00	5.085,00	5.171,45	5.259,36	5.348,77	5.439,70	5.532,17
Faixas Salariais **(com intervalos de 1,7%)**	a	b	c	d	e	f	g
Matrizes **(com intervalos de 5%)**				II			
Pós-Graduação Stricto Sensu	6.680,10	6.793,66	6.909,15	7.026,61	7.146,06	7.267,54	7.391,09
Pós-Graduação Lato Sensu 360h	6.389,66	6.498,28	6.608,75	6.721,10	6.835,36	6.951,56	7.069,74
Pós-Graduação 180h	6.099,22	6.202,91	6.308,36	6.415,60	6.524,66	6.635,58	6.748,39
Graduação	5.808,78	5.907,53	6.007,96	6.110,09	6.213,97	6.319,60	6.427,04
Faixas Salariais **(com intervalos de 1,7%)**	a	b	c	d	e	f	g
Matrizes **(com intervalos de 5%)**				III			
Pós-Graduação Stricto Sensu	7.760,65	7.892,58	8.026,75	8.163,21	8.301,98	8.443,11	8.586,65
Pós-Graduação Lato Sensu 360h	7.423,23	7.549,42	7.677,76	7.808,28	7.941,02	8.076,02	8.213,31
Pós-Graduação 180h	7.085,81	7.206,27	7.328,77	7.453,36	7.580,07	7.708,93	7.839,98
Graduação	6.748,39	6.863,11	6.979,78	7.098,44	7.219,11	7.341,84	7.466,65
Faixas Salariais **(com intervalos de 1,7%)**	a	b	c	d	e	f	g
Matrizes **(com intervalos de 5%)**				IV			
Pós-Graduação Stricto Sensu	9.015,98	9.169,25	9.325,13	9.483,66	9.644,88	9.808,84	9.975,59
Pós-Graduação Lato Sensu 360h	8.623,98	8.770,59	8.919,69	9.071,32	9.225,53	9.382,37	9.541,87
Pós-Graduação 180h	8.231,98	8.371,92	8.514,25	8.658,99	8.806,19	8.955,90	9.108,15
Graduação	7.839,98	7.973,26	8.108,81	8.246,66	8.386,85	8.529,43	8.674,43
Faixas Salariais **(com intervalos de 1,7%)**	a	b	c	d	e	f	g

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 10ª Comissões.

MENSAGEM Nº 152/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei que institui o Programa Irrigação Para Todos, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

O Programa Irrigação para Todos, consiste em parceria com os pequenos produtores da agricultura familiar, tendo por objetivo a implantação de áreas de produção agrícola, por meio do fornecimento de irrigação comunitária, de assistência técnica, de extensão rural, de regularização fundiária e de gestão com sustentabilidade.

O Programa de Irrigação para Todos busca a inclusão social, sendo mais uma iniciativa do Governo do Estado, em benefício aos pequenos produtores da agricultura familiar, que desenvolvem suas atividades em áreas de sequeiro, e que não muito raro sofrem com as secas que agravam a produção agrícola.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1214/2012

Ementa: Institui o Programa Irrigação para Todos, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Programa Irrigação para Todos, que consiste em parceria com os pequenos produtores da agricultura familiar, que tem por objetivo a implantação de áreas de produção agrícola, por meio do fornecimento de irrigação comunitária, de assistência técnica, de extensão rural, de regularização fundiária e de gestão com sustentabilidade.

Art. 2º O Programa Irrigação para Todos tem como beneficiários os pequenos produtores de agricultura familiar das regiões de sequeiros deste Estado, que se enquadrem nos seguintes critérios:

I - ter renda familiar mensal de até 01 (um) salário mínimo;

II – residir em área de terra próxima a pontos de água, como os leitos de rios, os poços, os açudes e as barragens com vazão que assegure sustentabilidade técnica; e

III – ter perfil para Programas de Aquisição de Alimentos.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, considera-se:

I – pequeno produtor da agricultura familiar: aquele que pratica atividades no meio rural, que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, que tenha renda familiar originada do setor;

II – área de sequeiro: área de cultivo sob regime de chuvas; e

III – renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família.

Art. 4º Constitui benefício do Programa Irrigação para Todos a disponibilização dos recursos necessários, como o preparo do solo e o fornecimento de água, de kits de irrigação, de insumos e de assistência técnica, à implantação de áreas de produção agrícola, até o limite da dotação específica consignada na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais.

Art. 5º Fica criada a Comissão Gestora do Programa Irrigação para Todos, composta pelos seguintes membros:

I – Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, que a coordenará;

II - Secretário da Casa Civil;

III - Secretário da Fazenda;

IV - Secretário de Planejamento e Gestão;

V - Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos;

VI - Secretário de Desenvolvimento Econômico;

VII - Secretario de Meio Ambiente e Sustentabilidade;

VIII - Secretário de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo; e

IX – Procurador Geral do Estado.

Art. 6° Os beneficiários do Programa devem, a título de contrapartida, observar as exigências definidas nesta Lei e as estabelecidas pela Comissão Gestora, que deverão, necessariamente, guardar harmonia com os objetivos do Programa, devendo disponibilizar suas propriedades para fins de implantação de sistema de irrigação comunitária.

Art. 7º O Estado de Pernambuco poderá estabelecer parcerias com os Municípios, a União, Autarquias, Fundações, organizações não governamentais e outros parceiros potenciais, a fim de assegurar o atingimento dos objetivos do Programa.

Art. 8º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa projeto de lei para inclusão do Programa Irrigação Para Todos no Plano Plurianual e no Orçamento Fiscal do Estado.

Art. 9º A presente Lei será regulamentada por decreto, especialmente no que diz respeito ao detalhamento das competências, bem como às normas de funcionamento e atuação da Comissão Gestora do Programa Irrigação para Todos.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 8ª Comissões.

MENSAGEM Nº 153/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei que institui o Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos Ameaçados – PEPDDH/PE, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

A presente proposição, amplamente discutida, tem como finalidade disciplinar as políticas, ações e medidas destinadas a garantir a proteção dos defensores de direitos humanos no Estado de Pernambuco.

Tendo em vista as normativas internacionais, nomeadamente a Resolução nº 53/144, da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1998 e as formatações de Representações Especiais, tanto do sistema ONU quanto do interamericano, no cerne da Resolução 1.842 da OEA, o Governo brasileiro, depois de grandes incursões com a sociedade civil lança, oficialmente, em outubro de 2004, o Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, como ação a ser desenvolvida no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

No ano de 2005, subsidiado por um intenso debate entre Governo, Conselho Estadual de Direitos Humanos e sociedade civil, fomentado especialmente através do relatório elaborado e publicado pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares- GAJOP, que trazia um mapa de violações de direitos humanos na região do agreste pernambucano, o Governo do Estado de Pernambuco lança o Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos- PEPDDH/PE, atualmente, parte das metas do Programa Pacto Pela Vida e mais um serviço integrante do Sistema Estadual de Proteção a Pessoa.

O processo de amadurecimento das iniciativas e os esforços desse atual Governo em fortalecer e firmar a ação do PEPDDH como uma Política de Estado, objetiva atender às demandas sociais pela constituição formal de um Programa que venha a proteger a integridade, liberdade e dignidade dos defensores dos direitos humanos.

O PEPDDH abalizado pelas normativas internacionais e nacionais atua na valorização do trabalho do defensor, pontuando os princípios gerais de respeito à dignidade da pessoa humana, de não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, deficiência, procedência, nacionalidade, atuação profissional, raça, religião, faixa etária, situação migratória ou outro status; promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; respeito a tratados e convenções internacionais de direitos humanos e universalidade das dimensões dos direitos humanos. Tem por escopo proporcionar proteção e assistência à pessoa ou grupo, organização ou movimento social que tenha como objeto a promoção ou proteção dos direitos humanos e se encontre em situação de risco ou de vulnerabilidade, em decorrência do desenvolvimento de suas atividades.

Como premissa para a compreensão dessa Política, relevante é destacar que todo o esforço da rede de proteção aos defensores se consome em garantir sua integridade enquanto agentes que promovem e protegem os direitos humanos e denunciam atrocidades, morosidade no enfrentamento das questões sociais e impunidades.

Oportuno, ainda é explicitar que o PEPDDH dispõe de três eixos de atuação: a *prevenção*, que se resume na articulação de políticas, combatendo as causas das violações dos direitos dos defensores e de suas denúncias, a *investigação* das ameaças e das violações aos direitos humanos e a *articulação*, integração das políticas públicas locais e federais para atuar e enfrentar as causas das violações relatadas. Para tanto, urge dispor de uma Lei que estabeleça as normas para a organização, condução e manutenção da proteção aos defensores de direitos humanos.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1215/2012

Ementa: Cria o Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PEPDDH/PE, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PEPDDH/PE, no âmbito do Estado de

Pernambuco, cujo objeto é a adoção de medidas para a proteção de pessoas e entidades que tenham seus direitos ameaçados em decorrência de sua atuação na promoção ou na proteção dos direitos humanos neste Estado.

Art. 2º Considera-se defensores dos direitos humanos, para os efeitos do PEPDDH/PE, as pessoas, física ou jurídica, que promovem e/ou protegem os direitos humanos e as liberdades fundamentais universalmente reconhecidos.

§ 1º A proteção visa a garantir a continuidade do trabalho do defensor, que promove, protege e garante os direitos humanos, e, em função de sua atuação e atividade nessas circunstâncias, encontra-se em situação de risco ou vulnerabilidade ou sofre violação de seus direitos.

§ 2º A violação caracteriza-se por toda e qualquer conduta atentatória à atividade pessoal ou institucional do defensor dos direitos humanos ou de organização e movimento social, que se manifeste, ainda que indiretamente, sobre familiares ou pessoas de sua convivência próxima.

CAPÍTULO II
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Seção I
Princípios

Art. 3º São princípios do PEPDDH/PE:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, deficiência, procedência, nacionalidade, atuação profissional, raça, religião, faixa etária, situação migratória ou outro status;

III - proteção e assistência aos defensores dos direitos humanos, independentemente de nacionalidade e de colaboração em processos judiciais;

IV - promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;

V - respeito a tratados e convenções internacionais de direitos humanos;

VI - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; e

VII - transversalidade das dimensões de gênero, orientação sexual, deficiência, origem étnica ou social, procedência, raça e faixa etária nas políticas públicas.

Seção II
Diretrizes Gerais

Art. 4º São diretrizes gerais do PEPDDH/PE:

I - fortalecimento do pacto federativo, por meio da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de governo na proteção aos defensores dos direitos humanos e na atuação das causas que geram o estado de risco ou vulnerabilidade;

II - fomento à cooperação internacional bilateral ou multilateral;

III - articulação com organizações não-governamentais, nacionais e internacionais;

IV - estruturação de rede de proteção aos defensores dos direitos humanos, envolvendo todas as esferas de governo e organizações da sociedade civil;

V - verificação da condição de defensor e respectiva proteção e atendimento;

VI - incentivo e realização de pesquisas e diagnósticos, considerando as diversidades regionais, organização e compartilhamento de dados;

VII - incentivo à formação e à capacitação de profissionais para a proteção, bem como para a verificação da condição de defensor e para seu atendimento;

VIII - incentivo à participação da sociedade civil;

IX - incentivo à participação dos órgãos de classe e conselhos profissionais; e

X - garantia de acesso amplo e adequado a informações e estabelecimento de canais de diálogo entre o Estado, a sociedade e os meios de comunicação.

Seção III
Diretrizes Específicas

Art. 5º São diretrizes específicas de proteção aos defensores dos direitos humanos:

I - implementação de medidas preventivas nas políticas públicas, de maneira integrada e intersetorial, nas áreas de saúde, educação, trabalho, segurança, justiça, assistência social, comunicação, cultura, dentre outras;

II - apoio e realização de campanhas socioeducativas e de conscientização nos âmbitos regional e local, considerando suas especificidades, que valorizem a imagem e atuação do defensor dos direitos humanos;

III - monitoramento e avaliação de campanhas com a participação da sociedade civil;

IV - apoio à mobilização social e fortalecimento da sociedade civil; e

V - fortalecimento dos projetos já existentes e fomento à criação de novos projetos.

Art. 6º São diretrizes específicas de proteção aos defensores dos direitos humanos no que se refere à responsabilidade dos autores das ameaças ou intimidações:

I - cooperação entre os órgãos de segurança pública;

II - sigilo dos procedimentos judiciais e administrativos, nos termos da lei; e

III - integração com políticas e ações de repressão e de responsabilidade dos autores de crimes correlatos.

Art. 7º São diretrizes específicas de atenção aos defensores dos direitos humanos que se encontram em estado de risco ou vulnerabilidade:

I - proteção à vida;

II – viabilização de assistência social, médica, psicológica e material;

III - iniciativas visando à superação das causas que geram o estado de risco ou vulnerabilidade;

IV - preservação da identidade, imagens e dados pessoais;

V - apoio para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam comparecimento pessoal;

VI - suspensão temporária das atividades funcionais; e

VII - excepcionalmente, a transferência de residência ou acomodação provisória em local sigiloso, compatível com a proteção.

§ 1º As medidas de proteção previstas no PEPDDH/PE podem abranger ou ser estendidas ao cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência com o defensor de direitos humanos.

§ 2º A proteção concedida pelo PEPDDH/PE e as medidas dela decorrentes deve considerar a gravidade da ameaça e a dificuldade de preveni-la e reprimi-la pelos mecanismos convencionais de segurança pública.

CAPÍTULO III
DOS ÓRGÃOS DO PPDDH/PE

Art. 8º Fica instituído o Conselho Deliberativo Estadual do PEPDDH/PE, no âmbito da Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, instância máxima do referido Programa.

Art. 9º São atribuições do Conselho Deliberativo Estadual do PEPDDH/PE:

I - deliberar sobre a implementação da Política Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, conforme parâmetros desta Lei e do seu regulamento;

II - deliberar sobre os pedidos de inclusão no PEPDDH/PE;

III - decidir sobre os pedidos de desligamento do PEPDDH/PE;

IV - definir o conjunto de medidas de segurança a serem adotadas em cada caso incluído no PEPDDH/PE;

V - fixar o teto do auxílio financeiro no início de cada exercício financeiro, devendo o mesmo ser autorizado por lei específica, atendendo às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como estar previsto em seu orçamento ou créditos adicionais.

VI - decidir sobre os recursos interpostos contra as decisões da Coordenação Executiva de que trata o parágrafo único do art.11;

VII - atuar na implementação e estruturação do PEPDDH/PE;

VIII - buscar parcerias para ampliação e aperfeiçoamento do PEPDDH/PE;

IX - solicitar ao Poder Público a adoção de medidas que assegurem a atuação dos defensores de direitos humanos; e

X – outras que vierem a ser definidas em seu regulamento.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples de seus membros.

Art. 10. O Conselho Deliberativo Estadual do PEPDDH/PE será composto pelos seguintes membros:

I – Secretário Executivo de Justiça e Direitos Humanos, que o presidirá;

II – 1 (um) representante da Defensoria Pública Estadual;

III – 3 (três) representantes da Secretaria de Defesa Social, sendo 1 (um) da Polícia Militar de Pernambuco, 1 (um) da Polícia Civil e 1 (um) da Ouvidoria;

IV – 1 (um) representante da Polícia Federal;

V – 1 (um) representante da Polícia Rodoviária Federal;

VI – 1 (um) representante do Poder Judiciário Estadual;

VII – 1 (um) representante do Ministério Público Estadual;

VIII – 1 (um) representante do Poder Legislativo Estadual;

IX – 2 (dois) representantes da Sociedade Civil, com mandato vigente no Conselho Estadual de Direitos Humanos, e

X – 1 (um) representante do Conselho de Classe de cada uma das categorias profissionais que compõem a Assessoria Técnica da Presidência do Conselho Deliberativo Estadual do PEPDDH/PE.

§ 1º Os Membros do Conselho Estadual do PEPDDH/PE serão designados por ato do Governador do Estado, após indicação do titular do órgão ou entidade a que esteja vinculado, que, no caso de se tratar de outro Poder ou esfera de Governo, corresponderá a sua anuência.

§ 2º A participação no Conselho Deliberativo do PEPDDH/PE é considerada de relevante interesse público e não ensejará a percepção de remuneração.

§ 3º Nos casos de urgência, compete ao Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do PEPDDH/PE deliberar sobre os pedidos de inclusão no PEPDDH/PE.

§ 4º A decisão de que trata o §4º é "ad referendum" do Conselho Deliberativo Estadual do PEPDDH/PE, que decidirá na primeira reunião ordinária subsequente.

Art. 11. São atribuições do Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do PEPDDH/PE:

I – coordenar o Conselho Deliberativo Estadual do PEPDDH/PE;

II – decidir sobre a inclusão provisória no PEPDDH/PE, nos casos de urgência, e sobre a adoção de medidas de segurança necessárias para a proteção do defensor de direitos humanos;

III – provocar os órgãos competentes para que sejam tomadas medidas judiciais e administrativas necessárias para a proteção dos defensores de direitos humanos;

IV – criar e manter bancos de dados, consolidando estatísticas sobre as violações à segurança e à integridade física dos defensores de direitos humanos;

V – promover, em conjunto com organismos do Estado, da União e da sociedade civil organizada, ações e políticas locais para a proteção da atuação dos defensores de direitos humanos; e

VI – propor a cooperação com os organismos internacionais de proteção dos direitos humanos.

Parágrafo único. A Presidência do Conselho Deliberativo Estadual do PEPDDH/PE contará com uma Coordenação Executiva, integrada por 1 (um) Coordenador Executivo e Assessoria Técnica, composta por equipe multidisciplinar, com no mínimo 04 (quatro) servidores de nível superior e 02 (dois) de nível médio, nos termos do disposto no art. 23.

Art. 12. São atribuições do Coordenador Executivo:

I – a operacionalização do PEPDDH/PE;

II – o encaminhamento de demandas ao Conselho Deliberativo para tomada de decisões;

III – a articulação com as instituições e parcerias para viabilização das ações do PEPDDH/PE;

IV – a gestão técnica e acompanhamento do pessoal contratado e/ou posto à disposição do PEPDDH/PE;

V – a representação do PEPDDH/PE junto às instituições e organizações congêneres;

VI – acompanhar a execução financeira das verbas captadas para a execução das ações do PEPDDH/PE;

VII – comunicar ao Conselho Deliberativo Estadual do PEPDDH/PE os casos de desligamento, nos moldes do inciso I do parágrafo único do art. 19;

VIII – atuar na implementação e estruturação do PEPDDH/PE;

IX – buscar parcerias para ampliação e aperfeiçoamento do PEPDDH/PE;

X – requerer ao Poder Público a adoção de medidas que assegurem a atuação dos defensores de direitos humanos; e

XI – outras que vierem a ser definidas em seu regulamento.

Art. 13. São atribuições da Assessoria Técnica:

I – o acompanhamento das solicitações de ingresso no PEPDDH/PE e das demandas provenientes de cada caso;

II – a análise de situação e emissão de parecer técnico;

III – a solicitação de análise de riscos e parecer técnico de segurança a qualquer dos representantes de órgãos policias que compõem o Conselho Deliberativo;

IV – viabilização de apoio psicológico, jurídico e de assistência social aos inclusos no PEPDDH/PE;

V – o assessoramento e o encaminhamento das demandas à Coordenação Executiva para deliberações e encaminhamentos;

VI – a manutenção do banco de dados sobre os defensores de direitos humanos atendidos pelo PEPDDH/PE; e

VII – verificação sistemática, com periodicidade a ser definida em regulamento, das condições de permanência no PEPDDH/PE, de que trata o art. 19.

Parágrafo único. O banco de dados de que trata o inciso VI do *caput* do art. 15 é de caráter sigiloso e será utilizado exclusivamente pelas pessoas que trabalham no PEPDDH/PE com o objetivo de orientar suas atividades.

CAPÍTULO IV
DA INCLUSÃO NO PPDDH/PE E DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO

Art. 14. A inclusão no PEPDDH/PE, a adoção das restrições de segurança e demais medidas para proteção do defensor de direitos humanos serão condicionadas a sua anuência.

§ 1º A proteção do defensor de direitos humanos pessoa jurídica pode abranger a totalidade de seus integrantes e de seu patrimônio, conforme sua ligação com o interesse ameaçado.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º não será exigida a anuência da pessoa jurídica, instituição, grupo, organização ou movimento social para a inclusão de seus membros ou integrantes no PEPDDH/PE.

§ 3º Caso o defensor de direitos humanos não concorde com alguma das medidas de proteção indicadas pelo Coordenador Executivo, a adoção das demais medidas fica condicionada à assinatura de termo de responsabilidade e a não ampliação dos riscos para os agentes envolvidos na implementação das medidas.

§ 4º As medidas de proteção adotadas no âmbito do PEPDDH/PE podem ser ampliadas ou retiradas pelo Coordenador Executivo, conforme varie o risco a que esteja submetido o defensor de direitos humanos.

Art. 15 O PEPDDH/PE tem caráter excepcional e sigiloso e será executado com o objetivo de garantir a segurança necessária para que o defensor de direitos humanos nele incluído continue exercendo suas atividades e mantenha sua integridade.

Art. 16. O PEPDDH/PE compreenderá, entre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente, em benefício do defensor de direitos humanos:

I – viabilização de proteção policial;

II – fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos para a segurança pessoal e da sede da pessoa jurídica ou do grupo a que pertença;

III – adoção de medidas visando à superação das causas que levaram à inclusão no PEPDDH/PE;

IV – preservação do sigilo da identidade, imagem e dados pessoais;

V – viabilização de apoio e assistência social, médica, psicológica e jurídica;

VI – ajuda financeira mensal caso o defensor de direitos humanos esteja impossibilitado de desenvolver trabalho regular e constatada a inexistência de qualquer fonte de renda;

VII – apoio para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam comparecimento pessoal;

VIII – suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar estadual;

IX – transferência de residência ou acomodação provisória em local sigiloso, compatível com a proteção; e

X – transferência para o Programa de Assistência a Vítimas, Testemunhas Ameaçadas e Familiares de Vítimas de Crimes no Estado de Pernambuco – PROVITA/PE, nos termos da Lei nº 13.371, de 19 de dezembro de 2007.

§ 1º A adoção de medida que leve à interrupção das atividades do defensor de direitos humanos em seu local de atuação somente será implementada quando estritamente necessária a sua segurança ou de seus integrantes.

§ 2º Os órgãos policiais prestarão a colaboração e o apoio necessários à execução do PEPDDH/PE.

§ 3º As medidas e providências relacionadas ao PEPDDH/PE serão executadas e mantidas em sigilo pelos defensores de direitos humanos e pelos agentes envolvidos em sua execução.

Art. 17. São requisitos para inclusão no PEPDDH/PE:

I – requerimento;

II – comprovação de que o requerente atue ou tenha como finalidade a defesa dos direitos humanos, mediante declaração subscrita pelo pleiteante;

III – identificação do nexo de causalidade entre a violação ou ameaça e a atividade de requerente; e

IV – anuência e adesão às normas do PEPDDH/PE.

Art. 18. O requerimento para inclusão no PEPDDH/PE pode ser formulado pelo defensor de direitos humanos, qualquer um de seus integrantes, no caso de pessoa jurídica, beneficiários de suas ações, por redes de direitos, organizações da sociedade civil, Ministério Público ou qualquer outro órgão público que tenha conhecimento da violação dos direitos ou do estado de vulnerabilidade em que se encontra o defensor.

§ 1º A solicitação deve ser acompanhada de documentos ou informações que demonstrem a qualificação do defensor de direitos humanos ou de seu integrante, bem como a descrição da ameaça ou da violação do direito.

§ 2º Para fins de instrução do pedido, pode ser solicitado pelo interessado, a qualquer autoridade pública, documentos e informações que comprovem a atuação do defensor de direitos humanos e a existência de ameaça ou violação aos seus interesses em decorrência dessa atuação.

§ 3º A demonstração das atividades desenvolvidas em defesa dos direitos humanos pode ser realizada por meio de declarações, documentos e, quando for o caso, pelo estatuto social da entidade a ser incluída no PEPDDH/PE.

§ 4º A violação poderá ser demonstrada por meio de declarações, documentos ou qualquer outro meio de prova legalmente admitido.

Art. 19. A permanência no PEPDDH/PE é condicionada à persistência da ameaça, da situação de vulnerabilidade ou dos efeitos da violação.

Parágrafo único. O defensor de direitos humanos também é desligado do PEPDDH/PE:

I – por decisão pessoal, ou da maioria dos integrantes da pessoa jurídica, instituição, grupo, organização ou movimento social, expressamente formalizada; ou

II – compulsoriamente por descumprimento de suas normas que implique risco adicional à segurança dos demais protegidos ou dos agentes públicos encarregados da proteção.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O PEPDDH/PE pode adotar medidas que promovam a capacitação do defensor de direitos humanos por ele protegido para sua autoproteção.

Art. 21. Concomitantemente à implementação das medidas de proteção previstas no art. 16, poderá:

I – agilizar o acesso mútuo a sistemas de inteligência dos vários entes públicos com competência correlata à manutenção da segurança pública na área de atuação do defensor de direitos humanos protegido pelo PEPDDH/PE;

II – prover os serviços necessários para a diminuição do risco a que estão sujeitos os defensores de direitos humanos; e

III – enfrentar as causas estruturais pelas quais o defensor de direitos humanos sofreu a violação, com ações integradas e coordenadas com os órgãos e entidades pertinentes, inclusive dos demais entes federados.

Art. 22. O PEPDDH/PE será anualmente incluído no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, à competência da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SDSDH, unidade orçamentária responsável por sua execução.

Parágrafo único. Para fins de implementação do PEPDDH/PE, o Estado de Pernambuco pode celebrar convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria com a União, Estados, Distrito Federal, Municípios ou entidades não governamentais nacionais ou internacionais.

Art. 23. A composição da Coordenação Executiva do Conselho

Deliberativo Estadual do PEPDDH-PE, de que trata o parágrafo único do art.11, dar-se-á por cessão de servidor público à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, ou por contratação temporária, mediante autorização governamental específica.

Art. 24. A presente Lei será regulamentada, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 11ª Comissões.

MENSAGEM Nº 154/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei, que cria, na estrutura administrativa do Poder Executivo, cargos comissionados e funções gratificadas, os quais serão posteriormente alocados no âmbito da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE.

A alteração no Quadro de Cargos Comissionados e Funções Gratificadas do Poder Executivo, conforme disposto no Anexo Único da proposição, conferirá maior efetividade aos serviços prestados pela FUNASE, sendo imprescindível à reestruturação organizacional desta.

Na certeza de contar com o indispensável apoio para apreciação deste Projeto, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e aos Ilustres Deputados protestos de elevado apreço e distinta consideração, solicitando a adoção do regime de urgência previsto no art. 21 da Constituição Estadual.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1216/2012

Ementa: Cria os cargos comissionados e as funções gratificadas que indica, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Poder Executivo, constante da Lei nº 14.264, de 6 de janeiro de 2011, e alterações, os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas constantes do Anexo Único da presente Lei.

Parágrafo único. Os cargos comissionados e as funções gratificadas de que trata o *caput* serão alocados, mediante decreto, na Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE.

Art. 2º As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO

CRIAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS
E DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTITATIVO
Direção e Assessoramento Superior - 3	DAS-3	04
Direção e Assessoramento Superior - 4	DAS-4	03
Cargo de Assessoramento - 2	CAS-2	29
Cargo de Assessoramento - 3	CAS-3	12
Função Gratificada de Supervisão - 1	FGS-1	86
Função Gratificada de Supervisão - 3	FGS-3	3
TOTAL	**-**	**137**

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

MENSAGEM Nº 155/2012

Recife, 20 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que autoriza a supressão em Área de Preservação Permanente nas áreas que especifica.

O Projeto de Lei ora encaminhado tem por objetivo obter autorização para a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP no Município de Triunfo, necessária à implantação de um parque de geração de energia eólica, denominado Parque Eólico Triunfo, que tem como finalidade o aproveitamento do recurso eólico para geração de energia elétrica, sem emissões atmosféricas ou geração de resíduos.

Tem-se que o Estado de Pernambuco é abundante em recurso eólico, riqueza natural ainda não devidamente aproveitável, sendo que o Parque Eólico Triunfo propiciará o aproveitamento deste potencial, contribuindo para suprir energia elétrica, com uso de tecnologia limpa, para o bem estar e o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, ajudando a debelar a crise de energia elétrica que assola algumas regiões do Brasil.

Assim, a importância do proposto parque eólico para o Município de Triunfo, região adjacente e todo o Estado, será materializada pelos grandes benefícios sócio-econômicos e ambientais advindos da instalação do empreendimento.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa ilustre Casa na apreciação da matéria que ora submeto para Vossa consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1217/2012

Ementa: Autoriza a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente nas áreas que especifica, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a supressão de segmento de vegetação em área de preservação permanente, de acordo com o inciso I do §1º do art. 8º da Lei 11.206, de 31 de março de 1995, com área de 10,51 ha de vegetação nativa típica do Bioma Caatinga, localizada no Município de Triunfo, neste Estado, conforme Memorial Descritivo constante do Anexo Único, para fins de viabilizar a implantação de um parque de geração de energia eólica no Município de Triunfo neste Estado, denominado Parque Eólico Triunfo, enquadrado como de Utilidade Pública, conforme Decreto Municipal nº 22/2012.
Art. 2º A autorização para supressão da vegetação de que trata esta Lei fica condicionada à compensação da vegetação suprimida, com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em, no mínimo, correspondente à área degradada, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 1995.
Art. 3º A execução de qualquer obra ou serviço no local onde haverá supressão de vegetação de preservação permanente somente será iniciada depois de ultimado o licenciamento por parte da Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH, que acompanhará todas as fases técnicas da obra.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO

MEMORIAL DESCRITIVO

Área de Intervenção	Área (m^2)	Coordenadas (início e fim)	Tipo vegetacional
Triunfo - PE	105.107,47 m²		Caatinga
Área Total em (ha) 10,51 ha			
Sistema de Projeção: UTM Fuso 24 S			
Datum Horizontal: SAD 69			
VÉRTICES		X	Y
1		606161,66	9141148,82
2		606181,58	9141137,82
3		606197,41	9141138,52
4		606217,74	9141141,89
5		606238,72	9141154,67
6		606260,39	9141145,16
7		606275,57	9141126,69
8		606286,12	9141109,42
9		606292,04	9141089,70
10		606303,77	9141074,61
11		606327,97	9141054,66
12		606340,38	9141035,78
13		606356,60	9141019,63
14		606383,73	9140986,87
15		606399,54	9140971,08
16		606414,64	9140951,14
17		606427,36	9140932,75
18		606442,00	9140914,45
19		606452,24	9140896,62
20		606474,15	9140861,09
21		606487,97	9140848,25
22		606507,78	9140840,94
23		606527,85	9140831,54
24		606547,25	9140823,49
25		606591,74	9140815,05
26		606613,25	9140807,68
27		606633,02	9140797,97
28		606651,17	9140792,57
29		606673,22	9140784,66
30		606695,28	9140774,40
31		606711,71	9140759,04
32		606725,33	9140740,39
33		606729,22	9140718,27
34		606736,80	9140698,63
35		606746,78	9140679,86
36		606759,50	9140663,25
37		606777,01	9140648,28
38		606812,64	9140616,05
39		606827,29	9140598,44
40		606840,32	9140580,53
41		606855,68	9140561,70
42		606860,06	9140549,80
43		606878,80	9140539,99
44		606911,91	9140515,40
45		606961,01	9140473,09
46		607043,05	9140429,26
47		607064,33	9140421,30
48		607086,40	9140409,47
49		607102,36	9140391,97
50		607112,61	9140369,82
51		607125,15	9140347,76
52		607134,34	9140328,58
53		607147,49	9140313,63
54		607185,24	9140292,03
55		607204,28	9140276,79
56		607220,45	9140261,40
57		607226,66	9140260,20
58		607238,27	9140278,18
59		607259,24	9140287,98
60		607278,95	9140295,21
61		607296,72	9140303,00
62		607329,20	9140328,49
63		607374,97	9140369,88
64		607385,69	9140384,32
65		607396,85	9140401,60
66		607422,00	9140436,71
67		607435,95	9140454,52
68		607453,22	9140466,62
69		607481,41	9140496,05
70		607497,27	9140511,00
71		607515,71	9140526,10
72		607528,85	9140521,10
73		607548,41	9140519,51
74		607569,29	9140520,63
75		607610,80	9140519,61
76		607693,76	9140514,92
77		607715,59	9140510,51
78		607723,86	9140494,23
79		607728,23	9140478,97
80		607740,18	9140477,74
81		607763,85	9140478,68
82		607786,24	9140473,00
83		607805,20	9140467,06
84		607826,45	9140465,77
85		607846,34	9140459,94
86		607880,08	9140452,31
87		607898,53	9140450,69
88		607915,49	9140442,48
89		607933,13	9140445,73
90		607949,41	9140451,71
91		607979,03	9140454,62
92		607979,85	9140447,62
93		607950,88	9140444,80
94		607934,70	9140438,90
95		607914,51	9140435,18

96	607896,78	9140443,82	225	605686,64	9140382,63
97	607879,25	9140445,36	226	605677,40	9140395,42
98	607844,63	9140453,16	227	605664,60	9140410,36
99	607825,24	9140458,83	228	605648,33	9140422,39
100	607803,90	9140460,13	229	605629,40	9140433,11
101	607784,24	9140466,30	230	605611,14	9140460,46
102	607763,22	9140471,61	231	605595,33	9140474,62
103	607739,71	9140470,75	232	605573,33	9140481,64
104	607722,79	9140472,49	233	605527,83	9140500,12
105	607717,27	9140491,81	234	605505,43	9140510,11
106	607710,88	9140504,34	235	605483,31	9140514,97
107	607693,12	9140507,94	236	605461,67	9140508,09
108	607610,39	9140512,62	237	605397,64	9140479,23
109	607569,26	9140513,63	238	605377,18	9140472,10
110	607548,55	9140512,51	239	605352,52	9140472,79
111	607527,35	9140514,18	240	605327,60	9140471,74
112	607516,99	9140518,11	241	605303,02	9140468,68
113	607501,98	9140505,82	242	605278,21	9140466,36
114	607486,38	9140491,12	243	605260,56	9140458,64
115	607457,99	9140461,48	244	605242,04	9140445,92
116	607440,69	9140449,33	245	605220,18	9140446,58
117	607427,71	9140432,66	246	605198,63	9140449,83
118	607402,67	9140397,70	247	605178,33	9140450,39
119	607391,38	9140380,24	248	605157,21	9140444,30
120	607380,04	9140365,03	249	605142,50	9140438,55
121	607333,62	9140323,06	250	605126,35	9140431,24
122	607300,53	9140297,05	251	605106,45	9140417,55
123	607281,46	9140288,68	252	605090,36	9140404,64
124	607261,79	9140281,46	253	605030,04	9140376,20
125	607243,05	9140272,69	254	605008,42	9140374,95
126	607235,21	9140260,55	255	604987,71	9140387,87
127	607229,96	9140252,42	256	604969,59	9140401,36
128	607217,01	9140254,96	257	604954,40	9140413,43
129	607199,78	9140271,43	258	604928,27	9140446,28
130	607181,59	9140286,04	259	604920,19	9140458,95
131	607142,89	9140308,23	260	604914,96	9140472,65
132	607128,48	9140324,69	261	604892,02	9140557,94
133	607119,01	9140344,41	262	604817,36	9140774,73
134	607106,45	9140366,50	263	604811,99	9140784,57
135	607096,81	9140387,66	264	604806,24	9140791,35
136	607081,91	9140404,04	265	604795,60	9140799,66
137	607061,66	9140414,82	266	604785,35	9140804,19
138	607040,39	9140422,79	267	604748,53	9140813,56
139	606957,12	9140467,24	268	604639,02	9140841,37
140	606907,76	9140509,76	269	604616,93	9140844,41
141	606874,75	9140534,27	270	604585,21	9140845,87
142	606854,41	9140544,86	271	604553,49	9140844,45
143	606849,48	9140558,23	272	604522,03	9140840,17
144	606834,84	9140576,18	273	604491,09	9140833,07
145	606821,84	9140594,05	274	604460,92	9140823,19
146	606807,41	9140611,38	275	604431,77	9140810,64
147	606772,42	9140642,99	276	603955,80	9140560,63
148	606754,23	9140658,61	277	603670,89	9140395,70
149	606740,92	9140676,02	278	603657,54	9140386,40
150	606730,35	9140695,91	279	603516,41	9140248,01
151	606722,39	9140716,55	280	603507,02	9140239,83
152	606718,78	9140737,46	281	603389,80	9140149,62
153	606706,68	9140754,17	282	603229,00	9140028,00
154	606691,35	9140768,55	283	602964,59	9139831,23
155	606670,42	9140778,24	284	602849,28	9139736,74
156	606648,90	9140785,95	285	602782,90	9139675,40
157	606630,19	9140791,56	286	602736,30	9139639,57
158	606610,37	9140801,30	287	602622,30	9139543,56
159	606590,26	9140808,21	288	602537,11	9139460,72
160	606545,52	9140816,69	289	602479,30	9139397,95
161	606524,95	9140825,17	290	602440,67	9139342,07
162	606504,95	9140834,53	291	602334,85	9139210,03
163	606483,98	9140842,36	292	602329,42	9139199,92
164	606468,54	9140856,84	293	602325,57	9139186,07
165	606446,19	9140893,09	294	602325,52	9139167,42
166	606436,06	9140910,73	295	602331,45	9139148,33
167	606421,83	9140928,46	296	602342,70	9139132,76
168	606408,92	9140947,09	297	602409,34	9139081,00
169	606394,43	9140966,30	298	602418,39	9139072,41
170	606378,46	9140982,26	299	602427,07	9139060,72
171	606351,53	9141014,80	300	602475,13	9138987,78
172	606334,84	9141031,44	301	602479,71	9138980,25
173	606322,63	9141050,05	302	602519,42	9138897,59
174	606298,83	9141069,60	303	602529,52	9138885,07
175	606285,73	9141086,37	304	602547,13	9138867,88
176	606279,58	9141106,85	305	602564,50	9138859,23
177	606269,73	9141122,81	306	602577,31	9138856,51
178	606256,04	9141139,45	307	602590,41	9138856,43
179	606239,21	9141146,79	308	602603,25	9138858,99
180	606220,21	9141135,23	309	602615,31	9138864,09
181	606197,93	9141131,53	310	602625,95	9138871,42
182	606179,82	9141130,80	311	602656,10	9138905,75
183	606160,02	9141141,87	312	602665,21	9138912,73
184	606146,81	9141148,24	313	602694,64	9138930,31
185	606145,72	9141135,32	314	602695,02	9138929,66
186	606151,75	9141115,54	315	602729,89	9138944,64
187	606148,29	9141094,08	316	602737,94	9138949,25
188	606132,45	9141051,31	317	602745,66	9138954,53
189	606122,64	9141036,51	318	602920,25	9139084,37
190	606131,56	9140970,24	319	603070,25	9139286,82
191	606120,84	9140948,18	320	603224,08	9139488,92
192	606110,20	9140929,76	321	603419,79	9139660,69
193	606093,03	9140890,92	322	603607,36	9139853,50
194	606075,14	9140876,69	323	603612,49	9139848,74
195	606057,77	9140868,38	324	603424,51	9139655,52
196	606053,07	9140850,41	325	603228,96	9139483,89
197	606052,34	9140826,67	326	603075,84	9139282,61
198	606052,07	9140825,44	327	602925,38	9139079,57
199	606042,26	9140808,33	328	602856,69	9139028,38
200	606022,23	9140803,00	329	602848,83	9139020,76
201	606010,17	9140788,55	330	602845,75	9139016,30
202	606002,89	9140769,05	331	602841,32	9139005,73
203	606001,58	9140746,32	332	602882,83	9139036,61
204	605981,34	9140734,35	333	602879,85	9139040,62
205	605959,67	9140734,59	334	602919,97	9139070,46
206	605940,38	9140726,12	335	602922,94	9139066,44
207	605923,43	9140714,75	336	602924,64	9139067,70
208	605912,68	9140696,95	337	602923,07	9139069,88
209	605868,59	9140643,62	338	602936,74	9139079,76
210	605841,66	9140604,16	339	603046,11	9139227,37
211	605826,08	9140590,71	340	603041,97	9139230,44
212	605816,36	9140575,06	341	603071,74	9139270,61
213	605813,17	9140554,86	342	603075,87	9139267,53
214	605807,66	9140534,13	343	603077,11	9139269,20
215	605796,50	9140487,08	344	603075,01	9139270,81
216	605796,06	9140466,48	345	603087,22	9139286,66
217	605798,97	9140443,72	346	603089,11	9139285,19
218	605800,91	9140421,27	347	603197,61	9139427,81
219	605786,09	9140402,56	348	603193,62	9139430,84
220	605756,74	9140373,87	349	603223,90	9139470,63
221	605746,80	9140359,72	350	603227,87	9139467,59
222	605727,01	9140346,36	351	603229,09	9139469,21
223	605707,43	9140346,40	352	603227,01	9139470,81
224	605691,49	9140361,97	353	603239,21	9139486,66

354	603242,70	9139483,97	483	602328,70	9139139,08
355	603384,44	9139608,38	484	602322,13	9139151,27
356	603381,14	9139612,13	485	602318,07	9139166,80
357	603418,72	9139645,11	486	602317,98	9139186,12
358	603422,00	9139641,35	487	602322,49	9139201,23
359	603423,56	9139642,71	488	602329,09	9139214,01
360	603421,92	9139644,58	489	602432,50	9139342,46
361	603436,98	9139657,74	490	602473,91	9139402,42
362	603438,05	9139656,52	491	602532,09	9139465,60
363	603566,45	9139788,49	492	602617,69	9139548,84
364	603562,87	9139791,98	493	602731,86	9139644,99
365	603597,74	9139827,81	494	602778,17	9139680,56
366	603601,31	9139824,31	495	602844,81	9139742,12
367	603614,96	9139838,33	496	602960,21	9139836,70
368	603625,60	9139827,90	497	603224,79	9140033,59
369	603612,02	9139813,81	498	603385,54	9140155,18
370	603615,59	9139810,31	499	603500,96	9140243,99
371	603608,68	9139803,21	500	603511,54	9140253,04
372	603611,17	9139800,76	501	603652,96	9140391,69
373	603597,16	9139786,49	502	603660,10	9140397,13
374	603594,73	9139788,88	503	603948,03	9140564,42
375	603580,78	9139774,54	504	604428,60	9140816,88
376	603577,20	9139778,02	505	604458,37	9140829,71
377	603447,96	9139645,19	506	604489,14	9140839,79
378	603450,14	9139642,68	507	604520,70	9140847,05
379	603435,08	9139629,52	508	604552,95	9140851,43
380	603433,43	9139631,42	509	604585,14	9140852,87
381	603431,86	9139630,04	510	604617,65	9140851,38
382	603435,14	9139626,27	511	604637,68	9140848,96
383	603397,63	9139593,34	512	604749,51	9140820,54
384	603394,33	9139597,10	513	604787,29	9140810,92
385	603254,81	9139474,64	514	604799,68	9140805,54
386	603255,06	9139474,45	515	604807,72	9140799,76
387	603242,85	9139458,61	516	604816,39	9140790,92
388	603240,98	9139460,05	517	604823,76	9140777,57
389	603239,77	9139458,47	518	604898,68	9140560,10
390	603243,74	9139455,43	519	604921,64	9140474,72
391	603213,52	9139415,70	520	604926,52	9140461,94
392	603209,54	9139418,73	521	604933,91	9140450,42
393	603101,00	9139276,04	522	604959,40	9140418,40
394	603103,06	9139274,45	523	604973,90	9140406,87
395	603090,85	9139258,61	524	604991,54	9140393,73
396	603088,99	9139260,04	525	605010,17	9140382,04
397	603087,89	9139258,56	526	605028,34	9140383,13
398	603091,77	9139255,66	527	605086,73	9140410,66
399	603062,06	9139215,55	528	605102,16	9140423,09
400	603058,16	9139218,44	529	605122,64	9140437,19
401	602947,92	9139069,65	530	605139,86	9140445,03
402	602951,00	9139065,38	531	605155,12	9140450,98
403	602934,79	9139053,67	532	605177,34	9140457,41
404	602933,43	9139055,55	533	605199,46	9140456,79
405	602931,85	9139054,37	534	605221,01	9140453,54
406	602934,81	9139050,35	535	605239,90	9140452,98
407	602894,77	9139020,56	536	605257,09	9140464,79
408	602891,78	9139024,57	537	605276,46	9140473,23
409	602871,16	9139009,23	538	605302,21	9140475,64
410	602867,11	9139005,13	539	605326,88	9140478,71
411	602864,68	9139000,23	540	605352,35	9140479,79
412	602864,13	9138992,09	541	605376,00	9140479,14
413	602867,49	9138984,34	542	605394,88	9140485,66
414	602940,46	9138886,61	543	605459,31	9140514,69
415	602947,39	9138895,25	544	605483,10	9140522,19
416	602968,43	9138911,46	545	605507,63	9140516,78
417	602958,58	9138924,70	546	605530,62	9140506,53
418	603014,75	9138966,48	547	605575,84	9140488,17
419	603038,62	9138934,38	548	605598,93	9140480,77
420	602982,45	9138892,61	549	605616,47	9140465,09
421	602972,82	9138906,02	550	605634,34	9140438,32
422	602952,43	9138890,39	551	605651,95	9140428,38
423	602945,00	9138880,52	552	605669,39	9140415,53
424	602969,36	9138847,90	553	605682,81	9140399,86
425	602973,59	9138844,94	554	605693,15	9140385,52
426	602978,80	9138843,32	555	605697,77	9140365,69
427	602985,76	9138843,58	556	605710,32	9140353,39
428	602992,00	9138846,74	557	605724,84	9140353,36
429	603007,76	9138858,46	558	605741,83	9140364,82
430	603011,66	9138860,21	559	605751,48	9140378,53
431	603015,60	9138859,50	560	605781,08	9140407,46
432	603018,23	9138856,94	561	605793,70	9140423,45
433	603076,26	9138900,41	562	605792,00	9140443,05
434	603100,24	9138868,40	563	605789,09	9140465,85
435	603036,22	9138820,43	564	605789,51	9140488,15
436	603026,36	9138833,66	565	605800,85	9140535,76
437	603010,12	9138821,59	566	605806,28	9140556,13
438	602999,77	9138815,66	567	605809,71	9140577,67
439	602986,75	9138812,42	568	605820,74	9140595,36
440	602974,32	9138812,62	569	605836,40	9140608,82
441	602961,88	9138816,18	570	605863,04	9140647,89
442	602950,88	9138822,55	571	605906,82	9140700,78
443	602942,58	9138831,45	572	605918,17	9140719,59
444	602842,45	9138966,07	573	605937,28	9140732,40
445	602837,48	9138973,57	574	605958,30	9140741,62
446	602834,67	9138982,10	575	605979,46	9140741,40
447	602780,15	9138941,55	576	605994,83	9140750,44
448	602783,12	9138937,53	577	605996,14	9140771,00
449	602743,07	9138907,74	578	606004,41	9140792,57
450	602740,09	9138911,75	579	606018,13	9140809,18
451	602724,53	9138900,45	580	606037,63	9140814,21
452	602715,32	9138912,15	581	606045,37	9140827,76
453	602731,14	9138923,79	582	606046,11	9140851,37
454	602728,16	9138927,80	583	606051,89	9140873,26
455	602768,28	9138957,64	584	606071,71	9140882,82
456	602771,25	9138953,62	585	606087,24	9140895,27
457	602833,18	9138999,68	586	606104,05	9140933,11
458	602836,52	9139013,38	587	606114,72	9140951,58
459	602749,78	9138948,87	588	606124,40	9140971,20
460	602733,25	9138938,50	589	606115,36	9141038,04
461	602698,59	9138923,53	590	606126,01	9141054,08
462	602704,71	9138913,02	591	606141,44	9141095,57
463	602687,42	9138902,96	592	606144,60	9141114,92
464	602680,92	9138914,13	593	606138,59	9141134,73
465	602665,18	9138904,11	594	606140,44	9141154,73
466	602658,35	9138897,77	595	606141,76	9141157,20
467	602630,49	9138866,07	596	606144,66	9141156,98
468	602624,71	9138861,67			
469	602618,83	9138858,04			
470	602612,11	9138854,77			
471	602605,14	9138852,25			
472	602597,31	9138850,17			
473	602583,70	9138848,80			
474	602569,27	9138850,53			
475	602555,40	9138855,20			
476	602543,07	9138862,17			
477	602520,58	9138884,21			
478	602513,49	9138893,87			
479	602473,54	9138976,93			
480	602416,45	9139063,56			
481	602409,20	9139071,90			
482	602338,15	9139127,43			

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 7ª Comissões.

MENSAGEM Nº 156/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que institui a Gratificação de Exercício em Unidade Socioeducativa – GEUS para os professores do Grupo Ocupacional Magistério, do Quadro Permanente da Secretaria de Educação do Estado, que atuem nos Centros de Atendimento Socioeducativo - CASE's e nos Centros de Internação Provisória - CENIP's da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE.

Amparado na Lei Federal n° 12.549, de 18 de janeiro de 2012, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, este projeto objetiva contribuir para melhoria da educação básica pública de qualidade aos adolescentes e jovens em privação de liberdade, fortalecendo e ampliando os conhecimentos, corrigindo distorções idade-série, bem como contribuindo para o processo de inclusão social.

A educação básica é um direito fundamental do(a) cidadão(ã), constituindo uma das formas de inserir esses jovens no mercado de trabalho, despertando-os para uma qualificação profissional.

Torna-se oportuno mencionar que o CASE destina-se ao atendimento de adolescentes que praticaram ato infracional e estão sob medida socioeducativa de internação, podendo permanecer até 03 (três) anos, enquanto que o CENIP destina-se ao atendimento dos adolescentes a que se atribui autoria do ato infracional, podendo permanecer, no máximo, até 45 (quarenta e cinco dias). Frisando-se que, durante o período de internação, são obrigatórias atividades pedagógicas, escolarização, profissionalização, atividades culturais, atividades físicas e de lazer.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1218/2012

Ementa: Cria a Gratificação de Exercício em Unidade Socioeducativa – GEUS que indica.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1° Fica criado o Quadro de Gratificação de Exercício em Unidade Socioeducativa, constante do Anexo Único da presente Lei.

Parágrafo único. A Gratificação de Exercício em Unidade Socioeducativa – GEUS de que trata o *caput* é atribuída, exclusivamente, ao professor com jornada integral de 40 (quarenta) horas semanais, na função de professor ou de coordenador pedagógico da Rede Pública Estadual de Ensino, em exercício nos Centros de Atendimento Socioeducativo – CASE's e nos Centros de Internação Provisória – CENIP's da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE.

Art. 2º A concessão da GEUS dar-se-á após processo seletivo interno a ser regulamentado por meio de Decreto específico, observados os parâmetros legalmente definidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor em 1° de janeiro de 2013.

ANEXO ÚNICO

CRIAÇÃO DE GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM UNIDADE SOCIOEDUCATIVA

DENOMINAÇÃO	QUANTITATIVO	VALOR (R$)
Gratificação de Exercício em Unidade Socioeducativa – Função Professor	76	2.032,00
Gratificação de Exercício em Unidade Socioeducativa – Função Coordenador Pedagógico	08	2.032,00
TOTAL	**84**	**-**

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 5ª Comissões.

MENSAGEM Nº 157/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação dessa Casa o Projeto de Lei anexo, que tem por objetivo prorrogar por prazo indeterminado a vigência da alíquota de 12% (doze por cento) do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações internas e de importação, promovidas pelos respectivos estabelecimentos fabricantes ou importadores ou empresas concessionárias neste Estado, com veículos novos, conforme relacionados no Anexo Único da Lei nº 12.190, de 23 de abril de 2002, bem como com veículos novos motorizados, tipo motocicleta, classificados na posição 8711 da NBM/SH, nos termos da Lei nº 12.334, de 23 de janeiro de 2003.

Encerrando-se o prazo de vigência da alíquota de 12% (doze por cento), sem a prorrogação proposta, serão restabelecidas as alíquotas de 17% (dezessete por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), conforme o caso, nas mencionadas operações, podendo ocorrer um significativo aumento no preço dos citados veículos, com a decorrente queda na venda desses produtos e, em consequência, na arrecadação do imposto estadual.

Com a medida de política fiscal que traz o Projeto de Lei ora encaminhado, pretende-se manter a mesma carga tributária hoje praticada e vigente desde 2002 e, no mínimo, a arrecadação relativa ao referido setor nos níveis atuais. Ademais, com a aprovação do Projeto de Lei, Pernambuco continuará a aplicar carga tributária similar àquela já adotada na grande maioria dos Estados do Nordeste.

Na certeza de contar com o indispensável apoio para a apreciação do Projeto anexo, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e Ilustres Deputados protestos de elevado apreço e distinta consideração, solicitando, ainda, a adoção do regime de urgência previsto no art. 21 da Constituição do Estado.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1219/2012

Ementa: Prorroga o prazo de vigência da alíquota do ICMS incidente nas operações com veículos automotores novos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 12.190, de 23 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º No período de 1º de abril de 2002 a 31 de dezembro de 2012 e a partir de 1º de janeiro de 2013, a alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS passa a ser de 12% (doze por cento) nas operações internas e de importação, promovidas pelos respectivos estabelecimentos fabricantes ou importadores ou empresas concessionárias neste Estado, com os veículos automotores novos classificados de acordo com a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/Sistema Harmonizado - NBM/SH, conforme Anexo Único. (NR)
....."

Art. 2º A Lei nº 12.334, de 23 de janeiro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º No período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2012 e a partir de 1º de janeiro de 2013, a alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS passa a ser de 12% (doze por cento) nas operações internas e de importação, promovidas pelos respectivos estabelecimentos fabricantes ou importadores ou empresas concessionárias neste Estado, com veículos novos motorizados, tipo motocicleta, classificados na posição 8711 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/Sistema Harmonizado - NBM/SH. (NR)
....."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 12ª Comissões.

MENSAGEM Nº 158/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei que institui o Sistema de Transferência de Recursos do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aos respectivos Fundos Municipais, objetivando viabilizar repasses financeiros para cofinanciamento das ações continuadas de programas de proteção, de programas socioeducativos em meio aberto e de atendimento inicial, executadas por entidades de atendimento governamentais e não governamentais, e altera a Lei nº 10.973, de 17 de novembro de 1993.

A presente proposição tem por fundamento o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente preconizado pelo *caput* do art. 227 da Constituição Federal, pelo qual "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Tem em vista, igualmente, atender às recomendações adotadas pelo sistema congênere de transferências desses recursos pelo Governo Federal aos Fundos Estaduais e Municipais.

Neste sentido, o Governo do Estado de Pernambuco tem buscado fortalecer a cooperação técnica e financeira com os municípios, no que se refere às ações e programas protetivos e socioeducativos, sendo a transferência fundo a fundo ora proposta instrumento apto a efetuar repasses regulares e programados de recursos para os municípios, como forma de cofinanciar as ações e programas mencionados, a fim de garantir a execução da política de atendimento para a criança e o adolescente, com base no disposto nos arts. 86, 88 incisos I e IV e art. 256, parágrafo único do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1220/2012

Ementa: Institui o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aos respectivos Fundos Municipais, e altera a Lei nº 10.973, de 17 de novembro de 1993, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado de Pernambuco o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aos respectivos Fundos Municipais, para cofinanciamento das ações continuadas de programas de proteção e socioeducativos em meio aberto e de atendimento inicial, nos termos do inciso VI do art. 5º da Lei Federal nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012, executadas por entidades de atendimento governamentais e não governamentais.

Art. 2º As transferências de recursos destinadas a financiar as ações continuadas de programas de proteção e socioeducativos em meio aberto e de atendimento inicial serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma regular e automática, em conformidade com os critérios aprovados pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA/PE), atendendo especialmente:

I – aos Princípios constantes da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

II – à Lei nº 10.973, de 17 de novembro de 1993;

III – às normas nacionais e estaduais específicas sobre os sistemas protetivo e socioeducativo;

IV – aos procedimentos administrativos adotados pelo Estado de Pernambuco;

V – ao Decreto regulamentador desta lei.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos constantes desta lei deve se dar em atendimento à legislação citada e a um Plano de Ação Anual, a ser aprovado por meio de Resolução, pelo respectivo Conselho Municipal de Defesa dos Direito da Criança e do Adolescente, na forma e limites dispostos no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais.

CAPÍTULO II
DAS AÇÕES CONTINUADAS DE PROTEÇÃO, SOCIOEDUCATIVAS E DE ATENDIMENTO INICIAL

Art. 3º A transferência de recursos destinada a financiar as ações continuadas de programas de proteção e socioeducativos em meio aberto e de atendimento inicial, executadas por entidades de atendimento governamentais e não governamentais dos municípios, deve obedecer às disposições previstas nesta Lei e apenas contempla os seguintes programas:

I – Programas de Proteção, na modalidade de:

a) orientação e apoio sóciofamiliar;

b) apoio sócioeducativo em meio aberto;

c) acolhimento institucional;

d) acolhimento familiar;

II – Programas Socioeducativos em meio aberto, na modalidade de:

a) prestação de serviços à comunidade;

b) liberdade assistida;

III – Programa de Atendimento inicial.

CAPÍTULO III
DO ACESSO AO SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS FUNDO A FUNDO

Art. 4º Só tem acesso aos recursos estabelecidos nesta Lei os Fundos Municipais da Criança e do Adolescente criados por lei e vinculados aos respectivos Conselhos Municipais, os quais devem estar em pleno exercício de suas funções institucionais.

§ 1º A inclusão de município ao Sistema de Transferência de Recursos Financeiros Fundo a Fundo se dá mediante adesão, devendo o município:

I – apresentar um Plano de Ação Anual, que atenda às disposições constantes do art. 2º, acompanhado de cópia da ata de sua aprovação e Resolução devidamente publicada no Diário Oficial do Estado ou do Município, bem como aprovado no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual;

II – apresentar declaração de que dispõe de recursos orçamentários para co-financiamento dos programas e ações constantes do art. 3º, nas suas respectivas leis do Plano Plurianual e do Orçamento Anual;

§ 2º A partir de 2016, só poderão receber os recursos de que trata esta Lei os Municípios que tiverem uma política municipal de defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente aprovada pelos respectivos conselhos municipais dos direito da criança e do adolescente, devidamente publicada como Resolução no Diário Oficial do Estado ou do Município.

Art. 5º Para receber os recursos estabelecidos nesta Lei, as entidades de atendimento governamentais e não governamentais devem cumprir as exigências constantes do art. 90 da Lei nº 8.069, de 1990, com as modificações trazidas pela Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009 e pela Lei nº 12.594, de18 de janeiro de 2012, bem como obedecer às normas referentes ao funcionamento das entidades e ao acesso a recursos financeiros exigidos pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º Os Municípios que estabelecerem consórcios ou outras formas legais de cooperação, para a execução conjunta das ações continuadas de programas de proteção, socioeducativos em meio aberto e atendimento inicial constantes do art. 3º poderão remanejar entre si parcelas dos recursos dos Fundos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente derivadas tanto de receitas próprias como de transferências decorrentes desta Lei, que serão administradas segundo modalidade gerencial pactuada pelos entes envolvidos.

Parágrafo único. A modalidade gerencial referida no *caput* deverá estar em consonância com os preceitos do Direito Administrativo Público, com os princípios inscritos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e com as normas aprovadas pelos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente envolvidos na execução das ações, respeitados os procedimentos orçamentários e financeiros adotados na Administração do Estado.

CAPÍTULO IV
DA TRANSPARÊNCIA, VISIBILIDADE, FISCALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE

Seção I
Da Transparência e Visibilidade da Gestão

Art. 7º Os órgãos gestores da política para criança e adolescente do Estado e dos Municípios darão ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico, das prestações de contas periódicas, para consulta e apreciação dos cidadãos e de instituições da sociedade, com ênfase:

I - na comprovação do cumprimento do disposto nesta Lei;

II – no relatório da política e ações para criança e adolescente;

III – na avaliação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado e dos Municípios.

Seção II
Da Prestação de Contas

Art. 8º As entidades de atendimento governamentais e não governamentais executoras dos programas e ações continuadas, de que trata o art. 3º, prestarão contas da execução dos objetos estabelecidos nos Planos de Ação Anual, inclusive quanto à aplicação dos recursos disponibilizados, aos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Estadual e Municipal.

§ 1º As prestações de contas constante do *caput* não excluem a apreciação das contas por parte dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 9º As receitas e as despesas com as ações financiadas por esta Lei serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Executivo, assim como em demonstrativo próprio que acompanhará o relatório de que trata o § 3 do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 10. As transferências de recursos financeiros de que trata esta Lei poderão ser suspensas em caso de:

I - prestação de contas dos recursos repassados em desconformidade com a forma estabelecida por esta Lei e seu regulamento;

II – descumprimento das ações, obrigações e atividades constantes do Plano de Ação Anual.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. O Estado de Pernambuco, através da Secretaria da Criança e da Juventude, prestará apoio técnico aos Municípios para a implementação das ações constantes do art. 3º desta Lei e para a construção da política municipal de defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 12. A Lei nº 10.973, de 17 de novembro de 1993, que cria o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º. .....

I – promover a captação, mobilização e aplicação de recursos financeiros destinados ao financiamento da política para criança e adolescente; (NR)

.....

Art. 3º .....

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação; (NR)

II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência; (NR)

III - elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo de planejamento e de orçamento do Estado; (NR)

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação, o Plano Plurianual e com a Lei Orçamentária Anual; (NR)

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade; (NR)

VI – dar publicidade aos projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente; (NR)

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e do balanço anual do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicidade dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica; (NR)

VIII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelo próprio Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente; (NR)

IX - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; (NR)

X - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente; (AC)

XI - fiscalizar a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; (AC)

XII - encaminhar aos órgãos de controle interno e externo os demonstrativos financeiros de receitas e despesas do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; (AC)

XIII - Ordenar as despesas e/ou empenho através do Diretor Executivo e de outro Servidor Público do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA/PE); (AC)

XIV - designar membros do Conselho para acompanhar e fiscalizar a prática de atos concernentes às atividades operacionais do Fundo; (AC)

XV - aprovar o regulamento técnico do Fundo. (AC)

Parágrafo único. Os repasses de recursos financeiros, quando destinados a financiar ações continuadas de programas de proteção, na modalidade de orientação e apoio sociofamiliar, apoio socioeducativo em meio aberto, acolhimento institucional, acolhimento familiar; programa de execução de medida socioeducativa em meio aberto, na modalidade de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida e, ainda, programa de atendimento inicial dar-se-ão por meio de transferência direta do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente para os respectivos fundos municipais. (AC)

.....

Art. 11 .....

I – na transferência de recursos destinados às entidades da administração direta ou indireta do Estado e dos Municípios que desenvolvam políticas e programas de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente; (NR)

II – na transferência de recursos para ações de programas de proteção, na modalidade de orientação e apoio sociofamiliar, apoio socioeducativo em meio aberto, acolhimento institucional e acolhimento familiar; (NR)

III – na transferência de recursos para ações socioeducativas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, atendimento inicial, semiliberdade e internação; (NR)

III – na transferência de recursos às entidades não governamentais que desenvolvam programas similares. (NR)

Parágrafo único. Às entidades de atendimento governamentais e não governamentais, nos termos dos arts. 90 e 91 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1999, serão repassados recursos financeiros através de convênio de cooperação financeira, à exceção das que executam ações continuadas de programas de proteção e socioeducativos em meio aberto e de atendimento inicial, que se dará através de transferência regular e automática fundo a fundo. (NR)

.....

Art. 13 A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas na lei instituidora do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e na Lei de criação do Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo a Fundo."

Art. 13. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da sua regulamentação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª , 4ª e 11ª Comissões.

MENSAGEM Nº 159/2012.

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei, que altera a Lei nº 14.046, de 30 de abril de 2010, e alterações, a qual, por seu turno, autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica, e dá outras providências.

O Projeto de Lei ora encaminhado promove a permuta de áreas referentes à supressão de vegetação de preservação permanente já autorizada pela Lei nº 14.046, de 2010, e alterações. Tais áreas são constituídas de Mata Atlântica, Mangue, Restinga e vegetação não nativa/nativa antropizada em área de preservação permanente.

É de se ressaltar que a alteração legislativa ora proposta se deve à necessidade de compatibilizar a autorização com as áreas a serem utilizadas na implantação dos seguintes empreendimentos: dragagem do Estaleiro Pomar, acesso a Adhetech, Alças da Express Way, Acesso a ZI-3, Zona Central de Serviços, Rodoferrovia – Rodovia 2ª Fase, Rodoferrovia – Ferrovia, Cais 08 e 09, Canal de Acesso ao Estaleiro CMO, implantação de empreendimentos industriais na ZI-, ZI-3 e ZI-5 e modernização do Porto de Suape.

Ademais, a proposição anexa não implica aumento da área de vegetação a ser suprimida. Ao revés, poupará 4,8535 hectares.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Augusta Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito que o presente Projeto de Lei seja apreciado em regime de urgência, na forma preconizada no art. 21 da Constituição Estadual.

No ensejo, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares os meus protestos de elevada consideração e distinto apreço.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1221/2012

Ementa: Altera a Lei nº 14.046, de 30 de abril de 2010, e alterações, que autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.046, de 30 de abril de 2010, e alterações, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica autorizada a supressão da vegetação de preservação permanente nas seguintes áreas, de acordo com o inciso I do § 1º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995, em função da necessidade de consolidação do processo de urbanização das Zonas Industriais (ZI), Industrial Portuária (ZIP) e Central de Serviços (ZCS), declaradas de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 82.899, de 19 de dezembro de 1978, pelo Decreto nº 2845, de 27 de junho de 1973, pelo Decreto nº 4433, de 18 de fevereiro de 1977, e pelo Decreto nº 4928, de 24 de fevereiro de 1978, conforme previsto em Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) de Suape e do empreendimento denominado contorno rodoviário do Cabo de Santo Agostinho:

I - área de 6,6472 ha de mata atlântica;

II - área de 411,9260 ha de mangue;

III - área de 158,3303 ha de restinga; e

IV - área de 109,7004 ha de vegetação não nativa/antropizada em área de preservação permanente."

Art. 2º Anexo I da Lei 14.046, de 2010, passa a vigorar conforme o Anexo Único da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO ÚNICO

"ANEXO I
MEMORIAL DESCRITIVO I
MEMORIAL DESCRITIVO DE ÁREAS PARA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA

As áreas descritas no presente memorial correspondem a porções de cobertura vegetal predominantemente nativa, totalizando 491,6455 ha (quatrocentos e noventa e um hectares, sessenta e quatro ares e cinquenta e cinco centiares), divididas entre Manguezal, abrangendo 366,0910 ha (trezentos e sessenta e seis hectares, nove ares e dez centiares); Remanescente de Mata Atlântica, abrangendo 6,6472 (seis hectares, sessenta e quatro ares e setenta e dois centiares); e Mata de Restinga, abrangendo 118,9073 ha (cento e dezoito hectares, noventa ares e setenta e três centiares). As áreas estão localizadas em terras pertencentes ao Complexo Industrial Portuário de Suape - CIPS, distribuídas na Zona de Preservação Ecológica, Zona Central-Administrativa, Zona Industrial-Portuária, Zona Industrial ZI-3 e Zona Industrial ZI-3B. Os limites são descritos com base em Ortofotocartas planialtimétricas na escala 1:5.000, pertencentes ao CIPS, ano 2006, cujas coordenadas estão apresentadas no Sistema de Projeção UTM, referenciadas ao Sistema Geodésico de Referência SAD-69.

Na Zona de Preservação Ecológica – ZPEc de Suape, localiza-se 01 (uma) área, totalizando 6,6472 ha (seis hectares, sessenta e quatro ares e setenta e dois centiares), descrita a seguir:

ÁREA-01 (REMANESCENTE DE MATA ATLÂNTICA): Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.080.815,0000m e E 279.604,0000m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 101°34'31" e 14,312 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.080.812,1282m e E 279.618,0214m; 142°09'49" e 208,861 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.080.647,1772m e E 279.746,1385m; 142°09'54" e 3,562 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.080.644,3641m e E 279.748,3233m; 142°10'14" e 1,055 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.080.643,5308m e E 279.748,9703m; 142°10'31" e 1,056 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.080.642,6969m e E 279.749,6177m; 142°10'52" e 1,056 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.080.641,8625m e E 279.750,2654m; 142°11'17" e 1,057 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.080.641,0276m e E 279.750,9134m; 142°11'46" e 1,057 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.080.640,1920m e E 279.751,5616m; 142°12'19" e 1,058 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.080.639,3559m e E 279.752,2100m; 142°12'56" e 1,059 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.080.638,5192m e E 279.752,8586m; 142°13'37" e 1,059 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.080.637,6819m e E 279.753,5075m; 142°14'23" e 1,060 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.080.636,8440m e E 279.754,1565m; 142°15'13" e 1,060 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.080.636,0054m e E 279.754,8057m; 142°16'07" e 1,061 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.080.635,1662m e E 279.755,4551m; 142°17'05" e 1,062 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.080.634,3263m e E 279.756,1046m; 142°18'07" e 1,062 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.080.633,4858m e E 279.756,7542m; 142°19'13" e 1,063 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.080.632,6446m e E 279.757,4039m; 142°20'23" e 1,064 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.080.631,8026m e E 279.758,0536m; 142°21'38" e 1,064 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.080.630,9600m e E 279.758,7035m; 142°22'57" e 1,065 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.080.630,1167m e E 279.759,3534m; 142°24'20" e 1,065 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.080.629,2726m e E 279.760,0033m; 142°25'47" e 1,066 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.080.628,4277m e E 279.760,6532m; 142°27'18" e 1,067 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.080.627,5821m e E 279.761,3031m; 142°28'53" e 1,067 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.080.626,7357m e E 279.761,9530m; 142°30'32" e 1,612 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.080.625,4564m e E 279.762,9344m; 142°34'04" e 1,638 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.080.624,1561m e E 279.763,9297m; 65°53'41" e 14,055 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.080.629,8965m e E 279.776,7595m; 65°53'46" e 2,581 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.080.630,9506m e E 279.779,1155m; 65°54'21" e 2,583 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.080.632,0052m e E 279.781,4736m; 65°55'29" e 2,586 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.080.633,0599m e E 279.783,8343m; 65°57'12" e 2,588 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.080.634,1146m e E 279.786,1978m; 65°59'30" e 2,591 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.080.635,1686m e E 279.788,5643m; 66°02'21" e 2,593 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.080.636,2217m e E 279.790,9340m; 66°05'47" e 2,604 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.080.637,2770m e E 279.793,3150m; 66°09'48" e 2,599 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.080.638,3275m e E 279.795,6926m; 66°14'23" e 2,602 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.080.639,3758m e E 279.798,0740m; 66°19'32" e 2,604 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.080.640,4216m e E 279.800,4592m; 66°25'15" e 2,607 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.080.641,4644m e E 279.802,8484m; 66°31'33" e 2,609 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.080.642,5038m e E 279.805,2418m; 66°38'25" e 2,612 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.080.643,5394m e E 279.807,6396m; 66°45'51" e 2,614 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.080.644,5708m e E 279.810,0419m; 66°53'52" e 2,617 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.080.645,5976m e E 279.812,4489m; 67°02'27" e 2,619 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.080.646,6193m e E 279.814,8607m; 67°11'37" e 2,622 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.080.647,6356m e E 279.817,2776m; 67°21'21" e 2,624 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.080.648,6460m e E 279.819,6997m; 67°31'39" e 2,627 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.080.649,6501m e E 279.822,1270m; 67°42'31" e 2,629 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.080.650,6474m e E 279.824,5599m; 67°53'58" e 2,632 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.080.651,6376m e E 279.826,9983m; 68°05'59" e 2,634 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.080.652,6202m e E 279.829,4426m; 68°18'35" e 2,617 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.080.653,5873m e E 279.831,8741m; 134°54'31" e 32,867 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.080.630,3841m e E 279.855,1514m; 249°30'08" e 3,019 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.080.629,3268m e E 279.852,3233m; 249°14'40" e 2,514 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.080.628,4357m e E 279.849,9720m; 248°59'47" e 2,517 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.080.627,5336m e E 279.847,6222m; 248°45'29" e 2,519 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.080.626,6208m e E 279.845,2740m; 248°31'45" e 2,522 m até o vértice 57, de coordenadas N 9.080.625,6976m e E 279.842,9270m; 248°18'35" e 2,524 m até o vértice 58, de coordenadas N 9.080.624,7646m e E 279.840,5813m; 248°05'59" e 2,527 m até o vértice 59, de coordenadas N 9.080.623,8221m e E 279.838,2367m; 247°53'58" e 2,529 m até o vértice 60, de coordenadas N 9.080.622,8704m e E 279.835,8931m; 247°42'31" e 2,532 m até o vértice 61, de coordenadas N 9.080.621,9100m e E 279.833,5504m; 247°31'39" e 2,534 m até o vértice 62, de coordenadas N 9.080.620,9413m e E 279.831,2084m; 247°21'21" e 2,537 m até o vértice 63, de coordenadas N 9.080.619,9645m e E 279.828,8670m; 247°11'37" e 2,539 m até o vértice 64, de coordenadas N 9.080.618,9802m e E 279.826,5261m; 247°02'27" e 2,542 m até o vértice 65, de coordenadas N 9.080.617,9887m e E 279.824,1856m; 246°53'52" e 2,544 m até o vértice 66, de coordenadas N 9.080.616,9903m e E 279.821,8452m; 246°45'51" e 2,547 m até o vértice 67, de coordenadas N 9.080.615,9855m e E 279.819,5048m; 246°38'25" e 2,549 m até o vértice 68, de coordenadas N 9.080.614,9746m e E 279.817,1644m; 246°31'33" e 2,552 m até o vértice 69, de coordenadas N 9.080.613,9581m e E 279.814,8236m; 246°25'15" e 2,554 m até o vértice 70, de coordenadas N 9.080.612,9363m e E 279.812,4825m; 246°19'32" e 2,557 m até o vértice 71, de coordenadas N 9.080.611,9096m e E 279.810,1408m; 246°14'23" e

2,559 m até o vértice 72, de coordenadas N 9.080.610,8784m e E 279.807,7983m; 246°09'48" e 2,562 m até o vértice 73, de coordenadas N 9.080.609,8430m e E 279.805,4549m; 246°05'48" e 2,557 m até o vértice 74, de coordenadas N 9.080.608,8070m e E 279.803,1173m; 246°02'22" e 2,568 m até o vértice 75, de coordenadas N 9.080.607,7640m e E 279.800,7705m; 245°59'30" e 2,571 m até o vértice 76, de coordenadas N 9.080.606,7181m e E 279.798,4222m; 245°57'13" e 2,573 m até o vértice 77, de coordenadas N 9.080.605,6696m e E 279.796,0723m; 245°55'29" e 2,576 m até o vértice 78, de coordenadas N 9.080.604,6189m e E 279.793,7207m; 245°54'21" e 2,578 m até o vértice 79, de coordenadas N 9.080.603,5664m e E 279.791,3672m; 245°53'46" e 2,581 m até o vértice 80, de coordenadas N 9.080.602,5125m e E 279.789,0116m; 245°53'41" e 7,289 m até o vértice 81, de coordenadas N 9.080.599,5354m e E 279.782,3579m; 143°59'58" e 2,078 m até o vértice 82, de coordenadas N 9.080.597,8544m e E 279.783,5792m; 144°07'54" e 2,176 m até o vértice 83, de coordenadas N 9.080.596,0914m e E 279.784,8540m; 144°16'06" e 2,178 m até o vértice 84, de coordenadas N 9.080.594,3234m e E 279.786,1259m; 144°24'36" e 2,180 m até o vértice 85, de coordenadas N 9.080.592,5503m e E 279.787,3948m; 144°33'22" e 2,183 m até o vértice 86, de coordenadas N 9.080.590,7720m e E 279.788,6607m; 144°42'24" e 2,185 m até o vértice 87, de coordenadas N 9.080.588,9884m e E 279.789,9232m; 144°51'43" e 2,188 m até o vértice 88, de coordenadas N 9.080.587,1994m e E 279.791,1823m; 145°01'18" e 2,190 m até o vértice 89, de coordenadas N 9.080.585,4049m e E 279.792,4378m; 145°11'10" e 2,192 m até o vértice 90, de coordenadas N 9.080.583,6049m e E 279.793,6895m; 145°21'19" e 2,195 m até o vértice 91, de coordenadas N 9.080.581,7992m e E 279.794,9373m; 145°31'44" e 2,197 m até o vértice 92, de coordenadas N 9.080.579,9877m e E 279.796,1809m; 145°42'26" e 2,200 m até o vértice 93, de coordenadas N 9.080.578,1703m e E 279.797,4203m; 145°53'24" e 2,202 m até o vértice 94, de coordenadas N 9.080.576,3470m e E 279.798,6552m; 146°04'39" e 2,205 m até o vértice 95, de coordenadas N 9.080.574,5177m e E 279.799,8855m; 146°16'11" e 2,207 m até o vértice 96, de coordenadas N 9.080.572,6823m e E 279.801,1110m; 146°27'59" e 2,209 m até o vértice 97, de coordenadas N 9.080.570,8406m e E 279.802,3315m; 146°40'03" e 2,212 m até o vértice 98, de coordenadas N 9.080.568,9927m e E 279.803,5469m; 146°52'24" e 2,214 m até o vértice 99, de coordenadas N 9.080.567,1384m e E 279.804,7569m; 147°05'02" e 2,218 m até o vértice 100, de coordenadas N 9.080.565,2761m e E 279.805,9624m; 147°17'59" e 0,567 m até o vértice 101, de coordenadas N 9.080.564,7986m e E 279.806,2690m; 154°45'09" e 152,062 m até o vértice 102, de coordenadas N 9.080.427,2626m e E 279.871,1282m; 58°09'03" e 7,624 m até o vértice 103, de coordenadas N 9.080.431,2858m e E 279.877,6046m; 63°13'17" e 7,550 m até o vértice 104, de coordenadas N 9.080.434,6875m e E 279.884,3450m; 68°17'31" e 7,550 m até o vértice 105, de coordenadas N 9.080.437,4801m e E 279.891,3597m; 73°21'44" e 7,550 m até o vértice 106, de coordenadas N 9.080.439,6419m e E 279.898,5937m; 78°25'58" e 7,550 m até o vértice 107, de coordenadas N 9.080.441,1558m e E 279.905,9905m; 83°30'11" e 7,550 m até o vértice 108, de coordenadas N 9.080.442,0101m e E 279.913,4922m; 88°34'25" e 7,550 m até o vértice 109, de coordenadas N 9.080.442,1981m e E 279.921,0400m; 93°38'38" e 7,550 m até o vértice 110, de coordenadas N 9.080.441,7182m e E 279.928,5749m; 98°42'52" e 7,058 m até o vértice 111, de coordenadas N 9.080.440,6489m e E 279.935,5515m; 101°36'16" e 1,960 m até o vértice 112, de coordenadas N 9.080.440,2546m e E 279.937,4715m; 104°08'23" e 6,127 m até o vértice 113, de coordenadas N 9.080.438,7578m e E 279.943,4131m; 108°42'11" e 7,317 m até o vértice 114, de coordenadas N 9.080.436,4115m e E 279.950,3438m; 113°55'32" e 7,738 m até o vértice 115, de coordenadas N 9.080.433,2733m e E 279.957,4170m; 118°59'46" e 7,568 m até o vértice 116, de coordenadas N 9.080.429,6049m e E 279.964,0360m; 124°08'38" e 7,782 m até o vértice 117, de coordenadas N 9.080.425,2371m e E 279.970,4766m; 130°04'28" e 2,768 m até o vértice 118, de coordenadas N 9.080.423,4551m e E 279.972,5947m; 204°46'31" e 18,123 m até o vértice 119, de coordenadas N 9.080.407,0000m e E 279.965,0000m; 225°00'00" e 113,137 m até o vértice 120, de coordenadas N 9.080.327,0000m e E 279.885,0000m; 177°50'20" e 106,075 m até o vértice 121, de coordenadas N 9.080.221,0000m e E 279.889,0000m; 213°12'24" e 197,203 m até o vértice 122, de coordenadas N 9.080.056,0000m e E 279.781,0000m; 8°44'46" e 302,518 m até o vértice 123, de coordenadas N 9.080.355,0000m e E 279.827,0000m; 354°41'57" e 97,417 m até o vértice 124, de coordenadas N 9.080.452,0000m e E 279.818,0000m; 287°28'05" e 28,063 m até o vértice 125, de coordenadas N 9.080.460,4239m e E 279.791,2308m; 331°20'03" e 72,004 m até o vértice 126, de coordenadas N 9.080.523,6025m e E 279.756,6903m; 147°22'25" e 0,011 m até o vértice 127, de coordenadas N 9.080.523,5937m e E 279.756,6960m; 327°15'53" e 1,985 m até o vértice 128, de coordenadas N 9.080.525,2631m e E 279.755,6228m; 326°56'34" e 2,992 m até o vértice 129, de coordenadas N 9.080.527,7705m e E 279.753,9909m; 326°37'52" e 2,997 m até o vértice 130, de coordenadas N 9.080.530,2737m e E 279.752,3423m; 326°19'48" e 3,003 m até o vértice 131, de coordenadas N 9.080.532,7726m e E 279.750,6776m; 326°02'22" e 3,008 m até o vértice 132, de coordenadas N 9.080.535,2677m e E 279.748,9972m; 325°45'34" e 3,014 m até o vértice 133, de coordenadas N 9.080.537,7590m e E 279.747,3015m; 325°29'23" e 3,019 m até o vértice 134, de coordenadas N 9.080.540,2469m e E 279.745,5910m; 325°13'50" e 3,025 m até o vértice 135, de coordenadas N 9.080.542,7314m e E 279.743,8661m; 324°58'56" e 3,030 m até o vértice 136, de coordenadas N 9.080.545,2130m e E 279.742,1274m; 324°44'39" e 3,036 m até o vértice 137, de coordenadas N 9.080.547,6917m e E 279.740,3752m; 324°30'59" e 3,041 m até o vértice 138, de coordenadas N 9.080.550,1679m e E 279.738,6100m; 324°17'58" e 3,046 m até o vértice 139, de coordenadas N 9.080.552,6418m e E 279.736,8323m; 324°05'34" e 3,052 m até o vértice 140, de coordenadas N 9.080.555,1137m e E 279.735,0424m; 323°53'48" e 3,057 m até o vértice 141, de coordenadas N 9.080.557,5839m e E 279.733,2410m; 323°42'40" e 3,071 m até o vértice 142, de coordenadas N 9.080.560,0596m e E 279.731,4231m; 323°32'08" e 3,072 m até o vértice 143, de coordenadas N 9.080.562,5302m e E 279.729,5973m; 323°22'16" e 3,073 m até o vértice 144, de coordenadas N 9.080.564,9961m e E 279.727,7641m; 323°13'01" e 2,602 m até o vértice 145, de coordenadas N 9.080.567,0799m e E 279.726,2062m; 246°25'38" e 2,395 m até o vértice 146, de coordenadas N 9.080.566,1222m e E 279.724,0113m; 246°36'40" e 2,629 m até o vértice 147, de coordenadas N 9.080.565,0785m e E 279.721,5981m; 246°49'21" e 2,637 m até o vértice 148, de coordenadas N 9.080.564,0405m e E 279.719,1738m; 247°03'39" e 2,645 m até o vértice 149, de coordenadas N 9.080.563,0097m e E 279.716,7382m; 247°19'36" e 2,652 m até o vértice 150, de coordenadas N 9.080.561,9874m e E 279.714,2909m; 247°37'11" e 2,660 m até o vértice 151, de coordenadas N 9.080.560,9747m e E 279.711,8316m; 247°56'24" e 2,667 m até o vértice 152, de coordenadas N 9.080.559,9730m e E 279.709,3599m; 248°17'15" e 2,674 m até o vértice 153, de coordenadas N 9.080.558,9837m e E 279.706,8753m; 248°39'44" e 2,682 m até o vértice 154, de coordenadas N 9.080.558,0080m e E 279.704,3776m; 249°03'51" e 0,687 m até o vértice 155, de coordenadas N 9.080.557,7624m e E 279.703,7358m; 258°48'26" e 124,821 m até o vértice 156, de coordenadas N 9.080.533,5331m e E 279.581,2890m; 268°45'17" e 1,991 m até o vértice 157, de coordenadas N 9.080.533,4899m e E 279.579,2988m; 269°09'24" e 2,682 m até o vértice 158, de coordenadas N 9.080.533,4504m e E 279.576,6175m; 269°31'53" e 2,674 m até o vértice 159, de coordenadas N 9.080.533,4285m e E 279.573,9433m; 269°52'44" e 2,667 m até o vértice 160, de coordenadas N 9.080.533,4229m e E 279.571,2764m; 270°11'57" e 2,660 m até o vértice 161, de coordenadas N 9.080.533,4321m e E 279.568,6167m; 270°29'32" e 2,652 m até o vértice 162, de coordenadas N 9.080.533,4549m e E 279.565,9646m; 270°45'29" e 2,645 m até o vértice 163, de coordenadas N 9.080.533,4899m e E 279.563,3201m; 270°59'47" e 2,637 m até o vértice 164, de coordenadas N 9.080.533,5358m e E 279.560,6833m; 271°12'28" e 1,915 m até o vértice 165, de coordenadas N 9.080.533,5761m e E 279.558,7692m; 287°28'05" e 28,063 m até o vértice 166, de coordenadas N 9.080.542,0000m e E 279.532,0000m; 291°15'02" e 74,264 m até o vértice 167, de coordenadas N 9.080.568,9167m e E 279.462,7855m; 89°20'51" e 0,704 m até o vértice 168, de coordenadas N 9.080.568,9248m e E 279.463,4896m; 89°31'53" e 1,338 m até o vértice 169, de coordenadas N 9.080.568,9357m e E 279.464,8272m; 89°42'31" e 1,336 m até o vértice 170, de coordenadas N 9.080.568,9425m e E 279.466,1630m; 89°52'44" e 1,334 m até o vértice 171, de coordenadas N 9.080.568,9453m e E 279.467,4970m; 90°02'33" e 1,332 m até o vértice 172, de coordenadas N 9.080.568,9443m e E 279.468,8293m; 90°11'57" e 1,330 m até o vértice 173, de coordenadas N 9.080.568,9397m e E 279.470,1597m; 90°20'57" e 1,329 m até o vértice 174, de coordenadas N 9.080.568,9316m e E 279.471,4884m; 90°29'32" e 1,327 m até o vértice 175, de coordenadas N 9.080.568,9202m e E 279.472,8152m; 90°37'43" e 1,325 m até o vértice 176, de coordenadas N 9.080.568,9057m e E 279.474,1402m; 90°45'29" e 1,323 m até o vértice 177, de coordenadas N 9.080.568,8882m e E 279.475,4634m; 90°52'50" e 1,322 m até o vértice 178, de coordenadas N 9.080.568,8678m e E 279.476,7848m; 90°59'47" e 1,320 m até o vértice 179, de coordenadas N 9.080.568,8449m e E 279.478,1044m; 91°06'20" e 1,318 m até o vértice 180, de coordenadas N 9.080.568,8195m e E 279.479,4221m; 91°12'28" e 1,316 m até o vértice 181, de coordenadas N 9.080.568,7917m e E 279.480,7380m; 91°18'11" e 1,314 m até o vértice 182, de coordenadas N 9.080.568,7618m e E 279.482,0521m; 91°23'30" e 1,313 m até o vértice 183, de coordenadas N 9.080.568,7300m e E 279.483,3643m; 91°28'24" e 1,311 m até o vértice 184, de coordenadas N 9.080.568,6962m e E 279.484,6747m; 91°32'54" e 1,309 m até o vértice 185, de coordenadas N 9.080.568,6609m e E 279.485,9833m; 91°36'59" e 1,307 m até o vértice 186, de coordenadas N 9.080.568,6240m e E 279.487,2900m; 91°40'40" e 1,298 m até o vértice 187, de coordenadas N 9.080.568,5860m e E 279.488,5878m; 91°43'55" e 1,305 m até o vértice 188, de coordenadas N 9.080.568,5466m e E 279.489,8919m; 91°46'47" e 1,303 m até o vértice 189, de coordenadas N 9.080.568,5061m e E 279.491,1941m; 91°49'15" e 1,301 m até o vértice 190, de coordenadas N 9.080.568,4648m e E 279.492,4944m; 91°51'17" e 1,299 m até o vértice 191, de coordenadas N 9.080.568,4227m e E 279.493,7930m; 91°52'56" e 1,297 m até o vértice 192, de coordenadas N 9.080.568,3801m e E 279.495,0897m; 91°54'09" e 1,296 m até o vértice 193, de coordenadas N 9.080.568,3371m e E 279.496,3847m; 91°54'59" e 1,294 m até o vértice 194, de coordenadas N 9.080.568,2938m e E 279.497,6778m; 91°55'23" e 1,292 m até o vértice 195, de coordenadas N 9.080.568,2504m e E 279.498,9692m; 91°55'27" e 32,834 m até o vértice 196, de coordenadas N 9.080.567,1479m e E 279.531,7845m; 91°55'23" e 1,290 m até o vértice 197, de coordenadas N 9.080.567,1047m e E 279.533,0738m; 91°54'59" e 1,289 m até o vértice 198, de coordenadas N 9.080.567,0616m e E 279.534,3617m; 91°54'10" e 1,287 m até o vértice 199, de coordenadas N 9.080.567,0188m e E 279.535,6477m; 91°52'56" e 1,998 m até o vértice 200, de coordenadas N 9.080.566,9532m e E 279.537,6445m; 91°49'15" e 2,541 m até o vértice 201, de coordenadas N 9.080.566,8725m e E 279.540,1840m; 91°43'56" e 2,538 m até o vértice 202, de coordenadas N 9.080.566,7958m e E 279.542,7205m; 91°36'59" e 2,538 m até o vértice 203, de coordenadas N 9.080.566,7242m e E 279.545,2577m; 91°28'24" e 2,535 m até o vértice 204, de coordenadas N 9.080.566,6590m e E 279.547,7915m; 91°18'11" e 2,529 m até o vértice 205, de coordenadas N 9.080.566,6015m e E 279.550,3198m; 91°06'20" e 2,523 m até o vértice 206, de coordenadas N 9.080.566,5528m e E 279.552,8420m; 90°52'50" e 2,516 m até o vértice 207, de coordenadas N 9.080.566,5142m e E 279.555,3578m; 90°37'43" e 2,509 m até o vértice 208, de coordenadas N 9.080.566,4866m e E 279.557,8670m; 90°20'57" e 2,503 m até o vértice 209, de coordenadas N 9.080.566,4714m e E 279.560,3695m; 90°02'33" e 2,496 m até o vértice 210, de coordenadas N 9.080.566,4695m e E 279.562,8651m; 89°42'31" e 2,489 m até o vértice 211, de coordenadas N 9.080.566,4822m e E 279.565,3538m; 89°20'51" e 2,482 m até o vértice 212, de coordenadas N 9.080.566,5105m e E 279.567,8353m; 88°57'33" e 1,846 m até o vértice 213, de coordenadas N 9.080.566,5440m e E 279.569,6805m; 78°54'35" e 115,794 m até o vértice 214, de coordenadas N 9.080.588,8178m e E 279.683,3119m; 69°03'51" e 0,001 m até o vértice 215, de coordenadas N 9.080.588,8181m e E 279.683,3128m; 68°39'44" e 1,849 m até o vértice 216, de coordenadas N 9.080.589,9372m e E 279.686,1893m; 68°17'15" e 2,485 m até o vértice 217, de coordenadas N 9.080.590,8566m e E 279.688,4982m; 67°56'24" e 2,492 m até o vértice 218, de coordenadas N 9.080.591,7926m e E 279.690,8079m; 67°37'11" e 2,499 m até o vértice 219, de coordenadas N 9.080.592,7442m e E 279.693,1188m; 67°19'36" e 2,506 m até o vértice 220, de coordenadas N 9.080.593,7102m e E 279.695,4311m; 67°03'39" e 2,524 m até o vértice 221, de coordenadas N 9.080.594,6938m e E 279.697,7553m; 322°12'58" e 2,760 m até o vértice 222, de coordenadas N 9.080.596,8751m e E 279.696,0644m; 322°12'21" e 1,047 m até o vértice 223, de coordenadas N 9.080.597,7025m e E 279.695,4226m; 322°11'47" e 1,048 m até o vértice 224, de coordenadas N 9.080.598,5304m e E 279.694,7804m; 322°11'18" e 1,048 m até o vértice 225, de coordenadas N 9.080.599,3587m e E 279.694,1377m; 322°10'53" e 1,049 m até o vértice 226, de coordenadas N 9.080.600,1873m e E 279.693,4944m; 322°10'32" e 1,050 m até o vértice 227, de coordenadas N 9.080.601,0164m e E 279.692,8508m; 322°10'15" e 1,050 m até o vértice 228, de coordenadas N 9.080.601,8459m e E 279.692,2067m; 322°09'55" e 3,155 m até o vértice 229, de coordenadas N 9.080.604,3378m e E 279.690,2713m; 322°09'49" e 239,833 m até o vértice 230, de coordenadas N 9.080.793,7493m e E 279.543,1558m; 70°44'51" e 64,448 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Na Zona Central Administrativa – ZCA de Suape, localiza-se 01 (uma) área, totalizando 2,6533 ha (dois hectares, sessenta e cinco ares e trinta e três centiares), descrita a seguir:

ÁREA-02 (MANGUEZAL): Área destinada à duplicação de acesso rodoviário (TDR-Norte) e outros usos, localizada na divisa das Glebas 1 e 2 da propriedade Engenho Massangana, abrangendo 2,6533 ha (dois hectares, sessenta e cinco ares e trinta e três centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado às margens do Rio Tabatinga, de coordenadas planimétricas: E=279135 e N=9075679; segue ligando os pontos de coordenadas: E=279105 e N=9075680 (ponto 02), E=279096 e N=9075716 (ponto 03), E=279108 e N=9075748 (ponto 04), E=279136 e N=9075767 (ponto 05), E=279147 e N=9075781 (ponto 06), E=279145 e N=9075791 (ponto 07), E=279126 e N=9075803 (ponto 08), E=279115 e N=9075835 (ponto 09), E=279102 e N=9075847 (ponto 10), E=279060 e N=9075724 (ponto 11), E=279042 e N=9075672 (ponto 12), E=279034 e N=9075651 (ponto 13), E=279037 e N=9075649 (ponto 14), E=279040 e N=9075639 (ponto 15), E=279023 e N=9075625 (ponto 16), E=279012 e N=9075604 (ponto 17), E=279011 e N=9075581 (ponto 18), E=279007 e N=9075571 (ponto 19), E=279004 e N=9075563 (ponto 20), E=278983 e N=9075492 (ponto 21), E=278953 e N=9075385 (ponto 22), E=278948 e N=9075367 (ponto 23), E=278943 e N=9075352 (ponto 24), E=278933 e N=9075340 (ponto 25), E=278941 e N=9075337 (ponto 26), E=278965 e N=9075328 (ponto 27), E=278982 e N=9075321 (ponto 28), E=278993 e N=9075328 (ponto 29), E=279006 e N=9075346 (ponto 30), E=279011 e N=9075387 (ponto 31), E=279026 e N=9075457 (ponto 32), E=279035 e N=9075466 (ponto 33), E=279042 e N=9075508 (ponto 34), E=279047 e N=9075526 (ponto 35), E=279040 e N=9075568 (ponto 36), E=279045 e N=9075596 (ponto 37), E=279075 e N=9075610 (ponto 38), E=279088 e N=9075625 (ponto 39), E=279089 e N=9075649 (ponto 40), E=279103 e N=9075666 (ponto 41), E=279132 e N=9075664 (ponto 42); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

Na Zona Industrial-Portuária – ZIP de Suape, localizam-se 22 (vinte e duas) áreas, totalizando 468,8936 ha (seiscentos e dez hectares, dezenove ares e trinta e quatro centiares), descritas a seguir:

ÁREA-04 (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na divisa entre as propriedades Engenho Massangana - Gleba 1, Ilha dos Barreiros, Ilha da Cana e Ilha de Tatuoca, abrangendo 222,4563 ha (duzentos e vinte e dois hectares, quarenta e cinco ares e sessenta e três centiares), com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.075.981,9705m e E 281.407,8590m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 166°27'51" e 39,055 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.075.944,0000m e E 281.417,0000m; 165°44'08" e 25,596 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.075.919,1934m e E 281.423,3068m; 270°00'00" e 116,737 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.919,1934m e E 281.306,5696m; 180°00'00" e 125,000 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.794,1934m e E 281.306,5696m; 90°00'00" e 162,561 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.075.794,1934m e E 281.469,1303m; 182°20'14" e 3,196 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.075.791,0000m e E 281.469,0000m; 223°36'10" e 29,000 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.075.770,0000m e E 281.449,0000m; 182°17'26" e 25,020 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.075.745,0000m e E 281.448,0000m; 158°40'56" e 44,011 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.075.704,0000m e E 281.464,0000m; 134°19'33" e 60,108 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.075.662,0000m e E 281.507,0000m; 116°33'54" e 69,318 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.075.631,0000m e E 281.569,0000m; 108°41'56" e 68,622 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.075.609,0000m e E 281.634,0000m; 94°45'49" e 36,125 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.075.606,0000m e E 281.670,0000m; 70°20'46" e 29,732 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.075.616,0000m e E 281.698,0000m; 52°15'12" e 39,205 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.075.640,0000m e E 281.729,0000m; 24°54'17" e 30,871 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.075.668,0000m e E 281.742,0000m; 62°26'50" e 25,942 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.075.680,0000m e E 281.765,0000m; 47°51'45" e 28,320 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.075.699,0000m e E 281.786,0000m; 35°45'14" e 30,806 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.075.724,0000m e E 281.804,0000m; 8°28'16" e 47,518 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.075.771,0000m e E 281.811,0000m; 29°32'20" e 26,658 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.075.794,1934m e E 281.824,1429m; 90°00'00" e 47,519 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.075.794,1934m e E 281.871,6616m; 185°04'47" e 41,356 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.075.753,0000m e E 281.868,0000m; 177°36'51" e 48,042 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.075.705,0000m e E 281.870,0000m; 165°57'50" e 37,108 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.075.669,0000m e E 281.879,0000m; 180°00'00" e 15,000 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.075.654,0000m e E 281.879,0000m; 216°28'09" e 28,601 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.075.631,0000m e E 281.862,0000m; 243°26'06" e 13,416 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.075.625,0000m e E 281.850,0000m; 294°46'31" e 14,318 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.075.631,0000m e E 281.837,0000m; 245°46'20" e 21,932 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.075.622,0000m e E 281.817,0000m; 211°19'43" e 53,852 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.075.576,0000m e E 281.789,0000m; 183°56'43" e 29,069 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.075.547,0000m e E 281.787,0000m; 117°07'17" e 46,065 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.075.526,0000m e E 281.828,0000m; 139°42'28" e 60,308 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.075.480,0000m e E 281.867,0000m; 135°00'00" e 36,770 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.075.454,0000m e E 281.893,0000m; 116°33'54" e 55,902 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.075.429,0000m e E 281.943,0000m; 112°19'43" e 60,539 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.075.406,0000m e E 281.999,0000m; 139°53'57" e 24,839 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.075.387,0000m e E 282.015,0000m; 166°25'46" e 29,833 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.075.358,0000m e E 282.022,0000m; 252°28'28" e 59,775 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.075.340,0000m e E 281.965,0000m; 247°22'48" e 39,000 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.075.325,0000m e E 281.929,0000m; 190°18'17" e 33,541 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.075.292,0000m e E 281.923,0000m; 154°47'56" e 18,788 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.075.275,0000m e E 281.931,0000m; 128°39'35" e 57,628 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.075.239,0000m e E 281.976,0000m; 122°47'03" e 55,738 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.075.208,8190m e E 282.022,8599m; 180°00'00" e 120,365 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.075.088,4541m e E 282.022,8599m; 279°02'22" e 35,298 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.075.094,0000m e E 281.988,0000m; 278°07'48" e 35,355 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.075.099,0000m e E 281.953,0000m; 278°07'48" e 84,853 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.075.111,0000m e E 281.869,0000m; 272°58'53" e 96,130 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.075.116,0000m e E 281.773,0000m; 256°30'15" e 51,420 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.075.104,0000m e E 281.723,0000m; 232°29'45" e 108,407 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.075.038,0000m e E 281.637,0000m; 206°33'54" e 42,485 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.075.000,0000m e E 281.618,0000m; 183°32'41" e 113,217 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.074.887,0000m e E 281.611,0000m; 210°57'50" e 34,986 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.074.857,0000m e E 281.593,0000m; 231°47'20" e 59,816 m até o vértice 57, de coordenadas N 9.074.820,0000m e E 281.546,0000m; 228°33'06" e 102,728 m até o vértice 58, de coordenadas N 9.074.752,0000m e E 281.469,0000m; 240°38'32" e 36,715 m até o vértice 59, de coordenadas N 9.074.734,0000m e E 281.437,0000m; 257°57'27" e 76,688 m até o vértice 60, de coordenadas N 9.074.718,0000m e E 281.362,0000m; 249°48'20" e 92,698 m até o vértice 61, de coordenadas N 9.074.686,0000m e E 281.275,0000m; 228°21'59" e 108,374 m até o vértice 62, de coordenadas N 9.074.614,0000m e E 281.194,0000m; 217°49'42" e 107,615 m até o vértice 63, de coordenadas N 9.074.529,0000m e E 281.128,0000m; 226°29'16" e 108,931 m até o vértice 64, de coordenadas N 9.074.454,0000m e E 281.049,0000m; 216°59'20" e 96,400 m até o vértice 65, de coordenadas N 9.074.377,0000m e E 280.991,0000m; 189°20'06" e 73,980 m até o vértice 66, de coordenadas N 9.074.304,0000m e E 280.979,0000m; 190°57'15" e 63,151 m até o vértice 67, de coordenadas N 9.074.242,0000m e E 280.967,0000m; 212°44'07" e 33,287 m até o vértice 68, de coordenadas N 9.074.214,0000m e E 280.949,0000m; 233°29'55" e 62,201 m até o vértice 69, de coordenadas N 9.074.177,0000m e E 280.899,0000m; 235°24'28" e 70,456 m até o vértice 70, de coordenadas N 9.074.137,0000m e E 280.841,0000m; 276°20'25" e 27,166 m até o vértice 71, de coordenadas N 9.074.140,0000m e E 280.814,0000m; 217°34'07" e 16,401 m até o vértice 72, de coordenadas N 9.074.127,0000m e E 280.804,0000m; 133°21'48" e 24,759 m até o vértice 73, de coordenadas N 9.074.110,0000m e E 280.822,0000m; 193°05'31" e 44,147 m até o vértice 74, de coordenadas N 9.074.067,0000m e E 280.812,0000m; 181°45'45" e 65,031 m até o vértice 75, de coordenadas N 9.074.002,0000m e E 280.810,0000m; 175°25'34" e 50,160 m até o vértice 76, de coordenadas N 9.073.952,0000m e E 280.814,0000m; 156°34'17" e 65,391 m até o vértice 77, de coordenadas N 9.073.892,0000m e E 280.840,0000m; 126°52'12" e 65,000 m até o vértice 78, de coordenadas N 9.073.853,0000m e E 280.892,0000m; 151°55'39" e 34,000 m até o vértice 79, de coordenadas N 9.073.823,0000m e E 280.908,0000m; 185°42'38" e 20,100 m até o vértice 80, de coordenadas N 9.073.803,0000m e E 280.906,0000m; 92°36'09" e 22,023 m até o vértice 81, de coordenadas N 9.073.802,0000m e E 280.928,0000m; 25°49'16" e 34,438 m até o vértice 82, de coordenadas N 9.073.833,0000m e E 280.943,0000m; 330°15'18" e 56,436 m até o vértice 83, de coordenadas N 9.073.882,0000m e E 280.915,0000m; 306°31'44" e 67,201 m até o vértice 84, de coordenadas N 9.073.922,0000m e E 280.861,0000m; 345°15'23" e 58,941 m até o vértice 85, de coordenadas N 9.073.979,0000m e E 280.846,0000m; 4°38'08" e 37,121 m até o vértice 86, de coordenadas N 9.074.016,0000m e E 280.849,0000m; 28°26'35" e 27,295 m até o vértice 87, de coordenadas N 9.074.040,0000m e E 280.862,0000m; 32°11'45" e 31,906 m até o vértice 88, de coordenadas N 9.074.067,0000m e E 280.879,0000m; 33°27'55" e 70,725 m até o vértice 89, de coordenadas N 9.074.126,0000m e E 280.918,0000m; 45°00'00" e 42,426 m até o vértice 90, de coordenadas N 9.074.156,0000m e E 280.948,0000m; 43°13'43" e 68,622 m até o vértice 91, de coordenadas N 9.074.206,0000m e E 280.995,0000m; 25°49'16" e 68,877 m até o vértice 92, de coordenadas N 9.074.268,0000m e E 281.025,0000m; 31°11'06" e 44,418 m até o vértice 93, de coordenadas N 9.074.306,0000m e E 281.048,0000m; 30°12'12" e 77,524 m até o vértice 94, de coordenadas N 9.074.373,0000m e E 281.087,0000m; 29°53'56" e 46,141 m até o vértice 95, de coordenadas N 9.074.413,0000m e E 281.110,0000m; 40°15'45" e 128,425 m até o vértice 96, de coordenadas N 9.074.511,0000m e E 281.193,0000m; 53°50'31" e 64,405 m até o vértice 97, de coordenadas N 9.074.549,0000m e E 281.245,0000m; 72°12'58" e 55,660 m até o vértice 98, de coordenadas N 9.074.566,0000m e E 281.298,0000m; 61°33'25" e 81,884 m até o vértice 99, de coordenadas N 9.074.605,0000m e E 281.370,0000m; 55°04'50" e 64,637 m até o vértice 100, de coordenadas N 9.074.642,0000m e E 281.423,0000m; 52°41'46" e 52,802 m até o vértice 101, de coordenadas N 9.074.674,0000m e E 281.465,0000m; 55°38'26" e 118,714 m até o vértice 102, de coordenadas N 9.074.741,0000m e E 281.563,0000m; 48°05'39" e 52,402 m até o vértice 103, de coordenadas N 9.074.776,0000m e E 281.602,0000m; 56°18'36" e 64,900 m até o vértice 104, de coordenadas N 9.074.812,0000m e E 281.656,0000m; 65°41'44" e 34,015 m até o vértice 105, de coordenadas N 9.074.826,0000m e E 281.687,0000m; 84°55'13" e 45,177 m até o vértice 106, de coordenadas N 9.074.830,0000m e E 281.732,0000m; 26°33'54" e 40,249 m até o vértice 107, de coordenadas N 9.074.866,0000m e E 281.750,0000m; 357°47'51" e 52,038 m até o vértice 108, de coordenadas N 9.074.918,0000m e E 281.748,0000m; 348°41'24" e 25,495 m até o vértice 109, de coordenadas N 9.074.943,0000m e E 281.743,0000m; 9°27'44" e 30,414 m até o vértice 110, de coordenadas N 9.074.973,0000m e E 281.748,0000m; 21°48'05" e 32,311 m até o vértice 111, de coordenadas N 9.075.003,0000m e E 281.760,0000m; 38°22'03" e 30,610 m até o vértice 112, de coordenadas N 9.075.027,0000m e E 281.779,0000m; 66°02'15" e 19,698 m até o vértice 113, de coordenadas N 9.075.035,0000m e E 281.797,0000m; 94°29'05" e 51,157 m até o vértice 114, de coordenadas N 9.075.031,0000m e E 281.848,0000m; 102°10'17" e 52,173 m até o vértice 115, de coordenadas N 9.075.020,0000m e E 281.899,0000m; 112°06'34" e 34,540 m até o vértice 116, de coordenadas N 9.075.007,0000m e E 281.931,0000m; 109°33'07" e 113,547 m até o vértice 117, de coordenadas N 9.074.969,0000m e E 282.038,0000m; 101°01'24" e 78,447 m até o vértice 118, de coordenadas N 9.074.954,0000m e E 282.115,0000m; 75°31'47" e 32,016 m até o vértice 119, de coordenadas N 9.074.962,0000m e E 282.146,0000m; 81°05'06" e 51,624 m até o vértice 120, de coordenadas N 9.074.970,0000m e E 282.197,0000m; 85°09'22" e 59,211 m até o vértice 121, de coordenadas N 9.074.975,0000m e E 282.256,0000m; 67°50'01" e 29,155 m até o vértice 122, de coordenadas N 9.074.986,0000m e E 282.283,0000m; 59°15'52" e 43,046 m até o vértice 123, de coordenadas N 9.075.008,0000m e E 282.320,0000m; 66°02'15" e 19,698 m até o vértice 124, de coordenadas N 9.075.016,0000m e E 282.338,0000m; 147°59'41" e 9,434 m até o vértice 125, de coordenadas N 9.075.008,0000m e E 282.343,0000m; 209°28'33" e 26,420 m até o vértice 126, de coordenadas N 9.074.985,0000m e E 282.330,0000m; 226°21'50" e 59,414 m até o vértice 127, de coordenadas N 9.074.944,0000m e E 282.287,0000m; 246°48'05" e 45,695 m até o vértice 128, de coordenadas N 9.074.926,0000m e E 282.245,0000m; 227°51'45" e 28,320 m até o vértice 129, de coordenadas N 9.074.907,0000m e E 282.224,0000m; 187°07'30" e 24,187 m até o vértice 130, de coordenadas N 9.074.883,0000m e E 282.221,0000m; 221°38'01" e 24,083 m até o vértice 131, de coordenadas N 9.074.865,0000m e E 282.205,0000m; 247°45'04" e 23,770 m até o vértice 132, de coordenadas N 9.074.856,0000m e E 282.183,0000m; 200°46'20" e 31,016 m até o vértice 133, de coordenadas N 9.074.827,0000m e E 282.172,0000m; 170°47'20" e 37,483 m até o vértice 134, de coordenadas N 9.074.790,0000m e E 282.178,0000m; 154°26'24" e 50,990 m até o vértice 135, de coordenadas N 9.074.744,0000m e E 282.200,0000m; 145°55'22" e 41,049 m até o vértice 136, de coordenadas N 9.074.710,0000m e E 282.223,0000m; 144°51'57" e 33,015 m até o vértice 137, de coordenadas N 9.074.683,0000m e E 282.242,0000m; 155°05'43" e 30,871 m até o vértice 138, de coordenadas N 9.074.655,0000m e E 282.255,0000m; 151°59'27" e 53,235 m até o vértice 139, de coordenadas N 9.074.608,0000m e E 282.280,0000m; 146°43'30" e 38,275 m até o vértice 140, de coordenadas N 9.074.576,0000m e E 282.301,0000m; 115°38'28" e 27,731 m até o vértice 141, de coordenadas N 9.074.564,0000m e E 282.326,0000m; 158°11'55" e 10,770 m até o vértice 142, de coordenadas N 9.074.554,0000m e E 282.330,0000m; 225°00'00" e 15,556 m até o vértice 143, de coordenadas N 9.074.543,0000m e E 282.319,0000m; 201°15'02" e 19,313 m até o vértice 144, de coordenadas N 9.074.525,0000m e E 282.312,0000m; 142°07'30" e 22,804 m até o vértice 145, de coordenadas N 9.074.507,0000m e E 282.326,0000m; 224°56'55" e 257,037 m até o vértice 146, de coordenadas N 9.074.325,0846m e E 282.144,4102m; 334°20'27" e 30,969 m até o vértice 147, de coordenadas N 9.074.353,0000m e E 282.131,0000m; 309°57'27" e 48,270 m até o vértice 148, de coordenadas N 9.074.384,0000m e E 282.094,0000m; 295°12'04" e 56,365 m até o vértice 149, de coordenadas N 9.074.408,0000m e E 282.043,0000m; 333°56'47" e 50,090 m até o vértice 150, de coordenadas N 9.074.453,0000m e E 282.021,0000m; 334°47'56" e 56,365 m até o vértice 151, de coordenadas N 9.074.504,0000m e

E 281.997,0000m; 291°30'05" e 35,468 m até o vértice 152, de coordenadas N 9.074.517,0000m e E 281.964,0000m; 287°28'29" e 56,613 m até o vértice 153, de coordenadas N9.074.534,0000m e E 281.910,0000m; 342°15'19" e 26,249 m até o vértice 154, de coordenadas N 9.074.559,0000m e E 281.902,0000m; 329°37'15" e 67,231 m até o vértice 155, de coordenadas N 9.074.617,0000m e E 281.868,0000m; 347°13'44" e 76,903 m até o vértice 156, de coordenadas N 9.074.692,0000m e E 281.851,0000m; 296°33'54" e 35,777 m até o vértice 157, de coordenadas N 9.074.708,0000m e E 281.819,0000m; 250°12'04" e 26,571 m até o vértice 158, de coordenadas N 9.074.699,0000m e E 281.794,0000m; 197°16'53" e 47,127 m até o vértice 159, de coordenadas N 9.074.654,0000m e E 281.780,0000m; 233°44'46" e 37,202 m até o vértice 160, de coordenadas N 9.074.632,0000m e E 281.750,0000m; 265°54'52" e 28,071 m até o vértice 161, de coordenadas N 9.074.630,0000m e E 281.722,0000m; 326°08'11" e 91,526 m até o vértice 162, de coordenadas N 9.074.706,0000m e E 281.671,0000m; 286°41'57" e 62,642 m até o vértice 163, de coordenadas N 9.074.724,0000m e E 281.611,0000m; 259°49'28" e 79,246 m até o vértice 164, de coordenadas N 9.074.710,0000m e E 281.533,0000m; 206°33'54" e 26,833 m até o vértice 165, de coordenadas N 9.074.686,0000m e E 281.521,0000m; 171°52'12" e 35,355 m até o vértice 166, de coordenadas N 9.074.651,0000m e E 281.526,0000m; 242°55'41" e 50,537 m até o vértice 167, de coordenadas N 9.074.628,0000m e E 281.481,0000m; 230°42'38" e 42,638 m até o vértice 168, de coordenadas N 9.074.601,0000m e E 281.448,0000m; 169°46'40" e 61,984 m até o vértice 169, de coordenadas N 9.074.540,0000m e E 281.459,0000m; 192°03'03" e 91,005 m até o vértice 170, de coordenadas N 9.074.451,0000m e E 281.440,0000m; 202°25'33" e 68,154 m até o vértice 171, de coordenadas N 9.074.388,0000m e E 281.414,0000m; 164°21'28" e 25,962 m até o vértice 172, de coordenadas N 9.074.363,0000m e E 281.421,0000m; 88°06'43" e 91,049 m até o vértice 173, de coordenadas N 9.074.366,0000m e E 281.512,0000m; 97°24'25" e 100,841 m até o vértice 174, de coordenadas N 9.074.353,0000m e E 281.612,0000m; 69°12'21" e 84,504 m até o vértice 175, de coordenadas N 9.074.383,0000m e E 281.691,0000m; 56°34'31" e 59,908 m até o vértice 176, de coordenadas N 9.074.416,0000m e E 281.741,0000m; 118°51'20" e 55,946 m até o vértice 177, de coordenadas N 9.074.389,0000m e E 281.790,0000m; 188°25'37" e 27,295 m até o vértice 178, de coordenadas N 9.074.362,0000m e E 281.786,0000m; 227°52'42" e 126,732 m até o vértice 179, de coordenadas N 9.074.277,0000m e E 281.692,0000m; 243°08'44" e 88,549 m até o vértice 180, de coordenadas N 9.074.237,0000m e E 281.613,0000m; 203°57'45" e 59,093 m até o vértice 181, de coordenadas N 9.074.183,0000m e E 281.589,0000m; 182°15'38" e 76,059 m até o vértice 182, de coordenadas N 9.074.107,0000m e E 281.586,0000m; 187°07'30" e 96,747 m até o vértice 183, de coordenadas N 9.074.011,0000m e E 281.574,0000m; 157°19'10" e 72,615 m até o vértice 184, de coordenadas N 9.073.944,0000m e E 281.602,0000m; 123°41'24" e 90,139 m até o vértice 185, de coordenadas N 9.073.894,0000m e E 281.677,0000m; 71°26'29" e 57,685 m até o vértice 186, de coordenadas N 9.073.912,3599m e E 281.731,6855m; 179°54'38" e 201,360 m até o vértice 187, de coordenadas N 9.073.711,0000m e E 281.732,0000m; 264°48'20" e 22,091 m até o vértice 188, de coordenadas N 9.073.709,0000m e E 281.710,0000m; 270°00'00" e 43,000 m até o vértice 189, de coordenadas N 9.073.709,0000m e E 281.667,0000m; 284°44'37" e 39,294 m até o vértice 190, de coordenadas N 9.073.719,0000m e E 281.629,0000m; 280°10'32" e 39,623 m até o vértice 191, de coordenadas N 9.073.726,0000m e E 281.590,0000m; 265°48'54" e 41,110 m até o vértice 192, de coordenadas N 9.073.723,0000m e E 281.549,0000m; 260°08'03" e 23,345 m até o vértice 193, de coordenadas N 9.073.719,0000m e E 281.526,0000m; 180°00'00" e 15,000 m até o vértice 194, de coordenadas N 9.073.704,0000m e E 281.526,0000m; 125°32'16" e 25,807 m até o vértice 195, de coordenadas N 9.073.689,0000m e E 281.547,0000m; 118°36'38" e 50,120 m até o vértice 196, de coordenadas N 9.073.665,0000m e E 281.591,0000m; 147°15'53" e 16,643 m até o vértice 197, de coordenadas N 9.073.651,0000m e E 281.600,0000m; 168°41'24" e 20,396 m até o vértice 198, de coordenadas N 9.073.631,0000m e E 281.604,0000m; 171°28'09" e 40,447 m até o vértice 199, de coordenadas N 9.073.591,0000m e E 281.610,0000m; 172°52'30" e 24,187 m até o vértice 200, de coordenadas N 9.073.567,0000m e E 281.613,0000m; 247°22'48" e 13,000 m até o vértice 201, de coordenadas N 9.073.562,0000m e E 281.601,0000m; 268°40'04" e 43,012 m até o vértice 202, de coordenadas N 9.073.561,0000m e E 281.558,0000m; 303°41'24" e 21,633 m até o vértice 203, de coordenadas N 9.073.573,0000m e E 281.540,0000m; 293°25'43" e 32,696 m até o vértice 204, de coordenadas N 9.073.586,0000m e E 281.510,0000m; 293°34'19" e 26,000 m até o vértice 205, de coordenadas N 9.073.596,3975m e E 281.486,1691m; 280°11'55" e 40,991 m até o vértice 206, de coordenadas N 9.073.603,6555m e E 281.445,8256m; 276°52'16" e 38,197 m até o vértice 207, de coordenadas N 9.073.608,2254m e E 281.407,9028m; 240°52'58" e 45,675 m até o vértice 208, de coordenadas N 9.073.586,0000m e E 281.368,0000m; 240°22'35" e 58,669 m até o vértice 209, de coordenadas N 9.073.557,0000m e E 281.317,0000m; 267°49'31" e 79,057 m até o vértice 210, de coordenadas N 9.073.554,0000m e E 281.238,0000m; 271°42'35" e 67,030 m até o vértice 211, de coordenadas N 9.073.556,0000m e E 281.171,0000m; 271°00'50" e 113,018 m até o vértice 212, de coordenadas N 9.073.558,0000m e E 281.058,0000m; 270°00'00" e 39,000 m até o vértice 213, de coordenadas N 9.073.558,0000m e E 281.019,0000m; 333°26'06" e 15,652 m até o vértice 214, de coordenadas N 9.073.572,0000m e E 281.012,0000m; 13°15'37" e 49,212 m até o vértice 215, de coordenadas N 9.073.619,8999m e E 281.023,2880m; 5°48'35" e 60,423 m até o vértice 216, de coordenadas N 9.073.680,0123m e E 281.029,4044m; 342°45'57" e 41,867 m até o vértice 217, de coordenadas N 9.073.720,0000m e E 281.017,0000m; 326°18'36" e 36,056 m até o vértice 218, de coordenadas N 9.073.750,0000m e E 280.997,0000m; 280°47'03" e 21,378 m até o vértice 219, de coordenadas N 9.073.754,0000m e E 280.976,0000m; 227°07'16" e 19,105 m até o vértice 220, de coordenadas N 9.073.741,0000m e E 280.962,0000m; 188°58'21" e 19,235 m até o vértice 221, de coordenadas N 9.073.722,0000m e E 280.959,0000m; 174°24'02" e 51,245 m até o vértice 222, de coordenadas N 9.073.671,0000m e E 280.964,0000m; 184°29'05" e 51,157 m até o vértice 223, de coordenadas N 9.073.620,0000m e E 280.960,0000m; 198°26'06" e 28,460 m até o vértice 224, de coordenadas N 9.073.593,0000m e E 280.951,0000m; 206°33'54" e 22,361 m até o vértice 225, de coordenadas N 9.073.573,0000m e E 280.941,0000m; 247°45'04" e 23,770 m até o vértice 226, de coordenadas N 9.073.564,0000m e E 280.919,0000m; 280°53'08" e 26,476 m até o vértice 227, de coordenadas N 9.073.569,0000m e E 280.893,0000m; 300°22'45" e 33,615 m até o vértice 228, de coordenadas N 9.073.586,0000m e E 280.864,0000m; 272°17'26" e 25,020 m até o vértice 229, de coordenadas N 9.073.587,0000m e E 280.839,0000m; 233°28'16" e 33,601 m até o vértice 230, de coordenadas N 9.073.567,0000m e E 280.812,0000m; 255°57'50" e 24,739 m até o vértice 231, de coordenadas N 9.073.561,0000m e E 280.788,0000m; 267°52'44" e 27,019 m até o vértice 232, de coordenadas N 9.073.560,0000m e E 280.761,0000m; 257°07'57" e 37,681 m até o vértice 233, de coordenadas N 9.073.551,6086m e E 280.724,2652m; 274°49'02" e 73,391 m até o vértice 234, de coordenadas N 9.073.557,7718m e E 280.651,1338m; 271°27'51" e 132,613 m até o vértice 235, de coordenadas N 9.073.561,1603m e E 280.518,5640m; 269°37'43" e 185,860 m até o vértice 236, de coordenadas N 9.073.559,9554m e E 280.332,7081m; 271°47'13" e 100,721 m até o vértice 237, de coordenadas N 9.073.563,0962m e E 280.232,0365m; 0°00'28" e 175,339 m até o vértice 238, de coordenadas N 9.073.738,4350m e E 280.232,0607m; 90°00'00" e 50,306 m até o vértice 239, de coordenadas N 9.073.738,4350m e E 280.282,3664m; 90°00'00" e 0,006 m até o vértice 240, de coordenadas N 9.073.738,4350m e E 280.282,3726m; 90°00'00" e 317,264 m até o vértice 241, de coordenadas N 9.073.738,4350m e E 280.599,6369m; 0°00'00" e 910,950 m até o vértice 242, de coordenadas N 9.074.649,3848m e E 280.599,6369m; 324°26'58" e 245,658 m até o vértice 243, de coordenadas N 9.074.849,2528m e E 280.456,8064m; 22°37'51" e 9,376 m até o vértice 244, de coordenadas N 9.074.857,9066m e E 280.460,4140m; 290°53'16" e 46,557 m até o vértice 245, de coordenadas N 9.074.874,5060m e E 280.416,9165m; 297°41'13" e 35,725 m até o vértice 246, de coordenadas N 9.074.891,1054m e E 280.385,2819m; 325°09'41" e 22,150 m até o vértice 247, de coordenadas N 9.074.909,2857m e E 280.372,6281m; 0°00'00" e 18,180 m até o vértice 248, de coordenadas N 9.074.927,4660m e E 280.372,6281m; 46°39'06" e 19,576 m até o vértice 249, de coordenadas N 9.074.940,9036m e E 280.386,8637m; 68°58'21" e 88,538 m até o vértice 250, de coordenadas N 9.074.972,6724m e E 280.469,5061m; 180°00'00" e 72,385 m até o vértice 251, de coordenadas N 9.074.900,2874m e E 280.469,5061m; 144°26'58" e 251,729 m até o vértice 252, de coordenadas N 9.074.695,4801m e E 280.615,8663m; 90°00'00" e 72,500 m até o vértice 253, de coordenadas N 9.074.695,4801m e E 280.688,3663m; 0°00'00" e 419,609 m até o vértice 254, de coordenadas N 9.075.115,0894m e E 280.688,3663m; 270°00'00" e 72,506 m até o vértice 255, de coordenadas N 9.075.115,0894m e E 280.615,8600m; 50°00'31" e 9,850 m até o vértice 256, de coordenadas N 9.075.121,4197m e E 280.623,4065m; 49°38'38" e 40,696 m até o vértice 257, de coordenadas N 9.075.147,7716m e E 280.654,4178m; 65°37'03" e 74,675 m até o vértice 258, de coordenadas N 9.075.178,5991m e E 280.722,4322m; 70°08'33" e 33,564 m até o vértice 259, de coordenadas N 9.075.190,0000m e E 280.754,0000m; 77°14'33" e 108,683 m até o vértice 260, de coordenadas N 9.075.214,0000m e E 280.860,0000m; 50°21'21" e 45,453 m até o vértice 261, de coordenadas N 9.075.243,0000m e E 280.895,0000m; 31°17'35" e 59,682 m até o vértice 262, de coordenadas N 9.075.294,0000m e E 280.926,0000m; 45°00'00" e 60,811 m até o vértice 263, de coordenadas N 9.075.337,0000m e E 280.969,0000m; 37°58'18" e 52,010 m até o vértice 264, de coordenadas N 9.075.378,0000m e E 281.001,0000m; 30°43'08" e 80,262 m até o vértice 265, de coordenadas N 9.075.447,0000m e E 281.042,0000m; 19°55'32" e 51,873 m até o vértice 266, de coordenadas N 9.075.495,7678m e E 281.059,6783m; 90°00'00" e 209,322 m até o vértice 267, de coordenadas N 9.075.495,7678m e E 281.269,0000m; 0°00'00" e 423,426 m até o vértice 268, de coordenadas N 9.075.919,1934m e E 281.269,0000m; 270°00'00" e 84,775 m até o vértice 269, de coordenadas N 9.075.919,1934m e E 281.184,2251m; 27°57'03" e 50,724 m até o vértice 270, de coordenadas N 9.075.964,0000m e E 281.208,0000m; 30°00'18" e 20,752 m até o vértice 271, de coordenadas N 9.075.981,9705m e E 281.218,3773m; 90°00'00" e 189,482 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. São excluídas desta área duas ilhas que correspondem às áreas de Restinga denominadas ÁREA-21 e ÁREA-22.

ÁREA-04A (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na divisa entre as propriedades Engenho Massangana - Gleba 1, Ilha dos Barreiros, Ilha da Cana e Ilha de Tatuoca, abrangendo 1,5811 ha (um hectare, cinquenta e oito ares e onze centiares), com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.075.420,1339m e E 280.429,4998m; deste, segue confrontando com os seguintes azimutes e distâncias: 119°17'31" e 25,515 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.075.407,6503m e E 280.451,7526m; 121°41'43" e 20,858 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.075.396,6914m e E 280.469,4998m; 180°00'00" e 363,972 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.032,7191m e E 280.469,4998m; 223°06'21" e 41,040 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.002,7559m e E 280.441,4550m; 274°45'40" e 11,997 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.075.003,7516m e E 280.429,4998m; 0°00'00" e 416,382 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA-06 (MANGUEZAL): Área destinada à construção de acesso rodoferroviário à Ilha de Cocaia, localizada na propriedade Engenho Tiriri, abrangendo 0,2732 ha (vinte e sete ares e trinta e dois centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado à margens do Rio Massangana, de coordenadas planimétricas: E=282529 e N=9075588; segue a jusante do referido rio, em sua margem esquerda, até o ponto 2 de coordenadas: E=282570 e N=9075556; segue ligando os pontos de coordenadas: E=282576 e N=9075604 (ponto 03), E=282537 e N=9075661 (ponto 04); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-08 (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Ilha de Tatuoca, abrangendo 0,3203 ha (trinta e dois ares e três centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado às margens do Riacho Ilha da Cana, de coordenadas planimétricas: E=282348 e N=9075034; segue ligando os pontos de coordenadas: E=282384 e N=9075038 (ponto 02), E=282416 e N=9075040 (ponto 03), E=282424 e N=9075062 (ponto 04), E=282419 e N=9075088 (ponto 05), E=282389 e N=9075106 (ponto 06); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-09 (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Ilha de Tatuoca, abrangendo 11,1424 ha (onze hectares e quatorze ares e vinte e quatro centiares), com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.075.218,9712m e E 283.437,8214m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 99°32'25" e 31,916 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.075.213,6814m e E 283.469,2960m; 167°57'40" e 11,397 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.075.202,5350m e E 283.471,6731m; 166°26'19" e 8,905 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.193,8788m e E 283.473,7611m; 164°29'24" e 21,991 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.172,6887m e E 283.479,6416m; 163°10'24" e 16,642 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.075.156,7589m e E 283.484,4591m; 163°00'22" e 35,849 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.075.122,4755m e E 283.494,9366m; 163°00'22" e 22,081 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.075.101,3588m e E 283.501,3902m; 163°00'22" e 43,848 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.075.059,4251m e E 283.514,2057m; 162°46'50" e 38,315 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.075.022,8276m e E 283.525,5481m; 160°02'47" e 30,307 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.074.994,3402m e E 283.535,8905m; 155°21'51" e 33,594 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.074.963,8042m e E 283.549,8940m; 150°26'19" e 32,716 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.074.935,3470m e E 283.566,0345m; 147°13'47" e 19,601 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.074.918,8656m e E 283.576,6440m; 146°23'15" e 17,648 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.074.904,1686m e E 283.586,4133m; 146°20'06" e 29,830 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.074.879,3413m e E 283.602,9491m; 146°31'10" e 41,229 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.074.844,9537m e E 283.625,6931m; 147°57'41" e 13,646 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.074.833,3858m e E 283.632,9324m; 92°48'04" e 0,646 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.074.833,3542m e E 283.633,5781m; 146°59'08" e 9,423 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.074.825,4526m e E 283.638,7123m; 148°20'21" e 10,183 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.074.816,7848m e E 283.644,0574m; 150°18'27" e 18,329 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.074.800,8625m e E 283.653,1367m; 152°35'28" e 14,751 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.074.787,7670m e E 283.659,9273m; 154°48'13" e 17,295 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.074.772,1174m e E 283.667,2902m; 156°55'24" e 13,413 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.074.759,7778m e E 283.672,5476m; 159°00'01" e 16,672 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.074.744,2135m e E 283.678,5221m; 161°13'41" e 10,288 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.074.734,4732m e E 283.681,8326m; 161°37'57" e 7,845 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.074.727,0276m e E 283.684,3047m; 164°20'54" e 18,773 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.074.708,9503m e E 283.689,3696m; 165°14'50" e 10,395 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.074.698,8980m e E 283.692,0166m; 167°15'35" e 8,361 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.074.690,7429m e E 283.693,8605m; 168°47'02" e 13,716 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.074.677,2885m e E 283.696,5284m; 171°46'00" e 29,486 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.074.648,1059m e E 283.700,7510m; 175°58'05" e 31,363 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.074.616,8205m e E 283.702,9562m; 180°07'53" e 28,934 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.074.587,8865m e E 283.702,8898m; 184°00'17" e 27,165 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.074.560,7878m e E 283.700,9926m; 187°06'51" e 18,234 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.074.542,6942m e E 283.698,7344m; 291°19'46" e 88,818 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.074.575,0000m e E 283.616,0000m; 287°21'14" e 67,052 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.074.595,0000m e E 283.552,0000m; 296°59'45" e 59,481 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.074.622,0000m e E 283.499,0000m; 348°10'43" e 43,932 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.074.665,0000m e E 283.490,0000m; 23°33'08" e 42,544 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.074.704,0000m e E 283.507,0000m; 76°33'05" e 47,297 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.074.715,0000m e E 283.553,0000m; 112°09'59" e 29,155 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.074.704,0000m e E 283.580,0000m; 81°52'12" e 21,213 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.074.707,0000m e E 283.601,0000m; 5°31'39" e 31,145 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.074.738,0000m e E 283.604,0000m; 14°30'01" e 59,908 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.074.796,0000m e E 283.619,0000m; 331°36'25" e 42,059 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.074.833,0000m e E 283.599,0000m; 303°31'28" e 95,964 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.074.886,0000m e E 283.519,0000m; 274°41'09" e 61,205 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.074.891,0000m e E 283.458,0000m; 256°51'58" e 61,612 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.074.877,0000m e E 283.398,0000m; 216°34'23" e 38,601 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.074.846,0000m e E 283.375,0000m; 232°31'26" e 37,802 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.074.823,0000m e E 283.345,0000m; 155°02'14" e 63,977 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.074.765,0000m e E 283.372,0000m; 203°29'55" e 25,080 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.074.742,0000m e E 283.362,0000m; 284°19'22" e 48,508 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.074.754,0000m e E 283.315,0000m; 269°16'29" e 79,006 m até o vértice 57, de coordenadas N 9.074.753,0000m e E 283.236,0000m; 303°13'54" e 34,670 m até o vértice 58, de coordenadas N 9.074.772,0000m e E 283.207,0000m; 6°36'48" e 69,462 m até o vértice 59, de coordenadas N 9.074.841,0000m e E 283.215,0000m; 356°51'49" e 73,110 m até o vértice 60, de coordenadas N 9.074.914,0000m e E 283.211,0000m; 38°39'35" e 32,016 m até o vértice 61, de coordenadas N 9.074.939,0000m e E 283.231,0000m; 10°24'28" e 49,820 m até o vértice 62, de coordenadas N 9.074.988,0000m e E 283.240,0000m; 14°41'50" e 63,063 m até o vértice 63, de coordenadas N 9.075.049,0000m e E 283.256,0000m; 24°18'16" e 25,851 m até o vértice 64, de coordenadas N 9.075.072,5599m e E 283.266,6400m; 96°21'17" e 28,486 m até o vértice 65, de coordenadas N 9.075.069,4070m e E 283.294,9510m; 118°40'02" e 255,282 m até o vértice 66, de coordenadas N 9.074.946,9427m e E 283.518,9404m; 140°58'47" e 31,217 m até o vértice 67, de coordenadas N 9.074.922,6892m e E 283.538,5947m; 328°35'23" e 0,919 m até o vértice 68, de coordenadas N 9.074.923,4734m e E 283.538,1159m; 328°45'24" e 1,335 m até o vértice 69, de coordenadas N 9.074.924,6146m e E 283.537,4235m; 328°55'46" e 1,336 m até o vértice 70, de coordenadas N 9.074.925,7593m e E 283.536,7338m; 329°06'30" e 0,025 m até o vértice 71, de coordenadas N 9.074.925,7811m e E 283.536,7208m; 334°40'27" e 81,795 m até o vértice 72, de coordenadas N 9.074.999,7151m e E 283.501,7317m; 340°24'42" e 1,309 m até o vértice 73, de coordenadas N 9.075.000,9480m e E 283.501,2930m; 340°35'04" e 1,335 m até o vértice 74, de coordenadas N 9.075.002,2069m e E 283.500,8493m; 340°45'05" e 1,333 m até o vértice 75, de coordenadas N 9.075.003,4656m e E 283.500,4097m; 340°54'45" e 1,332 m até o vértice 76, de coordenadas N 9.075.004,7240m e E 283.499,9743m; 341°04'03" e 1,330 m até o vértice 77, de coordenadas N 9.075.005,9822m e E 283.499,5427m; 341°12'59" e 1,329 m até o vértice 78, de coordenadas N 9.075.007,2400m e E 283.499,1149m; 341°21'35" e 1,327 m até o vértice 79, de coordenadas N 9.075.008,4974m e E 283.498,6908m; 341°29'48" e 1,325 m até o vértice 80, de coordenadas N 9.075.009,7543m e E 283.498,2701m; 341°37'40" e 1,324 m até o vértice 81, de coordenadas N 9.075.011,0107m e E 283.497,8529m; 341°45'11" e 1,322 m até o vértice 82, de coordenadas N 9.075.012,2666m e E 283.497,4388m; 341°52'20" e 1,321 m até o vértice 83, de coordenadas N 9.075.013,5218m e E 283.497,0279m; 341°59'08" e 1,319 m até o vértice 84, de coordenadas N 9.075.014,7763m e E 283.496,6199m; 342°05'35" e 1,318 m até o vértice 85, de coordenadas N 9.075.016,0301m e E 283.496,2148m; 342°11'39" e 1,316 m até o vértice 86, de coordenadas N 9.075.017,2831m e E 283.495,8123m; 342°17'23" e 1,315 m até o vértice 87, de coordenadas N 9.075.018,5354m e E 283.495,4125m; 342°22'45" e 1,313 m até o vértice 88, de coordenadas N 9.075.019,7867m e E 283.495,0150m; 342°27'45" e 1,311 m até o vértice 89, de coordenadas N 9.075.021,0371m e E 283.494,6198m; 342°32'24" e 1,310 m até o vértice 90, de coordenadas N 9.075.022,2866m e E 283.494,2268m; 342°36'42" e 1,308 m até o vértice 91, de coordenadas N 9.075.023,5351m e E 283.493,8359m; 342°40'38" e 1,307 m até o vértice 92, de coordenadas N 9.075.024,7825m e E 283.493,4468m; 342°44'14" e 1,312 m até o vértice 93, de coordenadas N 9.075.026,0356m e E 283.493,0574m; 342°47'27" e 1,303 m até o vértice 94, de coordenadas N 9.075.027,2801m e E 283.492,6720m; 342°50'18" e 1,301 m até o vértice 95, de coordenadas N 9.075.028,5234m e E 283.492,2880m; 342°52'48" e 1,300 m até o vértice 96, de coordenadas N 9.075.029,7655m e E 283.491,9054m; 342°54'57" e 1,298 m até o vértice 97, de coordenadas N 9.075.031,0064m e E 283.491,5240m; 342°56'44" e 1,297 m até o vértice 98, de coordenadas N 9.075.032,2459m e E 283.491,1438m; 342°58'10" e 1,295 m até o vértice 99, de coordenadas N 9.075.033,4841m e E 283.490,7645m; 342°59'14" e 1,293 m até o vértice 100, de coordenadas N 9.075.034,7210m e E 283.490,3861m; 342°59'57" e 1,292 m até o vértice 101, de coordenadas N 9.075.035,9564m e E 283.490,0083m; 343°00'19" e 1,291 m até o vértice 102, de coordenadas N 9.075.037,1906m e E 283.489,6311m; 343°00'22" e 115,860 m até o vértice 103, de coordenadas N 9.075.147,9914m e E 283.455,7689m; 343°00'26" e 1,292 m até o vértice 104, de coordenadas N 9.075.149,2268m e E 283.455,3914m; 343°00'47" e 1,293 m até o vértice 105, de coordenadas N 9.075.150,4639m e E 283.455,0135m; 343°01'30" e 1,295 m até o vértice 106, de coordenadas N 9.075.151,7024m e E 283.454,6354m; 343°02'35" e 1,297 m até o vértice 107, de coordenadas N 9.075.152,9426m e E 283.454,2572m; 343°04'01" e 2,007 m até o vértice 108, de coordenadas N 9.075.154,8626m e E 283.453,6727m; 343°07'57" e 2,587 m até o vértice 109, de coordenadas N 9.075.157,3382m e E 283.452,9221m; 343°13'19" e 2,597 m até o vértice 110, de coordenadas N 9.075.159,8250m e E 283.452,1723m; 343°20'06" e 2,602 m até o vértice 111, de coordenadas N 9.075.162,3181m e E 283.451,4260m; 343°28'20" e 2,616 m até o vértice 112, de coordenadas N 9.075.164,8256m e E 283.450,6819m; 343°37'59" e 1,944 m até o vértice 113, de coordenadas N 9.075.166,6911m e E 283.450,1341m; 343°43'21" e 1,315 m até o vértice 114, de coordenadas N 9.075.167,9530m e E 283.449,7656m; 343°49'05" e 1,316 m até o vértice 115, de coordenadas N 9.075.169,2169m e E 283.449,3988m; 343°55'10" e 1,318 m até o vértice 116, de coordenadas N 9.075.170,4830m e E 283.449,0339m; 344°01'36" e 1,319 m até o vértice 117, de coordenadas N 9.075.171,7513m e E 283.448,6708m; 344°08'24" e 1,321 m até o vértice 118, de coordenadas N 9.075.173,0217m e E 283.448,3099m; 344°15'33" e 1,322 m até o vértice 119, de coordenadas N 9.075.174,2945m e E 283.447,9512m; 344°23'04" e 1,324 m até o vértice 120, de coordenadas N 9.075.175,5695m e E 283.447,5948m; 344°30'56" e 1,325 m até o vértice 121, de coordenadas N 9.075.176,8468m e E 283.447,2409m; 344°39'10" e 1,327 m até o vértice 122, de coordenadas N 9.075.178,1265m e E 283.446,8897m; 344°47'45" e 1,329 m até o vértice 123, de coordenadas N 9.075.179,4086m e E 283.446,5413m; 344°56'41" e 1,330 m até o vértice 124, de coordenadas N 9.075.180,6930m e E 283.446,1958m; 345°05'59" e 1,332 m até o vértice 125, de coordenadas N 9.075.181,9799m e E 283.445,8534m; 345°15'39" e 1,333 m até o vértice 126, de coordenadas N 9.075.183,2693m e E 283.445,5142m; 345°25'40" e 1,335 m até o vértice 127, de coordenadas N 9.075.184,5612m e E 283.445,1783m; 345°36'02" e 1,336 m até o vértice 128, de coordenadas N 9.075.185,8556m e E 283.444,8460m; 345°46'46" e 0,025 m até o vértice 129, de coordenadas N 9.075.185,8802m e E 283.444,8397m; 348°01'32" e 33,827 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA-11A (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Engenho Mercês, abrangendo 0,1345 ha (treze ares e quarenta e cinco centiares), com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.071.968,9475m e E 278.675,8733m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 154°11'48" e 81,075 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.071.895,9560m e E 278.711,1639m; 266°59'14" e 37,215 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.071.894,0000m e E 278.674,0000m; 321°20'25" e 6,403 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.071.899,0000m e E 278.670,0000m; 18°26'06" e 15,811 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.071.914,0000m e E 278.675,0000m; 6°36'17" e 30,852 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.071.944,6472m e E 278.678,5485m; 350°33'52" e 21,646 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.071.966,0000m e E 278.675,0000m; 16°30'16" e 3,074 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA-11B (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Engenho Mercês, abrangendo 1,0422 ha (um hectare e quatro ares e vinte e dois centiares), com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.072.284,0000m e E 278.903,0000m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 184°14'11" e 27,074 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.072.257,0000m e E 278.901,0000m; 135°00'00" e 16,971 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.072.245,0000m e E 278.913,0000m; 185°11'40" e 11,045 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.072.234,0000m e E 278.912,0000m; 195°15'18" e 22,804 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.072.212,0000m e E 278.906,0000m; 222°30'38" e 16,279 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.072.200,0000m e E 278.895,0000m; 189°27'44" e 18,248 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.072.182,0000m e E 278.892,0000m; 177°47'51" e 26,019 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.072.156,0000m e E 278.893,0000m; 161°33'54" e 41,110 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.072.117,0000m e E 278.906,0000m; 176°05'58" e 44,102 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.072.073,0000m e E 278.909,0000m; 246°48'05" e 7,616 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.072.070,0000m e E 278.902,0000m; 301°19'43" e 26,926 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.072.084,0000m e E 278.879,0000m; 245°33'22" e 12,083 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.072.079,0000m e E 278.868,0000m; 220°36'05" e 46,098 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.072.044,0000m e E 278.838,0000m; 277°07'30" e 8,062 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.072.045,0000m e E 278.830,0000m; 327°31'44" e 0,203 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.072.045,1712m e E 278.829,8911m; 0°20'09" e 3,417 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.072.048,5883m e E 278.829,9111m; 0°25'03" e 13,104 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.072.061,6924m e E 278.830,0066m; 0°09'48" e 12,255 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.072.073,9476m e E 278.830,0415m; 0°21'12" e 15,016 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.072.088,9636m e E 278.830,1341m; 0°28'02" e 19,237 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.072.108,2000m e E 278.830,2910m; 359°42'24" e 11,409 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.072.119,6092m e E 278.830,2326m; 359°51'46" e 12,986 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.072.132,5950m e E 278.830,2015m; 55°07'29" e 21,695 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.072.145,0000m e E 278.848,0000m; 21°39'57" e 78,549 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.072.218,0000m e E 278.877,0000m; 332°35'33" e 30,414 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.072.245,0000m e E 278.863,0000m; 10°18'17" e 11,180 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.072.256,0000m e E 278.865,0000m; 25°01'01" e 16,553 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.072.271,0000m e E 278.872,0000m; 60°31'27" e 26,420 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.072.284,0000m e E 278.895,0000m; 90°00'00" e 8,000 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA-11C (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Engenho Mercês, abrangendo 0,3054 ha (trinta ares e cinquenta e quatro centiares), com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.072.429,0000m e E 278.888,0000m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 122°28'16" e 26,077 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.072.415,0000m e E 278.910,0000m; 176°04'27" e 102,240 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.072.313,0000m e E 278.917,0000m; 292°37'12" e 13,000 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.072.318,0000m e E 278.905,0000m; 327°31'44" e 13,038 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.072.329,0000m e E 278.898,0000m; 10°37'11" e 32,558 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.072.361,0000m e E 278.904,0000m; 349°12'57" e 21,378 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.072.382,0000m e E 278.900,0000m; 315°00'00" e 15,556 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.072.393,0000m e E 278.889,0000m; 246°48'05" e 7,616 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.072.390,0000m e E 278.882,0000m; 326°18'36" e 10,817 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.072.399,0000m e E 278.876,0000m; 278°07'48" e 44,447 m até o vértice 11, de

coordenadas N 9.072.405,2857m e E 278.831,9998m; 1°23'34" e 3,753 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.072.409,0380m e E 278.832,0911m; 1°44'51" e 13,322 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.072.422,3540m e E 278.832,4973m; 72°07'17" e 18,391 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.072.428,0000m e E 278.850,0000m; 124°41'43" e 15,811 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.072.419,0000m e E 278.863,0000m; 68°11'55" e 26,926 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA-11D (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Engenho Mercês, abrangendo 0,0257 ha (dois ares e cinquenta e sete centiares), com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.072.466,6394m e E 278.834,5205m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 143°07'48" e 20,799 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.072.450,0000m e E 278.847,0000m; 201°48'05" e 10,770 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.072.440,0000m e E 278.843,0000m; 239°02'10" e 11,837 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.072.433,9099m e E 278.832,8499m; 1°44'51" e 0,803 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.072.434,7125m e E 278.832,8744m; 2°54'24" e 27,649 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.072.462,3255m e E 278.834,2764m; 3°14'20" e 4,321 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA-12 (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na divisa das propriedades Engenho Mercês e Ilha de Cocaia, abrangendo 66,6804 ha (sessenta e seis hectares, sessenta e oito ares e quatro centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado às margens do Rio Tatuoca, de coordenadas planimétricas: E=281447 e N=9072156; segue a montante do referido rio, em sua margem direita, até o ponto 08 de coordenadas: E=280907 e N=9072023; segue ligando os pontos de coordenadas: E=280728 e N=9071844 (ponto 09), E=279703 e N=9071845 (ponto 10), E=279639 e N=9071793 (ponto 11), E=279579 e N=9071725 (ponto 12), E=279559 e N=9071652 (ponto 13), E=279459 e N=9071517 (ponto 14), em confrontação com área definida pela Lei Estadual Nº 13.557/08, segue ligando os pontos de coordenadas: E=279687 e N=9071517 (ponto 15), E=280081 e N=9071517 (ponto 16), E=280201 e N=9071517 (ponto 17), E=280575 e N=9071517 (ponto 18), E=280786 e N=9071517 (ponto 19), E=280924 e N=9071517 (ponto 20), E=280963 e N=9071522 (ponto 21), E=280999 e N=9071537 (ponto 22), E=281157 e N=9071628 (ponto 23), E=281402 e N=9071770 (ponto 24); segue ligando os pontos de coordenadas: E=281409 e N=9071871 (ponto 25), E=281513 e N=9071922 (ponto 26), E=281538 e N=9071951 (ponto 27), E=281536 e N=9071993 (ponto 28), E=281503 e N=9072065 (ponto 29), E=281507 e N=9072149 (ponto 30); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-13 (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na divisa das propriedades Engenho Massangana – Gleba 2 e Ilha de Tatuoca, abrangendo 14,3755 ha (quatorze hectares, trinta e sete ares e cinquenta e cinco centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado na margem do acesso rodoviário provisório ao estaleiro Atlântico Sul, de coordenadas planimétricas: E=280232 e N=907352; segue ligando os pontos de coordenadas: E=280232 e N=9073246 (ponto 02), E=280840 e N=9073246 (ponto 03), E=280835 e N=9073263 (ponto 04), E=280803 e N=9073312 (ponto 05), E=280770 e N=9073323 (ponto 06), E=280739 e N=9073310 (ponto 07), E=280702 e N=9073320 (ponto 08), E=280681 e N=9073371 (ponto 09), E=280691 e N=9073406 (ponto 10), E=280718 e N=9073435 (ponto 11), E=280796 e N=9073506 (ponto 12), E=280792 e N=9073526 (ponto 13), E=280602 e N=9073523 (ponto 14), E=280438 e N=9073523 (ponto 15); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-14 (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Ilha de Tatuoca, abrangendo 0,8692 ha (oitenta e seis ares e noventa e dois centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado à margens do Rio Tatuoca, de coordenadas planimétricas: E=281220 e N=9072171; segue a montante do referido, em sua margem esquerda, até o ponto 05 de coordenadas: E=280996 e N=9072112, segue ligando os pontos de coordenadas: E=281016 e N=9072132 (ponto 06), E=281114 e N=9072168 (ponto 07), E=281116 e N=9072203 (ponto 08), E=281140 e N=9072198 (ponto 09), E=281170 e N=9072198 (ponto 10), E=281200 e N=9072182 (ponto 11); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-15 (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Ilha de Tatuoca, abrangendo 8,6008 ha (oito hectares sessenta ares e oito centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado à margens do Rio Tatuoca, de coordenadas planimétricas: E=281255 e N=9072195; segue ligando os pontos de coordenadas: E=281224 e N=9072201 (ponto 02), E=281208 e N=9072233 (ponto 03), E=281189 e N=9072261 (ponto 04), E=281167 e N=9072279 (ponto 05), E=281129 e N=9072294 (ponto 06), E=281120 e N=9072304 (ponto 07), E=281113 e N=9072327 (ponto 08), E=281112 e N=9072353 (ponto 09), E=281124 e N=9072380 (ponto 10), E=281132 e N=9072391 (ponto 11), E=281151 e N=9072394 (ponto 12), E=281177 e N=9072395 (ponto 13), E=281192 e N=9072403 (ponto 14), E=281211 e N=9072425 (ponto 15), E=281217 e N=9072435 (ponto 16), E=281211 e N=9072425 (ponto 17), E=281239 e N=9072448 (ponto 18), E=281264 e N=9072474 (ponto 19), E=281290 e N=9072507 (ponto 20), E=281307 e N=9072539 (ponto 21), E=281304 e N=9072569 (ponto 22), E=281303 e N=9072587 (ponto 23), E=281310 e N=9072614 (ponto 24), E=281309 e N=9072642 (ponto 25), E=281302 e N=9072675 (ponto 26), E=281285 e N=9072704 (ponto 27), E=281268 e N=9072716 (ponto 28), E=281238 e N=9072732 (ponto 29), E=281221 e N=9072747 (ponto 30), E=281185 e N=9072777 (ponto 31), E=281165 e N=9072798 (ponto 32), E=281182 e N=9072841 (ponto 33), E=281192 e N=9072859 (ponto 34), E=281207 e N=9072864 (ponto 35), E=281220 e N=9072857 (ponto 36), E=281245 e N=9072837 (ponto 37), E=281256 e N=9072811 (ponto 38), E=281267 e N=9072800 (ponto 39), E=281302 e N=9072819 (ponto 40), E=281325 e N=9072830 (ponto 41), E=281342 e N=9072832 (ponto 42), E=281365 e N=9072836 (ponto 43), E=281387 e N=9072844 (ponto 44), E=281417 e N=9072850 (ponto 45), E=281432 e N=9072847 (ponto 46), E=281434 e N=9072842 (ponto 47), deste segue a montante do referido rio, em sua margem esquerda até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-16 (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Ilha de Tatuoca, abrangendo 8,3928 ha (oito hectares trinta e nove ares e vinte e oito centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado às margens do antigo acesso provissório ao estaleiro Atlântico Sul, de coordenadas planimétricas: E=280955 e N=9073518; deste segue em direção ao estaleiro, até o ponto 4 de coordenadas planimétricas: E=281308 e N=9073520; deste segue ligando os pontos de coordenadas:E=281316 e N=9073515 (ponto 05), E=281284 e N=9073492 (ponto 06), E=281282 e N=9073455 (ponto 07), E=281302 e N=9073409 (ponto 08), E=281327 e N=9073363 (ponto 09), E=281347 e N=9073346 (ponto 10), E=281347 e N=9073323 (ponto 11), E=281332 e N=9073311 (ponto 12), E=281288 e N=9073309 (ponto 13), E=281250 e N=9073309 (ponto 14), E=281195 e N=9073295 (ponto 15), E=281158 e N=9073250 (ponto 16), E=281149 e N=9073176 (ponto 17), E=281167 e N=9073107 (ponto 18), E=281157 e N=9073107 (ponto 19), E=281124 e N=9073136 (ponto 20), E=281085 e N=9073147 (ponto 21), E=281059 e N=9073175 (ponto 22), E=281029 e N=9073197 (ponto 23), E=281014 e N=9073195 (ponto 24), E=280999 e N=9073187 (ponto 25), E=280988 e N=9073198 (ponto 26), E=280990 e N=9073218 (ponto 27), E=281009 e N=9073243 (ponto 28), E=281028 e N=9073256 (ponto 29), E=281073 e N=9073287 (ponto 30), E=281087 e N=9073327 (ponto 31), E=281076 e N=9073371 (ponto 32), E=281052 e N=9073391 (ponto 33), E=281019 e N=9073399 (ponto 34), E=280989 e N=9073421 (ponto 35), E=280964 e N=9073495 (ponto 36), segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-17 (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Ilha de Tatuoca, abrangendo 1,6981 ha (um hectare, sessenta e nove ares e oitenta e um centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado às margens do Rio Tatuoca, de coordenadas planimétricas: E=281624 e N=9072963; segue ligando os pontos de coordenadas: E=281573 e N=9072999 (ponto 02), E=281553 e N=9073025 (ponto 03), E=281556 e N=9073042 (ponto 04), E=281590 e N=9073079 (ponto 05), E=281612 e N=9073091 (ponto 06), E=281629 e N=9073089 (ponto 07), E=281656 e N=9073071 (ponto 08), E=281672 e N=9073061 (ponto 09), E=281697 e N=9073065 (ponto 10), E=281717 e N=9073072 (ponto 11), E=281740 e N=9073060 (ponto 12), E=281772 e N=9073037 (ponto 13), E=281791 e N=9073020 (ponto 14), E=281797 e N=9073005 (ponto 15); segue a montante do referido rio, em sua margem esquerda, até o ponto 17 de coordenadas: E=281655 e N=9072985; segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-18 (MANGUEZAL): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Ilha de Cocaia, abrangendo 7,6228 ha (sete hectares, sessenta e dois ares e vinte e oito centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado às margens do Rio Tatuoca, de coordenadas planimétricas: E=281557 e N=9072474; segue ligando os pontos de coordenadas: E=281607 e N=9072480 (ponto 02), E=281633 e N=9072506 (ponto 03), E=281654 e N=9072527 (ponto 04), E=281688 e N=9072546 (ponto 05), E=281712 e N=9072581 (ponto 06), E=281713 e N=9072594 (ponto 07), E=281706 e N=9072595 (ponto 08), E=281644 e N=9072578 (ponto 09), E=281608 e N=9072578 (ponto 10), E=281597 e N=9072596 (ponto 11), E=281601 e N=9072606 (ponto 12), E=281619 e N=9072621 (ponto 13), E=281668 e N=9072665 (ponto 14), E=281691 e N=9072678 (ponto 15), E=281709 e N=9072678 (ponto 16), E=281726 e N=9072660 (ponto 17), E=281738 e N=9072647 (ponto 18), E=281750 e N=9072651 (ponto 19), E=281775 e N=9072690 (ponto 20), E=281797 e N=9072724 (ponto 21), E=281815 e N=9072752 (ponto 22), E=281838 e N=9072761 (ponto 23), E=281858 e N=9072767 (ponto 24), E=281886 e N=9072762 (ponto 25), E=281901 e N=9072749 (ponto 26), E=281929 e N=9072729 (ponto 27), E=281965 e N=9072702 (ponto 28), E=281966 e N=9072682 (ponto 29), E=281975 e N=9072678 (ponto 30), E=281995 e N=9072690 (ponto 31), E=282021 e N=9072732 (ponto 32), E=282037 e N=9072774 (ponto 33), E=282033 e N=9072800 (ponto 34), E=282010 e N=9072868 (ponto 35), E=282011 e N=9072897 (ponto 36), localizado às margens do Rio Tatuoca; segue a montante do referido rio, em sua margem direita, até o ponto 44 de coordenadas: E=281549 e N=9072570; segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-19 (MANGUEZAL): Área destinada à construção de sistema de dutos de petróleo e de lotes industriais, localizada na propriedade Ilha de Cocaia, abrangendo 4,4656 ha (quatro hectares, quarenta e seis ares e cinquenta e seis centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado às margens de acesso local à zona portuária, de coordenadas planimétricas: E=282563 e N=9071105; segue ligando os pontos de coordenadas: E=282395 e N=9071093 (ponto 02), E=282350 e N=9071063 (ponto 03), E=282370 e N=9070983 (ponto 04), E=282371 e N=9070964 (ponto 05), E=282405 e N=9070909 (ponto 06), E=282464 e N=9070856 (ponto 07), E=282480 e N=9070861 (ponto 08), E=282473 e N=9070899 (ponto 09), E=282447 e N=9070947 (ponto 10), E=282487 e N=9070955 (ponto 11), E=282558 e N=9070920 (ponto 12), E=282683 e N=9070922 (ponto 13), E=282692 e N=9070903 (ponto 14), E=282692 e N=9070877 (ponto 15), E=282732 e N=9070840 (ponto 16), E=282775 e N=9070784 (ponto 17), E=282799 e N=9070833 (ponto 18), E=282736 e N=9070883 (ponto 19), E=282717 e N=9070941 (ponto 20), E=282697 e N=9070950 (ponto 21), E=282657 e N=9070950 (ponto 22), E=282612 e N=9070935 (ponto 23), E=282524 e N=9070945 (ponto 24), E=282524 e N=9070984 (ponto 25), E=282579 e N=9070972 (ponto 26), E=282590 e N=9070975 (ponto 27), E=282579 e N=9071030 (ponto 28); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-20 (RESTINGA): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Ilha dos Barreiros, abrangendo 16,0457 ha (dezesseis hectares, quatro ares e cinquenta e sete centiares), com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.075.981,9705m e E 282.051,9958m; ; deste, segue confrontando com, com os seguintes azimutes e distâncias: 149°27'17" e 60,522 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.075.929,8477m e E 282.082,7541m; 162°30'47" e 428,013 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.075.521,6148m e E 282.211,3675m; 148°06'12" e 90,125 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.445,0980m e E 282.258,9886m; 141°30'21" e 87,607 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.376,5305m e E 282.313,5183m; 210°57'50" e 37,937 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.075.344,0000m e E 282.294,0000m; 203°46'55" e 38,861 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.075.308,4392m e E 282.278,3291m; 322°53'17" e 117,724 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.075.402,3190m e E 282.207,2974m; 328°06'12" e 87,038 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.075.476,2147m e E 282.161,3075m; 252°30'47" e 145,156 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.075.432,5969m e E 282.022,8599m; 180°00'00" e 223,778 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.075.208,8190m e E 282.022,8599m; 302°47'03" e 55,738 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.075.239,0000m e E 281.976,0000m; 308°39'35" e 57,628 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.075.275,0000m e E 281.931,0000m; 334°47'56" e 18,788 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.075.292,0000m e E 281.923,0000m; 10°18'17" e 33,541 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.075.325,0000m e E 281.929,0000m; 67°22'48" e 39,000 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.075.340,0000m e E 281.965,0000m; 72°28'28" e 59,775 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.075.358,0000m e E 282.022,0000m; 346°25'46" e 29,833 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.075.387,0000m e E 282.015,0000m; 319°53'57" e 24,839 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.075.406,0000m e E 281.999,0000m; 292°19'43" e 60,539 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.075.429,0000m e E 281.943,0000m; 296°33'54" e 55,902 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.075.454,0000m e E 281.893,0000m; 315°00'00" e 36,770 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.075.480,0000m e E 281.867,0000m; 319°42'28" e 60,308 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.075.526,0000m e E 281.828,0000m; 297°07'17" e 46,065 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.075.547,0000m e E 281.787,0000m; 3°56'43" e 29,069 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.075.576,0000m e E 281.789,0000m; 31°19'43" e 53,852 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.075.622,0000m e E 281.817,0000m; 65°46'20" e 21,932 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.075.631,0000m e E 281.837,0000m; 114°46'31" e 14,318 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.075.625,0000m e E 281.850,0000m; 63°26'06" e 13,416 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.075.631,0000m e E 281.862,0000m; 36°28'09" e 28,601 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.075.654,0000m e E 281.879,0000m; 0°00'00" e 15,000 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.075.669,0000m e E 281.879,0000m; 345°57'50" e 37,108 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.075.705,0000m e E 281.870,0000m; 357°36'51" e 48,042 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.075.753,0000m e E 281.868,0000m; 5°04'47" e 41,356 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.075.794,1934m e E 281.871,6616m; 90°00'00" e 151,198 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.075.794,1934m e E 282.022,8599m; 180°00'00" e 330,143 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.075.464,0506m e E 282.022,8599m; 72°30'47" e 131,850 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.075.503,6702m e E 282.148,6169m; 342°30'47" e 413,851 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.075.898,3950m e E 282.024,2593m; 329°27'17" e 24,150 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.075.919,1934m e E 282.011,9859m; 270°00'00" e 47,029 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.075.919,1934m e E 281.964,9569m; 270°00'00" e 208,087 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.075.919,1934m e E 281.756,8699m; 270°00'00" e 19,007 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.075.919,1934m e E 281.737,8627m; 270°00'00" e 309,399 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.075.919,1934m e E 281.428,4635m; 270°00'00" e 5,157 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.075.919,1934m e E 281.423,3068m; 345°44'08" e 25,596 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.075.944,0000m e E 281.417,0000m; 346°27'51" e 39,055 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.075.981,9705m e E 281.407,8590m; 90°00'00" e 644,137 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA-21 (RESTINGA): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Ilha dos Barreiros, abrangendo 4,0044 ha (quatro hectares e quarenta e quatro centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado próximo às margens do Riacho Ilha da Cana, de coordenadas planimétricas: E=281886 e N=9075130; segue ligando os pontos de coordenadas: E=281857 e N=9075142 (ponto 02), E=281799 e N=9075136 (ponto 03), E=281750 e N=9075138 (ponto 04), E=281702 e N=9075189 (ponto 05), E=281655 e N=9075220 (ponto 06), E=281594 e N=9075215 (ponto 07), E=281557 e N=9075250 (ponto 08), E=281559 e N=9075279 (ponto 09), E=281571 e N=9075296 (ponto 10), E=281562 e N=9075342 (ponto 11), E=281578 e N=9075359 (ponto 12), E=281631 e N=9075340 (ponto 13), E=281741 e N=9075292 (ponto 14), E=281808 e N=9075269 (ponto 15), E=281876 e N=9075219 (ponto 16), E=281897 e N=9075185 (ponto 17), E=281897 e N=9075149 (ponto 18); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-22 (RESTINGA): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Ilha dos Barreiros, abrangendo 3,8949 ha (três hectares, oitenta e nove ares e quarenta e nove centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado próximo às margens do Riacho Ilha da Cana, de coordenadas planimétricas: E=280968 e N=9074537; segue ligando os pontos de coordenadas: E=280863 e N=9074565 (ponto 02), E=280823 e N=9074591 (ponto 03), E=280826 e N=9074608 (ponto 04), E=280939 e N=9074680 (ponto 05), E=281005 e N=9074733 (ponto 06), E=281026 e N=9074760 (ponto 07), E=281077 e N=9074755 (ponto 08), E=281109 e N=9074719 (ponto 09), E=281132 e N=9074675 (ponto 10), E=281127 e N=9074640 (ponto 11), E=281091 e N=9074617 (ponto 12), E=281069 e N=9074587 (ponto 13), E=281017 e N=9074547 (ponto 14); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-23 (RESTINGA): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na divisa das propriedades Ilha de Tatuoca e Ilha da Cana, abrangendo 30,7996 ha (trinta hectares, setenta e nove ares e noventa e seis centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, de coordenadas planimétricas: E=281732 e N=9073912; segue confrontando a área denominada ZIP-02, com cobertura vegetal de mangue, até o ponto 41 de coordenadas: E=282144 e N=9074325; segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-24 (RESTINGA): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na propriedade Ilha de Tatuoca, abrangendo 64,1627 ha (setenta e quatro hectares, dezesseis ares e vinte e sete centiares), com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.075.354,8190m e E 282.502,4440m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 129°38'39" e 45,453 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.075.325,8190m e E 282.537,4440m; 111°54'31" e 95,389 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.075.290,2265m e E 282.625,9442m; 186°32'19" e 119,327 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.171,6754m e E 282.612,3561m; 276°32'19" e 78,085 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.180,5671m e E 282.534,7792m; 172°29'07" e 6,108 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.075.174,5120m e E 282.535,5780m; 130°27'22" e 1,246 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.075.173,7035m e E 282.536,5261m; 132°34'10" e 1,128 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.075.172,9404m e E 282.537,3569m; 134°05'24" e 3,437 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.075.170,5491m e E 282.539,8253m; 137°08'13" e 2,293 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.075.168,8681m e E 282.541,3854m; 139°59'53" e 3,321 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.075.166,3245m e E 282.543,5199m; 143°39'12" e 5,271 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.075.162,0786m e E 282.546,6441m; 147°29'38" e 3,047 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.075.159,5094m e E 282.548,2813m; 149°26'15" e 1,875 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.075.157,8949m e E 282.549,2347m; 135°06'19" e 5,668 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.075.153,8795m e E 282.553,2354m; 96°21'17" e 272,218 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.075.123,7492m e E 282.823,7804m; 96°21'17" e 269,932 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.075.093,8719m e E 283.092,0537m; 234°19'56" e 39,139 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.075.071,0508m e E 283.060,2569m; 210°28'54" e 55,122 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.075.023,5474m e E 283.032,2957m; 186°46'52" e 101,001 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.074.923,2526m e E 283.020,3701m; 200°20'06" e 159,006 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.074.774,1565m e E 282.965,1140m; 193°43'05" e 97,342 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.074.679,5909m e E 282.942,0296m; 166°54'10" e 107,752 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.074.574,6417m e E 282.966,4465m; 181°18'43" e 113,571 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.074.461,1010m e E 282.963,8461m; 157°43'14" e 121,273 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.074.348,8819m e E 283.009,8237m; 154°44'19" e 153,768 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.074.209,8190m e E 283.075,4440m; 201°48'05" e 70,007 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.074.144,8190m e E 283.049,4440m; 243°26'06" e 69,318 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.074.113,8190m e E 282.987,4440m; 191°13'02" e 234,567 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.073.883,7327m e E 282.941,8144m; 302°11'29" e 130,266 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.073.953,1317m e E 282.831,5738m; 332°59'30" e 722,230 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.074.596,5961m e E 282.503,5945m; 270°00'00" e 89,047 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.074.596,5961m e E 282.414,5470m; 225°06'22" e 124,366 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.074.508,8190m e E 282.326,4440m; 322°07'30" e 22,804 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.074.526,8190m e E 282.312,4440m; 21°15'02" e 19,313 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.074.544,8190m e E 282.319,4440m; 45°00'00" e 15,556 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.074.555,8190m e E 282.330,4440m; 338°11'55" e 10,770 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.074.565,8190m e E 282.326,4440m; 295°38'28" e 27,731 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.074.577,8190m e E 282.301,4440m; 326°43'30" e 38,275 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.074.609,8190m e E 282.280,4440m; 331°59'27" e 53,235 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.074.656,8190m e E 282.255,4440m; 335°05'43" e 30,871 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.074.684,8190m e E 282.242,4440m; 324°51'57" e 33,015 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.074.711,8190m e E 282.223,4440m; 325°55'22" e 41,049 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.074.745,8190m e E 282.200,4440m; 334°26'24" e 50,990 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.074.791,8190m e E 282.178,4440m; 350°47'20" e 37,483 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.074.828,8190m e E 282.172,4440m; 20°46'20" e 31,016 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.074.857,8190m e E 282.183,4440m; 67°45'04" e 23,770 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.074.866,8190m e E 282.205,4440m; 41°38'01" e 24,083 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.074.884,8190m e E 282.221,4440m; 7°07'30" e 24,187 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.074.908,8190m e E 282.224,4440m; 47°51'45" e 28,320 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.074.927,8190m e E 282.245,4440m; 66°48'05" e 45,695 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.074.945,8190m e E 282.287,4440m; 46°21'50" e 59,414 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.074.986,8190m e E 282.330,4440m; 29°28'33" e 26,420 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.075.009,8190m e E 282.343,4440m; 327°59'41" e 9,434 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.075.017,8190m e E 282.338,4440m; 29°03'17" e 20,591 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.075.035,8190m e E 282.348,4440m; 83°39'35" e 36,222 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.075.039,8190m e E 282.384,4440m; 86°25'25" e 32,062 m até o vértice 57, de coordenadas N 9.075.041,8190m e E 282.416,4440m; 19°58'59" e 23,409 m até o vértice 58, de coordenadas N 9.075.063,8190m e E 282.424,4440m; 349°06'52" e 26,476 m até o vértice 59, de coordenadas N 9.075.089,8190m e E 282.419,4440m; 300°57'50" e 34,986 m até o vértice 60, de coordenadas N 9.075.107,8190m e E 282.389,4440m; 342°45'31" e 30,364 m até o vértice 61, de coordenadas N 9.075.136,8190m e E 282.380,4440m; 17°21'14" e 50,289 m até o vértice 62, de coordenadas N 9.075.184,8190m e E 282.395,4440m; 353°48'41" e 83,487 m até o vértice 63, de coordenadas N 9.075.267,8190m e E 282.386,4440m; 2°51'45" e 19,523 m até o vértice 64, de coordenadas N 9.075.287,3171m e E 282.387,4189m; 141°30'21" e 127,728 m até o vértice 65, de coordenadas N 9.075.187,3480m e E 282.466,9214m; 7°12'53" e 167,803 m até o vértice 66, de coordenadas N 9.075.353,8226m e E 282.487,9958m; 86°03'17" e 14,482 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Na Zona Industrial-Periférica 3 – ZI-3 de Suape, localizam-se 01 (uma) área, totalizando 1,2477 ha (um hectare, vinte e quatro ares e setenta e sete centiares), descritas a seguir:

ÁREA-25 (MANGUEZAL): Área destinada à construção de acesso rodoferroviário à Ilha de Cocaia, localizada na propriedade Engenho Tiriri, abrangendo 1,2477 ha (um hectare, vinte e quatro ares e setenta e sete centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, de coordenadas planimétricas: E=281112 e N=9077047; segue ligando os pontos de coordenadas: E=281063 e N=9076981 (ponto 02), E=281273 e N=9076843 (ponto 03), E=281209 e N=9076951 (ponto 04); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

Na Zona Industrial-Periférica 3B – ZI-3B de Suape, localizam-se 02 (duas) áreas, totalizando 12,2037 ha (doze hectares, vinte ares e trinta e sete centiares), descritas a seguir:

ÁREA-28 (MANGUEZAL): Área destinada à implantação da Refinaria do Nordeste, localizada na divisa das propriedades Engenho Massangana – Gleba 2 e Engenho Mercês, abrangendo 3,7704 ha (três hectares, setenta e sete ares e quatro centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, de coordenadas planimétricas: E=278396 e N=9072696; segue ligando os pontos de coordenadas: E=278412 e N=9072701 (ponto 02), E=278424 e N=9072714 (ponto 03), E=278440 e N=9072745 (ponto 04), E=278477 e N=9072779 (ponto 05), E=278506 e N=9072783 (ponto 06), E=278586 e N=9072774 (ponto 07), E=278594 e N=9072805 (ponto 08), E=278599 e N=9072892 (ponto 09), E=278596 e N=9072904 (ponto 10), E=278581 e N=9072911 (ponto 11), E=278572 e N=9072907 (ponto 12), E=278562 e N=9072888 (ponto 13), E=278547 e N=9072883 (ponto 14), E=278511 e N=9072892 (ponto 15), E=278489 e N=9072913 (ponto 16), E=278480 e N=9072937 (ponto 17), E=278446 e N=9072952 (ponto 18), E=278432 e N=9072945 (ponto 19), E=278431 e N=9072935 (ponto 20), E=278441 e N=9072916 (ponto 21), E=278441 e N=9072903 (ponto 22), E=278446 e N=9072896 (ponto 23), E=278459 e N=9072892 (ponto 24), E=278478 e N=9072896 (ponto 25), E=278485 e N=9072893 (ponto 26), E=278495 e N=9072872 (ponto 27), E=278479 e N=9072859 (ponto 28), E=278465 e N=9072868 (ponto 29), E=278447 e N=9072864 (ponto 30), E=278438 e N=9072867 (ponto 31), E=278425 e N=9072886 (ponto 32), E=278411 e N=9072896 (ponto 33), E=278365 e N=9072892 (ponto 34), E=278353 e N=9072904 (ponto 35), E=278346 e N=9072904 (ponto 36), E=278337 e N=9072888 (ponto 37), E=278335 e N=9072869 (ponto 38), E=278339 e N=9072780 (ponto 39), E=278345 e N=9072743 (ponto 40), E=278360 e N=9072718 (ponto 41); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-29 (MANGUEZAL): Área destinada à implantação de Indústrias Petroquímicas e da Refinaria do Nordeste, localizada na propriedade Engenho Mercês, abrangendo 8,4333 ha (oito hectares, quarenta e três ares e trinta e três centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1, localizado às margens do Tronco Distribuidor Rodoviário Sul de Suape, de coordenadas planimétricas: E=278671 e N=9072348; segue ligando os pontos de coordenadas: E=278688 e N=9072366 (ponto 02), E=278699 e N=9072398 (ponto 03), E=278703 e N=9072427 (ponto 04), E=278714 e N=9072448 (ponto 05), E=278696 e N=9072466 (ponto 06), E=278626 e N=9072507 (ponto 07), E=278609 e N=9072528 (ponto 08), E=278591 e N=9072539 (ponto 09),

E=278556 e N=9072527 (ponto 10), E=278546 e N=9072530 (ponto 11), E=278534 e N=9072550 (ponto 12), E=278499 e N=9072570 (ponto 13), E=278485 e N=9072560 (ponto 14), E=278478 e N=9072563 (ponto 15), E=278481 e N=9072575 (ponto 16), E=278460 e N=9072592 (ponto 17), E=278433 e N=9072604 (ponto 18), E=278428 e N=9072613 (ponto 19), E=278428 e N=9072652 (ponto 20), E=278420 e N=9072665 (ponto 21), E=278402 e N=9072669 (ponto 22), E=278388 e N=9072665 (ponto 23), E=278381 e N=9072642 (ponto 24), E=278360 e N=9072634 (ponto 25), E=278349 e N=9072622 (ponto 26), E=278339 e N=9072582 (ponto 27), E=278343 e N=9072514 (ponto 28), E=278336 e N=9072495 (ponto 29), E=278311 e N=9072484 (ponto 30), E=278280 e N=9072489 (ponto 31), E=278264 e N=9072499 (ponto 32), E=278255 e N=9072499 (ponto 33), E=278202 e N=9072462 (ponto 34), E=278175 e N=9072426 (ponto 35), E=278163 e N=9072417 (ponto 36), E=278149 e N=9072403 (ponto 37), E=278136 e N=9072387 (ponto 38), E=278117 e N=9072400 (ponto 39), E=278087 e N=9072413 (ponto 40), E=278029 e N=9072264 (ponto 41), E=278057 e N=9072278 (ponto 42), E=278100 e N=9072288 (ponto 43), E=278133 e N=9072302 (ponto 44), E=278150 e N=9072319 (ponto 45), E=278182 e N=9072332 (ponto 46), E=278201 e N=9072350 (ponto 47), E=278279 e N=9072384 (ponto 48), E=278320 e N=9072408 (ponto 49), E=278357 e N=9072412 (ponto 50), E=278390 e N=9072422 (ponto 51), E=278437 e N=9072455 (ponto 52), E=278462 e N=9072463 (ponto 53), E=278485 e N=9072465 (ponto 54), E=278575 e N=9072407 (ponto 55), E=278588 e N=9072391 (ponto 56), E=278592 e N=9072356 (ponto 57), E=278600 e N=9072351 (ponto 58), E=278622 e N=9072364 (ponto 59), E=278642 e N=9072366 (ponto 60); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

QUADRO GERAL DAS ÁREAS PARA SUPRESSÃO

Zoneamento - SUAPE	Descrição	Áreas - Vegetação (ha)			Total / Zona
		MATA ATLÂNTICA	MANGUEZAL	RESTINGA	
Zona de Preservação Ecológica - ZPEc	ÁREA-01	6,6472			6,6472
Zona Central-Administrativa - ZCA	ÁREA-02		2,6533		2,6533
Zona Industrial-Portuária - ZIP	ÁREA-04		222,4563		468,8936
	ÁREA-04A		1,5811		
	ÁREA-06		0,2732		
	ÁREA-08		0,3203		
	ÁREA-09		11,1424		
	ÁREA-11A		0,1345		
	ÁREA-11B		1,0422		
	ÁREA-11C		0,3054		
	ÁREA-11D		0,0257		
	ÁREA-12		66,6804		
	ÁREA-13		14,3755		
	ÁREA-14		0,8692		
	ÁREA-15		8,6008		
	ÁREA-16		8,3928		
	ÁREA-17		1,6981		
	ÁREA-18		7,6228		
	ÁREA-19		4,4656		
	ÁREA-20			16,0457	
	ÁREA-21			4,0044	
	ÁREA-22			3,8949	
	ÁREA-23			30,7996	
	ÁREA-24			64,1627	
Zona Indutrial 3 - ZI-3	ÁREA-25		1,2477		1,2477
Zona Industrial 3B - ZI-3B	ÁREA-28		3,7704		12,2037
	ÁREA-29		8,4333		
	TOTAL	**6,6472**	**366,0910**	**118,9073**	**491,6455**

MEMORIAL DESCRITIVO II

ÁREAS PARA SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL

As áreas descritas no presente memorial correspondem às porções de cobertura vegetal a serem suprimidas, cujo somatório totaliza 45,3390 ha (quarenta e cinco hectares, trinta e três ares e noventa centiares), têm por objetivo viabilizar a implantação de obras destinadas a ampliação e modernização de SUAPE – Complexo Industrial Portuário Gov. Eraldo Gueiros. Estão caracterizadas como manguezal, abrangendo 7,6472 ha (sete hectares, sessenta e quatro ares e setenta e dois centiares); mata de restinga, abrangendo 21,4011 ha (vinte e um hectares, quarenta ares e onze centiares); e outros tipos de vegetação em Áreas de Preservação Permanente (APP), abrangendo 16,2907 ha (dezeseis hectares, vinte e nove ares e sete centiares). As coordenadas dos vértices dos polígonos que representam as áreas descritas neste memorial estão apresentadas no Sistema de Projeção UTM Zona 25 S, referenciadas ao Sistema Geodésico de Referência SAD-69, estão inseridas nos limites que compreendem SUAPE. **Quadro 2**.

ÁREA-01 - Abrange 0,6311 ha (sessenta e três ares e onze centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=282995,803 e N=9074856,342; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=283026,546 e N=9074851,882 (Ponto 02), E=283032,271 e N=9074798,522 (Ponto 03), E=283041,045 e N=9074773,860 (Ponto 04), E=283045,432 e N=9074746,458 (Ponto 05), E=283036,110 e N=9074732,208 (Ponto 06), E=283012,529 e N=9074726,728 (Ponto 07), E=282991,141 e N=9074732,756 (Ponto 08), E=282981,270 e N=9074758,515 (Ponto 09), E=282982,367 e N=9074787,561 (Ponto 10), E=282979,447 e N=9074812,210 (Ponto 11); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-02 - Abrange 7,0161 ha (sete hectares, um are e secenta e um centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=283048,305 e N=9074067,370; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=283025,452 e N=9074109,394 (Ponto 02), E=283049,000 e N=9074143,000 (Ponto 03), E=283075,000 e N=9074208,000 (Ponto 04), E=283052,905 e N=9074254,824 (Ponto 05), E=283070,504 e N=9074294,172 (Ponto 06), E=283063,491 e N=9074310,930 (Ponto 07), E=283063,333 e N=9074328,173 (Ponto 08), E=283076,998 e N=9074350,934 (Ponto 09), E=283090,326 e N=9074362,568 (Ponto 10), E=283082,442 e N=9074377,717 (Ponto 11), E=283070,292 e N=9074392,333 (Ponto 12), E=283063,915 e N=9074405,730 (Ponto 13), E=283060,885 e N=9074416,633 (Ponto 14), E=283064,988 e N=9074427,521 (Ponto 15), E=283067,663 e N=9074436,968 (Ponto 16), E=283066,340 e N=9074445,212 (Ponto 17), E=283062,660 e N=9074452,568 (Ponto 18), E=283053,904 e N=9074460,742 (Ponto 19), E=283055,308 e N=9074473,833 (Ponto 20), E=283051,925 e N=9074490,268 (Ponto 21), E=283048,552 e N=9074503,447 (Ponto 22), E=283042,724 e N=9074513,256 (Ponto 23), E=283044,059 e N=9074529,558 (Ponto 24), E=283033,299 e N=9074542,181 (Ponto 25), E=283014,118 e N=9074558,077 (Ponto 26), E=283008,053 e N=9074577,351 (Ponto 27), E=283006,182 e N=9074598,857 (Ponto 28), E=283003,375 e N=9074637,662 (Ponto 29), E=282976,883 e N=9074644,520 (Ponto 30), E=282959,334 e N=9074677,951 (Ponto 31), E=282981,819 e N=9074706,450 (Ponto 32), E=283014,174 e N=9074709,738 (Ponto 33), E=283050,937 e N=9074704,929 (Ponto 34), E=283071,776 e N=9074720,141 (Ponto 35), E=283073,422 e N=9074733,427 (Ponto 36), E=283060,260 e N=9074748,225 (Ponto 37), E=283059,712 e N=9074775,079 (Ponto 38), E=283059,712 e N=9074809,606 (Ponto 39), E=283049,841 e N=9074840,297 (Ponto 40), E=283041,615 e N=9074857,287 (Ponto 41), E=283039,284 e N=9074883,122 (Ponto 42), E=283044,452 e N=9074923,295 (Ponto 43), E=283051,533 e N=9074948,430 (Ponto 44), E=283086,940 e N=9074955,507 (Ponto 45), E=283113,068 e N=9074952,334 (Ponto 46), E=283128,207 e N=9074930,616 (Ponto 47), E=283122,591 e N=9074901,332 (Ponto 48), E=283117,219 e N=9074881,321 (Ponto 49), E=283112,390 e N=9074861,266 (Ponto 50), E=283102,393 e N=9074845,030 (Ponto 51), E=283105,517 e N=9074828,170 (Ponto 52), E=283103,018 e N=9074814,432 (Ponto 53), E=283104,268 e N=9074796,948 (Ponto 54), E=283107,422 e N=9074780,560 (Ponto 55), E=283100,841 e N=9074739,456 (Ponto 56), E=283100,720 e N=9074688,315 (Ponto 57), E=283109,487 e N=9074681,640 (Ponto 58), E=283118,670 e N=9074666,205 (Ponto 59), E=283121,899 e N=9074648,916 (Ponto 60), E=283125,609 e N=9074627,530 (Ponto 61), E=283127,035 e N=9074612,987 (Ponto 62), E=283137,985 e N=9074608,456 (Ponto 63), E=283135,602 e N=9074585,829 (Ponto 64), E=283117,131 e N=9074553,079 (Ponto 65), E=283110,570 e N=9074517,824 (Ponto 66), E=283116,529 e N=9074492,219 (Ponto 67), E=283137,986 e N=9074446,839 (Ponto 68), E=283144,670 e N=9074413,026 (Ponto 69), E=283136,763 e N=9074387,904 (Ponto 70), E=283140,961 e N=9074373,120 (Ponto 71), E=283148,157 e N=9074363,531 (Ponto 72), E=283157,654 e N=9074356,811 (Ponto 73), E=283152,888 e N=9074337,757 (Ponto 74), E=283143,951 e N=9074309,770 (Ponto 75), E=283137,565 e N=9074271,018 (Ponto 76), E=283133,800 e N=9074221,981 (Ponto 77), E=283133,511 e N=9074191,621 (Ponto 78), E=283132,059 e N=9074171,900 (Ponto 79), E=283134,163 e N=9074143,531 (Ponto 80), E=283129,235 e N=9074108,886 (Ponto 81), E=283087,184 e N=9074070,584 (Ponto 82); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

ÁREA-03 – Abrange 20,2173 ha (vinte hectares, vinte e um ares e setenta e três centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=283516,870 e N=9074026,558; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=283506,671 e N=9074017,375 (Ponto 02), E=283493,543 e N=9074003,958 (Ponto 03), E=283481,217 e N=9073991,758 (Ponto 04), E=283467,377 e N=9073976,481 (Ponto 05), E=283455,220 e N=9073962,029 (Ponto 06), E=283440,494 e N=9073948,539 (Ponto 07), E=283440,494 e N=9073948,539 (Ponto 08), E=283424,628 e N=9073932,563 (Ponto 09), E=283412,398 e N=9073919,061 (Ponto 10), E=283397,577 e N=9073904,080 (Ponto 11), E=283386,959 e N=9073903,079 (Ponto 12), E=283381,233 e N=9073890,555 (Ponto 13), E=283388,075 e N=9073886,183 (Ponto 14), E=283387,714 e N=9073876,425 (Ponto 15), E=283379,297 e N=9073857,035 (Ponto 16), E=283368,598 e N=9073843,964 (Ponto 17), E=283355,421 e N=9073828,228 (Ponto 18), E=283345,917 e N=9073812,319 (Ponto 19), E=283335,306 e N=9073804,657 (Ponto 20), E=283322,083 e N=9073820,147 (Ponto 21), E=283327,539 e N=9073842,709 (Ponto 22), E=283320,933 e N=9073860,619 (Ponto 23), E=283280,917 e N=9073874,238 (Ponto 24), E=283256,174 e N=9073869,168 (Ponto 25), E=283220,973 e N=9073891,657 (Ponto 26), E=283199,551 e N=9073916,424 (Ponto 27), E=283175,522 e N=9073930,085 (Ponto 28), E=283134,303 e N=9074086,311 (Ponto 29), E=283164,967 e N=9074157,548 (Ponto 30), E=283201,965 e N=9074234,171 (Ponto 31), E=283236,417 e N=9074286,694 (Ponto 32), E=283284,145 e N=9074299,390 (Ponto 33), E=283321,141 e N=9074332,681 (Ponto 34), E=283306,176 e N=9074355,902 (Ponto 35), E=283295,162 e N=9074367,187 (Ponto 36), E=283298,473 e N=9074382,939 (Ponto 37), E=283269,704 e N=9074388,987 (Ponto 38), E=283242,836 e N=9074398,923 (Ponto 39), E=283235,703 e N=9074415,692 (Ponto 40), E=283231,399 e N=9074422,995 (Ponto 41), E=283263,960 e N=9074448,624 (Ponto 42), E=283272,347 e N=9074470,129 (Ponto 43), E=283291,902 e N=9074485,455 (Ponto 44), E=283326,205 e N=9074488,572 (Ponto 45), E=283370,410 e N=9074486,054 (Ponto 46), E=283410,451 e N=9074472,534 (Ponto 47), E=283446,837 e N=9074464,839 (Ponto 48), E=283487,719 e N=9074465,278 (Ponto 49), E=283521,575 e N=9074459,421 (Ponto 50), E=283542,014 e N=9074449,613 (Ponto 51), E=283557,756 e N=9074442,058 (Ponto 52), E=283599,015 e N=9074423,264 (Ponto 53), E=283640,124 e N=9074396,040 (Ponto 54), E=283681,394 e N=9074388,741 (Ponto 55), E=283688,162 e N=9074384,478 (Ponto 56), E=283680,704 e N=9074377,590 (Ponto 57), E=283660,176 e N=9074349,134 (Ponto 58), E=283645,881 e N=9074321,253 (Ponto 59), E=283631,409 e N=9074309,520 (Ponto 60), E=283600,984 e N=9074278,820 (Ponto 61), E=283592,132 e N=9074265,460 (Ponto 62), E=283577,314 e N=9074243,095 (Ponto 63), E=283565,173 e N=9074220,409 (Ponto 64), E=283555,210 e N=9074204,597 (Ponto 65), E=283545,761 e N=9074189,351 (Ponto 66), E=283538,207 e N=9074175,445 (Ponto 67), E=283498,606 e N=9074159,638 (Ponto 68), E=283499,499 e N=9074140,856 (Ponto 69), E=283501,269 e N=9074122,136 (Ponto 70), E=283503,912 e N=9074103,519 (Ponto 71), E=283505,667 e N=9074094,282 (Ponto 72), E=283507,423 e N=9074085,046 (Ponto 73), E=283511,794 e N=9074066,757 (Ponto 74), E=283523,085 e N=9074023,966 (Ponto 75), E=283521,856 e N=9074023,378 (Ponto 76); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-01 - Abrange 1,1838 ha (um hectare e dezoito ares e trinta e oito centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=283592,132 e N=9074265,460; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=283587,657 e N=9074246,335 (Ponto 02), E=283584,125 e N=9074227,012 (Ponto 03), E=283581,547 e N=9074207,540 (Ponto 04), E=283579,927 e N=9074187,964 (Ponto 05), E=283579,270 e N=9074168,332 (Ponto 06), E=283579,578 e N=9074148,692 (Ponto 07), E=283580,850 e N=9074129,091 (Ponto 08), E=283583,083 e N=9074109,576 (Ponto 09), E=283586,270 e N=9074090,194 (Ponto 10), E=283590,406 e N=9074070,991 (Ponto 11), E=283581,855 e N=9074062,110 (Ponto 12), E=283571,272 e N=9074048,532 (Ponto 13), E=283567,200 e N=9074045,463 (Ponto 14), E=283557,022 e N=9074041,685 (Ponto 15), E=283551,930 e N=9074041,440 (Ponto 16), E=283546,973 e N=9074043,399 (Ponto 17), E=283532,295 e N=9074028,370 (Ponto 18), E=283523,085 e N=9074023,966 (Ponto 19), E=283511,794 e N=9074066,757 (Ponto 20), E=283507,423 e N=9074085,046 (Ponto 21), E=283503,912 e N=9074103,519 (Ponto 22), E=283501,269 e N=9074122,136 (Ponto 23), E=283499,499 e N=9074140,856 (Ponto 24), E=283498,606 e N=9074159,638 (Ponto 25), E=283538,207 e N=9074175,445 (Ponto 26), E=283565,173 e N=9074220,409 (Ponto 27), E=283577,314 e N=9074243,095 (Ponto 28); segue até o ponto 01, fechando a poligonal em apreço.

APP-02 - Abrange 0,3077 ha (trinta ares e setenta e sete centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=283480.112 e N=9075426.323; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=283478,823 e N=9075426,559 (Ponto 02), E=283470,109 e N=9075426,447 (Ponto 03), E=283464,618 e N=9075426,376 (Ponto 04), E=283458,318 e N=9075426,515 (Ponto 05), E=283453,184 e N=9075427,108 (Ponto 06), E=283449,866 e N=9075427,539 (Ponto 07), E=283467,229 e N=9075526,418 (Ponto 08), E=283469,382 e N=9075526,446 (Ponto 09), E=283495,440 e N=9075532,588 (Ponto 10), E=283498,889 e N=9075533,259 (Ponto 11); segue até o ponto 01, fechando a poligonal em apreço.

APP-02b - Abrange 0,3831 ha (trinta e oito ares e trinta e um centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=282576,000 e N=9075604,000; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=282537,000 e N=9075661,000 (Ponto 02), E=282547,173 e N=9075753,831 (Ponto 03), E=282551,649 e N=9075744,829 (Ponto 04), E=282554,827 e N=9075735,775 (Ponto 05), E=282556,678 e N=9075731,668 (Ponto 06), E=282559,880 e N=9075722,950 (Ponto 07), E=282573,808 e N=9075708,761 (Ponto 08), E=282580,733 e N=9075694,047 (Ponto 09), E=282582,467 e N=9075691,344 (Ponto 10) E=282586,134 e N=9075685,072 (Ponto 11); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-03 - Abrange 1,0732 ha (um hectare, sete ares e trinta e dois centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=283111,487 e N=9076327,507; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=283118,818 e N=9076324,860 (Ponto 02), E=283125,990 e N=9076322,119 (Ponto 03), E=283133,123 e N=9076319,240 (Ponto 04), E=283140,796 e N=9076315,970 (Ponto 05), E=283146,895 e N=9076313,239 (Ponto 06), E=283155,016 e N=9076309,416 (Ponto 07), E=283161,456 e N=9076306,231 (Ponto 08), E=283169,594 e N=9076302,004 (Ponto 09), E=283175,541 e N=9076298,769 (Ponto 10), E=283183,536 e N=9076294,217 (Ponto 11), E=283189,157 e N=9076290,875 (Ponto 12), E=283199,595 e N=9076284,343 (Ponto 13), E=283208,391 e N=9076278,494 (Ponto 14), E=283219,240 e N=9076270,824 (Ponto 15), E=283228,398 e N=9076263,929 (Ponto 16), E=283236,853 e N=9076257,201 (Ponto 17), E=283245,906 e N=9076249,585 (Ponto 18), E=283255,381 e N=9076241,123 (Ponto 19), E=283266,589 e N=9076230,407 (Ponto 20), E=283266,589 e N=9076230,407 (Ponto 21), E=283278,026 e N=9076218,597 (Ponto 22), E=283284,862 e N=9076211,070 (Ponto 23), E=283290,502 e N=9076204,570 (Ponto 24), E=283291,799 e N=9076203,036 (Ponto 25), E=283290,681 e N=9076199,582 (Ponto 26), E=283290,018 e N=9076196,426 (Ponto 27), E=283288,609 e N=9076188,549 (Ponto 28), E=283288,527 e N=9076185,124 (Ponto 29), E=283289,548 e N=9076177,610 (Ponto 30), E=283288,193 e N=9076164,052 (Ponto 31), E=283293,401 e N=9076162,190 (Ponto 32), E=283304,645 e N=9076154,837 (Ponto 33), E=283310,412 e N=9076147,759 (Ponto 34), E=283313,291 e N=9076144,975 (Ponto 35), E=283315,012 e N=9076143,572 (Ponto 36), E=283318,780 e N=9076141,108 (Ponto 37), E=283326,270 e N=9076135,582 (Ponto 38), E=283326,523 e N=9076135,322 (Ponto 39), E=283334,102 e N=9076131,653 (Ponto 40), E=283340,696 e N=9076128,198 (Ponto 41), E=283345,691 e N=9076124,812 (Ponto 42), E=283348,829 e N=9076122,778 (Ponto 43), E=283351,528 e N=9076121,282 (Ponto 44), E=283447,912 e N=9075984,704 (Ponto 45), E=283452,992 e N=9075977,319 (Ponto 46), E=283459,761 e N=9075967,208 (Ponto 47), E=283463,670 e N=9075961,220 (Ponto 48), E=283467,980 e N=9075954,315 (Ponto 49), E=283468,404 e N=9075953,617 (Ponto 50), E=283463,012 e N=9075957,304 (Ponto 51), E=283460,221 e N=9075958,960 (Ponto 52), E=283458,932 e N=9075959,592 (Ponto 53), E=283454,192 e N=9075960,775 (Ponto 54), E=283445,284 e N=9075965,032 (Ponto 55), E=283439,060 e N=9075968,563 (Ponto 56), E=283433,226 e N=9075972,075 (Ponto 57), E=283428,203 e N=9075975,610 (Ponto 58), E=283422,553 e N=9075979,548 (Ponto 59), E=283412,409 e N=9075987,809 (Ponto 60), E=283405,680 e N=9076002,203 (Ponto 61), E=283404,456 e N=9076008,951 (Ponto 62), E=283397,094 e N=9076012,469 (Ponto 63), E=283391,423 e N=9076017,899 (Ponto 64), E=283384,038 e N=9076023,184 (Ponto 65), E=283362,578 e N=9076053,594 (Ponto 66), E=283340,134 e N=9076085,396 (Ponto 67), E=283315,057 e N=9076120,931 (Ponto 68), E=283302,747 e N=9076138,374 (Ponto 69), E=283293,735 e N=9076151,179 (Ponto 70), E=283289,648 e N=9076156,842 (Ponto 71), E=283281,861 e N=9076167,333 (Ponto 72), E=283277,281 e N=9076173,331 (Ponto 73), E=283269,972 e N=9076182,374 (Ponto 74), E=283265,811 e N=9076187,282 (Ponto 75), E=283256,666 e N=9076197,512 (Ponto 76), E=283249,629 e N=9076204,908 (Ponto 77), E=283238,786 e N=9076215,577 (Ponto 78), E=283228,673 e N=9076224,805 (Ponto 79), E=283214,829 e N=9076236,430 (Ponto 80), E=283211,989 e N=9076241,292 (Ponto 81), E=283208,413 e N=9076246,620 (Ponto 82), E=283205,928 e N=9076251,622 (Ponto 83), E=283197,436 e N=9076260,423 (Ponto 84), E=283192,366 e N=9076267,670 (Ponto 85), E=283187,202 e N=9076276,398 (Ponto 86), E=283185,777 e N=9076280,426 (Ponto 87), E=283179,039 e N=9076285,403 (Ponto 88), E=283174,456 e N=9076291,411 (Ponto 89), E=283173,022 e N=9076291,433 (Ponto 90), E=283160,300 e N=9076294,313 (Ponto 91), E=283153,053 e N=9076298,255 (Ponto 92), E=283146,671 e N=9076300,907 (Ponto 93), E=283138,361 e N=9076306,661 (Ponto 94), E=283133,683 e N=9076309,791 (Ponto 95), E=283128,918 e N=9076313,071 (Ponto 96), E=283121,655 e N=9076318,040 (Ponto 97), E=283115,014 e N=9076323,830 (Ponto 98); segue até o ponto 01, fechando a poligonal em apreço.

APP-04 - Abrange 0,2973 ha (vinte e nove ares e sessenta e três centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=282626,325 e N=9076024,471; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=282619,669 e N=9076028,231 (Ponto 02), E=282611,899 e N=9076038,755 (Ponto 03), E=282607,631 e N=9076044,865 (Ponto 04), E=282603,082 e N=9076049,416 (Ponto 05), E=282599,596 e N=9076052,510 (Ponto 06), E=282596,694 e N=9076054,909 (Ponto 07), E=282596,086 e N=9076055,496 (Ponto 08), E=282595,524 e N=9076055,537 (Ponto 09), E=282589,091 e N=9076056,363 (Ponto 10), E=282588,226 e N=9076056,610 (Ponto 11), E=282587,489 e N=9076074,808 (Ponto 12), E=282585,316 e N=9076092,892 (Ponto 13), E=282581,718 e N=9076110,746 (Ponto 14), E=282576,719 e N=9076128,260 (Ponto 15), E=282578,554 e N=9076127,949 (Ponto 16), E=282591,972 e N=9076121,366 (Ponto 17), E=282597,225 e N=9076116,871 (Ponto 18), E=282598,172 e N=9076116,341 (Ponto 19), E=282599,814 e N=9076115,693 (Ponto 20), E=282601,187 e N=9076115,303 (Ponto 21), E=282602,662 e N=9076115,113 (Ponto 22), E=282613,910 e N=9076113,863 (Ponto 23), E=282623,002 e N=9076109,260 (Ponto 24), E=282626,343 e N=9076088,228 (Ponto 25), E=282628,015 e N=9076066,997 (Ponto 26), E=282628,009 e N=9076045,701 (Ponto 27); segue até o ponto 01, fechando a poligonal em apreço.

APP-05 - Abrange 0,3465 ha (trinta e quatro ares e sessenta e cinco centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=282545,874 e N=9076189,418; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=282535,249 e N=9076203,264 (Ponto 02), E=282523,604 e N=9076216,265 (Ponto 03), E=282511,007 e N=9076228,345 (Ponto 04), E=282497,529 e N=9076239,435 (Ponto 05), E=282494,131 e N=9076243,753 (Ponto 06), E=282494,729 e N=9076253,784 (Ponto 07), E=282490,437 e N=9076258,241 (Ponto 08), E=282486,263 e N=9076275,524 (Ponto 09), E=282486,244 e N=9076276,520 (Ponto 10), E=282481,361 e N=9076285,370 (Ponto 11), E=282479,500 e N=9076294,597 (Ponto 12), E=282478,436 e N=9076298,180 (Ponto 13), E=282501,027 e N=9076285,564 (Ponto 14), E=282522,310 e N=9076270,840 (Ponto 15), E=282542,083 e N=9076254,148 (Ponto 16), E=282560,168 e N=9076235,638 (Ponto 17), E=282559,037 e N=9076226,620 (Ponto 18), E=282555,524 e N=9076214,656 (Ponto 19), E=282550,892 e N=9076207,830 (Ponto 20), E=282550,215 e N=9076204,313 (Ponto 21), E=282548,300 e N=9076197,618 (Ponto 22), E=282546,470 e N=9076192,084 (Ponto 23) ; segue até o ponto 01, fechando a poligonal em apreço.

APP-06 - Abrange 0,2370 ha (vinte e três ares e setenta centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=282451.358 e N=9076343.448; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=282471.785 e N=9076336.650 (Ponto 02), E=282492.434 e N=9076330.547 (Ponto 03), E=282513.274 e N=9076325.149 (Ponto 04), E=282534.289 e N=9076320.460 (Ponto 05), E=282534.561 e N=9076319.953 (Ponto 06), E=282534.561 e N=9076319.953 (Ponto 07), E=282537.784 e N=9076309.095 (Ponto 08), E=282538.321 e N=9076306.432 (Ponto 09), E=282545.883 e N=9076295.679 (Ponto 10), E=282546.039 e N=9076287.672 (Ponto 11), E=282528.183 e N=9076291.088 (Ponto 12), E=282510.426 e N=9076294.991 (Ponto 13), E=282492.784 e N=9076299.377 (Ponto 14), E=282475.267 e N=9076304.245 (Ponto 15), E=282466.288 e N=9076317.217 (Ponto 16), E=282460.676 e N=9076324.595 (Ponto 17), E=282458.241 e N=9076330.954 (Ponto 18), E=282456.400 e N=9076333.943 (Ponto 19), E=282452.128 e N=9076341.252 (Ponto 20); segue até o ponto 01, fechando a poligonal em apreço.

APP-07 - Abrange 0,3774 ha (trinta e sete ares e setenta e quatro centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=281930,870 e N=9076786,278; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=281938,911 e N=9076781,148 (Ponto 02), E=281951,647 e N=9076772,474 (Ponto 03), E=281960,365 e N=9076766,124 (Ponto 04), E=281967,685 e N=9076760,518 (Ponto 05), E=281976,968 e N=9076753,026 (Ponto 06), E=281982,777 e N=9076748,107 (Ponto 07), E=281986,852 e N=9076744,545 (Ponto 08), E=281994,488 e N=9076737,611 (Ponto 09), E=281999,794 e N=9076732,583 (Ponto 10), E=282000,553 e N=9076731,850 (Ponto 11), E=282000,299 e N=9076730,298 (Ponto 12), E=282000,185 e N=9076724,685 (Ponto 13), E=282001,238 e N=9076719,453 (Ponto 14), E=282003,317 e N=9076714,879 (Ponto 15), E=282007,776 e N=9076711,580 (Ponto 16), E=282011,816 e N=9076707,717 (Ponto 17), E=282015,626 e N=9076703,012 (Ponto 18), E=282019,430 e N=9076699,663 (Ponto 19), E=282024,168 e N=9076696,412 (Ponto 20), E=282028,762 e N=9076694,048 (Ponto 21), E=282033,961 e N=9076692,483 (Ponto 22), E=282037,607 e N=9076691,865 (Ponto 23), E=282076,200 e N=9076647,716 (Ponto 24), E=282076,937 e N=9076645,130 (Ponto 25), E=282064,149 e N=9076648,290 (Ponto 26), E=282056,766 e N=9076653,430 (Ponto 27), E=282047,770 e N=9076658,241 (Ponto 28), E=282045,807 e N=9076660,894 (Ponto 29), E=282041,255 e N=9076661,076 (Ponto 30), E=282034,911 e N=9076661,894 (Ponto 31), E=282027,103 e N=9076663,218 (Ponto 32), E=282021,267 e N=9076664,974 (Ponto 33), E=282014,816 e N=9076672,354 (Ponto 34), E=282010,166 e N=9076677,720 (Ponto 35), E=282004,463 e N=9076684,168 (Ponto 36), E=281999,223 e N=9076689,965 (Ponto 37), E=281994,790 e N=9076694,778 (Ponto 38), E=281985,025 e N=9076705,018 (Ponto 39), E=281976,388 e N=9076713,456 (Ponto 40), E=281970,800 e N=9076718,642 (Ponto 41), E=281970,124 e N=9076721,998 (Ponto 42), E=281970,207 e N=9076726,060 (Ponto 43), E=281967,337 e N=9076728,231 (Ponto 44), E=281961,542 e N=9076735,645 (Ponto 45), E=281958,667 e N=9076739,321 (Ponto 46), E=281954,580 e N=9076743,989 (Ponto 47), E=281948,977 e N=9076752,309 (Ponto 48), E=281945,248 e N=9076760,870 (Ponto 49), E=281944,028 e N=9076764,677 (Ponto 50), E=281941,319 e N=9076769,147 (Ponto 51), E=281937,872 e N=9076773,651 (Ponto 52), E=281932,443 e N=9076782,230 (Ponto 53) ; segue até o ponto 01, fechando a poligonal em apreço.

APP-08 - Abrangendo 0,3021 ha (trinta ares e vinte e um centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=282117,130 e N=9076649,698; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=282113,012 e N=9076649,180 (ponto 02), E=282107,304 e N=9076648,317 (ponto 03), E=282102,362 e N=9076647,682 (ponto 04), E=282099,213 e N=9076647,132 (ponto 05), E=282092,667 e N=9076645,461 (ponto 06), E=282079,885 e N=9076644,401(ponto 07), E=282076,937 e N=9076645,130 (ponto 08), E=282076,761 e N=9076645,757 (ponto 09), E=282076,520 e N=9076646,605 (ponto 10), E=282076,324 e N=9076647,285 (ponto 11), E=282076,073 e N=9076648,151 (ponto 12), E=282075,792 e N=9076649,106 (ponto 13), E=282074,455 e N=9076653,490 (ponto 14), E=282072,775 e N=9076658,664 (ponto 15), E=282071,372 e N=9076662,741 (ponto 16), E=282069,134 e N=9076668,861 (ponto 17), E=282066,315 e N=9076676,001 (ponto 18), E=282063,956 e N=9076681,571 (ponto 19), E=282061,380 e N=9076687,300 (ponto 20), E=282058,858 e N=9076692,598 (ponto 21), E=282055,784 e N=9076698,696 (ponto 22), E=282053,381 e N=9076703,221 (ponto 23), E=282050,237 e N=9076708,855 (ponto 24), E=282046,246 e N=9076715,598 (ponto 25), E=282042,570 e N=9076721,451 (ponto 26), E=282043,213 e N=9076721,342 (ponto 27), E=282047,201 e N=9076720,904 (ponto 28), E=282051,322 e N=9076720,687 (ponto 29), E=282055,825 e N=9076720,670 (ponto 30), E=282078,646 e N=9076721,158 (ponto 31), E=282087,556 e N=9076706,004 (ponto 32),

E=282093,372 e N=9076707,020 (ponto 33), E=282096,141 e N=9076707,376 (ponto 34), E=282098,133 e N=9076703,120 (ponto 35), E=282100,207 e N=9076698,507 (ponto 36), E=282103,051 e N=9076691,840 (ponto 37),
E=282106,546 e N=9076683,014 (ponto 38), E=282109,929 e N=9076673,650 (ponto 39), E=282112,790 e N=9076664,921 (ponto 40),E=282115,085 e N=9076657,227 (ponto 41); segue até o ponto 01, fechando a poligonal em apreço.

APP-09 - Abrange 0,0076 ha (setenta e seis centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 01 de coordenadas plano-retangulares: E=281874,533 e N=9076815,591; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=281885,631 e N=9076810,664 (ponto 02), E=281893,391 e N=9076806,985 (ponto 03), E=281901,142 e N=9076803,110 (ponto 04), E=281907,541 e N=9076799,756 (ponto 05), E=281910,388 e N=9076798,218 (ponto 06), E=281913,739 e N=9076796,370 (ponto 07), E=281917,167 e N=9076794,439 (ponto 08), E=281911,905 e N=9076796,896 (ponto 09), E=281906,239 e N=9076800,170 (ponto 10), E=281903,286 e N=9076800,074 (ponto 11), E=281883,912 e N=9076803,713 (ponto 12); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-10 - Abrangendo 0,6006 ha (sessenta ares e seis centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=281829,101 e N=9076888,874; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=281846,084 e N=9076887,260 (ponto 02), E=281869,127 e N=9076883,590 (ponto 03), E=281887,003 e N=9076879,535 (ponto 04), E=281891,691 e N=9076878,292 (ponto 05), E=281896,791 e N=9076876,852 (ponto 06), E=281902,805 e N=9076875,037 (ponto 07), E=281906,628 e N=9076873,815 (ponto 08), E=281910,690 e N=9076872,459 (ponto 09), E=281911,561 e N=9076871,104 (ponto 10), E=281914,937 e N=9076865,466 (ponto 11), E=281918,506 e N=9076859,302 (ponto 12), E=281918,506 e N=9076859,302 (ponto 13), E=281927,231 e N=9076857,274 (ponto 14), E=281935,987 e N=9076852,277 (ponto 15), E=281939,661 e N=9076850,154 (ponto 16), E=281942,610 e N=9076848,777 (ponto 17), E=281947,313 e N=9076846,997 (ponto 18), E=281954,999 e N=9076843,765 (ponto 19), E=281964,293 e N=9076838,049 (ponto 20), E=281972,422 e N=9076830,958 (ponto 21), E=281979,181 e N=9076822,654 (ponto 22), E=281984,381 e N=9076814,226 (ponto 23), E=281986,259 e N=9076809,392 (ponto 24), E=281987,144 e N=9076807,993 (ponto 25), E=281990,473 e N=9076803,643 (ponto 26), E=281994,535 e N=9076797,316 (ponto 27), E=281999,360 e N=9076788,619 (ponto 28), E=282001,462 e N=9076782,060 (ponto 29), E=282001,925 e N=9076780,998 (ponto 30), E=282004,907 e N=9076777,593 (ponto 31), E=282008,808 e N=9076772,603 (ponto 32), E=282009,637 e N=9076771,543 (ponto 33), E=282015,178 e N=9076768,420 (ponto 34), E=282030,235 e N=9076753,876 (ponto 35), E=282031,020 e N=9076738,005 (ponto 36), E=282028,592 e N=9076741,183 (ponto 37), E=282024,217 e N=9076746,683 (ponto 38), E=282020,182 e N=9076751,513 (ponto 39), E=282013,892 e N=9076758,627 (ponto 40), E=282008,255 e N=9076764,609 (ponto 41), E=281997,274 e N=9076775,322 (ponto 42), E=281986,037 e N=9076785,156 (ponto 43), E=281976,257 e N=9076792,905 (ponto 44), E=281963,376 e N=9076802,091 (ponto 45), E=281955,843 e N=9076806,974 (ponto 46), E=281944,074 e N=9076813,945 (ponto 47), E=281936,407 e N=9076818,081 (ponto 48), E=281929,201 e N=9076821,695 (ponto 49), E=281916,638 e N=9076827,392 (ponto 50), E=281907,950 e N=9076830,906 (ponto 51), E=281900,717 e N=9076833,578 (ponto 52), E=281892,409 e N=9076836,373 (ponto 53), E=281881,882 e N=9076839,505 (ponto 54), E=281866,138 e N=9076843,368 (ponto 55), E=281856,889 e N=9076845,193 (ponto 56), E=281856,538 e N=9076845,738 (ponto 57), E=281855,161 e N=9076848,602 (ponto 58), E=281853,466 e N=9076850,586 (ponto 59), E=281849,245 e N=9076856,202 (ponto 60), E=281846,310 e N=9076860,751 (ponto 61), E=281843,965 e N=9076863,959 (ponto 62), E=281840,433 e N=9076868,675 (ponto 63), E=281835,821 e N=9076875,654 (ponto 64), E=281832,433 e N=9076882,098 (ponto 65); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP 11 - Abrange 0,5184 ha (cinquenta e um ares e oitenta e quatro centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=281418,539 e N=9076845,437; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=281445,830 e N=9076841,986 (ponto 02), E=281471,746 e N=9076840,628 (ponto 03), E=281505,647 e N=9076841,643 (ponto 04), E=281539,311 e N=9076845,774 (ponto 05), E=281539,782 e N=9076807,031 (ponto 06), E=281532,588 e N=9076806,944 (ponto 07), E=281527,381 e N=9076807,552 (ponto 08), E=281525,912 e N=9076807,038 (ponto 09), E=281515,458 e N=9076805,206 (ponto 10), E=281505,952 e N=9076805,371 (ponto 11), E=281498,762 e N=9076806,036 (ponto 12), E=281490,767 e N=9076807,344 (ponto 13), E=281489,633 e N=9076807,682 (ponto 14), E=281491,332 e N=9076800,253 (ponto 15), E=281492,396 e N=9076793,117 (ponto 16), E=281492,783 e N=9076789,976 (ponto 17), E=281492,826 e N=9076789,842 (ponto 18), E=281474,357 e N=9076789,584 (ponto 19), E=281462,003 e N=9076789,871 (ponto 20), E=281444,847 e N=9076790,882 (ponto 21), E=281431,267 e N=9076792,189 (ponto 22), E=281431,075 e N=9076792,637 (ponto 23), E=281428,217 e N=9076799,268 (ponto 24), E=281426,044 e N=9076806,957 (ponto 25), E=281424,219 e N=9076813,583 (ponto 26), E=281422,774 e N=9076820,328 (ponto 27), E=281421,727 e N=9076826,644 (ponto 28), E=281420,953 e N=9076831,491 (ponto 29), E=281419,976 e N=9076836,593 (ponto 30), E=281419,200 e N=9076841,744 (ponto 31), segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-16 – Abrange 2,5264 ha (dois hectares, cinquenta e dois ares e sessenta e quatro centiares), com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.081.115,7789m e E 279.388,7997m; deste, segue confrontando com, com os seguintes azimutes e distâncias: 142°21'21" e 68,761 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.081.061,3329m e E 279.430,7955m; 143°41'58" e 1,058 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.081.060,4803m e E 279.431,4218m; 150°06'25" e 7,012 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.081.054,4013m e E 279.434,9165m; 150°42'10" e 3,557 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.081.051,2992m e E 279.436,6571m; 139°21'56" e 9,093 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.081.044,3985m e E 279.442,5788m; 145°29'50" e 7,469 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.081.038,2435m e E 279.446,8095m; 148°10'15" e 7,735 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.081.031,6720m e E 279.450,8886m; 153°49'46" e 8,742 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.081.023,8263m e E 279.454,7442m; 161°41'43" e 7,659 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.081.016,5551m e E 279.457,1496m; 162°53'39" e 6,122 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.081.010,7037m e E 279.458,9504m; 165°01'48" e 8,218 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.081.002,7650m e E 279.461,0731m; 174°52'20" e 7,383 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.080.995,4116m e E 279.461,7329m; 171°29'50" e 5,626 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.080.989,8476m e E 279.462,5648m; 175°50'54" e 4,510 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.080.985,3495m e E 279.462,8913m; 117°23'08" e 5,439 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.080.982,8479m e E 279.467,7204m; 125°36'05" e 9,089 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.080.977,5570m e E 279.475,1103m; 132°28'49" e 7,379 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.080.972,5736m e E 279.480,5524m; 134°32'53" e 2,424 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.080.970,8728m e E 279.482,2803m; 134°31'25" e 3,390 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.080.968,4958m e E 279.484,6971m; 134°32'43" e 3,837 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.080.965,8039m e E 279.487,4321m; 135°53'05" e 1,651 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.080.964,6183m e E 279.488,5816m; 134°54'18" e 7,720 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.080.959,1685m e E 279.494,0495m; 144°11'45" e 8,228 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.080.952,4953m e E 279.498,8631m; 145°41'39" e 4,840 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.080.948,4970m e E 279.501,5912m; 142°40'19" e 2,935 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.080.946,1628m e E 279.503,3712m; 136°22'43" e 2,184 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.080.944,5815m e E 279.504,8782m; 129°35'10" e 0,206 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.080.944,4502m e E 279.505,0371m; 130°47'25" e 3,237 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.080.942,3353m e E 279.507,4880m; 127°56'49" e 5,813 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.080.938,7608m e E 279.512,0718m; 131°23'52" e 3,647 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.080.936,3490m e E 279.514,8078m; 132°51'56" e 6,449 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.080.931,9620m e E 279.519,5344m; 134°29'28" e 3,181 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.080.929,7325m e E 279.521,8038m; 132°51'07" e 1,571 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.080.928,6644m e E 279.522,9552m; 132°51'24" e 5,278 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.080.925,0747m e E 279.526,8240m; 132°51'57" e 1,351 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.080.924,1559m e E 279.527,8140m; 123°53'02" e 4,609 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.080.921,5865m e E 279.531,6400m; 121°32'42" e 1,931 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.080.920,5760m e E 279.533,2860m; 110°09'46" e 2,698 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.080.919,6459m e E 279.535,8189m; 108°25'06" e 3,336 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.080.918,5919m e E 279.538,9840m; 101°55'29" e 1,466 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.080.918,2890m e E 279.540,4186m; 109°57'52" e 2,192 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.080.917,5406m e E 279.542,4787m; 142°09'49" e 120,923 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.080.822,0397m e E 279.616,6541m; 142°09'49" e 14,503 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.080.810,5861m e E 279.625,5501m; 281°34'31" e 7,685 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.080.812,1282m e E 279.618,0214m; 281°34'31" e 14,312 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.080.815,0000m e E 279.604,0000m; 250°44'51" e 64,448 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.080.793,7493m e E 279.543,1558m; 322°09'49" e 167,474 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.080.926,0147m e E 279.440,4255m; 295°24'22" e 48,202 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.080.946,6948m e E 279.396,8853m; 342°51'34" e 2,569 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.080.949,1495m e E 279.396,1283m; 338°33'39" e 32,203 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.080.979,1239m e E 279.384,3578m; 331°35'39" e 32,203 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.081.007,4492m e E 279.369,0386m; 73°01'22" e 4,149 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.081.008,6608m e E 279.373,0070m; 83°07'25" e 6,305 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.081.009,4156m e E 279.379,2665m; 82°33'21" e 5,129 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.081.010,0802m e E 279.384,3525m; 75°00'00" e 7,028 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.081.011,8992m e E 279.391,1412m; 91°01'54" e 0,291 m até o vértice 57, de coordenadas N 9.081.011,8940m e E 279.391,4321m; 320°28'28" e 7,192 m até o vértice 58, de coordenadas N 9.081.017,4413m e E 279.386,8550m; 330°42'10" e 8,402 m até o vértice 59, de coordenadas N 9.081.024,7687m e E 279.382,7435m; 330°06'25" e 3,964 m até o vértice 60, de coordenadas N 9.081.028,2057m e E 279.380,7677m; 314°32'11" e 3,660 m até o vértice 61, de coordenadas N 9.081.030,7727m e E 279.378,1589m; 316°40'12" e 4,173 m até o vértice 62, de coordenadas N 9.081.033,8078m e E 279.375,2957m; 322°02'13" e 5,776 m até o vértice 63, de coordenadas N 9.081.038,3621m e E 279.371,7423m; 326°45'23" e 7,664 m até o vértice 64, de coordenadas N 9.081.044,7722m e E 279.367,5407m; 332°08'16" e 12,734 m até o vértice 65, de coordenadas N 9.081.056,0298m e E 279.361,5896m; 354°56'21" e 13,495 m até o vértice 66, de coordenadas N 9.081.069,4722m e E 279.360,3992m; 4°05'25" e 10,065 m até o vértice 67, de coordenadas N 9.081.079,5111m e E 279.361,1171m; 13°50'52" e 9,705 m até o vértice 68, de coordenadas N 9.081.088,9338m e E 279.363,4399m; 30°18'48" e 10,324 m até o vértice 69, de coordenadas N 9.081.097,8463m e E 279.368,6507m; 42°19'57" e 7,992 m até o vértice 70, de coordenadas N 9.081.103,7543m e E 279.374,0328m; 44°32'44" e 3,455 m até o vértice 71, de coordenadas N 9.081.106,2169m e E 279.376,4566m; 51°46'28" e 7,028 m até o vértice 72, de coordenadas N 9.081.110,5655m e E 279.381,9776m; 51°33'09" e 6,372 m até o vértice 73, de coordenadas N 9.081.114,5274m e E 279.386,9678m; 55°39'40" e 2,219 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

APP-17 - Abrange 0,5372 ha (cinquenta e três ares e setenta e dois centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=279258,946 e N=9082116,636; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=279257,644 e N=9082118,380 (Ponto 02), E=279254,575 e N=9082122,364 (Ponto 03), E=279252,028 e N=9082125,623 (Ponto 04), E=279251,886 e N=9082125,775 (Ponto 05), E=279250,050 e N=9082127,706 (Ponto 06), E=279246,193 e N=9082131,284 (Ponto 07), E=279242,071 e N=9082135,452 (Ponto 08), E=279238,781 e N=9082138,695 (Ponto 09), E=279234,862 e N=9082142,415 (Ponto 10), E=279232,032 e N=9082146,050 (Ponto 11), E=279230,258 e N=9082148,552 (Ponto 12), E=279229,886 e N=9082148,838 (Ponto 13), E=279226,491 e N=9082151,988 (Ponto 14), E=279225,364 e N=9082153,066 (Ponto 15), E=279224,110 e N=9082153,306 (Ponto 16), E=279221,926 e N=9082154,056 (Ponto 17), E=279177,436 e N=9082139,975 (Ponto 18), E=279174,693 e N=9082202,040 (Ponto 19), E=279202,210 e N=9082210,750 (Ponto 20), E=279208,947 e N=9082212,882 (Ponto 21), E=279220,852 e N=9082214,852 (Ponto 22), E=279232,879 e N=9082213,731 (Ponto 23), E=279239,570 e N=9082211,436 (Ponto 24), E=279239,570 e N=9082211,436 (Ponto 25), E=279243,504 e N=9082210,682 (Ponto 26), E=279249,933 e N=9082208,984 (Ponto 27), E=279255,000 e N=9082205,925 (Ponto 28); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-18 - Abrange 0,7609 ha (setenta e seis ares e nove centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=279240,646 e N=9082539,865; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=279234,962 e N=9082542,421 (Ponto 02), E=279228,143 e N=9082545,708 (Ponto 03), E=279220,663 e N=9082550,294 (Ponto 04), E=279210,845 e N=9082557,622 (Ponto 05), E=279203,767 e N=9082568,386 (Ponto 06), E=279200,031 e N=9082576,539 (Ponto 07), E=279198,603 e N=9082579,783 (Ponto 08), E=279197,580 e N=9082581,521 (Ponto 09), E=279195,977 e N=9082583,776 (Ponto 10), E=279194,961 e N=9082584,922 (Ponto 11), E=279189,835 e N=9082588,782 (Ponto 12), E=279186,173 e N=9082593,587 (Ponto 13), E=279169,334 e N=9082590,427 (Ponto 14), E=279170,060 e N=9082662,641 (Ponto 15), E=279173,446 e N=9082662,459 (Ponto 16), E=279179,407 e N=9082662,847 (Ponto 17), E=279186,165 e N=9082664,025 (Ponto 18), E=279188,766 e N=9082665,125 (Ponto 19), E=279191,959 e N=9082673,384 (Ponto 20), E=279214,062 e N=9082680,572 (Ponto 21), E=279230,021 e N=9082684,730 (Ponto 22), E=279244,266 e N=9082677,524 (Ponto 23), E=279244,137 e N=9082675,755 (Ponto 24), E=279243,913 e N=9082672,608 (Ponto 25), E=279243,573 e N=9082667,628 (Ponto 26), E=279242,955 e N=9082657,868 (Ponto 27), E=279242,333 e N=9082646,770 (Ponto 28), E=279241,884 e N=9082637,648 (Ponto 29), E=279241,472 e N=9082628,034 (Ponto 30), E=279241,286 e N=9082623,113 (Ponto 31), E=279240,595 e N=9082597,989 (Ponto 32), E=279240,351 e N=9082577,748 (Ponto 33), E=279240,332 e N=9082570,141 (Ponto 34),E=279240,332 e N=9082570,141 (Ponto 35), E=279240,373 e N=9082559,150 (Ponto 36), E=279240,466 e N=9082550,370 (Ponto 37),E=279240,551 e N=9082544,868 (Ponto 38); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-19 - Abrange 0,7787 ha (setenta e sete ares e oitenta e sete centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=279355,822 e N=9083145,791; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=279228,297 e N=9083136,062 (Ponto 02), E=279235,193 e N=9083161,861 (Ponto 03), E=279240,204 e N=9083179,839 (Ponto 04), E=279245,301 e N=9083197,534 (Ponto 05), E=279362,195 e N=9083206,451 (Ponto 06), E=279378,348 e N=9083207,628 (Ponto 07); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-20 - Abrange 0,8726 ha (oitenta e sete ares e vinte e seis centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=279450,254 e N=9083405,018; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=279424,918 e N=9083403,737 (Ponto 02), E=279361,684 e N=9083400,772 (Ponto 03), E=279341,526 e N=9083399,647 (Ponto 04), E=279339,991 e N=9083398,500 (Ponto 05), E=279335,959 e N=9083394,986 (Ponto 06), E=279297,436 e N=9083353,635 (Ponto 07), E=279335,976 e N=9083459,431 (Ponto 08), E=279358,606 e N=9083460,694 (Ponto 09), E=279421,998 e N=9083463,667 (Ponto 10), E=279472,549 e N=9083466,221 (Ponto 11); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-21 - Abrangendo 0,7017 ha (setenta ares e dezesete centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=279575,737 e N=9083868,763; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=279573,511 e N=9083868,729 (Ponto 02), E=279568,908 e N=9083868,539 (Ponto 03), E=279563,977 e N=9083868,087 (Ponto 04), E=279557,990 e N=9083867,515 (Ponto 05), E=279550,472 e N=9083867,147 (Ponto 06), E=279546,177 e N=9083867,150 (Ponto 07), E=279542,837 e N=9083866,671 (Ponto 08), E=279535,607 e N=9083865,766 (Ponto 09), E=279529,208 e N=9083865,498 (Ponto 10), E=279523,427 e N=9083865,204 (Ponto 11), E=279516,792 e N=9083865,103 (Ponto 12), E=279511,800 e N=9083865,294 (Ponto 13), E=279506,825 e N=9083865,084 (Ponto 14), E=279496,859 e N=9083865,270 (Ponto 15), E=279485,687 e N=9083870,407 (Ponto 16), E=279532,527 e N=9083998,988 (Ponto 17), E=279547,704 e N=9083989,141 (Ponto 18), E=279546,861 e N=9083965,082 (Ponto 19), E=279544,745 e N=9083955,848 (Ponto 20), E=279542,816 e N=9083949,942 (Ponto 21), E=279541,696 e N=9083946,359 (Ponto 22), E=279540,749 e N=9083941,856 (Ponto 23), E=279538,928 e N=9083935,385 (Ponto 24), E=279537,493 e N=9083930,854 (Ponto 25), E=279536,632 e N=9083927,561 (Ponto 26), E=279536,392 e N=9083926,361 (Ponto 27), E=279536,392 e N=9083926,361 (Ponto 28), E=279541,911 e N=9083927,154 (Ponto 29), E=279549,028 e N=9083927,149 (Ponto 30), E=279553,668 e N=9083927,375 (Ponto 31), E=279558,387 e N=9083927,827 (Ponto 32), E=279564,930 e N=9083928,425 (Ponto 33), E=279571,817 e N=9083928,711 (Ponto 34), E=279578,031 e N=9083928,804 (Ponto 35), E=279583,894 e N=9083928,716 (Ponto 36), E=279587,398 e N=9083928,800 (Ponto 37), E=279592,029 e N=9083929,263 (Ponto 38), E=279592,855 e N=9083929,304 (Ponto 39), E=279592,044 e N=9083926,957 (Ponto 40), E=279590,609 e N=9083922,753 (Ponto 41), E=279588,539 e N=9083916,528 (Ponto 42), E=279585,178 e N=9083905,883 (Ponto 43), E=279582,139 e N=9083895,391 (Ponto 44), E=279579,643 e N=9083885,900 (Ponto 45), E=279577,717 e N=9083877,866 (Ponto 46); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-22 - Abrange 0,6035 ha (sessenta ares e trinta e cinco centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=279658,662 e N=9084345,244; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=279684,203 e N=9084415,359 (Ponto 02), E=279697,548 e N=9084419,303 (Ponto 03), E=279722,208 e N=9084427,547 (Ponto 04),E=279771,139 e N=9084442,592 (Ponto 05), E=279774,025 e N=9084443,593 (Ponto 06), E=279774,455 e N=9084443,975 (Ponto 07), E=279777,090 e N=9084447,419 (Ponto 08), E=279785,150 e N=9084457,575 (Ponto 09), E=279755,020 e N=9084374,863 (Ponto 10), E=279740,540 e N=9084370,411 (Ponto 11), E=279715,568 e N=9084362,063 (Ponto 12); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-23 - Abrange 0,5733 ha (cinquenta e sete ares e trinta e três centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=279847,793 e N=9084864,433; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=279873,988 e N=9084936,343 (Ponto 02), E=279877,486 e N=9084930,169 (Ponto 03), E=279885,735 e N=9084917,006 (Ponto 04), E=279894,672 e N=9084902,543 (Ponto 05), E=279902,864 e N=9084889,626 (Ponto 06), E=279910,517 e N=9084876,724 (Ponto 07), E=279917,037 e N=9084866,472 (Ponto 08),E=279920,030 e N=9084862,354 (Ponto 09), E=279924,073 e N=9084862,436 (Ponto 10), E=279932,776 e N=9084862,826 (Ponto 11), E=279910,674 e N=9084802,154 (Ponto 12), E=279910,119 e N=9084802,143 (Ponto 13), E=279894,049 e N=9084804,758 (Ponto 14), E=279881,076 e N=9084815,251 (Ponto 15), E=279867,546 e N=9084832,459 (Ponto 16), E=279859,387 e N=9084845,312 (Ponto 17), E=279851,716 e N=9084858,248 (Ponto 18); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-24 - Abrange 1,1301 ha (um hectare, treze ares e um centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=279937,220 e N=9085109,921; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=279940,031 e N=9085108,963 (Ponto 02), E=279951,159 e N=9085106,424 (Ponto 03), E=279966,431 e N=9085103,750 (Ponto 04), E=279986,279 e N=9085100,315 (Ponto 05), E=280004,415 e N=9085096,142 (Ponto 06), E=280005,393 e N=9085096,607 (Ponto 07), E=280019,079 e N=9085099,738 (Ponto 08), E=279985,045 e N=9085006,310 (Ponto 09), E=279981,567 e N=9085002,813 (Ponto 10), E=279971,943 e N=9084992,346 (Ponto 11), E=279963,117 e N=9084982,841 (Ponto 12), E=279959,816 e N=9084979,359 (Ponto 13), E=279952,828 e N=9084971,988 (Ponto 14), E=279938,669 e N=9084962,615 (Ponto 15), E=279921,295 e N=9084955,753 (Ponto 16), E=279907,694 e N=9084950,618 (Ponto 17), E=279896,165 e N=9084947,244 (Ponto 18), E=279879,769 e N=9084941,911 (Ponto 19), E=279875,474 e N=9084940,421 (Ponto 20), E=279901,746 e N=9085012,542 (Ponto 21), E=279910,785 e N=9085016,113 (Ponto 22), E=279913,998 e N=9085018,240 (Ponto 23), E=279941,465 e N=9085047,209 (Ponto 24), E=279939,301 e N=9085047,588 (Ponto 25), E=279923,635 e N=9085051,163 (Ponto 26), E=279916,679 e N=9085053,533 (Ponto 27); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-25 - Abrange 1,3612 ha (um hectare, trinta e seis ares e doze centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=280007,535 e N=9085754,119; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=279986,400 e N=9085769,292 (Ponto 02), E=279939,513 e N=9085812,746 (Ponto 03), E=279896,985 e N=9085849,443 (Ponto 04), E=279876,461 e N=9085871,406 (Ponto 05), E=279868,552 e N=9085873,621 (Ponto 06), E=279850,658 e N=9085861,705 (Ponto 07), E=279835,315 e N=9085842,658 (Ponto 08), E=279817,668 e N=9085830,580 (Ponto 09), E=279791,996 e N=9085824,312 (Ponto 10), E=279741,518 e N=9085879,169 (Ponto 11), E=279746,351 e N=9085892,747 (Ponto 12), E=279790,776 e N=9085886,545 (Ponto 13), E=279792,281 e N=9085885,912 (Ponto 14), E=279794,134 e N=9085887,180 (Ponto 15), E=279809,721 e N=9085906,530 (Ponto 16), E=279858,215 e N=9085938,824 (Ponto 17), E=279874,202 e N=9085934,347 (Ponto 18), E=279892,118 e N=9085914,877 (Ponto 19), E=279946,486 e N=9085852,480 (Ponto 20), E=279957,389 e N=9085838,047 (Ponto 21), E=279962,513 e N=9085830,898 (Ponto 22), E=279969,076 e N=9085821,361 (Ponto 23), E=279974,013 e N=9085813,885 (Ponto 24), E=279979,994 e N=9085804,448 (Ponto 25), E=279984,826 e N=9085796,489 (Ponto 26), E=279989,736 e N=9085788,067 (Ponto 27), E=279994,960 e N=9085778,698 (Ponto 28), E=279999,381 e N=9085770,408 (Ponto 29), E=280003,328 e N=9085762,696 (Ponto 30); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-26 - Abrange 0,4389 ha (quarenta e três ares e oitenta e nove centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=279398,760 e N=9086251,661; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=279362,577 e N=9086290,983 (Ponto 02), E=279365,685 e N=9086291,653 (Ponto 03), E=279379,441 e N=9086297,792 (Ponto 04), E=279386,611 e N=9086302,762 (Ponto 05), E=279393,928 e N=9086307,585 (Ponto 06), E=279400,353 e N=9086316,834 (Ponto 07), E=279402,879 e N=9086326,347 (Ponto 08), E=279405,659 e N=9086337,585 (Ponto 09), E=279405,082 e N=9086343,464 (Ponto 10), E=279400,697 e N=9086344,616 (Ponto 11), E=279399,312 e N=9086349,803 (Ponto 12), E=279400,466 e N=9086353,376 (Ponto 13), E=279404,043 e N=9086356,027 (Ponto 14), E=279409,287 e N=9086358,957 (Ponto 15), E=279451,181 e N=9086313,429 (Ponto 16), E=279446,426 e N=9086295,518 (Ponto 17), E=279429,494 e N=9086271,144 (Ponto 18), E=279414,615 e N=9086261,336 (Ponto 19), E=279404,083 e N=9086254,036 (Ponto 20); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-27 Abrange 0,4397 ha (quarenta e três ares e noventa e sete centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=279316,322 e N=9086341,250; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=279276,114 e N=9086384,946 (Ponto 02), E=279277,631 e N=9086384,926 (Ponto 03), E=279279,552 e N=9086384,642 (Ponto 04), E=279284,011 e N=9086384,380 (Ponto 05), E=279284,252 e N=9086383,946 (Ponto 06), E=279285,114 e N=9086383,819 (Ponto 07), E=279286,372 e N=9086383,927 (Ponto 08), E=279291,399 e N=9086384,890 (Ponto 09), E=279292,107 e N=9086385,000 (Ponto 10), E=279299,322 e N=9086388,872 (Ponto 11), E=279302,475 e N=9086390,143 (Ponto 12), E=279330,517 e N=9086413,634 (Ponto 13), E=279340,674 e N=9086408,468 (Ponto 14), E=279350,346 e N=9086414,621 (Ponto 15), E=279355,242 e N=9086417,691 (Ponto 16), E=279389,628 e N=9086380,322 (Ponto 17), E=279386,363 e N=9086378,187 (Ponto 18), E=279377,044 e N=9086372,345 (Ponto 19), E=279366,189 e N=9086365,440 (Ponto 20), E=279360,116 e N=9086361,439 (Ponto 21), E=279354,237 e N=9086359,116 (Ponto 22), E=279348,164 e N=9086356,148 (Ponto 23), E=279340,863 e N=9086352,276 (Ponto 24), E=279337,298 e N=9086354,089 (Ponto 25), E=279334,446 e N=9086351,699 (Ponto 26), E=279330,582 e N=9086347,932 (Ponto 27), E=279325,797 e N=9086345,634 (Ponto 28), E=279320,553 e N=9086343,520 (Ponto 29); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-28 - Abrange 0,7897 ha (setenta e oito ares e noventa e sete centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=277514,113 e N=9068051,504; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=277520,377 e N=9068098,746 (Ponto 02), E=277531,272 e N=9068105,491 (Ponto 03), E=277529,414 e N=9068108,511 (Ponto 04), E=277526,810 e N=9068131,549 (Ponto 05), E=277526,810 e N=9068147,269 (Ponto 06), E=277532,374 e N=9068189,232 (Ponto 07), E=277536,667 e N=9068195,954 (Ponto 08), E=277551,439 e N=9068202,050 (Ponto 09), E=277555,742 e N=9068204,688 (Ponto 10), E=277561,571 e N=9068206,702 (Ponto 11), E=277567,496 e N=9068203,529 (Ponto 12), E=277574,684 e N=9068202,853 (Ponto 13), E=277581,692 e N=9068199,074 (Ponto 14), E=277579,850 e N=9068192,102 (Ponto 15), E=277578,227 e N=9068187,029 (Ponto 16), E=277584,882 e N=9068178,944 (Ponto 17), E=277584,195 e N=9068165,064 (Ponto 18), E=277581,396 e N=9068163,854 (Ponto 19), E=277575,463 e N=9068144,786 (Ponto 20), E=277583,143 e N=9068118,390 (Ponto 21), E=277595,425 e N=9068109,153 (Ponto 22), E=277602,073 e N=9068106,260 (Ponto 23), E=277599,695 e N=9068088,327 (Ponto 24), E=277593,437 e N=9068088,000 (Ponto 25), E=277579,024 e N=9068085,178 (Ponto 26), E=277560,576 e N=9068070,600 (Ponto 27), E=277542,042 e N=9068057,291 (Ponto 28), E=277520,144 e N=9068051,428 (Ponto 29); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

APP-29 - Abrange 0,3270 ha (trinta e dois ares e setenta centiares), com a seguinte delimitação: Parte do ponto 1 de coordenadas plano-retangulares: E=277620,124 e N=9068242,397; deste segue-se ligando os pontos de coordenadas: E=277607,587 e N=9068147,845 (Ponto 02), E=277603,679 e N=9068173,119 (Ponto 03), E=277603,843 e N=9068189,923 (Ponto 04), E=277597,600 e N=9068207,817 (Ponto 05), E=277589,043 e N=9068214,056 (Ponto 06), E=277570,453 e N=9068221,901 (Ponto 07), E=277556,312 e N=9068228,385 (Ponto 08), E=277545,599 e N=9068232,932 (Ponto 09), E=277538,213 e N=9068233,270 (Ponto 10), E=277541,561 e N=9068258,521 (Ponto 11), E=277577,674 e N=9068255,756 (Ponto 12), E=277609,405 e N=9068253,694 (Ponto 13); segue até o ponto 1, fechando a poligonal em apreço.

QUADRO 2 - QUADRO GERAL DAS ÁREAS PARA SUPRESSÃO

Descrição	MANGUEZAL	RESTINGA	APP	Total / Zona
ÁREA - 1	0,6311			27,8645
ÁREA - 2	7,0161			
ÁREA - 3		20,2173		
APP 01		1,1838		5,6397
APP 02			0,3077	
APP 02b			0,3881	
APP 03			1,0732	
APP 04			0,2973	
APP 05			0,3465	
APP 06			0,2370	
APP 07			0,3774	
APP 08			0,3021	
APP 09			0,0076	
APP 10			0,6006	
APP 11			0,5184	
APP 16			2,5264	10,7180
APP 17			0,5372	
APP 18			0,7609	
APP 19			0,7787	
APP 20			0,8726	
APP 21			0,7017	
APP 22			0,6035	
APP 23			0,5733	
APP 24			1,1301	
APP 25			1,3612	
APP 26			0,4389	
APP 27			0,4335	
APP 28			0,7897	1,1168
APP 29			0,3270	
TOTAL	7,6472	21,4011	16,2907	45,3390

MEMORIAL DESCRITIVO III

ÁREAS PARA SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL

As áreas descritas no presente memorial correspondem às porções de cobertura vegetal a serem suprimidas, cujo somatório totaliza 149,6194 ha (cento e quarenta e nove hectares, sessenta e um ares e noventa e quatro centiares) e têm por objetivo viabilizar a implantação do empreendimento Dragagem do Estaleiro Promar, Acesso a Adhetech, Alças da Express Way, Acesso a ZI-3, Zona Central de Serviços, Rodoferrovia – Rodovia 2° Fase, Rodoferrovia – Ferrovia, Cais 08 e 09, Canal de Acesso ao Estaleiro CMO, implantação de empreendimentos industriais na ZI, ZI-3 e ZI-5 e Modernização do Porto de Suape. Estão caracterizadas como manguezal, um somatório de áreas que totaliza 38,1878 ha (trinta e oito hectares, dezoito ares e setenta e oito centiares); restinga, um somatório de áreas que totaliza 18,0219 ha (dezoito hectares, dois ares e dezenove centiares); e vegetação em Áreas de Preservação Permanente (APP), um somatório de áreas que totaliza 93,4097 ha (noventa e três hectares, quarenta ares e noventa e sete centiares). As coordenadas dos vértices dos polígonos que representam as áreas descritas neste memorial estão apresentadas no Sistema de Projeção UTM, referenciadas ao Meridiano Central n°33°00', fuso 25, tendo como datum o SAD-69, estão inseridas nos limites que compreendem Suape – Complexo Industrial Portuária Governador Eraldo Gueiros e adjacências conforme Quadro 3.

Dentro da Zona Industrial – ZI, na área destinada à implantação do acesso a empresa Adhetech localiza-se 1 (uma) área de 0,3616 ha (trinta e seis ares e dezesseis centiares), descrita a seguir:

ÁREA – A-01 (APP): Área destinada a implantação do acesso a empresa Adheteck localizada na Zona Industrial 3, abrangendo 0,3616 ha (trinta e seis ares e dezesseis centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.078.614,9304m e E 278.581,4076m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 105°06'02" e 36,266 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.078.605,4826m e E 278.616,4213m; 134°19'36" e 10,676 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.078.598,0230m e E 278.624,0583m; 160°11'03" e 8,524 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.078.590,0039m e E 278.626,9479m; 186°02'50" e 10,680 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.078.579,3838m e E 278.625,8228m; 200°35'03" e 72,772 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.078.511,2582m e E 278.600,2375m; 214°54'05" e 23,471 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.078.492,0087m e E 278.586,8082m; 199°08'56" e 39,947 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.078.454,2719m e E 278.573,7046m; 213°31'52" e 148,334 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.078.330,6231m e E 278.491,7663m; 5°31'23" e 9,037 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.078.339,6179m e E 278.492,6360m; 25°12'05" e 43,498 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.078.378,9761m e E 278.511,1577m; 32°46'05" e 118,745 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.078.478,8253m e E 278.575,4272m; 21°07'58" e 97,952 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.078.570,1897m e E 278.610,7418m; 4°56'08" e 8,852 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.078.579,0093m e E 278.611,5034m; 333°42'26" e 8,955 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.078.587,0379m e E 278.607,5367m; 300°36'24" e 34,572 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.078.604,6399m e E 278.577,7811m; 19°24'46" e 10,911 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Dentro da Zona de Preservação Ecológica – ZPEc, na área destinada à implantação das alças da via conhecida como Express Way; localiza-se 2 (duas) áreas totalizando 1,3845 ha (um hectare, trinta e oito ares e quarenta e cinco centiares), descritas a seguir:

ÁREA – A-02 (APP): Área destinada à implantação das alças da via conhecida como Express Way localizada em área de ZPEC, abrangendo 0,5495 ha (cinquenta e quatro ares e noventa e cinco centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.080.280,63m e E 279.815,41m; deste, segue confrontando com, com os seguintes azimutes e distâncias: 188°44'46" e 89,41 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.080.192,26m e E 279.801,81m; 188°44'46" e 22,63 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.080.169,89m e E 279.798,37m; 188°44'46" e 61,42 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.080.109,19m e E 279.789,03m; 293°03'33" e 12,69 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.080.114,16m e E 279.777,35m; 311°48'33" e 11,88 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.080.122,08m e E 279.768,50m; 329°46'18" e 7,75 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.080.128,77m e E 279.764,60m; 340°27'42" e 10,64 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.080.138,80m e E 279.761,04m; 349°19'20" e 4,50 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.080.143,22m e E 279.760,20m; 4°32'12" e 15,39 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.080.158,57m e E 279.761,42m; 7°05'11" e 85,20 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.080.243,12m e E 279.771,93m; 16°56'32" e 5,20 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.080.248,10m e E 279.773,45m; 23°36'26" e 12,83 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.080.259,86m e E 279.778,59m; 37°40'47" e 11,49 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.080.268,95m e E 279.785,61m; 52°30'01" e 8,36 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.080.274,04m e E 279.792,24m; 67°27'56" e 8,44 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.080.277,27m e E 279.800,03m; 75°15'29" e 8,79 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.080.279,51m e E 279.808,53m; 80°43'54" e 6,97 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-03 (APP): Área destinada à implantação das alças da via conhecida como Express Way localizada em área de ZPEC, abrangendo 0,8350 ha (oitenta e três ares e cinquenta centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.080.409,56m e E 279.964,78m; deste, segue confrontando com, com os seguintes azimutes e distâncias: 137°02'16" e 8,70 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.080.403,19m e E 279.970,72m; 147°15'48" e 7,21 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.080.397,13m e E 279.974,62m; 155°57'48" e 12,47 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.080.385,74m e E 279.979,70m; 166°32'54" e 9,16 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.080.376,83m e E 279.981,83m; 173°43'05" e 7,06 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.080.369,80m e E 279.982,60m; 183°40'09" e 11,92 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.080.357,91m e E 279.981,84m; 190°19'20" e 7,30 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.080.350,72m e E 279.980,53m; 196°56'48" e 11,45 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.080.339,77m e E 279.977,19m; 206°54'12" e 12,35 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.080.328,76m e E 279.971,60m; 226°47'07" e 30,16 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.080.308,11m e E 279.949,63m; 220°46'56" e 35,60 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.080.281,15m e E 279.926,37m; 213°59'07" e 23,09 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.080.262,00m e E 279.913,46m; 212°53'40" e 34,51 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.080.233,03m e E 279.894,72m; 211°09'03" e 10,42 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.080.224,11m e E 279.889,33m; 357°50'20" e 106,08 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.080.330,11m e E 279.885,33m; 45°00'00" e 112,37 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Dentro da Zona Industrial 3 – ZI-3, na área destinada à implantação do acesso viário aos empreendimentos da ZI-3 localizam-se 6 (seis) áreas totalizando 7,3056 ha (sete hectares, trinta ares e cinquenta e seis centiares), descritas a seguir:

ÁREA – A-04 (APP): Área destinada à implantação do acesso viário aos empreendimentos da ZI-3 localizado na ZI-3, abrangendo 0,7437 ha (setenta e quatro ares e trinta e sete centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.078.322,32m e E 277.058,62m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 96°20'25" e 0,65 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.078.322,25m e E 277.059,26m; 96°20'25" e 0,28 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.078.322,22m e E 277.059,54m; 129°05'38" e 10,91 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.078.315,34m e E 277.068,01m; 118°44'23" e 9,35 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.078.310,84m e E 277.076,21m; 125°21'45" e 10,06 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.078.305,02m e E 277.084,41m; 122°44'07" e 4,40 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.078.302,64m e E 277.088,12m; 210°44'08" e 1,00 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.078.301,78m e E 277.087,61m; 199°26'49" e 184,35 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.078.127,95m e E 277.026,23m; 218°39'35" e 3,20 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.078.125,45m e E 277.024,23m; 213°41'24" e 7,42 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.078.119,28m e E 277.020,12m; 221°38'01" e 12,38 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.078.110,03m e E 277.011,89m; 221°38'01" e 6,73 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.078.104,99m e E 277.007,42m; 233°46'52" e 11,86 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.078.097,99m e E 276.997,86m; 233°46'52" e 3,09 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.078.096,17m e E 276.995,37m; 233°46'52" e 2,48 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.078.094,70m e E 276.993,36m; 233°46'52" e 5,86 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.078.091,24m e E 276.988,64m; 227°38'33" e 12,17 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.078.083,03m e E 276.979,64m; 254°03'17" e 2,84 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.078.082,25m e E 276.976,91m; 254°03'17" e 0,65 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.078.082,08m e E 276.976,29m; 18°54'57" e 253,96 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-05 (APP): Área destinada à implantação do acesso viário aos empreendimentos da ZI-3 localizado na ZI-3, abrangendo 2,5079 ha (dois hectares, cinquenta ares e setenta e nove centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.077.902,46m e E 276.850,63m; deste, segue confrontando com, com os seguintes azimutes e distâncias: 116°33'54" e 0,97 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.077.902,02m e E 276.851,50m; 0°00'00" e 0,32 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.077.902,34m e E 276.851,50m; 109°00'11" e 37,89 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.077.890,00m e E 276.887,32m; 65°58'33" e 27,52 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.077.901,21m e E 276.912,46m; 156°48'05" e 0,55 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.077.900,70m e E 276.912,67m; 156°48'05" e 4,77 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.077.896,32m e E 276.914,55m; 172°59'01" e 13,86 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.077.882,56m e E 276.916,25m; 179°08'42" e 28,37 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.077.854,20m e E 276.916,67m; 196°41'57" e 19,89 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.077.835,15m e E 276.910,96m; 195°25'20" e 6,37 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.077.829,01m e E 276.909,26m; 189°38'15" e 11,38 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.077.817,79m e E 276.907,36m; 205°27'48" e 14,77 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.077.804,45m e E 276.901,01m; 237°05'41" e 4,29 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.077.802,13m e E 276.897,41m; 203°20'03" e 23,51 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.077.780,53m e E 276.888,10m; 202°57'50" e 13,56 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.077.768,05m e E 276.882,80m; 227°32'01" e 16,93 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.077.756,62m e E 276.870,32m; 227°29'22" e 10,34 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.077.749,63m e E 276.862,70m; 202°19'43" e 12,81 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.077.737,78m e E 276.857,83m; 220°24'00" e 13,06 m até o vértice 20, de coordenadas N. 9.077.727,83m e E 276.849,36m; 233°48'24" e 10,75 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.077.721,48m e E 276.840,68m; 209°21'28" e 27,20 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.077.697,77m e E 276.827,35m; 219°39'25" e 20,90 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.077.681,69m e E 276.814,01m; 232°48'55" e 7,70 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.077.677,03m e E 276.807,87m; 199°58'59" e 4,95 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.077.672,37m e E 276.806,18m; 192°31'44" e 11,71 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.077.660,94m e E 276.803,64m; 217°14'05" e 13,29 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.077.650,36m e E 276.795,60m; 234°32'40" e 17,15 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.077.640,41m e E 276.781,63m; 255°57'50" e 4,36 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.077.639,35m e E 276.777,39m; 227°10'29" e 11,83 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.077.631,31m e E 276.768,72m; 243°26'06" e 7,19 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.077.628,10m e E 276.762,29m; 243°26'06" e 1,68 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.077.627,34m e E 276.760,78m; 243°26'06" e 6,75 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.077.624,32m e E 276.754,75m; 226°38'12" e 5,24 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.077.620,73m e E 276.750,94m; 207°28'28" e 11,93 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.077.610,14m e E 276.745,43m; 223°49'51" e 7,34 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.077.604,85m e E 276.740,35m; 207°07'17" e 9,75 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.077.596,17m e E 276.735,91m; 220°34'18" e 44,59 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.077.562,31m e E 276.706,91m; 310°50'38" e 1,00 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.077.562,96m e E 276.706,15m; 220°54'52" e 0,36 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.077.562,69m e E 276.705,92m; 289°05'23" e 80,76 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.077.589,10m e E 276.629,60m; 61°52'30" e 0,57 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.077.589,37m e E 276.630,11m; 65°37'30" e 1,27 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.077.589,89m. e E 276.631,26m; 59°20'58" e 5,26 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.077.592,57m e E 276.635,79m; 84°59'58" e 17,00 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.077.594,06m e E 276.652,72m; 41°11'09" e 31,50 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.077.617,76m e E 276.673,46m; 39°48'20" e 13,23 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.077.627,92m e E 276.681,93m; 36°07'10" e 9,70 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.077.635,75m e E 276.687,65m; 21°48'05" e 6,84 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.077.642,10m e E 276.690,19m; 38°55'39" e 7,07 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.077.647,61m e E 276.694,63m; 20°24'36" e 9,71 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.077.656,71m e E 276.698,02m; 43°15'51" e 14,82 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.077.667,50m e E 276.708,18m; 57°31'44" e 5,52 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.077.670,47m e E 276.712,84m; 47°43'35" e 9,44 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.077.676,82m e E 276.719,82m; 62°49'08" e 8,80 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.077.680,84m e E 276.727,65m; 69°51'49" e 6,76 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.077.683,17m e E 276.734,00m; 40°54'52" e 8,40 m até o vértice 57, de coordenadas N 9.077.689,52m e E 276.739,51m; 52°45'55" e 6,65 m até o vértice 58, de coordenadas N 9.077.693,54m e E 276.744,80m; 65°46'20" e 4,64 m até o vértice 59, de coordenadas N 9.077.695,44m e E 276.749,03m; 19°54'13" e 13,06 m até o vértice 60, de coordenadas N 9.077.707,72m e E 276.753,48m; 40°11'31" e 16,07 m até o vértice 61, de coordenadas N 9.077.720,00m e E 276.763,85m; 46°02'30" e 8,23 m até o vértice 62, de coordenadas N 9.077.725,71m e E 276.769,77m; 48°21'59" e 2,55 m até o vértice 63, de coordenadas N 9.077.727,41m e E 276.771,68m; 29°14'56" e 6,06 m até o vértice 64, de coordenadas N 9.077.732,70m e E 276.774,64m; 48°21'59" e 5,10 m até o vértice 65, de coordenadas N 9.077.736,08m e E 276.778,45m; 28°53'12" e 28,04 m até o vértice 66, de coordenadas N 9.077.760,64m e E 276.792,00m; 43°55'09" e 7,93 m. até o vértice 67, de coordenadas N 9.077.766,35m e E 276.797,50m; 52°25'53" e 10,41 m até o vértice 68, de coordenadas N 9.077.772,70m e E 276.805,76m; 20°13'29" e 12,86 m até o vértice 69, de coordenadas N 9.077.784,77m e E 276.810,20m; 43°21'48" e 20,96 m até o vértice 70, de coordenadas N 9.077.800,01m e E 276.824,60m; 53°58'21" e 8,64 m até o vértice 71, de coordenadas N 9.077.805,09m e E 276.831,58m; 23°42'32" e 43,69 m até o vértice 72, de coordenadas N 9.077.845,09m e E 276.849,15m; 17°37'20" e 18,88 m até o vértice 73, de coordenadas N 9.077.863,09m e E 276.854,86m; 4°53'57" e 7,44 m até o vértice 74, de coordenadas N 9.077.870,49m e E 276.855,50m; 343°54'33" e 11,46 m até o vértice 75, de coordenadas N 9.077.881,50m e E 276.852,32m; 355°22'48" e 21,02 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-06 (APP): Área destinada a implantação do acesso viário aos empreendimentos da ZI-3 localizado na ZI-3, abrangendo 2,5097 ha (dois hectares, cinquenta ares e noventa e sete centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.078.098,89m e E 276.280,97m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 108°26'06" e 24,26 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.078.091,21m e E 276.303,99m; 180°54'34" e 0,32 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.078.090,90m e E 276.303,98m; 180°54'34" e 0,62 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.078.090,28m e E 276.303,97m; 180°54'34" e 15,74 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.078.074,54m e E 276.303,72m; 191°18'36" e 1,75 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.078.072,83m e E 276.303,38m; 191°18'36" e 7,04 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.078.065,93m e E 276.302,00m; 191°18'36" e 2,01 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.078.063,96m e E 276.301,61m; 209°14'56" e 7,58 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.078.057,35m e E 276.297,90m; 198°26'06" e 10,04 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.078.047,82m e E 276.294,73m; 212°54'19" e 5,19 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.078.043,46m e E 276.291,91m; 212°54'19" e 4,83 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.078.039,41m e E 276.289,28m; 212°54'19" e 6,05 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.078.034,33m e E 276.285,99m; 223°05'27" e 11,23 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.078.026,13m e E 276.278,32m; 216°52'12" e 2,65 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.078.024,01m e E 276.276,73m; 195°15'18" e 6,03 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.078.018,19m e E 276.275,15m; 207°24'27" e 1,22 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.078.017,11m e E 276.274,59m; 207°24'27" e 14,88 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.078.003,90m e E 276.267,74m; 203°47'27" e 0,36 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.078.003,57m e E 276.267,59m; 203°47'27" e 12,06 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.077.992,54m e E 276.262,73m; 203°47'27" e 8,19 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.077.985,04m e E 276.259,43m; 203°47'27" e 6,28 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.077.979,29m e E 276.256,89m; 203°01'32" e 2,16 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.077.977,31m e E 276.256,05m; 203°01'32" e 5,76 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.077.972,01m e E 276.253,79m; 203°01'32" e 3,58 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.077.968,71m e E 276.252,39m; 223°59'42" e 10,67 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.077.961,04m e E 276.244,98m; 249°49'46" e 4,22 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.077.959,58m e E 276.241,03m; 249°49'46" e 7,00 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.077.957,17m e E 276.234,46m; 249°49'46" e 2,60 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.077.956,28m e E 276.232,02m; 270°10'44" e 15,85 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.077.956,33m e E 276.216,17m; 180°00'00" e 7,84 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.077.948,48m e E 276.216,17m; 177°55'03" e 6,50 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.077.941,99m e E 276.216,41m; 128°17'25" e 0,95 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.077.941,40m e E 276.217,15m; 128°17'25" e 4,52 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.077.938,60m e E 276.220,70m; 128°17'25" e 7,06 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.077.934,23m e E 276.226,24m; 128°17'25" e 0,29 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.077.934,05m e E 276.226,46m; 134°15'21" e 14,41 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.077.924,00m e E 276.236,78m; 120°15'23" e 0,47 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.077.923,76m e E 276.237,19m; 120°15'23" e 3,20 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.077.922,14m e E 276.239,96m; 127°20'58" e 12,65 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.077.914,47m e E 276.250,01m; 140°42'38" e 2,55 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.077.912,50m e E 276.251,62m; 140°42'38" e 6,48 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.077.907,49m e E 276.255,73m; 140°42'38" e 2,26 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.077.905,74m e E 276.257,16m; 162°28'28" e 1,97 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.077.903,86m e E 276.257,75m; 162°28'28" e 8,09 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.077.896,15m e E 276.260,19m; 162°28'28" e 0,48 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.077.895,69m e E 276.260,33m; 154°43'20" e 3,53 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.077.892,50m e E 276.261,84m; 154°43'20" e 3,16 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.077.889,64m e E 276.263,19m; 154°43'20" e 1,96 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.077.887,86m e E 276.264,02m; 154°43'20" e 1,88 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.077.886,16m e E 276.264,83m; 123°41'24" e 0,70 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.077.885,77m e E 276.265,41m; 123°41'24" e 3,12 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.077.884,04m e E 276.268,00m; 115°46'10" e 0,85 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.077.883,68m e E 276.268,77m; 115°46'10" e 1,20 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.077.883,15m e E 276.269,85m; 115°46'10" e 6,47 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.077.880,34m e E 276.275,68m; 123°13'54" e 5,71 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.077.877,21m e E 276.280,45m; 123°13'54" e 3,46 m até o vértice 57, de coordenadas N 9.077.875,31m e E 276.283,35m; 149°28'13" e 5,73 m até o vértice 58, de coordenadas N 9.077.870,38m e E 276.286,26m; 149°28'13" e 1,53 m até o vértice 59, de coordenadas N 9.077.869,06m e E 276.287,04m; 149°28'13" e 4,72 m até o vértice 60, de coordenadas N 9.077.864,99m e E 276.289,43m; 162°28'28" e 2,51 m até o vértice 61, de coordenadas N 9.077.862,60m e E 276.290,19m; 162°28'28" e 13,30 m até o vértice 62, de coordenadas N 9.077.849,91m e E 276.294,20m; 119°03'17" e 0,02 m até o vértice 63, de coordenadas N 9.077.849,90m e E 276.294,22m; 119°03'17" e 2,70 m até o vértice 64, de coordenadas N 9.077.848,59m e E 276.296,58m; 137°02'43" e 2,95 m até o vértice 65, de coordenadas N 9.077.846,43m e E 276.298,59m; 137°02'43" e 7,53 m até o vértice 66, de coordenadas N 9.077.840,92m e E 276.303,72m; 153°01'11" e 16,33 m até o vértice 67, de coordenadas N 9.077.826,37m e E 276.311,13m; 153°26'06" e 15,38 m até o vértice 68, de coordenadas N 9.077.812,61m e E 276.318,01m; 168°41'24" e 6,12 m até o vértice 69, de coordenadas N 9.077.806,60m e E 276.319,21m; 168°41'24" e 3,32 m até o vértice 70, de coordenadas N 9.077.803,35m e E 276.319,86m; 186°34'55" e 4,37 m até o vértice 71, de coordenadas N 9.077.799,01m e E 276.319,36m; 186°34'55" e 9,48 m até o vértice 72, de coordenadas N 9.077.789,59m e E 276.318,27m; 191°00'13" e 0,99 m até o vértice 73, de coordenadas N 9.077.788,62m e E 276.318,09m; 191°00'13" e 5,63 m até o vértice 74, de coordenadas N 9.077.783,09m e E 276.317,01m; 191°00'13" e 3,08 m até o vértice 75, de coordenadas N 9.077.780,06m e E 276.316,42m; 189°57'50" e 19,35 m até o vértice 76, de coordenadas N 9.077.761,01m e E 276.313,07m; 189°57'50" e 0,53 m até o vértice 77, de coordenadas N 9.077.760,48m e E 276.312,98m; 193°34'14" e 2,59 m até o vértice 78, de coordenadas N 9.077.757,97m e E 276.312,37m; 193°34'14" e 1,93 m até o vértice 79, de coordenadas N 9.077.756,09m e E 276.311,92m; 193°34'14" e 11,27 m até o vértice 80, de coordenadas N 9.077.745,14m e E 276.309,28m; 207°58'46" e 2,56 m até o vértice 81, de coordenadas N 9.077.742,88m e E 276.308,08m; 207°58'46" e 7,03 m até o vértice 82, de coordenadas N 9.077.736,67m e E 276.304,78m; 207°43'07" e 4,04 m até o vértice 83, de coordenadas N 9.077.733,10m e E 276.302,90m; 207°43'07" e 1,28 m até o vértice 84, de coordenadas N 9.077.731,97m e E 276.302,31m; 207°43'07" e 12,08 m até o vértice 85, de coordenadas N 9.077.721,27m e E 276.296,69m; 207°43'07" e 0,24 m até o vértice 86, de coordenadas N 9.077.721,06m e E 276.296,58m; 210°19'25" e 2,30 m até o vértice 87, de coordenadas N 9.077.719,08m e E 276.295,42m; 210°19'25" e 13,80 m até o vértice 88, de coordenadas N 9.077.707,17m e E 276.288,45m; 289°05'23" e 60,08 m até o vértice 89, de coordenadas N 9.077.726,82m e E 276.231,67m; 13°07'30" e 0,59 m até o vértice 90, de coordenadas N 9.077.727,39m e E 276.231,81m; 16°52'30" e 1,26 m até o vértice 91, de coordenadas N 9.077.728,60m e E 276.232,17m; 24°26'38" e 9,64 m até o vértice 92, de coordenadas N 9.077.737,38m e E 276.236,16m; 24°26'38" e 2,13 m até o vértice 93, de coordenadas N 9.077.739,32m e E 276.237,05m; 38°09'26" e 3,97 m até o vértice 94, de coordenadas N 9.077.742,44m e E 276.239,50m; 38°09'26" e 0,75 m até o vértice 95, de coordenadas N 9.077.743,02m e E 276.239,96m; 21°34'17" e 0,50 m até o vértice 96, de coordenadas N 9.077.743,48m e E 276.240,14m; 21°34'17" e 3,47 m até o vértice 97, de coordenadas N 9.077.746,70m e E 276.241,41m; 21°34'17" e 6,25 m até o vértice 98, de coordenadas N 9.077.752,52m e E 276.243,71m; 21°34'17" e 2,02 m até o vértice 99, de coordenadas N 9.077.754,40m e E 276.244,46m; 35°08'03" e 8,74 m até o vértice 100, de coordenadas N 9.077.761,54m e E 276.249,48m; 14°02'10" e 5,22 m até o vértice 101, de coordenadas N 9.077.766,61m e E 276.250,75m; 14°02'10" e 0,64 m até o vértice 102, de coordenadas N 9.077.767,23m e E 276.250,90m; 14°02'10" e 1,78 m até o vértice 103, de coordenadas N 9.077.768,95m e E 276.251,33m; 17°52'43" e 12,30 m até o vértice 104, de coordenadas N 9.077.780,66m e E 276.255,11m; 17°52'43" e 4,94 m até o vértice 105, de coordenadas N 9.077.785,35m e E 276.256,63m; 7°48'55" e 1,01 m até o vértice 106, de coordenadas N 9.077.786,35m e E 276.256,76m; 7°48'55" e 12,27 m até o vértice 107, de coordenadas N 9.077.798,51m e E 276.258,43m; 7°48'55" e 0,34 m até o vértice 108, de coordenadas N 9.077.798,85m e E 276.258,48m; 323°07'48" e 1,01 m até o vértice 109, de coordenadas N 9.077.799,65m e E 276.257,87m; 323°07'48" e 1,64 m até o vértice 110, de coordenadas N 9.077.800,97m e E 276.256,89m; 309°02'08" e 0,37 m até o vértice 111, de coordenadas N 9.077.801,20m e E 276.256,61m; 309°02'08" e 4,92 m até o vértice 112, de coordenadas N 9.077.804,29m e E 276.252,79m; 309°02'08" e 7,32 m até o vértice 113, de coordenadas N 9.077.808,90m e E 276.247,10m; 327°15'53" e 13,21 m até o vértice 114, de coordenadas N 9.077.820,02m e E 276.239,96m; 346°36'27" e 10,06 m até o vértice 115, de coordenadas N 9.077.829,80m e E 276.237,63m; 346°36'27" e 1,36 m até o vértice 116, de coordenadas N 9.077.831,13m e E 276.237,31m; 288°26'06" e 0,11 m até o vértice 117, de coordenadas N 9.077.831,16m e E 276.237,21m; 288°26'06" e 4,91 m até o vértice 118, de coordenadas N 9.077.832,72m e E 276.232,55m; 296°33'54" e

6,51 m até o vértice 119, de coordenadas N 9.077.835,63m e E 276.226,73m; 310°54'52" e 3,39 m até o vértice 120, de coordenadas N 9.077.837,85m e E 276.224,17m; 310°54'52" e 1,37 m até o vértice 121, de coordenadas N 9.077.838,74m e E 276.223,13m; 310°54'52" e 5,75 m até o vértice 122, de coordenadas N 9.077.842,50m e E 276.218,79m; 333°58'13" e 1,90 m até o vértice 123, de coordenadas N 9.077.844,21m e E 276.217,96m; 333°58'13" e 10,76 m até o vértice 124, de coordenadas N 9.077.853,88m e E 276.213,23m; 330°15'18" e 0,93 m até o vértice 125, de coordenadas N 9.077.854,69m e E 276.212,77m; 330°15'18" e 3,35 m até o vértice 126, de coordenadas N 9.077.857,60m e E 276.211,11m; 330°15'18" e 6,38 m até o vértice 127, de coordenadas N 9.077.863,14m e E 276.207,94m; 335°51'16" e 0,85 m até o vértice 128, de coordenadas N 9.077.863,92m e E 276.207,59m; 335°51'16" e 7,56 m até o vértice 129, de coordenadas N 9.077.870,82m e E 276.204,50m; 322°18'21" e 4,95 m até o vértice 130, de coordenadas N 9.077.874,73m e E 276.201,48m; 322°18'21" e 2,41 m até o vértice 131, de coordenadas N 9.077.876,64m e E 276.200,01m; 306°23'04" e 2,57 m até o vértice 132, de coordenadas N 9.077.878,16m e E 276.197,94m; 306°23'04" e 15,29 m até o vértice 133, de coordenadas N 9.077.887,23m e E 276.185,63m; 306°23'04" e 6,96 m até o vértice 134, de coordenadas N 9.077.891,36m e E 276.180,03m; 306°23'04" e 0,16 m até o vértice 135, de coordenadas N 9.077.891,45m e E 276.179,90m; 311°51'18" e 6,38 m até o vértice 136, de coordenadas N 9.077.895,71m e E 276.175,15m; 303°41'24" e 1,02 m até o vértice 137, de coordenadas N 9.077.896,28m e E 276.174,29m; 303°43'12" e 0,03 m até o vértice 138, de coordenadas N 9.077.896,29m e E 276.174,27m; 305°37'30" e 1,96 m até o vértice 139, de coordenadas N 9.077.897,44m e E 276.172,67m; 309°22'30" e 1,96 m até o vértice 140, de coordenadas N 9.077.898,68m e E 276.171,16m; 313°07'30" e 0,53 m até o vértice 141, de coordenadas N 9.077.899,04m e E 276.170,77m; 316°32'53" e 4,44 m até o vértice 142, de coordenadas N 9.077.902,27m e E 276.167,72m; 316°32'53" e 1,14 m até o vértice 143, de coordenadas N 9.077.903,09m e E 276.166,93m; 22°11'57" e 205,18 m até o vértice 144, de coordenadas N 9.078.093,07m e E 276.244,46m; 80°56'32" e 36,97 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-07 (APP): Área destinada a implantação do acesso viário aos empreendimentos da ZI-3 localizado na ZI-3, abrangendo 0,4953 ha (quarenta e nove ares e cinquenta e três centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.077.038,84m e E 275.812,30m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 135°00'00" e 9,35 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.077.032,23m e E 275.818,91m; 138°14'23" e 2,77 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.077.030,16m e E 275.820,76m; 138°14'23" e 3,24 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.077.027,74m e E 275.822,92m; 138°14'23" e 3,92 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.077.024,82m e E 275.825,52m; 157°14'56" e 8,89 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.077.016,62m e E 275.828,96m; 176°49'13" e 2,40 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.077.014,23m e E 275.829,10m; 176°49'13" e 7,14 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.077.007,09m e E 275.829,49m; 187°51'12" e 4,85 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.077.002,29m e E 275.828,83m; 187°51'12" e 2,89 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.076.999,42m e E 275.828,44m; 206°45'50" e 3,76 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.076.996,07m e E 275.826,74m; 202°20'02" e 48,06 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.076.951,62m e E 275.808,48m; 170°39'15" e 4,69 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.076.946,99m e E 275.809,24m; 202°11'00" e 87,37 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.076.866,09m e E 275.776,26m; 291°17'15" e 0,17 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.076.866,15m e E 275.776,10m; 294°22'30" e 1,53 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.076.866,78m e E 275.774,71m; 285°31'27" e 3,28 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.076.867,66m e E 275.771,55m; 309°48'20" e 8,27 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.076.872,95m e E 275.765,20m; 324°14'46" e 8,15 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.076.879,57m e E 275.760,44m; 341°01'47" e 8,95 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.076.888,03m e E 275.757,53m; 350°32'16" e 9,66 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.076.897,56m e E 275.755,94m; 354°33'35" e 5,58 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.076.903,11m e E 275.755,41m; 65°05'43" e 0,97 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.076.903,52m e E 275.756,29m; 22°20'02" e 145,92 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.077.038,50m e E 275.811,74m; 57°59'41" e 0,26 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.077.038,64m e E 275.811,96m; 57°59'41" e 0,39 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-08 (APP): Área destinada a implantação do acesso viário aos empreendimentos da ZI-3 localizado na ZI-3, abrangendo 0,4632 ha (quarenta e seis ares e trinta e dois centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.076.066,80m e E 275.402,03m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 131°29'12" e 66,91 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.076.022,47m e E 275.452,16m; 164°55'05" e 2,18 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.076.020,37m e E 275.452,72m; 208°19'24" e 53,62 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.973,17m e E 275.427,28m; 290°12'26" e 18,14 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.979,43m e E 275.410,25m; 311°29'12" e 59,72 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.076.018,99m e E 275.365,52m; 19°40'16" e 32,31 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.076.049,42m e E 275.376,40m; 55°51'56" e 30,97 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-09 (APP): Área destinada a implantação do acesso viário aos empreendimentos da ZI-3 localizado na ZI-3, abrangendo 0,5858 ha (cinquenta e oito ares e cinquenta e oito centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.075.215,1320m e E 276.187,4520m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 242°41'54" e 3,307 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.075.213,6151m e E 276.184,5133m; 123°54'45" e 41,666 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.075.190,3685m e E 276.219,0918m; 123°54'45" e 42,049 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.166,9083m e E 276.253,9879m; 253°07'30" e 0,588 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.166,7376m e E 276.253,4251m; 256°52'30" e 1,963 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.075.166,2918m e E 276.251,5132m; 260°37'30" e 1,963 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.075.165,9720m e E 276.249,5763m; 264°22'30" e 1,963 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.075.165,7796m e E 276.247,6226m; 266°20'41" e 0,099 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.075.165,7733m e E 276.247,5236m; 246°29'39" e 1,053 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.075.165,3532m e E 276.246,5576m; 249°22'30" e 1,963 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.075.164,6616m e E 276.244,7203m; 253°07'30" e 1,963 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.075.164,0918m e E 276.242,8417m; 256°52'30" e 1,963 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.075.163,6460m e E 276.240,9298m; 259°09'56" e 0,435 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.075.163,5642m e E 276.240,5025m; 243°38'58" e 0,105 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.075.163,5175m e E 276.240,4083m; 245°37'30" e 1,963 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.075.162,7073m e E 276.238,6201m; 249°22'30" e 1,963 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.075.162,0158m e E 276.236,7828m; 253°07'30" e 1,963 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.075.161,4459m e E 276.234,9042m; 256°52'30" e 1,963 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.075.161,0001m e E 276.232,9923m; 260°37'30" e 1,963 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.075.160,6804m e E 276.231,0554m; 264°22'30" e 1,963 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.075.160,4879m e E 276.229,1017m; 268°07'30" e 1,963 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.075.160,4237m e E 276.227,1396m; 270°00'00" e 0,911 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.075.160,4237m e E 276.226,2291m; 246°37'41" e 0,913 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.075.160,0615m e E 276.225,3909m; 249°22'30" e 1,963 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.075.159,3700m e E 276.223,5536m; 253°07'30" e 1,963 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.075.158,8001m e E 276.221,6750m; 256°52'30" e 1,963 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.075.158,3543m e E 276.219,7631m; 260°37'30" e 1,963 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.075.158,0345m e E 276.217,8262m; 264°22'30" e 1,963 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.075.157,8421m e E 276.215,8725m; 268°07'30" e 1,963 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.075.157,7779m e E 276.213,9104m; 270°00'00" e 0,911 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.075.157,7779m e E 276.212,9999m; 246°37'41" e 0,913 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.075.157,4156m e E 276.212,1617m; 249°22'30" e 1,963 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.075.156,7241m e E 276.210,3244m; 253°07'30" e 1,963 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.075.156,1543m e E 276.208,4458m; 256°52'30" e 1,963 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.075.155,7085m e E 276.206,5339m; 260°37'30" e 1,963 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.075.155,3887m e E 276.204,5970m; 264°22'30" e 1,963 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.075.155,1963m e E 276.202,6433m; 268°07'30" e 1,963 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.075.155,1320m e E 276.200,6812m; 270°00'00" e 6,202 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.075.155,1320m e E 276.194,4790m; 246°37'41" e 0,913 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.075.154,7698m e E 276.193,6409m; 249°22'30" e 1,963 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.075.154,0783m e E 276.191,8035m; 253°07'30" e 1,963 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.075.153,5084m e E 276.189,9249m; 256°52'30" e 1,963 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.075.153,0626m e E 276.188,0131m; 260°37'30" e 1,963 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.075.152,7428m e E 276.186,0761m; 264°22'30" e 1,963 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.075.152,5504m e E 276.184,1225m; 268°07'30" e 1,963 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.075.152,4862m e E 276.182,1604m; 270°00'00" e 14,262 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.075.152,4862m e E 276.167,8985m; 303°54'45" e 53,771 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.075.182,4862m e E 276.123,2747m; 303°54'45" e 53,771 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.075.212,4862m e E 276.078,6509m; 90°00'00" e 96,482 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.075.212,4862m e E 276.175,1334m; 77°52'41" e 12,600 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Dentro da Zona Central de Serviços - ZCS, na área destinada a implantação dos empreendimentos de serviços localizam-se 1 (uma) área totalizando 5,5674 ha (cinco hectares, cinquenta e seis ares e setenta e quatro centiares), descritas a seguir:

ÁREA – A-10 (APP): Área destinada a implantação dos empreendimentos de serviços, localizado na ZCS, abrangendo 5,5674 ha (cinco hectares, cinquenta e seis ares e setenta e quatro centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.075.242,7920m e E 278.776,3748m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 195°06'29" e 48,020 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.075.196,4315m e E 278.763,8587m; 226°28'26" e 60,302 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.075.154,9021m e E 278.720,1357m; 240°12'56" e 50,494 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.129,8196m e E 278.676,3116m; 262°02'56" e 35,636 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.124,8902m e E 278.641,0186m; 274°39'53" e 60,054 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.075.129,7741m e E 278.581,1635m; 251°36'52" e 62,575 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.075.110,0374m e E 278.521,7829m; 257°29'40" e 89,958 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.075.090,5585m e E 278.433,9594m; 272°38'42" e 61,506 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.075.093,3968m e E 278.372,5189m; 285°09'57" e 46,970 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.075.105,6847m e E 278.327,1849m; 260°32'16" e 19,776 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.075.102,4336m e E 278.307,6782m; 238°46'54" e 88,505 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.075.056,5614m e E 278.231,9890m; 209°32'20" e 81,859 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.074.985,3425m e E 278.191,6317m; 203°37'46" e 89,021 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.074.903,7855m e E 278.155,9505m; 196°56'06" e 134,869 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.074.774,7644m e E 278.116,6649m; 225°00'00" e 15,529 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.074.763,7837m e E 278.105,6841m; 255°00'00" e 15,529 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.074.759,7644m e E 278.090,6841m; 283°07'30" e 13,625 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.074.762,8583m e E 278.077,4155m; 311°15'00" e 15,529 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.074.773,0973m e E 278.065,7400m; 337°30'00" e 11,705 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.074.783,9117m e E 278.061,2606m; 0°00'00" e 11,705 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.074.795,6172m e E 278.061,2606m; 16°35'59" e 135,635 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.074.925,5994m e E 278.100,0095m; 23°38'42" e 94,378 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.075.012,0544m e E 278.137,8614m; 29°30'32" e 93,196 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.075.093,1609m e E 278.183,7661m; 43°07'30" e 13,625 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.075.103,1049m e E 278.193,0798m; 59°50'09" e 114,561 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.075.160,6694m e E 278.292,1276m; 81°42'10" e 39,053 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.075.166,3051m e E 278.330,7717m; 104°49'52" e 52,189 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.075.152,9461m e E 278.381,2223m; 92°43'35" e 47,841 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.075.150,6706m e E 278.429,0093m; 77°17'50" e 79,490 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.075.168,1499m e E 278.506,5541m; 72°00'28" e 70,496 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.075.189,9252m e E 278.573,6026m; 94°10'47" e 67,180 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.075.185,0287m e E 278.640,6039m; 83°39'35" e 14,829 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.075.186,6663m e E 278.655,3422m; 60°15'18" e 32,995 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.075.203,0365m e E 278.683,9901m; 47°07'16" e 37,957 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.075.228,8646m e E 278.711,8050m; 13°14'26" e 8,617 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.075.237,2530m e E 278.713,7787m; 84°56'35" e 62,841 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Dentro da Zona Industrial Portuária – ZIP e da Zona de Preservação Cultural - ZPC, na área destinada à implantação da Rodoferrovia – Rodovia 2° Fase localizam-se 7 (sete) áreas totalizando 7,6406 ha (sete hectares, sessenta e quatro ares e seis centiares), descritas a seguir:

ÁREA – A-11 (Restinga): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Rodovia 2° Fase, localizada na ZIP, abrangendo 0,5178 ha (cinquenta e um ares e setenta e oito centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.075.091,7003m e E 283.094,7754m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 96°21'17" e 40,957 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.075.087,1670m e E 283.135,4809m; 182°42'56" e 69,941 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.075.017,3045m e E 283.132,1672m; 276°21'17" e 96,153 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.027,9472m e E 283.036,6050m; 30°28'54" e 10,957 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.037,3900m e E 283.042,1632m; 30°28'54" e 33,251 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.075.066,0454m e E 283.059,0302m; 54°19'56" e 43,999 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-12 (Manguezal): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Rodovia 2° Fase, localizada na ZIP, abrangendo 0,8449 ha (oitenta e quatro ares e quarenta e nove centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.075.087,1670m e E 283.135,4809m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 96°21'17" e 131,970 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.075.072,5599m e E 283.266,6400m; 204°18'16" e 14,716 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.075.059,1480m e E 283.260,5830m; 204°18'16" e 11,135 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.049,0001m e E 283.256,0001m; 194°41'48" e 5,465 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.043,7139m e E 283.254,6136m; 194°41'50" e 9,905 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.075.034,1331m e E 283.252,1006m; 194°41'51" e 16,171 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.075.018,4911m e E 283.247,9978m; 194°41'50" e 14,150 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.075.004,8044m e E 283.244,4078m; 276°21'17" e 112,934 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.075.017,3045m e E 283.132,1672m; 2°42'56" e 69,941 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-13 (Manguezal): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Rodovia 2° Fase, localizada na ZIP, abrangendo 0,9295 ha (noventa e dois ares e noventa e cinco centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.074.889,5616m e E 283.475,5499m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 94°41'09" e 19,419 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.074.887,9752m e E 283.494,9042m; 94°41'09" e 22,133 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.074.886,1671m e E 283.516,9637m; 94°41'11" e 2,043 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.074.886,0001m e E 283.519,0001m; 123°31'28" e 27,746 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.074.870,6759m e E 283.542,1309m; 123°31'28" e 50,585 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.074.842,7381m e E 283.584,3013m; 123°31'28" e 17,632 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.074.833,0001m e E 283.599,0001m; 151°36'25" e 42,059 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.074.796,0001m e E 283.619,0001m; 194°30'01" e 7,447 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.074.788,7900m e E 283.617,1354m; 194°30'01" e 24,821 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.074.764,7599m e E 283.610,9207m; 194°30'01" e 15,741 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.074.749,5200m e E 283.606,9794m; 194°30'00" e 11,899 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.074.738,0001m e E 283.604,0001m; 185°31'39" e 21,496 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.074.716,6045m e E 283.601,9296m; 185°31'39" e 9,649 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.074.707,0001m e E 283.601,0001m; 261°52'12" e 10,652 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.074.705,4938m e E 283.590,4556m; 346°25'36" e 3,837 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.074.709,2237m e E 283.589,5551m; 337°51'34" e 58,361 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.074.763,2812m e E 283.567,5599m; 327°34'55" e 68,068 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.074.820,7415m e E 283.531,0690m; 321°06'21" e 88,423 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-14 (Manguezal): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Rodovia 2° Fase, localizada na ZIP, abrangendo 0,8349 ha (oitenta e três ares e quarenta e nove centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.074.578,9319m e E 283.603,4185m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 107°21'14" e 13,182 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.074.575,0001m e E 283.616,0001m; 111°19'46" e 2,040 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.074.574,2581m e E 283.617,9004m; 111°19'46" e 16,691 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.074.568,1869m e E 283.633,4485m; 111°19'47" e 9,940 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.074.564,5714m e E 283.642,7077m; 111°19'45" e 16,492 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.074.558,5726m e E 283.658,0706m; 111°19'46" e 12,736 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.074.553,9403m e E 283.669,9338m; 111°19'46" e 1,144 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.074.553,5242m e E 283.670,9995m; 183°30'59" e 7,133 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.074.546,4050m e E 283.670,5621m; 183°38'00" e 0,122 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.074.546,2829m e E 283.670,5543m; 185°37'30" e 1,963 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.074.544,3292m e E 283.670,3619m; 189°22'30" e 1,963 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.074.542,3923m e E 283.670,0421m; 191°41'44" e 0,467 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.074.541,9354m e E 283.669,9475m; 192°08'28" e 49,349 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.074.493,6905m e E 283.659,5685m; 193°34'14" e 1,497 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.074.492,2356m e E 283.659,2173m; 196°52'30" e 1,963 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.074.490,3569m e E 283.658,6474m; 199°04'04" e 0,333 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.074.490,0425m e E 283.658,5387m; 199°23'07" e 48,954 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.074.443,8634m e E 283.642,2897m; 200°56'34" e 1,631 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.074.442,3405m e E 283.641,7069m; 204°22'30" e 1,963 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.074.440,5524m e E 283.640,8967m; 206°53'04" e 0,664 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.074.439,9599m e E 283.640,5963m; 207°31'08" e 4,094 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.074.436,3291m e E 283.638,7047m; 295°21'28" e 69,744 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.074.466,1985m e E 283.575,6805m; 27°40'49" e 3,282 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.074.469,1045m e E 283.577,2049m; 19°45'25" e 41,587 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.074.508,2438m e E 283.591,2628m; 12°04'06" e 51,450 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.074.558,5569m e E 283.602,0199m; 3°55'36" e 20,423 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-15 (Restinga): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Rodovia 2° Fase, localizada na ZIP, abrangendo 0,2073 ha (vinte ares e setenta e três centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.074.466,1985m e E 283.575,6805m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 115°21'28" e 69,744 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.074.436,3291m e E 283.638,7047m; 207°31'08" e 31,627 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.074.408,2801m e E 283.624,0917m; 298°29'21" e 69,783 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.074.441,5662m e E 283.562,7590m; 27°40'49" e 27,816 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-16 (Manguezal): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Rodovia 2° Fase, localizada na ZPC, abrangendo 4,1354 ha (quatro hectares, treze ares e cinquenta e quatro centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.073.844,9467m e E 283.617,6388m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 165°17'20" e 170,814 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.073.679,7318m e E 283.661,0161m; 167°01'10" e 1,812 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.073.677,9661m e E 283.661,4231m; 170°02'54" e 1,359 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.073.676,6272m e E 283.661,6580m; 171°20'47" e 53,601 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.073.623,6364m e E 283.669,7228m; 171°55'24" e 0,604 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.073.623,0384m e E 283.669,8077m; 174°22'30" e 1,963 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.073.621,0847m e E 283.670,0001m; 177°28'30" e 1,283 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.073.619,8033m e E 283.670,0566m; 178°42'00" e 1,569 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.073.618,2342m e E 283.670,0922m; 231°36'23" e 22,856 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.073.604,0393m e E 283.652,1786m; 217°35'51" e 17,525 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.073.590,1541m e E 283.641,4865m; 178°42'00" e 6,746 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.073.583,4097m e E 283.641,6396m; 181°09'04" e 17,878 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.073.565,5354m e E 283.641,2804m; 183°36'09" e 17,878 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.073.547,6929m e E 283.640,1571m; 87°44'10" e 9,974 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.073.548,0869m e E 283.650,1236m; 90°28'22" e 19,294 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.073.547,9277m e E 283.669,4173m; 186°42'14" e 48,865 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.073.499,3973m e E 283.663,7128m; 187°06'07" e 0,417 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.073.498,9837m e E 283.663,6613m; 189°22'30" e 1,963 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.073.497,0468m e E 283.663,3415m; 192°54'56" e 1,744 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.073.495,3471m e E 283.662,9517m; 194°34'51" e 51,750 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.073.445,2640m e E 283.649,9239m; 194°47'26" e 0,219 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.073.445,0518m e E 283.649,8679m; 196°52'30" e 1,963 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.073.443,1732m e E 283.649,2980m; 199°31'14" e 0,807 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.073.442,4127m e E 283.649,0284m; 200°17'27" e 255,710 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.073.202,5709m e E 283.560,3514m; 290°13'32" e 69,821 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.073.226,7091m e E 283.494,8360m; 20°06'56" e 268,175 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.073.478,5254m e E 283.587,0659m; 12°22'35" e 48,225 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.073.525,6297m e E 283.597,4020m; 5°11'22" e 46,442 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.073.571,8813m e E 283.601,6027m; 358°08'27" e 46,478 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.073.618,3351m e E 283.600,0948m; 351°05'32" e 46,810 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.073.664,5805m e E 283.592,8466m; 345°18'25" e 124,272 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.073.784,7890m e E 283.561,3260m; 76°19'14" e 19,719 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.073.789,4524m e E 283.580,4859m; 60°46'20" e 3,432 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.073.791,1283m e E 283.583,4812m; 50°33'14" e 5,092 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.073.794,3638m e E 283.587,4137m; 34°43'15" e 3,264 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.073.797,0464m e E 283.589,2726m; 34°43'15" e 0,391 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.073.797,3681m e E 283.589,4956m; 54°29'16" e 5,968 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.073.800,8345m e E 283.594,3531m; 36°24'37" e 5,059 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.073.804,9057m e E 283.597,3558m; 36°24'37" e 0,397 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.073.805,2255m e E 283.597,5916m; 7°07'58" e 3,726 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.073.808,9230m e E 283.598,0543m; 13°38'23" e 7,848 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.073.816,5494m e E 283.599,9050m; 24°32'03" e 11,472 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.073.826,9854m e E 283.604,6684m; 35°50'03" e 22,155 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-17 (Restinga): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Rodovia 2° Fase, localizada na ZPC, abrangendo 0,1708 ha (dezessete ares e oito centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.073.618,2342m e E 283.670,0922m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 178°42'00" e 52,032 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.073.566,2161m e E 283.671,2727m; 181°13'30" e 2,643 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.073.563,5734m e E 283.671,2162m; 185°13'37" e 1,547 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.073.562,0332m e E 283.671,0753m; 186°42'14" e 14,203 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.073.547,9277m e E 283.669,4173m; 270°28'22" e 19,294 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.073.548,0869m e E 283.650,1236m; 267°44'10" e 9,974 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.073.547,6929m e E 283.640,1571m; 3°36'09" e 17,878 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.073.565,5354m e E 283.641,2804m; 1°09'04" e 17,878 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.073.583,4097m e E 283.641,6396m; 358°42'00" e 6,746 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.073.590,1541m e E 283.641,4865m; 37°35'51" e 17,525 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.073.604,0393m e E 283.652,1786m; 51°36'23" e 22,856 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Dentro da Zona Industrial – ZI, da Zona Industrial Portuária – ZIP e da Zona de Preservação Cultural - ZPC, na área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia localizam-se 16 (dezesseis) áreas totalizando 11,6411 ha (onze hectares, sessenta e quatro ares e onze centiares), descritas a seguir:

ÁREA – A-18 (APP): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZI, abrangendo 0,1832 ha (dezoito ares e trinta e dois centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.080.688,41m e E 280.071,42m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 94°24'00" e 1,82 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.080.688,27m e E 280.073,23m; 96°38'42" e 20,48 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.080.685,90m e E 280.093,57m; 98°53'30" e 10,47 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.080.684,29m e E 280.103,92m; 99°54'09" e 17,61 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.080.681,26m e E 280.121,27m; 101°14'05" e 10,61 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.080.679,19m e E 280.131,67m; 178°31'52" e 15,42 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.080.663,77m e E 280.132,07m; 178°31'52" e 15,53 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.080.648,25m e E 280.132,47m; 281°51'13" e 17,87 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.080.651,92m e E 280.114,98m; 280°03'56" e 12,87 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.080.654,17m e E 280.102,31m; 278°57'23" e 12,68 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.080.656,14m e E 280.089,78m; 276°40'42" e 17,71 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.080.658,20m e E 280.072,19m; 358°31'52" e 15,14 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.080.673,34m e E 280.071,80m; 358°31'52" e 15,08 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-19 (APP): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZI, abrangendo 0,2375 ha (vinte e três ares

e setenta e cinco centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.079.834,14m e E 280.594,12m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 170°19'57" e 106,74 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.079.728,91m e E 280.612,05m; 207°24'27" e 8,68 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.079.721,21m e E 280.608,06m; 201°59'28" e 5,88 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.079.715,76m e E 280.605,85m; 201°59'28" e 28,92 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.079.688,94m e E 280.595,02m; 350°44'55" e 106,00 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.079.793,56m e E 280.577,98m; 27°24'27" e 25,12 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.079.815,86m e E 280.589,55m; 27°24'27" e 0,02 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.079.815,88m e E 280.589,56m; 14°02'10" e 18,82 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-20 (APP): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZI, abrangendo 0,1893 ha (dezoito ares e noventa e três centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.079.467,42m e E 280.656,59m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 170°19'57" e 103,33 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.079.365,56m e E 280.673,95m; 320°37'30" e 0,88 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.079.366,24m e E 280.673,39m; 324°22'30" e 1,96 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.079.367,84m e E 280.672,24m; 326°16'48" e 0,03 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.079.367,87m e E 280.672,23m; 326°18'36" e 19,08 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.079.383,74m e E 280.661,64m; 340°16'07" e 15,85 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.079.398,66m e E 280.656,29m; 347°54'19" e 8,97 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.079.407,42m e E 280.654,41m; 270°00'00" e 13,53 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.079.407,42m e E 280.640,88m; 350°44'55" e 60,79 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.079.467,42m e E 280.631,11m; 90°00'00" e 15,20 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.079.467,42m e E 280.646,30m; 90°00'00" e 10,29 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-21 (APP): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZI, abrangendo 0,1800 ha (dezoito ares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.078.434,52m e E 280.820,73m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 171°16'49" e 60,00 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.078.375,21m e E 280.829,82m; 260°50'16" e 15,00 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.078.372,82m e E 280.815,01m; 260°50'16" e 15,00 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.078.370,43m e E 280.800,20m; 351°16'49" e 60,00 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.078.429,74m e E 280.791,11m; 80°50'16" e 15,00 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.078.432,13m e E 280.805,92m; 80°50'16" e 15,00 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-22 (APP): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZI, abrangendo 0,1916 ha (dezenove ares e dezesseis centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.078.009,04m e E 280.885,98m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 171°16'49" e 65,41 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.077.944,38m e E 280.895,90m; 237°48'15" e 6,45 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.077.940,95m e E 280.890,44m; 238°54'08" e 1,15 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.077.940,35m e E 280.889,46m; 241°52'30" e 1,96 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.077.939,43m e E 280.887,73m; 245°37'30" e 1,96 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.077.938,62m e E 280.885,94m; 247°50'57" e 0,37 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.077.938,48m e E 280.885,60m; 248°11'55" e 4,03 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.077.936,98m e E 280.881,86m; 248°11'55" e 15,40 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.077.931,26m e E 280.867,56m; 351°16'49" e 61,60 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.077.992,15m e E 280.858,22m; 68°11'55" e 2,76 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.077.993,17m e E 280.860,78m; 57°48'15" e 13,42 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.078.000,33m e E 280.872,14m; 57°48'15" e 16,35 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-23 (Manguezal): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZI, abrangendo 0,5243 ha (cinquenta e dois ares e quarenta e três centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.076.939,73m e E 281.241,04m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 166°52'30" e 0,03 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.076.939,70m e E 281.241,05m; 170°37'30" e 0,98 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.076.938,74m e E 281.241,21m; 179°19'31" e 3,50 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.076.935,24m e E 281.241,25m; 125°27'18" e 14,12 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.076.927,05m e E 281.252,75m; 65°37'30" e 0,24 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.076.927,15m e E 281.252,97m; 69°22'30" e 0,98 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.076.927,50m e E 281.253,89m; 76°52'30" e 2,94 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.076.928,16m e E 281.256,75m; 90°00'00" e 3,92 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.076.928,16m e E 281.260,67m; 106°52'30" e 4,89 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.076.926,75m e E 281.265,34m; 121°54'56" e 6,16 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.076.923,49m e E 281.270,57m; 122°50'13" e 12,18 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.076.916,89m e E 281.280,80m; 120°24'42" e 16,30 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.076.908,64m e E 281.294,86m; 117°59'10" e 16,30 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.076.900,99m e E 281.309,25m; 115°33'39" e 16,30 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.076.893,96m e E 281.323,95m; 113°08'07" e 16,30 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.076.887,56m e E 281.338,93m; 110°42'36" e 16,30 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.076.881,79m e E 281.354,18m; 108°17'04" e 16,30 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.076.876,68m e E 281.369,65m; 105°51'32" e 16,30 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.076.872,23m e E 281.385,33m; 103°26'01" e 16,30 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.076.868,44m e E 281.401,18m; 101°00'29" e 16,30 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.076.865,33m e E 281.417,17m; 98°34'58" e 9,58 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.076.863,90m e E 281.426,65m; 208°51'46" e 11,01 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.076.854,26m e E 281.421,34m; 267°38'34" e 70,71 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.076.851,35m e E 281.350,69m; 288°17'04" e 6,56 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.076.853,41m e E 281.344,46m; 288°31'02" e 0,12 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.076.853,45m e E 281.344,35m; 289°43'48" e 0,51 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.076.853,62m e E 281.343,87m; 290°42'36" e 16,93 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.076.859,61m e E 281.328,03m; 291°36'18" e 0,47 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.076.859,78m e E 281.327,59m; 292°49'04" e 0,17 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.076.859,84m e E 281.327,44m; 293°08'07" e 16,93 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.076.866,50m e E 281.311,87m; 294°20'53" e 0,63 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.076.866,76m e E 281.311,29m; 295°33'39" e 16,93 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.076.874,06m e E 281.296,02m; 295°54'19" e 0,18 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.076.874,14m e E 281.295,85m; 297°07'05" e 0,45 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.076.874,35m e E 281.295,45m; 297°59'10" e 16,93 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.076.882,29m e E 281.280,50m; 298°59'35" e 0,53 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.076.882,55m e E 281.280,04m; 300°12'21" e 0,11 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.076.882,60m e E 281.279,94m; 300°24'42" e 16,93 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.076.891,17m e E 281.265,34m; 301°37'28" e 0,63 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.076.891,51m e E 281.264,80m; 302°50'13" e 16,93 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.076.900,69m e E 281.250,58m; 303°17'37" e 0,24 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.076.900,82m e E 281.250,38m; 305°37'30" e 0,98 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.076.901,39m e E 281.249,58m; 309°22'30" e 0,98 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.076.902,01m e E 281.248,82m; 322°30'00" e 5,85 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.076.906,66m e E 281.245,26m; 345°00'00" e 5,85 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.076.912,31m e E 281.243,74m; 5°37'30" e 4,89 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.076.917,17m e E 281.244,22m; 23°43'54" e 4,50 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.076.921,30m e E 281.246,03m; 303°31'28" e 10,11 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.076.926,88m e E 281.237,61m; 228°45'58" e 3,90 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.076.924,31m e E 281.234,67m; 243°45'00" e 3,92 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.076.922,57m e E 281.231,16m; 260°37'30" e 4,89 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.076.921,78m e E 281.226,34m; 271°52'30" e 0,02 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.076.921,78m e E 281.226,32m; 329°20'58" e 16,55 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.076.936,01m e E 281.217,88m; 80°52'21" e 4,84 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.076.936,78m e E 281.222,66m; 80°52'27" e 3,06 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.076.937,27m e E 281.225,68m; 80°52'23" e 15,55 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-24 (APP): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZI, abrangendo 1,3721 ha (um hectare, trinta e sete ares e vinte e um centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.076.689,74m e E 282.103,88m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 138°50'31" e 191,29 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.076.545,72m e E 282.229,78m; 138°50'31" e 33,80 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.076.520,27m e E 282.252,02m; 138°49'07" e 0,02 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.076.520,25m e E 282.252,04m; 138°41'18" e 19,23 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.076.505,81m e E 282.264,73m; 136°54'16" e 34,97 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.076.480,27m e E 282.288,63m; 134°24'12" e 18,25 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.076.467,50m e E 282.301,67m; 133°40'48" e 8,91 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.076.461,34m e E 282.308,11m; 131°33'20" e 20,95 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.076.447,45m e E 282.323,79m; 129°25'53" e 20,95 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.076.434,15m e E 282.339,97m; 127°18'25" e 20,95 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.076.421,45m e E 282.356,63m; 125°10'58" e 20,95 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.076.409,38m e E 282.373,75m; 123°03'30" e 20,95 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.076.397,95m e E 282.391,30m; 120°56'03" e 20,95 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.076.387,19m e E 282.409,27m; 118°48'36" e 7,38 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.076.383,63m e E 282.415,74m; 136°24'37" e 36,61 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.076.357,12m e E 282.440,98m; 137°34'49" e 1,22 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.076.356,21m e E 282.441,80m; 139°26'07" e 0,72 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.075.994,22m e E 283.441,20m; 144°47'20" e 1,13 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.075.993,29m e E 283.441,85m; 144°47'43" e 0,00 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.993,29m e E 283.441,85m; 144°48'49" e 0,01 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.991,18m e E 283.443,34m; 144°49'32" e 1,29 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.075.990,12m e E 283.444,09m; 144°50'15" e 0,01 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.075.990,12m e E 283.444,09m; 144°50'58" e 1,29 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.075.989,06m e E 283.444,83m; 144°51'52" e 0,01 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.075.989,06m e E 283.444,84m; 144°52'45" e 1,29 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.075.988,00m e E 283.445,58m; 144°53'50" e 0,01 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.075.987,99m e E 283.445,59m; 144°54'54" e 1,29 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.075.986,94m e E 283.446,33m; 144°56'09" e 0,01 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.075.986,93m e E 283.446,33m; 144°57'24" e 1,29 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.075.985,87m e E 283.447,07m; 144°58'50" e 0,01 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.075.985,86m e E 283.447,08m; 145°00'16" e 1,29 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.075.984,81m e E 283.447,82m; 145°01'53" e 0,01 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.075.984,79m e E 283.447,83m; 145°03'29" e 1,29 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.075.983,74m e E 283.448,57m; 145°05'16" e 0,02 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.075.983,72m e E 283.448,58m; 146°10'52" e 28,08 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.075.960,39m e E 283.464,21m; 150°07'07" e 35,05 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.075.930,00m e E 283.481,67m; 154°21'32" e 23,72 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.075.908,62m e E 283.491,93m; 159°00'59" e 47,66 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.075.864,11m e E 283.509,00m; 164°23'06" e 0,01 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.075.864,10m e E 283.509,00m; 164°23'06" e 25,95 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.075.839,12m e E 283.515,99m; 168°25'10" e 35,29 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.075.804,54m e E 283.523,07m; 171°04'18" e 10,14 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.075.794,52m e E 283.524,65m; 171°47'09" e 0,37 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.075.794,15m e E 283.524,70m; 173°01'06" e 0,27 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.075.793,88m e E 283.524,73m; 173°32'12" e 17,21 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.075.776,78m e E 283.526,67m; 174°46'09" e 0,65 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.075.776,14m e E 283.526,73m; 176°00'06" e 17,21 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.075.758,97m e E 283.527,93m; 176°07'33" e 0,06 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.075.758,91m e E 283.527,93m; 177°21'30" e 0,58 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.075.758,33m e E 283.527,96m; 179°13'11" e 25,24 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.075.733,10m e E 283.528,30m; 183°47'49" e 45,50 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.075.687,69m e E 283.525,29m; 188°37'01" e 29,39 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.075.658,64m e E 283.520,89m; 189°26'31" e 0,01 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.075.658,62m e E 283.520,89m; 189°55'19" e 25,27 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.075.633,74m e E 283.516,53m; 236°56'17" e 41,03 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.075.611,35m e E 283.482,14m; 9°57'33" e 41,59 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.075.652,32m e E 283.489,34m; 9°57'19" e 2,58 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.075.654,86m e E 283.489,78m; 8°57'16" e 36,52 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.075.690,93m e E 283.495,47m; 5°51'43" e 16,71 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.075.707,55m e E 283.497,17m; 3°23'49" e 16,56 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.075.724,09m e E 283.498,15m; 0°55'55" e 16,56 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.075.740,65m e E 283.498,42m; 358°28'00" e 16,56 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.075.757,20m e E 283.497,98m; 356°00'06" e 16,56 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.075.773,73m e E 283.496,83m; 353°32'12" e 16,56 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.075.790,18m e E 283.494,96m; 351°04'18" e 16,56 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.075.806,55m e E 283.492,39m; 348°36'24" e 16,56 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.075.822,78m e E 283.489,12m; 346°08'29" e 16,56 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.075.838,86m e E 283.485,15m; 343°40'35" e 16,56 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.075.854,76m e E 283.480,50m; 341°12'41" e 16,56 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.075.870,44m e E 283.475,16m; 338°44'47" e 16,56 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.075.885,87m e E 283.469,16m; 336°16'53" e 16,56 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.075.901,04m e E 283.462,50m; 332°35'01" e 33,12 m até o vértice 57, de coordenadas N 9.075.930,44m e E 283.447,25m; 327°32'37" e 36,62 m até o vértice 58, de coordenadas N 9.075.961,34m e E 283.427,59m; 324°55'07" e 32,86 m até o vértice 59, de coordenadas N 9.075.988,23m e E 283.408,71m; 324°47'20" e 50,61 m até o vértice 1, de coordenadas N 9.076.029,58m e E 283.379,53m; e m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-26 (Restinga): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZI, abrangendo 0,2821 ha (vinte e oito ares e vinte e um centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.075.633,74m e E 283.516,53m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 189°57'33" e 101,26 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.075.534,00m e E 283.499,02m; 248°28'08" e 3,85 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.075.532,59m e E 283.495,44m; 257°39'51" e 28,88 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.526,42m e E 283.467,23m; 9°57'33" e 86,23 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.611,35m e E 283.482,14m; 56°56'17" e 41,03 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-27 (Manguezal): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZIP, abrangendo 0,3932 ha (trinta e nove ares e trinta e dois centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.074.553,94m e E 283.669,93m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 111°19'46" e 15,41 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.074.548,34m e E 283.684,29m; 111°19'46" e 15,41 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.074.542,73m e E 283.698,64m; 188°07'28" e 6,88 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.074.535,92m e E 283.697,67m; 189°23'27" e 0,66 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.074.535,26m e E 283.697,56m; 190°39'26" e 17,68 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.074.517,89m e E 283.694,29m; 190°57'13" e 0,16 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.074.517,74m e E 283.694,26m; 192°13'12" e 0,51 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.074.517,24m e E 283.694,15m; 193°11'23" e 17,68 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.074.500,03m e E 283.690,12m; 194°05'42" e 0,47 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.074.499,57m e E 283.690,00m; 195°21'41" e 0,19 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.074.499,38m e E 283.689,95m; 195°43'21" e 17,68 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.074.482,37m e E 283.685,16m; 196°59'20" e 0,66 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.074.481,73m e E 283.684,97m; 198°15'19" e 17,68 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.074.464,94m e E 283.679,43m; 198°30'09" e 0,13 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.074.464,82m e E 283.679,39m; 199°46'08" e 0,53 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.074.464,32m e E 283.679,21m; 200°47'17" e 17,68 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.074.447,79m e E 283.672,93m; 201°38'38" e 0,45 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.074.447,37m e E 283.672,77m; 202°54'37" e 0,21 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.074.447,17m e E 283.672,68m; 203°19'14" e 17,68 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.074.430,94m e E 283.665,68m; 204°35'13" e 0,66 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.074.430,33m e E 283.665,41m; 205°51'12" e 15,56 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.074.416,33m e E 283.658,62m; 299°33'41" e 30,06 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.074.431,16m e E 283.632,47m; 25°51'12" e 13,29 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.074.443,12m e E 283.638,27m; 23°19'14" e 17,02 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.074.458,74m e E 283.645,00m; 20°47'17" e 17,02 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.074.474,65m e E 283.651,04m; 18°15'19" e 17,02 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.074.490,81m e E 283.656,37m; 15°43'21" e 17,02 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.074.507,19m e E 283.660,98m; 13°11'23" e 17,02 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.074.523,76m e E 283.664,87m; 10°39'26" e 17,02 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.074.540,49m e E 283.668,01m; 8°07'28" e 13,59 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-28 (Restinga): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZIP, abrangendo 0,0777 ha (sete ares e setenta e sete centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.074.431,16m e E 283.632,47m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 119°33'41" e 30,06 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.074.416,33m e E 283.658,62m; 205°51'12" e 2,12 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.074.414,42m e E 283.657,70m; 206°03'06" e 0,10 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.074.414,33m e E 283.657,65m; 206°41'05" e 0,23 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.074.414,13m e E 283.657,55m; 207°07'11" e 21,81 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.074.394,72m e E 283.647,61m; 280°01'47" e 7,60 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.074.396,04m e E 283.640,12m; 303°30'51" e 7,78 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.074.400,34m e E 283.633,63m; 303°30'51" e 15,09 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.074.408,67m e E 283.621,05m; 27°07'11" e 21,33 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.074.427,66m e E 283.630,77m; 25°51'12" e 3,90 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-29 (Manguezal): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZPC, abrangendo 0,3847 ha (trinta e oito ares e quarenta e sete centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.073.864,84m e E 283.644,71m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 165°13'07" e 134,21 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.073.735,07m e E 283.678,95m; 239°10'27" e 31,22 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.073.719,08m e E 283.652,14m; 345°13'07" e 122,23 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.073.837,26m e E 283.620,96m; 40°43'51" e 36,40 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-30 (Restinga): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZPC, abrangendo 0,5553 ha (cinquenta e cinco ares e cinquenta e três centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.073.735,0734m e E 283.678,9492m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 165°13'07" e 46,484 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.073.690,1277m e E 283.690,8089m; 165°28'40" e 0,057 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.073.690,0724m e E 283.690,8232m; 166°21'38" e 0,029 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.073.690,0444m e E 283.690,8300m; 165°44'13" e 0,300 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.073.689,7538m e E 283.690,9039m; 166°28'25" e 18,181 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.073.672,0776m e E 283.695,1562m; 167°36'43" e 0,596 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.073.671,4956m e E 283.695,2840m; 168°52'01" e 0,061 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.073.671,4355m e E 283.695,2958m; 168°59'02" e 18,181 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.073.653,5900m e E 283.698,7699m; 170°14'20" e 0,657 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.073.652,9424m e E 283.698,8813m; 171°29'39" e 18,181 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.073.634,9618m e E 283.701,5704m; 171°59'49" e 0,263 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.073.634,7010m e E 283.701,6071m; 175°16'55" e 38,060 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.073.596,7705m e E 283.704,7375m; 179°24'18" e 21,811 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.073.574,9602m e E 283.704,9640m; 179°24'18" e 29,997 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.073.544,9645m e E 283.705,2754m; 269°59'57" e 1,751 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.073.544,9645m e E 283.703,5246m; 269°59'57" e 28,087 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.073.544,9641m e E 283.675,4379m; 359°19'41" e 33,449 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.073.578,4106m e E 283.675,0457m; 356°30'52" e 52,536 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.073.630,8495m e E 283.671,8518m; 351°29'39" e 11,568 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.073.642,2901m e E 283.670,1408m; 351°29'39" e 5,955 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.073.648,1800m e E 283.669,2599m; 348°59'02" e 17,523 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.073.665,3803m e E 283.665,9114m; 346°28'25" e 17,688 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.073.682,5773m e E 283.661,7744m; 345°13'07" e 37,750 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.073.719,0775m e E 283.652,1433m; 59°10'27" e 31,216 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-31 (Manguezal): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZPC, abrangendo 0,6239 ha (sessenta e dois ares e trinta e nove centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.073.544,9641m e E 283.675,4379m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 89°59'57" e 13,049 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.073.544,9643m e E 283.688,4872m; 89°59'57" e 14,862 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.073.544,9645m e E 283.703,3492m; 89°59'57" e 0,175 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.073.544,9645m e E 283.703,5246m; 89°59'57" e 1,751 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.073.544,9645m e E 283.705,2754m; 179°24'18" e 48,910 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.073.496,0567m e E 283.705,7833m; 179°24'18" e 87,392 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.073.408,6692m e E 283.706,6907m; 179°24'18" e 54,009 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.073.354,6633m e E 283.707,2515m; 175°51'31" e 6,186 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.073.348,4936m e E 283.707,6982m; 168°45'56" e 6,186 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.073.342,4263m e E 283.708,9034m; 165°13'09" e 5,038 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.073.337,5555m e E 283.710,1886m; 261°33'24" e 30,089 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.073.333,1374m e E 283.680,4253m; 345°10'25" e 0,170 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.073.333,3020m e E 283.680,3817m; 345°10'25" e 3,858 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.073.337,0314m e E 283.679,3945m; 348°42'44" e 6,172 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.073.343,0841m e E 283.678,1864m; 355°47'22" e 6,172 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.073.349,2395m e E 283.677,7333m; 359°19'41" e 62,709 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.073.411,9443m e E 283.676,9979m; 359°19'41" e 52,084 m até o vértice 18, de

coordenadas N 9.073.464,0250m e E 283.676,3871m; 359°19’41” e 43,457 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.073.507,4785m e E 283.675,8775m; 359°19’41” e 34,311 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.073.541,7869m e E 283.675,4752m; 359°19’41” e 0,223 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.073.542,0097m e E 283.675,4726m; 359°19’41” e 2,955 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-32 (Manguezal): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZIP, abrangendo 1,9604 ha (um hectare, noventa e seis ares e quatro centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.073.278,0282m e E 283.726,9404m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 155°10’42” e 61,586 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.073.222,1319m e E 283.752,7939m; 145°08’15” e 51,051 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.073.180,2430m e E 283.781,9753m; 145°08’15” e 16,331 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.073.166,8428m e E 283.791,3103m; 135°05’48” e 67,382 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.073.119,1159m e E 283.838,8765m; 126°18’39” e 50,565 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.073.089,1729m e E 283.879,6226m; 118°46’20” e 50,729 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.073.064,7555m e E 283.924,0889m; 115°00’55” e 118,600 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.073.014,6043m e E 284.031,5633m; 115°00’55” e 231,009 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.072.916,9198m e E 284.240,9022m; 204°17’00” e 29,923 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.072.889,6444m e E 284.228,5965m; 295°06’57” e 256,568 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.072.998,5450m e E 283.996,2868m; 295°06’57” e 104,486 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.073.042,8944m e E 283.901,6796m; 298°45’41” e 43,256 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.073.063,7073m e E 283.863,7604m; 306°18’39” e 55,161 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.073.096,3718m e E 283.819,3109m; 315°08’31” e 72,633 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.073.147,8583m e E 283.768,0790m; 325°09’17” e 72,265 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.073.207,1659m e E 283.726,7894m; 335°09’20” e 66,501 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.073.267,5120m e E 283.698,8486m; 69°28’36” e 29,996 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-33 (Manguezal): Área destinada a implantação da Rodoferrovia – Ferrovia, localizada na ZIP, abrangendo 3,2458 ha (três hectares, vinte e quatro ares e cinquenta e oito centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.073.548,2598m e E 283.675,3993m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 179°19’41” e 3,296 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.073.544,9641m e E 283.675,4379m; 179°19’41” e 2,955 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.073.542,0097m e E 283.675,4726m; 179°19’41” e 0,223 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.073.541,7869m e E 283.675,4752m; 179°19’41” e 15,685 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.073.526,1030m e E 283.675,6591m; 179°19’41” e 18,626 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.073.507,4785m e E 283.675,8775m; 179°19’41” e 43,457 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.073.464,0250m e E 283.676,3871m; 179°19’41” e 52,084 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.073.411,9443m e E 283.676,9979m; 179°19’41” e 62,709 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.073.349,2395m e E 283.677,7333m; 175°47’22” e 6,172 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.073.343,0841m e E 283.678,1864m; 168°42’44” e 6,172 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.073.337,0314m e E 283.679,3945m; 165°10’25” e 3,858 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.073.333,3020m e E 283.680,3817m; 165°10’25” e 0,170 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.073.333,1374m e E 283.680,4253m; 165°10’25” e 22,721 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.073.311,1728m e E 283.686,2393m; 165°10’25” e 39,676 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.073.272,8175m e E 283.696,3921m; 155°09’20” e 5,847 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.073.267,5120m e E 283.698,8486m; 155°09’20” e 66,501 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.073.207,1659m e E 283.726,7894m; 145°09’17” e 72,265 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.073.147,8583m e E 283.768,0790m; 135°08’31” e 72,633 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.073.096,3718m e E 283.819,3109m; 126°18’39” e 55,161 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.073.063,7073m e E 283.863,7604m; 294°35’33” e 333,677 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.073.202,5709m e E 283.560,3514m; 20°17’27” e 0,299 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.073.202,8514m e E 283.560,4551m; 20°17’27” e 70,537 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.073.269,0114m e E 283.584,9165m; 20°17’27” e 184,874 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.073.442,4127m e E 283.649,0284m; 19°31’14” e 0,807 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.073.443,1732m e E 283.649,2980m; 16°52’30” e 1,963 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.073.445,0518m e E 283.649,8679m; 15°24’11” e 0,020 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.073.445,0711m e E 283.649,8732m; 14°43’44” e 0,199 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.073.445,2640m e E 283.649,9239m; 14°34’51” e 51,750 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.073.495,3471m e E 283.662,9517m; 13°14’17” e 54,357 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Dentro da Zona Industrial Portuária – ZIP, na área destinada a implantação do Cais 08 e 09 localizam-se 02 (duas) áreas totalizando 0,6706 ha (sessenta e sete ares e seis centiares), descritas a seguir:

ÁREA – A-34 (Restinga): Área destinada a implantação do Cais 08 e 09, localizada na ZIP, abrangendo 0,3046 ha (trinta ares e quarenta e seis centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.072.666,40m e E 281.234,65m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 94°36’53” e 17,04 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.072.665,03m e E 281.251,63m; 94°36’52” e 54,58 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.072.660,63m e E 281.306,04m; 168°01’26” e 15,93 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.072.645,06m e E 281.309,34m; 177°57’15” e 11,49 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.072.633,57m e E 281.309,75m; 177°57’17” e 13,38 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.072.620,20m e E 281.310,23m; 274°35’12” e 79,05 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.072.626,53m e E 281.231,43m; 4°36’31” e 40,00 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-35 (Manguezal): Área destinada a implantação do Cais 08 e 09, localizada na ZIP, abrangendo 0,3660 ha (trinta e seis ares e sessenta centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.072.624,39m e E 281.755,13m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 94°36’52” e 53,81 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.072.620,06m e E 281.808,77m; 94°36’52” e 8,34 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.072.619,39m e E 281.817,08m; 94°36’52” e 11,42 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.072.618,47m e E 281.828,46m; 169°04’41” e 5,82 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.072.612,75m e E 281.829,57m; 222°38’28” e 5,06 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.072.609,03m e E 281.826,14m; 179°59’50” e 1,79 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.072.607,25m e E 281.826,14m; 152°19’57” e 3,53 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.072.604,12m e E 281.827,78m; 97°45’35” e 3,31 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.072.603,68m e E 281.831,06m; 82°52’52” e 2,40 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.072.603,98m e E 281.833,44m; 63°27’25” e 4,33 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.072.605,91m e E 281.837,31m; 66°49’11” e 4,54 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.072.607,70m e E 281.841,48m; 136°49’16” e 3,27 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.072.605,31m e E 281.843,72m; 149°00’42” e 2,60 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.072.603,08m e E 281.845,06m; 123°39’54” e 4,83 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.072.600,40m e E 281.849,08m; 109°16’20” e 3,16 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.072.599,36m e E 281.852,06m; 151°22’05” e 3,73 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.072.596,09m e E 281.853,85m; 167°43’24” e 3,50 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.072.592,67m e E 281.854,59m; 164°43’51” e 3,39 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.072.589,39m e E 281.855,48m; 172°05’08” e 5,41 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.072.584,04m e E 281.856,23m; 179°59’58” e 7,59 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.072.576,45m e E 281.856,23m; 274°24’58” e 84,72 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.072.582,97m e E 281.771,76m; 53°16’14” e 6,12 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.072.586,63m e E 281.776,66m; 85°36’16” e 4,93 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.072.587,01m e E 281.781,58m; 74°04’11” e 4,13 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.072.588,14m e E 281.785,55m; 312°14’50” e 2,81 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.072.590,03m e E 281.783,47m; 289°46’56” e 5,03 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.072.591,73m e E 281.778,74m; 264°17’35” e 3,80 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.072.591,35m e E 281.774,96m; 257°08’14” e 6,79 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.072.589,84m e E 281.768,34m; 264°57’46” e 6,46 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.072.589,27m e E 281.761,90m; 278°07’17” e 2,67 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.072.589,65m e E 281.759,26m; 302°52’49” e 3,83 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.072.591,73m e E 281.756,04m; 326°47’49” e 5,87 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.072.596,64m e E 281.752,82m; 283°13’42” e 6,61 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.072.598,15m e E 281.746,39m; 301°58’53” e 3,57 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.072.600,04m e E 281.743,37m; 339°45’21” e 3,83 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.072.603,63m e E 281.742,04m; 14°02’58” e 7,01 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.072.610,44m e E 281.743,75m; 67°05’14” e 5,34 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.072.612,52m e E 281.748,66m; 36°03’14” e 5,14 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.072.616,67m e E 281.751,69m; 24°03’46” e 8,45 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Dentro da Zona Industrial Portuária – ZIP, na área destinada a implantação do Estaleiro Promar, localiza-se 01 (uma) área totalizando 0,3511 ha (trinta e cinco ares e onze centiares), descritas a seguir:

ÁREA – A-36 (Manguezal): Área destinada a implantação do Estaleiro Promar, localizada na ZIP, abrangendo 0,3511 ha (trinta e cinco ares e onze centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.074.023,26m e E 283.513,21m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 228°00’03” e 8,79 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.074.017,38m e E 283.506,67m; 224°22’34” e 18,77 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.074.003,96m e E 283.493,54m; 225°17’40” e 17,34 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.073.991,76m e E 283.481,22m; 222°10’29” e 20,61 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.073.976,48m e E 283.467,38m; 220°04’14” e 18,89 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.073.962,03m e E 283.455,22m; 227°30’30” e 19,97 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.073.948,54m e E 283.440,49m; 224°48’07” e 22,52 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.073.932,56m e E 283.424,63m; 222°10’12” e 18,22 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.073.919,06m e E 283.412,40m; 224°41’33” e 21,07 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.073.904,08m e E 283.397,58m; 264°36’52” e 10,67 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.073.903,08m e E 283.386,96m; 204°34’12” e 13,77 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.073.890,56m e E 283.381,23m; 122°34’42” e 8,12 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.073.886,18m e E 283.388,08m; 182°07’07” e 9,76 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.073.876,43m e E 283.387,71m; 203°27’55” e 21,14 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.073.857,04m e E 283.379,30m; 219°18’05” e 16,89 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.073.843,96m e E 283.368,60m; 219°56’32” e 20,52 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.073.828,23m e E 283.355,42m; 210°51’14” e 18,53 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.073.812,32m e E 283.345,92m; 234°10’04” e 13,09 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.073.804,66m e E 283.335,31m; 232°21’15” e 47,25 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.073.775,80m e E 283.297,89m; 210°39’53” e 21,94 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.073.756,92m e E 283.286,70m; 224°43’28” e 27,63 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.073.737,30m e E 283.267,26m; 210°26’52” e 24,50 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.073.716,17m e E 283.254,85m; 162°34’54” e 14,51 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.073.702,33m e E 283.259,19m; 114°55’23” e 19,61 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.073.694,07m e E 283.276,98m; 96°43’27” e 33,53 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.073.690,14m e E 283.310,27m; 98°37’44” e 16,53 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.073.687,66m e E 283.326,61m; 33°42’57” e 9,69 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.073.695,72m e E 283.331,99m; 31°33’33” e 21,34 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.073.713,90m e E 283.343,16m; 23°38’59” e 18,04 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.073.730,43m e E 283.350,40m; 9°38’48” e 22,22 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.073.752,33m e E 283.354,12m; 5°08’24” e 16,33 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.073.768,60m e E 283.355,58m; 2°20’57” e 25,23 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.073.793,80m e E 283.356,62m; 15°35’11” e 13,08 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.073.806,41m e E 283.360,13m; 35°51’01” e 40,64 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.073.839,35m e E 283.383,93m; 29°40’05” e 29,25 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.073.864,76m e E 283.398,41m; 30°23’18” e 29,06 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.073.889,83m e E 283.413,11m; 32°55’36” e 32,66 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.073.917,24m e E 283.430,86m; 37°51’34” e 24,70 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.073.936,74m e E 283.446,02m; 42°05’44” e 26,36 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.073.956,30m e E 283.463,69m; 46°47’23” e 19,09 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.073.969,37m e E 283.477,60m; 39°47’38” e 24,37 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.073.988,09m e E 283.493,20m; 51°00’26” e 33,13 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.074.008,94m e E 283.518,94m; 338°10’22” e 15,43 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Dentro da Zona Industrial Portuária – ZIP, na área destinada a ampliação e modernização do Porto de Suape, localiza-se 01 (uma) área totalizando 22,6914 ha (vinte e dois hectares, sessenta e nove ares e quatorze centiares), descritas a seguir:

ÁREA – A-37 (Manguezal): Área destinada à ampliação e modernização do Porto de Suape, localizada na ZIP, abrangendo 22,6914 ha (vinte e dois hectares, sessenta e nove ares e quatorze centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.073.225,05m e E 283.508,26m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 200°21’43” e 2,63 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.073.222,59m e E 283.507,35m; 200°21’43” e 293,10 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.072.947,80m e E 283.405,37m; 91°55’20” e 26,57 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.072.946,91m e E 283.431,92m; 105°00’17” e 19,48 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.072.941,87m e E 283.450,74m; 115°37’09” e 12,73 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.072.936,37m e E 283.462,21m; 161°00’48” e 15,52 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.072.921,69m e E 283.467,26m; 162°14’23” e 12,04 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.072.910,23m e E 283.470,93m; 191°04’49” e 21,49 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.072.889,13m e E 283.466,80m; 105°31’28” e 88,61 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.072.865,42m e E 283.552,18m; 104°01’24” e 45,30 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.072.854,44m e E 283.596,13m; 108°48’29” e 26,88 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.072.845,77m e E 283.621,58m; 90°00’00” e 21,98 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.072.845,77m e E 283.643,55m; 74°45’31” e 19,78 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.072.850,97m e E 283.662,64m; 68°31’02” e 20,51 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.072.858,48m e E 283.681,72m; 78°22’37” e 20,07 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.072.862,53m e E 283.701,38m; 94°23’40” e 15,08 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.072.861,37m e E 283.716,42m; 109°57’57” e 13,54 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.072.856,75m e E 283.729,14m; 95°21’03” e 18,59 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.072.855,02m e E 283.747,65m; 142°24’17” e 9,48 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.072.847,51m e E 283.753,43m; 160°32’35” e 10,42 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.072.837,68m e E 283.756,90m; 175°54’37” e 8,11 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.072.829,60m e E 283.757,48m; 175°54’39” e 8,11 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.072.821,51m e E 283.758,05m; 234°56’18” e 11,69 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.072.814,79m e E 283.748,48m; 266°38’11” e 8,70 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.072.814,28m e E 283.739,79m; 284°31’17” e 14,26 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.072.817,85m e E 283.725,99m; 187°36’04” e 7,73 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.072.810,19m e E 283.724,97m; 175°35’52” e 6,66 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.072.803,56m e E 283.725,48m; 144°26’09” e 8,79 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.072.796,41m e E 283.730,59m; 110°32’17” e 8,73 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.072.793,34m e E 283.738,77m; 92°17’18” e 12,79 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.072.792,83m e E 283.751,55m; 71°34’52” e 17,78 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.072.798,45m e E 283.768,42m; 90°00’00” e 9,20 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.072.798,45m e E 283.777,62m; 88°42’41” e 8,08 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.072.798,63m e E 283.785,69m; 55°54’39” e 9,42 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.072.803,91m e E 283.793,49m; 128°01’13” e 7,34 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.072.799,38m e E 283.799,28m; 118°35’18” e 6,30 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.072.796,37m e E 283.804,81m; 136°05’44” e 9,07 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.072.789,83m e E 283.811,10m; 148°22’06” e 3,84 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.072.786,57m e E 283.813,11m; 172°23’52” e 7,61 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.072.779,03m e E 283.814,12m; 228°36’16” e 5,70 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.072.775,26m e E 283.809,84m; 230°44’10” e 3,57 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.072.773,00m e E 283.807,08m; 180°00’00” e 5,53 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.072.767,47m e E 283.807,08m; 157°02’56” e 7,10 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.072.760,93m e E 283.809,84m; 130°31’25” e 40,88 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.072.734,37m e E 283.840,92m; 111°25’45” e 27,40 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.072.724,36m e E 283.866,42m; 100°31’46” e 39,83 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.072.717,08m e E 283.905,58m; 88°19’01” e 30,98 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.072.717,99m e E 283.936,55m; 102°56’44” e 18,30 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.072.713,89m e E 283.954,38m; 95°31’21” e 22,34 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.072.711,74m e E 283.976,61m; 96°06’35” e 20,20 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.072.709,59m e E 283.996,69m; 123°39’53” e 15,51 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.072.700,99m e E 284.009,60m; 129°46’46” e 5,60 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.072.697,41m e E 284.013,91m; 190°18’52” e 16,02 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.072.681,65m e E 284.011,04m; 216°53’45” e 10,75 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.072.673,05m e E 284.004,58m; 203°58’57” e 7,06 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.072.666,60m e E 284.001,71m; 186°20’43” e 6,49 m até o vértice 57, de coordenadas N 9.072.660,15m e E 284.001,00m; 108°25’08” e 13,61 m até o vértice 58, de coordenadas N 9.072.655,85m e E 284.013,91m; 101°17’58” e 10,97 m até o vértice 59, de coordenadas N 9.072.653,70m e E 284.024,66m; 96°06’35” e 20,20 m até o vértice 60, de coordenadas N 9.072.651,55m e E 284.044,74m; 85°14’27” e 34,54 m até o vértice 61, de coordenadas N 9.072.654,42m e E 284.079,17m; 84°38’58” e 23,05 m até o vértice 62, de coordenadas N 9.072.656,57m e E 284.102,12m; 88°01’36” e 20,81 m até o vértice 63, de coordenadas N 9.072.657,29m e E 284.122,92m; 49°25’32” e 19,83 m até o vértice 64, de coordenadas N 9.072.670,18m e E 284.137,98m; 14°02’58” e 11,82 m até o vértice 65, de coordenadas N 9.072.681,65m e E 284.140,85m; 338°36’39” e 17,70 m até o vértice 66, de coordenadas N 9.072.698,13m e E 284.134,39m; 336°01’00” e 14,12 m até o vértice 67, de coordenadas N 9.072.711,02m e E 284.128,65m; 334°46’43” e 13,46 m até o vértice 68, de coordenadas N 9.072.723,20m e E 284.122,92m; 337°43’55” e 17,03 m até o vértice 69, de coordenadas N 9.072.738,97m e E 284.116,46m; 352°52’04” e 5,78 m até o vértice 70, de coordenadas N 9.072.744,70m e E 284.115,74m; 15°16’09” e 16,34 m até o vértice 71, de coordenadas N 9.072.760,46m e E 284.120,05m; 45°01’39” e 9,12 m até o vértice 72, de coordenadas N 9.072.766,91m e E 284.126,50m; 70°13’06” e 19,05 m até o vértice 73, de coordenadas N 9.072.773,36m e E 284.144,43m; 83°17’48” e 12,28 m até o vértice 74, de coordenadas N 9.072.774,79m e E 284.156,62m; 95°11’22” e 23,76 m até o vértice 75, de coordenadas N 9.072.772,64m e E 284.180,29m; 108°25’07” e 11,34 m até o vértice 76, de coordenadas N 9.072.769,06m e E 284.191,05m; 115°41’19” e 21,49 m até o vértice 77, de coordenadas N 9.072.759,75m e E 284.210,41m; 83°25’26” e 18,77 m até o vértice 78, de coordenadas N 9.072.761,90m e E 284.229,06m; 39°18’58” e 10,19 m até o vértice 79, de coordenadas N 9.072.769,78m e E 284.235,51m; 11°19’13” e 25,57 m até o vértice 80, de coordenadas N 9.072.794,85m e E 284.240,53m; 345°57’04” e 11,82 m até o vértice 81, de coordenadas N 9.072.806,32m e E 284.237,66m; 2°47’43” e 29,41 m até o vértice 82, de coordenadas N 9.072.835,69m e E 284.239,10m; 15°57’35” e 10,43 m até o vértice 83, de coordenadas N 9.072.845,73m e E 284.241,97m; 48°27’15” e 36,51 m até o vértice 84, de coordenadas N 9.072.869,94m e E 284.269,29m; 295°06’57” e 800,84 m até o vértice 85, de coordenadas N 9.073.209,85m e E 283.544,17m; 289°52’38” e 33,00 m até o vértice 86, de coordenadas N 9.073.221,07m e E 283.513,14m; 309°13’15” e 6,29 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Dentro da Zona Industrial Portuária – ZIP, na área destinada a implantação do Canal de Acesso ao Estaleiro CMO, localiza-se 04 (quatro) áreas totalizando 17,3940ha (dezessete hectares, trinta e nove ares e quarenta centiares), descritas a seguir:

ÁREA – A-38 (Manguezal): Área destinada à implantação do Canal de Acesso ao Estaleiro CMO, localizada na ZIP, abrangendo 0,9023 ha (noventa ares e vinte e três centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.073.153,20m e E 281.082,66m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 139°30’00” e 4,13 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.073.150,06m e E 281.085,34m; 105°45’04” e 40,52 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.073.139,06m e E 281.124,34m; 131°18’31” e 43,93 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.073.110,06m e E 281.157,34m; 89°59’59” e 10,00 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.073.110,06m e E 281.167,34m; 136°33’09” e 29,83 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.073.088,40m e E 281.187,85m; 140°59’17” e 80,70 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.073.025,70m e E 281.238,65m; 158°11’55” e 8,55 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.073.017,76m e E 281.241,83m; 188°44’46” e 10,44 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.073.007,44m e E 281.240,24m; 254°49’44” e 24,21 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.073.001,10m e E 281.216,87m; 307°43’07” e 124,57 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.073.077,32m e E 281.118,33m; 307°43’07” e 45,04 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.073.104,87m e E 281.082,70m; 359°57’00” e 28,30 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.073.133,17m e E 281.082,68m; 359°57’01” e 20,03 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-39 (Restinga): Área destinada à implantação do Canal de Acesso ao Estaleiro CMO, localizada na ZIP, abrangendo 15,5688 ha (quinze hectares, cinquenta e seis ares e oitenta e oito centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.073.348,18m e E 281.365,97m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 95°21’21” e 34,02 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.073.345,01m e E 281.399,84m; 131°59’14” e 14,24 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.073.335,48m e E 281.410,42m; 137°11’57” e 28,85 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.073.314,32m e E 281.430,02m; 180°00’00” e 17,99 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.073.296,32m e E 281.430,02m; 180°00’00” e 14,16 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.073.282,16m e E 281.430,02m; 111°35’28” e 436,36 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.073.121,59m e E 281.835,77m; 199°44’16” e 1,54 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.073.120,14m e E 281.835,25m; 178°08’01” e 10,51 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.073.109,63m e E 281.835,59m; 178°08’01” e 48,74 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.073.060,91m e E 281.837,18m; 264°21’06” e 8,62 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.073.060,06m e E 281.828,60m; 263°39’17” e 2,43 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.073.059,79m e E 281.826,19m; 262°57’28” e 10,28 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.073.058,53m e E 281.815,99m; 262°43’44” e 0,80 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.073.058,43m e E 281.815,19m; 262°11’38” e 1,07 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.073.058,29m e E 281.814,13m; 261°53’16” e 1,68 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.073.058,05m e E 281.812,47m; 278°22’17” e 3,04 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.073.058,49m e E 281.809,46m; 275°37’30” e 6,54 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.073.059,13m e E 281.802,95m; 271°54’45” e 6,41 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.073.059,35m e E 281.796,54m; 270°04’30” e 2,05 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.073.059,35m e E 281.794,48m; 276°28’18” e 5,95 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.073.060,02m e E 281.788,58m; 275°06’39” e 4,75 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.073.060,44m e E 281.783,85m; 271°52’30” e 6,54 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.073.060,66m e E 281.777,31m; 268°07’30” e 6,54 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.073.060,44m e E 281.770,76m; 265°34’33” e 2,35 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.073.060,26m e E 281.768,42m; 264°54’05” e 13,73 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.073.059,04m e E 281.754,75m; 265°17’21” e 12,07 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.073.058,05m e E 281.742,71m; 305°42’24” e 3,29 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.073.059,97m e E 281.740,04m; 305°42’24” e 0,05 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.073.060,00m e E 281.740,00m; 297°33’10” e 25,94 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.073.072,00m e E 281.717,00m; 250°42’36” e 21,19 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.073.065,00m e E 281.697,00m; 260°54’35” e 25,32 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.073.061,00m e E 281.672,00m; 302°00’19” e 18,87 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.073.071,00m e E 281.656,00m; 303°41’24” e 32,45 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.073.089,00m e E 281.629,00m; 276°42’35” e 17,12 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.073.091,00m e E 281.612,00m; 241°23’22” e 25,06 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.073.079,00m e E 281.590,00m; 222°34’50” e 50,25 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.073.042,00m e E 281.556,00m; 190°00’29” e 17,26 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.073.025,00m e E 281.553,00m; 142°25’53” e 17,42 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.073.011,19m e E 281.563,62m; 142°25’53” e 13,81 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.073.000,24m e E 281.572,04m; 142°25’53” e 1,57 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.072.999,00m e E 281.573,00m; 125°13’03” e 2,13 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.072.997,77m e E 281.574,74m; 229°20’26” e 2,63 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.072.996,06m e E 281.572,74m; 234°22’17” e 6,59 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.072.992,22m e E 281.567,38m; 233°43’42” e 2,25 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.072.990,89m e E 281.565,57m; 233°05’06” e 12,77 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.072.983,22m e E 281.555,36m; 232°47’33” e 1,02 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.072.982,60m e E 281.554,55m; 230°54’07” e 5,58 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.072.979,08m e E 281.550,22m; 229°18’13” e 11,78 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.072.971,40m e E 281.541,29m; 229°01’59” e 0,94 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.072.970,78m e E 281.540,58m; 228°45’45” e 11,40 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.072.963,27m e E 281.532,00m; 231°15’09” e 6,11 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.072.959,44m e E 281.527,23m; 240°29’08” e 4,14 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.072.957,40m e E 281.523,63m; 240°29’08” e 1,04 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.072.956,89m e E 281.522,72m; 240°29’08” e 30,29 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.072.941,96m e E 281.496,36m; 246°44’40” e 3,57 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.072.940,55m e E 281.493,08m; 251°33’54” e 11,92 m até o vértice 57, de coordenadas N 9.072.936,78m e E 281.481,77m; 251°24’27” e 0,55 m até o vértice 58, de coordenadas N 9.072.936,61m e E 281.481,25m; 249°22’30” e 6,54 m até o vértice 59, de coordenadas N 9.072.934,30m e E 281.475,13m; 245°37’30” e 2,84 m até o vértice 60, de coordenadas N 9.072.933,13m e E 281.472,54m; 279°34’25” e 214,71 m até o vértice 61, de coordenadas N 9.072.968,84m e E 281.260,82m; 307°43’07” e 4,89 m até o vértice 62, de coordenadas N 9.072.971,84m e E 281.256,95m; 307°43’07” e 48,58 m até o vértice 63, de coordenadas N 9.073.001,55m e E 281.218,53m; 74°49’44” e 22,50 m até o vértice 64, de coordenadas N 9.073.007,44m e E 281.240,24m; 8°44’46” e 10,44 m até o vértice 65, de coordenadas N 9.073.017,76m e E 281.241,83m; 338°11’55” e 8,55 m até o vértice 66, de coordenadas N 9.073.025,70m e E 281.238,65m; 320°59’17” e 80,70 m até o vértice 67, de coordenadas N 9.073.088,40m e E 281.187,85m; 316°33’09” e 29,83 m até o vértice 68, de coordenadas N 9.073.110,06m e E 281.167,34m; 269°59’59” e 1,14 m até o vértice 69, de coordenadas

N 9.073.110,06m e E 281.166,20m; 345°22'45" e 68,15 m até o vértice 70, de coordenadas N 9.073.176,00m e E 281.149,00m; 6°56'04" e 74,55 m até o vértice 71, de coordenadas N 9.073.250,00m e E 281.158,00m; 39°25'40" e 41,64 m até o vértice 72, de coordenadas N 9.073.282,16m e E 281.184,44m; 90°00'00" e 99,93 m até o vértice 73, de coordenadas N 9.073.282,16m e E 281.284,37m; 359°21'04" e 26,84 m até o vértice 74, de coordenadas N 9.073.309,00m e E 281.284,07m; 90°00'00" e 3,93 m até o vértice 75, de coordenadas N 9.073.309,00m e E 281.288,00m; 87°23'51" e 44,05 m até o vértice 76, de coordenadas N 9.073.311,00m e E 281.332,00m; 51°20'25" e 19,21 m até o vértice 77, de coordenadas N 9.073.323,00m e E 281.347,00m; 0°00'00" e 19,89 m até o vértice 78, de coordenadas N 9.073.342,89m e E 281.347,00m; 83°36'31" e 9,51 m até o vértice 79, de coordenadas N 9.073.343,95m e E 281.356,45m; 66°02'15" e 10,42 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-40 (APP): Área destinada à implantação do Canal de Acesso ao Estaleiro CMO, localizada na ZIP, abrangendo 0,5343 ha (cinquenta e três ares e quarenta e três centiares) com a seguinte delimitação Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.072.997,77m e E 281.574,74m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 125°13'03" e 50,81 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.072.968,47m e E 281.616,25m; 219°07'13" e 3,07 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.072.966,09m e E 281.614,31m; 219°07'13" e 1,15 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.072.965,20m e E 281.613,59m; 207°34'30" e 6,01 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.072.959,87m e E 281.610,80m; 188°45'13" e 6,10 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.072.953,84m e E 281.609,88m; 234°39'46" e 8,82 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.072.948,74m e E 281.602,68m; 217°43'15" e 6,45 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.072.943,64m e E 281.598,74m; 203°34'21" e 9,86 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.072.934,60m e E 281.594,79m; 255°16'10" e 9,12 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.072.932,28m e E 281.585,98m; 223°28'43" e 6,07 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.072.927,88m e E 281.581,80m; 254°53'23" e 8,89 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.072.925,56m e E 281.573,22m; 254°45'30" e 10,58 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.072.922,78m e E 281.563,01m; 237°33'51" e 7,23 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.072.918,90m e E 281.556,91m; 279°34'25" e 85,56 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.072.933,13m e E 281.472,54m; 65°37'30" e 2,84 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.072.934,30m e E 281.475,13m; 69°22'30" e 6,54 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.072.936,61m e E 281.481,25m; 71°24'27" e 0,55 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.072.936,78m e E 281.481,77m; 71°33'54" e 11,92 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.072.940,55m e E 281.493,08m; 66°44'40" e 3,57 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.072.941,96m e E 281.496,36m; 60°29'08" e 30,29 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.072.956,89m e E 281.522,72m; 60°29'08" e 1,04 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.072.957,40m e E 281.523,63m; 60°29'08" e 4,14 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.072.959,44m e E 281.527,23m; 51°15'09" e 6,11 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.072.963,27m e E 281.532,00m; 48°45'45" e 11,40 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.072.970,78m e E 281.540,58m; 49°01'59" e 0,94 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.072.971,40m e E 281.541,29m; 49°18'13" e 11,78 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.072.979,08m e E 281.550,22m; 50°54'07" e 5,58 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.072.982,60m e E 281.554,55m; 52°47'33" e 1,02 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.072.983,22m e E 281.555,36m; 53°05'06" e 12,77 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.072.990,89m e E 281.565,57m; 53°43'42" e 2,25 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.072.992,22m e E 281.567,38m; 54°22'17" e 6,59 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.072.996,06m e E 281.572,74m; 49°20'26" e 2,63 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-41 (APP): Área destinada à implantação do Canal de Acesso ao Estaleiro CMO, localizada na ZIP, abrangendo 0,3886 ha (trinta e oito ares e oitenta e seis centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.073.060,91m e E 281.837,18m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 178°08'01" e 58,75 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.073.002,19m e E 281.839,09m; 216°53'47" e 8,13 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.072.995,69m e E 281.834,21m; 253°05'14" e 7,83 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.072.993,41m e E 281.826,72m; 243°27'33" e 0,73 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.072.993,08m e E 281.826,07m; 278°19'04" e 13,49 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.072.995,04m e E 281.812,72m; 290°32'19" e 2,78 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.072.996,01m e E 281.810,12m; 289°57'55" e 3,81 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.072.997,31m e E 281.806,54m; 259°23'26" e 5,30 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.072.996,34m e E 281.801,33m; 314°58'20" e 2,30 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.072.997,96m e E 281.799,70m; 326°17'05" e 4,69 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.073.001,87m e E 281.797,10m; 309°31'59" e 1,76 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.073.002,98m e E 281.795,74m; 309°31'59" e 3,09 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.073.004,95m e E 281.793,36m; 89°13'33" e 3,64 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.073.005,00m e E 281.797,00m; 338°11'55" e 16,16 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.073.020,00m e E 281.791,00m; 311°49'13" e 10,92 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.073.027,28m e E 281.782,87m; 307°21'30" e 53,87 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.073.059,97m e E 281.740,04m; 125°42'24" e 3,29 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.073.058,05m e E 281.742,71m; 85°17'21" e 12,07 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.073.059,04m e E 281.754,75m; 84°54'05" e 13,73 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.073.060,26m e E 281.768,42m; 85°34'33" e 2,35 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.073.060,44m e E 281.770,76m; 88°07'30" e 6,54 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.073.060,66m e E 281.777,31m; 91°52'30" e 6,54 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.073.060,44m e E 281.783,85m; 95°06'39" e 4,75 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.073.060,02m e E 281.788,58m; 96°28'18" e 5,95 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.073.059,35m e E 281.794,48m; 90°04'30" e 2,05 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.073.059,35m e E 281.796,54m; 91°54'45" e 6,41 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.073.059,13m e E 281.802,95m; 95°37'30" e 6,54 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.073.058,49m e E 281.809,46m; 98°22'17" e 3,04 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.073.058,05m e E 281.812,47m; 81°53'16" e 1,68 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.073.058,29m e E 281.814,13m; 82°11'38" e 1,07 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.073.058,43m e E 281.815,19m; 82°43'44" e 0,80 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.073.058,53m e E 281.815,99m; 82°57'28" e 10,28m até o vértice 33, de coordenadas N 9.073.059,79m e E 281.826,19m; 83°39'17" e 2,43 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.073.060,06m e E 281.828,60m; 84°21'06" e 8,62 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Dentro da Zona Industrial 3 – ZI-3, na área destinada à implantação de empreendimentos industriais localizam-se 7 (sete) áreas totalizando 70,6152 ha (setenta hectares, sessenta e um ares e cinquenta e dois centiares), descritas a seguir:

ÁREA – A-42 (APP): Área destinada à implantação de empreendimentos industriais, localizada na ZI-3, abrangendo 8,6711 ha (oito hectares, sessenta e sete ares e onze centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.078.375,0370m e E 276.930,3376m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 91°19'39" e 22,108 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.078.374,5248m e E 276.952,4399m; 111°10'26" e 18,322 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.078.367,9070m e E 276.969,5247m; 132°45'36" e 54,874 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.078.330,6511m e E 277.009,8137m; 91°09'53" e 28,357m até o vértice 5, de coordenadas N 9.078.330,0747m e E 277.038,1651m; 110°17'11" e 22,428 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.078.322,2985m e E 277.059,2020m; 199°02'31" e 254,128 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.078.082,0766m e E 276.976,2896m; 219°07'33" e 47,328 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.078.045,3616m e E 276.946,4247m; 183°04'15" e 34,426 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.078.010,9848m e E 276.944,5805m; 192°39'03" e 39,739 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.077.972,2109m e E 276.935,8774m; 206°31'17" e 54,742 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.077.923,2297m e E 276.911,4334m; 177°00'23" e 22,005 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.077.901,2543m e E 276.912,5827m; 245°59'26" e 27,654 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.077.890,0021m e E 276.887,3210m; 289°00'11" e 37,886 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.077.902,3385m e E 276.851,4996m; 356°24'09" e 25,299 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.077.927,5879m e E 276.849,9121m; 11°15'00" e 11,705 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.077.939,0684m e E 276.852,1957m; 26°30'00" e 59,610 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.077.992,4150m e E 276.878,7934m; 11°47'15" e 37,356 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.078.028,9836m e E 276.886,4247m; 2°16'43" e 40,042 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.078.068,9938m e E 276.888,0168m; 36°37'26" e 50,301 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.078.109,3635m e E 276.918,0241m; 42°50'03" e 36,495 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.078.136,1264m e E 276.942,8366m; 61°12'21" e 26,679 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.078.148,9767m e E 276.966,2168m; 40°28'02" e 36,800 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.078.176,9733m e E 276.990,1006m; 341°34'04" e 30,857 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.078.206,2476m e E 276.980,3440m; 5°07'19" e 32,740 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.078.238,8566m e E 276.983,2670m; 37°30'00" e 19,286 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.078.254,1576m e E 276.995,0078m; 69°37'55" e 28,112 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.078.263,9421m e E 277.021,3624m; 1°42'18" e 6,712 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.078.270,6511m e E 277.021,5621m; 273°13'34" e 27,355 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.078.272,1906m e E 276.994,2505m; 293°32'18" e 18,135 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.078.279,4329m e E 276.977,6248m; 307°12'32" e 17,263 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.078.289,8719m e E 276.963,8763m; 181°42'55" e 18,895 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.078.270,9859m e E 276.963,3108m; 199°56'41" e 21,557 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.078.250,7221m e E 276.955,9575m; 220°18'47" e 15,700 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.078.238,7504m e E 276.945,8000m; 245°37'30" e 13,625 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.078.233,1275m e E 276.933,3899m; 268°54'28" e 26,870 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.078.232,6153m e E 276.906,5251m; 285°00'00" e 11,705 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.078.235,6448m e E 276.895,2185m; 310°26'42" e 71,092 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.078.281,7636m e E 276.841,1152m; 263°03'47" e 38,901 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.078.277,0654m e E 276.802,4990m; 275°57'03" e 19,322 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.078.279,0686m e E 276.783,2807m; 227°52'42" e 22,354 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.078.264,0759m e E 276.766,7006m; 218°52'07" e 30,928 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.078.239,9958m e E 276.747,2922m; 241°52'58" e 25,893 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.078.227,7931m e E 276.724,4550m; 259°19'39" e 67,215 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.078.215,3452m e E 276.658,4024m; 271°46'41" e 42,892 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.078.216,6760m e E 276.615,5311m; 254°49'33" e 11,884 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.078.213,5652m e E 276.604,0611m; 270°20'47" e 21,094 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.078.213,6927m e E 276.582,9671m; 166°21'39" e 19,582 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.078.194,6630m e E 276.587,5847m; 182°55'16" e 28,949 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.078.165,7515m e E 276.586,1095m; 208°10'57" e 18,707 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.078.149,2626m e E 276.577,2747m; 243°45'00" e 19,286 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.078.140,7325m e E 276.559,9772m; 272°39'57" e 16,461 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.078.141,4981m e E 276.543,5344m; 293°36'33" e 28,782 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.078.153,0253m e E 276.517,1611m; 315°00'00" e 23,547 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.078.169,6755m e E 276.500,5108m; 329°50'42" e 32,488 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.078.197,7670m e E 276.484,1906m; 273°40'42" e 21,799 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.078.199,1655m e E 276.462,4370m; 297°48'32" e 27,334 m até o vértice 57, de coordenadas N 9.078.211,9175m e E 276.438,2594m; 246°45'56" e 19,968 m até o vértice 58, de coordenadas N 9.078.204,0402m e E 276.419,9108m; 284°10'47" e 22,091 m até o vértice 59, de coordenadas N 9.078.209,4518m e E 276.398,4927m; 224°56'47" e 23,023 m até o vértice 60, de coordenadas N 9.078.193,1569m e E 276.382,2282m; 249°31'14" e 25,907 m até o vértice 61, de coordenadas N 9.078.184,0928m e E 276.357,9588m; 234°13'28" e 27,275 m até o vértice 62, de coordenadas N 9.078.168,1477m e E 276.335,8304m; 209°35'54" e 7,632 m até o vértice 63, de coordenadas N 9.078.161,5117m e E 276.332,0609m; 184°52'33" e 45,544 m até o vértice 64, de coordenadas N 9.078.116,1328m e E 276.328,1898m; 223°06'08" e 34,213 m até o vértice 65, de coordenadas N 9.078.091,1525m e E 276.304,8118m; 289°00'11" e 24,350 m até o vértice 66, de coordenadas N 9.078.099,0813m e E 276.281,7889m; 260°50'48" e 37,815 m até o vértice 67, de coordenadas N 9.078.093,0658m e E 276.244,4552m; 202°11'57" e 2,566 m até o vértice 68, de coordenadas N 9.078.090,6904m e E 276.243,4859m; 0°57'09" e 15,441m até o vértice 69, de coordenadas N 9.078.106,1290m e E 276.243,7425m; 18°45'00" e 11,705 m até o vértice 70, de coordenadas N 9.078.117,2132m e E 276.247,5051m; 42°50'25" e 35,956 m até o vértice 71, de coordenadas N 9.078.143,5783m e E 276.271,9539m; 1°23'56" e 27,996 m até o vértice 72, de coordenadas N 9.078.171,5660m e E 276.272,6374m; 21°15'22" e 28,647 m até o vértice 73, de coordenadas N 9.078.198,2637m e E 276.283,0229m; 41°59'04" e 24,996 m até o vértice 74, de coordenadas N 9.078.216,8436m e E 276.299,7431m; 49°56'02" e 89,053 m até o vértice 75, de coordenadas N 9.078.274,1645m e E 276.367,8953m; 67°46'34" e 16,529 m até o vértice 76, de coordenadas N 9.078.280,4163m e E 276.383,1966m; 86°53'44" e 17,690 m até o vértice 77, de coordenadas N 9.078.281,3743m e E 276.400,8607m; 106°16'44" e 12,948 m até o vértice 78, de coordenadas N 9.078.277,7448m e E 276.413,2896m; 73°49'59" e 12,344 m até o vértice 79, de coordenadas N 9.078.281,1819m e E 276.425,1454m; 91°15'39" e 14,535 m até o vértice 80, de coordenadas N 9.078.280,8621m e E 276.439,6764m; 112°40'44" e 25,399 m até o vértice 81, de coordenadas N 9.078.271,0693m e E 276.463,1112m; 133°02'45" e 15,970 m até o vértice 82, de coordenadas N 9.078.260,1684m e E 276.474,7823m; 73°22'21" e 22,388 m até o vértice 83, de coordenadas N 9.078.266,5745m e E 276.496,2336m; 90°00'00" e 13,293 m até o vértice 84, de coordenadas N 9.078.266,5745m e E 276.509,5266m; 116°15'00" e 15,529 m até o vértice 85, de coordenadas N 9.078.259,7062m e E 276.523,4542m; 145°39'43" e 14,875 m até o vértice 86, de coordenadas N 9.078.247,4234m e E 276.531,8449m; 47°19'27" e 34,009 m até o vértice 87, de coordenadas N 9.078.270,4766m e E 276.556,8486m; 65°37'30" e 13,625 m até o vértice 88, de coordenadas N 9.078.276,0996m e E 276.569,2588m; 96°35'59" e 22,610 m até o vértice 89, de coordenadas N 9.078.273,5010m e E 276.591,7185m; 78°09'30" e 15,472 m até o vértice 90, de coordenadas N 9.078.276,6760m e E 276.606,8616m; 92°04'10" e 43,961 m até o vértice 91, de coordenadas N 9.078.275,0885m e E 276.650,7935m; 72°38'54" e 19,359 m até o vértice 92, de coordenadas N 9.078.280,8621m e E 276.669,2715m; 82°10'14" e 36,712 m até o vértice 93, de coordenadas N 9.078.285,8630m e E 276.705,6409m; 43°45'44" e 62,697 m até o vértice 94, de coordenadas N 9.078.331,1438m e E 276.749,0065m; 53°28'36" e 17,980 m até o vértice 95, de coordenadas N 9.078.341,8448m e E 276.763,4557m; 75°01'54" e 15,893 m até o vértice 96, de coordenadas N 9.078.345,9497m e E 276.778,8092m; 90°00'00" e 16,468 m até o vértice 97, de coordenadas N 9.078.345,9497m e E 276.795,2771m; 116°19'57" e 15,613 m até o vértice 98, de coordenadas N 9.078.339,0243m e E 276.809,2697m; 79°42'15" e 15,327 m até o vértice 99, de coordenadas N 9.078.341,7636m e E 276.824,3495m; 93°56'11" e 38,017 m até o vértice 100, de coordenadas N 9.078.339,1539m e E 276.862,2766m; 116°22'08" e 18,805 m até o vértice 101, de coordenadas N 9.078.330,8017m e E 276.879,1249m; 137°55'56" e 23,211 m até o vértice 102, de coordenadas N 9.078.313,5709m e E 276.894,6766m; 355°53'13" e 25,621 m até o vértice 103, de coordenadas N 9.078.339,1258m e E 276.892,8389m; 16°52'30" e 13,625 m até o vértice 104, de coordenadas N 9.078.352,1637m e E 276.896,7939m; 40°49'23" e 21,532 m até o vértice 105, de coordenadas N 9.078.368,4578m e E 276.910,8701m; 71°19'37" e 20,549 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-43 (APP): Área destinada à implantação de empreendimentos industriais, localizada na ZI-3, abrangendo 0,7856 ha (sessenta e oito ares e cinquenta e seis centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.077.727,2200m e E 276.232,0736m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 108°53'15" e 60,478 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.077.707,6425m e E 276.289,2954m; 191°42'28" e 35,838 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.077.672,5499m e E 276.282,0230m; 138°05'01" e 18,982 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.077.658,4248m e E 276.294,7041m; 155°03'18" e 44,747 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.077.617,8518m e E 276.313,5762m; 170°37'30" e 5,881 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.077.612,0493m e E 276.314,5342m; 243°45'00" e 55,433 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.077.587,5320m e E 276.264,8180m; 318°51'18" e 14,249 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.077.598,2622m e E 276.255,4426m; 335°33'36" e 25,872 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.077.621,8158m e E 276.244,7385m; 315°35'00" e 24,688 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.077.639,4495m e E 276.227,4602m; 333°45'00" e 11,705 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.077.649,9478m e E 276.222,2831m; 2°46'16" e 49,839 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.077.699,7282m e E 276.224,6925m; 15°01'43" e 28,465 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-44 (APP): Área destinada à implantação de empreendimentos industriais, localizada na ZI-3, abrangendo 2,8940 ha (dois hectares, oitenta e nove ares e quarenta centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.077.589,0992m e E 276.629,6020m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 109°05'23" e 80,756 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.077.562,6879m e E 276.705,9170m; 223°52'23" e 31,949 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.077.539,6564m e E 276.683,7742m; 256°46'59" e 26,798 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.077.533,5294m e E 276.657,6863m; 212°31'31" e 28,501 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.077.509,4989m e E 276.642,3623m; 237°01'01" e 26,475 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.077.495,0861m e E 276.620,1542m; 218°27'16" e 8,824 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.077.488,1762m e E 276.614,6668m; 192°56'51" e 52,838 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.077.436,6814m e E 276.602,8279m; 214°46'39" e 43,047 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.077.401,3240m e E 276.578,2745m; 229°56'20" e 18,346 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.077.389,5166m e E 276.564,2336m; 219°43'48" e 31,512 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.077.365,2816m e E 276.544,0918m; 231°48'25" e 70,618 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.077.321,6176m e E 276.488,5909m; 247°15'15" e 44,432 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.077.304,4381m e E 276.447,6139m; 268°52'01" e 29,153 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.077.303,8617m e E 276.418,4668m; 255°46'23" e 57,091 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.077.289,8308m e E 276.363,1268m; 270°54'36" e 48,199 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.077.290,5964m e E 276.314,9339m; 356°15'00" e 56,816 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.077.347,2905m e E 276.311,2180m; 87°05'47" e 45,080 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.077.349,5741m e E 276.356,2405m; 72°36'17" e 35,242 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.077.360,1102m e E 276.389,8709m; 84°56'30" e 46,807 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.077.364,2372m e E 276.436,4953m; 65°17'34" e 18,533 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.077.371,9838m e E 276.453,3319m; 52°51'08" e 63,310 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.077.410,2147m e E 276.503,7950m; 30°36'21" e 24,730 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.077.431,4997m e E 276.516,3858m; 55°15'04" e 18,293 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.077.441,9263m e E 276.531,4164m; 36°13'04" e 25,865 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.077.462,7938m e E 276.546,6990m; 14°53'54" e 62,887 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.077.523,5666m e E 276.562,8674m; 43°45'11" e 23,536 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.077.540,5672m e E 276.579,1437m; 58°05'22" e 21,035 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.077.551,6863m e E 276.596,9998m; 32°49'32" e 27,000 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.077.574,3750m e E 276.611,6360m; 46°17'05" e 14,262 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.077.584,2312m e E 276.621,9445m; 57°33'19" e 9,074 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-45 (APP): Área destinada à implantação de empreendimentos industriais, localizada na ZI-3, abrangendo 20,4363 ha (vinte hectares, quarenta e três ares e sessenta e três centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.077.151,8790m e E 276.537,6213m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 111°44'33" e 59,992 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.077.129,6559m e E 276.593,3454m; 198°36'05" e 22,164 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.077.108,6498m e E 276.586,2756m; 225°08'09" e 18,177 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.077.095,8275m e E 276.573,3924m; 197°45'04" e 27,986 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.077.069,1744m e E 276.564,8601m; 208°33'45" e 40,272 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.077.033,8037m e E 276.545,6055m; 197°09'46" e 27,158 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.077.007,8549m e E 276.537,5915m; 215°19'17" e 64,729 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.076.955,0410m e E 276.500,1675m; 232°32'07" e 57,453 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.076.920,0942m e E 276.454,5658m; 246°46'54" e 21,367 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.076.911,6704m e E 276.434,9290m; 217°47'28" e 11,406 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.076.902,6567m e E 276.427,9394m; 235°40'12" e 29,147 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.076.886,2188m e E 276.403,8695m; 224°27'39" e 22,020 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.076.870,5021m e E 276.388,4459m; 250°31'13" e 14,946 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.076.865,5179m e E 276.374,3550m; 221°38'27" e 38,815 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.076.836,5107m e E 276.348,5643m; 233°49'34" e 90,686 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.076.782,9849m e E 276.275,3602m; 199°57'37" e 7,517 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.076.775,9196m e E 276.272,7942m; 180°00'00" e 25,527 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.076.750,3925m e E 276.272,7942m; 157°20'01" e 15,669 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.076.735,9340m e E 276.278,8323m; 177°52'32" e 15,551 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.076.720,3937m e E 276.279,4088m; 95°32'18" e 36,927 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.076.716,8298m e E 276.316,1632m; 108°45'00" e 11,705 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.076.713,0672m e E 276.327,2474m; 123°41'38" e 63,547 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.076.677,8140m e E 276.380,1197m; 135°56'13" e 39,273 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.076.649,5936m e E 276.407,4320m; 123°40'59" e 141,273 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.076.571,2437m e E 276.524,9879m; 112°53'42" e 92,686 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.076.535,1850m e E 276.610,3717m; 90°01'04" e 206,547 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.076.535,1208m e E 276.816,9189m; 107°36'07" e 43,535 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.076.521,9558m e E 276.858,4155m; 98°18'47" e 61,095 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.076.513,1226m e E 276.918,8688m; 344°28'33" e 6,430 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.076.519,3177m e E 276.917,1480m; 319°26'58" e 20,522 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.076.534,9112m e E 276.903,8060m; 344°53'19" e 37,240 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.076.570,8635m e E 276.894,0976m; 329°12'13" e 16,269 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.076.584,8389m e E 276.885,7678m; 355°32'18" e 20,466 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.076.605,2426m e E 276.884,1757m; 335°20'26" e 14,472 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.076.618,3950m e E 276.878,1376m; 351°32'55" e 48,904 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.076.666,7677m e E 276.870,9503m; 334°07'36" e 26,916 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.076.690,9857m e E 276.859,2045m; 311°45'25" e 11,417 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.076.698,5893m e E 276.850,6875m; 328°49'24" e 25,165 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.076.720,1199m e E 276.837,6601m; 344°48'19" e 49,414 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.076.767,8068m e E 276.824,7086m; 1°31'00" e 36,198 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.076.803,9918m e E 276.825,6666m; 19°13'23" e 16,337 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.076.819,4178m e E 276.831,0455m; 31°21'27" e 25,833 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.076.841,4772m e E 276.844,4881m; 11°56'17" e 31,977 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.076.872,7626m e E 276.851,1027m; 0°19'00" e 46,444 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.076.919,2058m e E 276.851,3594m; 14°46'36" e 24,928 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.076.943,3094m e E 276.857,7173m; 0°46'42" e 18,893 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.076.962,2007m e E 276.857,9740m; 13°34'54" e 27,074 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.076.988,5180m e E 276.864,3319m; 5°45'59" e 38,654 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.077.026,9763m e E 276.868,2157m; 18°34'11" e 18,290 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.077.044,3141m e E 276.874,0403m; 99°22'30" e 57,416 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.077.034,9612m e E 276.930,6899m; 185°01'38" e 37,742 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.076.997,3640m e E 276.927,3826m; 190°36'21" e 88,453 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.076.910,4217m e E 276.911,1027m; 180°39'10" e 50,597 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.076.859,8278m e E 276.910,5263m; 190°45'18" e 40,889 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.076.819,6571m e E 276.902,8960m; 206°27'22" e 22,622 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.076.799,4039m e E 276.892,8176m; 222°16'49" e 12,149 m até o vértice 57, de coordenadas N 9.076.790,4155m e E 276.884,6443m; 180°00'00" e 10,261 m até o vértice 58, de coordenadas N 9.076.780,1546m e E 276.884,6443m; 165°59'42" e 34,832 m até o vértice 59, de coordenadas N 9.076.746,3583m e E 276.893,0739m; 152°24'39" e 10,114 m até o vértice 60, de coordenadas N 9.076.737,3944m e E 276.897,7580m; 132°07'56" e 15,637 m até o vértice 61, de coordenadas N 9.076.726,9046m e E 276.909,3541m; 153°30'03" e 37,413 m até o vértice 62, de coordenadas N 9.076.693,4223m e E 276.926,0471m; 164°11'14" e 28,001 m até o vértice 63, de coordenadas N 9.076.666,4807m e E 276.933,6774m; 173°19'04" e 33,376 m até o vértice 64, de coordenadas N 9.076.633,3310m e E 276.937,5611m; 155°20'26" e 14,472 m até o vértice 65, de coordenadas N 9.076.620,1786m e E 276.943,5993m; 177°50'38" e 15,322 m até o vértice 66, de coordenadas N 9.076.604,8678m e E 276.944,1757m; 159°35'44" e 47,102 m até o vértice 67, de coordenadas N 9.076.560,7208m e E 276.960,5977m; 142°15'37" e 18,070 m até o vértice 68, de coordenadas N 9.076.546,4312m e E 276.971,6578m; 164°12'19" e 47,044 m até o vértice 69, de coordenadas N 9.076.501,1636m e E 276.984,4626m; 103°09'13" e 53,966 m até o vértice 70, de coordenadas N 9.076.488,8828m e E 277.037,0132m; 91°46'25" e 18,623 m até o vértice 71, de coordenadas N 9.076.488,3064m e E 277.055,6276m; 108°51'08" e 18,687 m até o vértice 72, de coordenadas N 9.076.482,2682m e E 277.073,3119m; 90°04'26" e 198,661 m até o vértice 73, de coordenadas N 9.076.482,0116m e E 277.271,9724m; 116°23'47" e 38,220 m até o vértice 74, de coordenadas N 9.076.465,0198m e E 277.306,2077m; 129°25'01" e 19,713 m até o vértice 75, de coordenadas N 9.076.452,5026m e E 277.321,4373m; 90°51'31" e 38,466 m até o vértice 76, de coordenadas N 9.076.451,9261m e E 277.359,8991m; 113°30'56" e 40,000 m até o vértice 77, de coordenadas N 9.076.435,9661m e E 277.396,5774m; 79°08'50" e 52,355 m até o vértice 78, de coordenadas N 9.076.445,8237m e E 277.447,9959m; 89°57'57" e 107,328 m até o vértice 79, de coordenadas N 9.076.445,8880m e E 277.555,3241m; 74°33'03" e 12,174 m até o vértice 80, de coordenadas N 9.076.449,1310m e E 277.567,0587m; 89°51'02" e 24,646 m até o vértice 81, de coordenadas N 9.076.449,1953m e E 277.591,7044m; 73°18'18" e 34,525 m até o vértice 82, de coordenadas N 9.076.459,1135m e E 277.624,7738m; 53°43'13" e 43,517 m até o vértice 83, de coordenadas N 9.076.484,8636m e E 277.659,8543m; 63°31'26" e 36,206 m até o vértice 84, de coordenadas N 9.076.501,0052m e E 277.692,2633m; 33°52'06" e 76,654 m até o vértice 85, de coordenadas N 9.076.564,6530m e E 277.734,9816m; 52°30'00" e 11,705 m até o vértice 86, de coordenadas N 9.076.571,7788m e E 277.744,2681m; 71°25'49" e 18,290 m até o vértice 87, de coordenadas N 9.076.577,6035m e E 277.761,6060m; 89°03'08" e 30,970 m até o vértice 88, de coordenadas N 9.076.578,1157m e E 277.792,5718m; 100°40'00" e 31,706 m até o vértice 89, de coordenadas N 9.076.572,2469m e E 277.823,7302m; 78°36'10" e 11,857 m até o vértice 90, de coordenadas N 9.076.574,5899m e E 277.835,3530m; 101°12'02" e 11,645 m até o vértice 91, de coordenadas N 9.076.572,3281m e E 277.846,7758m; 203°24'54" e 66,038 m até o vértice 92, de coordenadas N 9.076.511,7285m e E 277.820,5332m; 281°06'48" e 33,470 m até o vértice 93, de coordenadas N 9.076.518,1799m e E 277.787,6910m; 267°08'33" e 11,027 m até o vértice 94, de coordenadas N 9.076.517,6302m e E 277.776,6780m; 214°34'25" e 74,640 m até o vértice 95, de coordenadas N 9.076.456,1714m e E

277.734,3223m; 240°47’09” e 51,343 m até o vértice 96, de coordenadas N 9.076.431,1121m e E 277.689,5100m; 226°39’14” e 19,973 m até o vértice 97, de coordenadas N 9.076.417,4023m e E 277.674,9849m; 241°02’54” e 34,485 m até o vértice 98, de coordenadas N 9.076.400,7093m e E 277.644,8099m; 255°01’56” e 43,587 m até o vértice 99, de coordenadas N 9.076.389,4519m e E 277.602,7022m; 269°26’50” e 26,601 m até o vértice 100, de coordenadas N 9.076.389,1953m e E 277.576,1028m; 256°25’29” e 14,090 m até o vértice 101, de coordenadas N 9.076.385,8880m e E 277.562,4062m; 270°00’00” e 105,366 m até o vértice 102, de coordenadas N 9.076.385,8880m e E 277.457,0401m; 258°47’35” e 51,050 m até o vértice 103, de coordenadas N 9.076.375,9661m e E 277.406,9632m; 271°33’37” e 37,544 m até o vértice 104, de coordenadas N 9.076.376,9883m e E 277.369,4329m; 301°02’49” e 30,082 m até o vértice 105, de coordenadas N 9.076.392,5026m e E 277.343,6606m; 272°09’29” e 42,282 m até o vértice 106, de coordenadas N 9.076.394,0947m e E 277.301,4083m; 295°56’31” e 20,669 m até o vértice 107, de coordenadas N 9.076.403,1364m e E 277.282,8223m; 305°22’42” e 33,044 m até o vértice 108, de coordenadas N 9.076.422,2682m e E 277.255,8797m; 270°04’38” e 190,177 m até o vértice 109, de coordenadas N 9.076.422,5249m e E 277.065,7029m; 285°26’46” e 23,872 m até o vértice 110, de coordenadas N 9.076.428,8828m e E 277.042,6929m; 271°46’25” e 18,623 m até o vértice 111, de coordenadas N 9.076.429,4593m e E 277.024,0784m; 288°46’18” e 18,764 m até o vértice 112, de coordenadas N 9.076.435,4974m e E 277.006,3126m; 271°30’23” e 21,929 m até o vértice 113, de coordenadas N 9.076.436,0739m e E 276.984,3909m; 290°58’22” e 26,110 m até o vértice 114, de coordenadas N 9.076.445,4193m e E 276.960,0104m; 275°06’48” e 39,988 m até o vértice 115, de coordenadas N 9.076.448,9833m e E 276.920,1818m; 279°27’30” e 42,198 m até o vértice 116, de coordenadas N 9.076.455,9177m e E 276.878,5573m; 292°46’55” e 15,593 m até o vértice 117, de coordenadas N 9.076.461,9558m e E 276.864,1804m; 275°18’08” e 42,027 m até o vértice 118, de coordenadas N 9.076.465,8396m e E 276.822,3332m; 297°45’03” e 20,071 m até o vértice 119, de coordenadas N 9.076.475,1850m e E 276.804,5710m; 270°09’34” e 207,135 m até o vértice 120, de coordenadas N 9.076.475,7615m e E 276.597,4370m; 292°34’45” e 120,944 m até o vértice 121, de coordenadas N 9.076.522,1991m e E 276.485,7634m; 304°44’15” e 147,278 m até o vértice 122, de coordenadas N 9.076.606,1205m e E 276.364,7348m; 314°35’08” e 37,335 m até o vértice 123, de coordenadas N 9.076.632,3284m e E 276.338,1449m; 302°26’50” e 44,136 m até o vértice 124, de coordenadas N 9.076.656,0084m e E 276.300,8991m; 285°48’06” e 16,104 m até o vértice 125, de coordenadas N 9.076.660,3937m e E 276.285,4032m; 270°37’45” e 23,375 m até o vértice 126, de coordenadas N 9.076.660,6504m e E 276.262,0295m; 282°08’43” e 30,219 m até o vértice 127, de coordenadas N 9.076.667,0083m e E 276.232,4864m; 270°52’39” e 16,761 m até o vértice 128, de coordenadas N 9.076.667,2650m e E 276.215,7273m; 290°37’30” e 13,625 m até o vértice 129, de coordenadas N 9.076.672,0642m e E 276.202,9760m; 307°31’37” e 22,413 m até o vértice 130, de coordenadas N 9.076.685,7170m e E 276.185,2007m; 322°55’39” e 24,368 m até o vértice 131, de coordenadas N 9.076.705,1594m e E 276.170,5112m; 341°59’40” e 55,629 m até o vértice 132, de coordenadas N 9.076.758,0636m e E 276.153,3158m; 330°02’21” e 15,837 m até o vértice 133, de coordenadas N 9.076.771,7839m e E 276.145,4069m; 297°59’12” e 5,916 m até o vértice 134, de coordenadas N 9.076.774,5600m e E 276.140,1830m; 290°13’05” e 33,449 m até o vértice 135, de coordenadas N 9.076.786,1196m e E 276.108,7954m; 282°58’25” e 54,151 m até o vértice 136, de coordenadas N 9.076.798,2766m e E 276.056,0268m; 304°06’36” e 49,007 m até o vértice 137, de coordenadas N 9.076.825,7586m e E 276.015,4511m; 270°00’00” e 46,699 m até o vértice 138, de coordenadas N 9.076.825,7586m e E 275.968,7523m; 260°16’02” e 38,747 m até o vértice 139, de coordenadas N 9.076.819,2083m e E 275.930,5629m; 270°43’24” e 75,879 m até o vértice 140, de coordenadas N 9.076.820,1663m e E 275.854,6903m; 295°19’06” e 17,166 m até o vértice 141, de coordenadas N 9.076.827,5072m e E 275.839,1732m; 306°32’37” e 51,569 m até o vértice 142, de coordenadas N 9.076.858,2132m e E 275.797,7424m; 290°06’21” e 22,354 m até o vértice 143, de coordenadas N 9.076.865,8974m e E 275.776,7509m; 22°11’00” e 86,493 m até o vértice 144, de coordenadas N 9.076.945,9881m e E 275.809,4084m; 170°39’15” e 30,362 m até o vértice 145, de coordenadas N 9.076.916,0290m e E 275.814,3390m; 112°08’48” e 23,524 m até o vértice 146, de coordenadas N 9.076.907,1611m e E 275.836,1271m; 127°20’54” e 46,183 m até o vértice 147, de coordenadas N 9.076.879,1440m e E 275.872,8406m; 90°00’00” e 48,678 m até o vértice 148, de coordenadas N 9.076.879,1440m e E 275.921,5188m; 79°49’23” e 37,437 m até o vértice 149, de coordenadas N 9.076.885,7586m e E 275.958,3665m; 91°09’11” e 79,112 m até o vértice 150, de coordenadas N 9.076.884,1665m e E 276.037,4630m; 117°27’11” e 17,168 m até o vértice 151, de coordenadas N 9.076.876,2519m e E 276.052,6972m; 129°59’32” e 32,822 m até o vértice 152, de coordenadas N 9.076.855,1580m e E 276.077,8430m; 103°22’17” e 60,478 m até o vértice 153, de coordenadas N 9.076.841,1717m e E 276.136,6819m; 112°36’10” e 43,433 m até o vértice 154, de coordenadas N 9.076.824,4787m e E 276.176,7788m; 135°00’00” e 25,737 m até o vértice 155, de coordenadas N 9.076.806,2798m e E 276.194,9777m; 152°46’02” e 38,934 m até o vértice 156, de coordenadas N 9.076.771,6613m e E 276.212,7942m; 1°36’39” e 20,505 m até o vértice 157, de coordenadas N 9.076.792,1581m e E 276.213,3706m; 18°34’11” e 18,290 m até o vértice 158, de coordenadas N 9.076.809,4959m e E 276.219,1953m; 42°34’56” e 37,740 m até o vértice 159, de coordenadas N 9.076.837,2843m e E 276.244,7320m; 60°08’52” e 26,849 m até o vértice 160, de coordenadas N 9.076.850,6486m e E 276.268,0183m; 51°25’31” e 49,229 m até o vértice 161, de coordenadas N 9.076.881,3445m e E 276.306,5053m; 34°00’32” e 16,293 m até o vértice 162, de coordenadas N 9.076.894,8503m e E 276.315,6181m; 51°48’13” e 60,847 m até o vértice 163, de coordenadas N 9.076.932,4760m e E 276.363,4378m; 61°26’13” e 15,623 m até o vértice 164, de coordenadas N 9.076.939,9456m e E 276.377,1591m; 45°32’33” e 27,112 m até o vértice 165, de coordenadas N 9.076.958,9344m e E 276.396,5108m; 63°31’23” e 35,999 m até o vértice 166, de coordenadas N 9.076.974,9840m e E 276.428,7340m; 45°00’00” e 57,914 m até o vértice 167, de coordenadas N 9.077.015,9354m e E 276.469,6854m; 34°47’54” e 25,753 m até o vértice 168, de coordenadas N 9.077.037,0827m e E 276.484,3822m; 19°52’47” e 44,474 m até o vértice 169, de coordenadas N 9.077.078,9062m e E 276.499,5054m; 35°06’03” e 13,284 m até o vértice 170, de coordenadas N 9.077.089,7740m e E 276.507,1437m; 12°24’00” e 14,408 m até o vértice 171, de coordenadas N 9.077.103,8455m e E 276.510,2375m; 29°41’15” e 55,291 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-46 (APP): Área destinada à implantação de empreendimentos industriais, localizada na ZI-3, abrangendo 5,8185 ha (cinco hectares, oitenta e um ares e oitenta e cinco centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.076.035,7397m e E 276.897,9826m; deste, segue confrontando com, com os seguintes azimutes e distâncias: 154°26’34” e 82,922 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.075.960,9308m e E 276.933,7563m; 166°52’00” e 87,388 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.075.875,8282m e E 276.953,6126m; 174°18’31” e 219,739 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.657,1724m e E 276.975,4046m; 144°27’44” e 6,713 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.651,7097m e E 276.979,3066m; 107°36’49” e 94,244 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.075.623,1917m e E 277.069,1324m; 136°57’48” e 153,128 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.075.511,2679m e E 277.173,6374m; 123°44’54” e 65,239 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.075.475,0247m e E 277.227,8827m; 129°48’28” e 43,474 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.075.447,1919m e E 277.261,2793m; 150°00’00” e 11,705 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.075.437,0547m e E 277.267,1320m; 165°18’08” e 57,969 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.075.380,9826m e E 277.281,8400m; 138°48’51” e 11,213 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.075.372,5437m e E 277.289,2240m; 105°53’21” e 23,611 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.075.366,0796m e E 277.311,9325m; 121°36’03” e 103,099 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.075.312,0559m e E 277.399,7436m; 225°19’54” e 61,763 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.075.268,6361m e E 277.355,8183m; 301°36’27” e 82,563 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.075.311,9069m e E 277.285,5032m; 282°58’36” e 22,604 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.075.316,9827m e E 277.263,4768m; 301°52’30” e 13,625 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.075.324,1774m e E 277.251,9068m; 320°14’50” e 37,865 m. até o vértice 19, de coordenadas N 9.075.353,2886m e E 277.227,6929m; 344°46’58” e 59,168 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.075.410,3818m e E 277.212,1626m; 305°23’22” e 95,538 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.075.465,7106m e E 277.134,2769m; 317°03’34” e 146,471 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.075.572,9363m e E 277.034,4954m; 286°40’11” e 90,663 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.075.598,9433m e E 276.947,6424m; 307°30’00” e 11,705 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.075.606,0691m e E 276.938,3558m; 324°10’26” e 26,683 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.075.627,7032m e E 276.922,7377m; 343°25’54” e 35,387 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.075.661,6212m e E 276.912,6468m; 359°34’07” e 34,080 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.075.695,7006m e E 276.912,3902m; 353°56’45” e 172,162 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.075.866,9029m e E 276.894,2323m; 346°51’58” e 76,346 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.075.941,2515m e E 276.876,8843m; 334°39’26” e 81,558 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.076.014,9607m e E 276.841,9747m; 69°38’42” e 59,738 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-47 (APP): Área destinada à implantação de empreendimentos industriais, localizada na ZI-3, abrangendo 27,7939 ha (vinte e sete hectares, setenta e nove ares e trinta e nove centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.076.411,2869m e E 275.821,5343m; deste, segue confrontando com, com os seguintes azimutes e distâncias: 127°45’35” e 57,342 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.076.376,1735m e E 275.866,8679m; 204°22’28” e 11,790 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.076.365,4341m e E 275.862,0021m; 230°48’11” e 15,967 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.076.355,3429m e E 275.849,6277m; 218°13’03” e 31,684 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.076.330,4499m e E 275.830,0265m; 204°07’54” e 11,382 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.076.320,0629m e E 275.825,3733m; 193°18’51” e 78,276 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.076.243,8909m e E 275.807,3471m; 180°00’00” e 56,409 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.076.187,4815m e E 275.807,3471m; 156°07’24” e 35,287 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.076.155,2147m e E 275.821,6301m; 164°23’45” e 40,264 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.076.116,4345m e E 275.832,4609m; 150°17’48” e 35,482 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.076.085,6143m e E 275.850,0427m; 166°48’53” e 17,430 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.076.068,6439m e E 275.854,0185m; 152°01’49” e 19,730 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.076.051,2185m e E 275.863,2719m; 160°50’15” e 53,309 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.076.000,8631m e E 275.880,7707m; 146°33’56” e 48,158 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.075.960,6745m e E 275.907,3049m; 131°32’25” e 15,235 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.075.950,5715m e E 275.918,7081m; 153°36’53” e 13,748 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.075.938,2559m e E 275.924,8177m; 177°16’31” e 33,494 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.075.904,8001m e E 275.926,4099m; 185°06’16” e 44,501 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.075.860,4759m e E 275.922,4507m; 122°22’58” e 14,438 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.075.852,7431m e E 275.934,6437m; 111°25’45” e 68,838 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.075.827,5933m e E 275.998,7225m; 130°14’03” e 34,822 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.075.805,1015m e E 276.025,3059m; 110°52’12” e 21,472 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.075.797,4523m e E 276.045,3689m; 126°22’06” e 62,904 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.075.760,1519m e E 276.096,0207m; 101°13’00” e 81,494 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.075.744,2997m e E 276.175,9583m; 91°39’05” e 20,001 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.075.743,7233m e E 276.195,9507m; 112°21’29” e 29,917 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.075.732,3431m e E 276.223,6187m; 131°12’17” e 39,831 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.075.706,1043m e E 276.253,5861m; 149°01’30” e 45,078 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.075.667,4551m e E 276.276,7861m; 123°25’33” e 18,108 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.075.657,4799m e E 276.291,8993m; 135°58’11” e 30,270 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.075.635,7167m e E 276.312,9381m; 149°49’11” e 21,304 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.075.617,3009m e E 276.323,6479m; 164°58’10” e 16,785 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.075.601,0897m e E 276.328,0009m; 176°26’12” e 51,843 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.075.549,3473m e E 276.331,2231m; 159°35’19” e 37,197 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.075.514,4861m e E 276.344,1957m; 179°40’56” e 46,250 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.075.468,2369m e E 276.344,4523m; 192°57’53” e 42,476 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.075.426,8435m e E 276.334,9227m; 203°41’59” e 52,915 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.075.378,3907m e E 276.313,6537m; 196°44’47” e 30,850 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.075.348,8493m e E 276.304,7647m; 180°00’00” e 28,455 m até o vértice 40, de coordenadas N 9.075.320,3945m e E 276.304,7647m; 167°41’42” e 25,720 m até o vértice 41, de coordenadas N 9.075.295,2649m e E 276.310,2461m; 127°13’49” e 27,491 m até o vértice 42, de coordenadas N 9.075.278,6321m e E 276.332,1349m; 90°00’00” e 28,207 m até o vértice 43, de coordenadas N 9.075.278,6321m e E 276.360,3421m; 76°46’21” e 45,972 m até o vértice 44, de coordenadas N 9.075.289,1513m e E 276.405,0945m; 91°10’25” e 46,778 m até o vértice 45, de coordenadas N 9.075.288,1933m e E 276.451,8631m; 106°57’15” e 31,545 m até o vértice 46, de coordenadas N 9.075.278,9945m e E 276.482,0373m; 114°26’58” e 34,098 m até o vértice 47, de coordenadas N 9.075.264,8817m e E 276.513,0775m; 125°10’01” e 61,738 m até o vértice 48, de coordenadas N 9.075.229,3231m e E 276.563,5469m; 112°32’32” e 16,312 m até o vértice 49, de coordenadas N 9.075.223,0695m e E 276.578,6129m; 82°18’12” e 17,503 m até o vértice 50, de coordenadas N 9.075.225,4137m e E 276.595,9587m; 56°25’23” e 31,550 m até o vértice 51, de coordenadas N 9.075.242,8629m e E 276.622,2447m; 68°37’41” e 17,585 m até o vértice 52, de coordenadas N 9.075.249,2713m e E 276.638,6205m; 90°38’52” e 28,291 m até o vértice 53, de coordenadas N 9.075.248,9515m e E 276.666,9099m; 113°42’31” e 44,628 m até o vértice 54, de coordenadas N 9.075.231,0071m e E 276.707,7717m; 90°00’00” e 25,634 m até o vértice 55, de coordenadas N 9.075.231,0071m e E 276.733,4053m; 70°03’08” e 35,704 m até o vértice 56, de coordenadas N 9.075.243,1879m e E 276.766,9671m; 60°23’19” e 33,343 m até o vértice 57, de coordenadas N 9.075.259,6633m e E 276.795,9555m; 71°24’46” e 16,198 m até o vértice 58, de coordenadas N 9.075.264,8265m e E 276.811,3089m; 89°33’20” e 66,025 m até o vértice 59, de coordenadas N 9.075.265,3387m e E 276.877,3323m; 104°57’39” e 16,167 m até o vértice 60, de coordenadas N 9.075.261,1651m e E 276.892,9509m; 113°17’34” e 42,215 m até o vértice 61, de coordenadas N 9.075.244,4721m e E 276.931,7249m; 131°01’21” e 58,553 m até o vértice 62, de coordenadas N 9.075.206,0407m e E 276.975,9001m; 146°05’15” e 59,183 m até o vértice 63, de coordenadas N 9.075.156,9249m e E 277.008,9201m; 163°55’03” e 80,867 m até o vértice 64, de coordenadas N 9.075.079,2223m e E 277.031,3221m; 145°45’48” e 57,586 m até o vértice 65, de coordenadas N 9.075.031,6147m e E 277.063,7207m; 123°50’38” e 41,727 m até o vértice 66, de coordenadas N 9.075.008,3755m e E 277.098,3777m; 214°41’31” e 60,384 m até o vértice 67, de coordenadas N 9.074.958,7265m e E 277.064,0093m; 307°47’54” e 23,521 m até o vértice 68, de coordenadas N 9.074.973,1423m e E 277.045,4235m; 239°57’40” e 50,819 m até o vértice 69, de coordenadas N 9.074.947,7029m e E 277.001,4302m; 271°01’56” e 31,377 m até o vértice 70, de coordenadas N 9.074.948,2681m e E 276.970,0587m; 158°59’55” e 25,498 m até o vértice 71, de coordenadas N 9.074.924,4640m e E 276.979,1969m; 180°00’00” e 13,123 m até o vértice 72, de coordenadas N 9.074.911,3407m e E 276.979,1969m; 198°45’00” e 11,705 m até o vértice 73, de coordenadas N 9.074.900,2565m e E 276.975,4343m; 220°55’53” e 13,502 m até o vértice 74, de coordenadas N 9.074.890,0555m e E 276.966,5881m; 239°54’06” e 19,266 m até o vértice 75, de coordenadas N 9.074.880,3940m e E 276.949,9202m; 227°19’47” e 28,204 m até o vértice 76, de coordenadas N 9.074.861,2778m e E 276.929,1826m; 193°36’04” e 21,500 m até o vértice 77, de coordenadas N 9.074.840,3809m e E 276.924,1267m; 227°36’19” e 34,125 m até o vértice 78, de coordenadas N 9.074.817,3724m e E 276.898,9246m; 242°27’48” e 15,689 m até o vértice 79, de coordenadas N 9.074.810,1193m e E 276.885,0133m; 259°04’34” e 25,299 m até o vértice 80, de coordenadas N 9.074.805,3250m e E 276.860,1727m; 224°38’24” e 27,690 m até o vértice 81, de coordenadas N 9.074.785,6223m e E 276.840,7161m; 245°09’34” e 26,398 m até o vértice 82, de coordenadas N 9.074.774,5325m e E 276.816,7601m; 228°08’10” e 38,887 m até o vértice 83, de coordenadas N 9.074.748,5806m e E 276.787,7994m; 243°45’00” e 11,705 m até o vértice 84, de coordenadas N 9.074.743,4034m e E 276.777,3011m; 269°34’29” e 137,752 m até o vértice 85, de coordenadas N 9.074.742,3812m e E 276.639,5526m; 239°17’32” e 14,484 m até o vértice 86, de coordenadas N 9.074.734,9847m e E 276.627,0993m; 301°39’44” e 11,276 m até o vértice 87, de coordenadas N 9.074.740,9037m e E 276.617,5015m; 330°12’55” e 53,536 m até o vértice 88, de coordenadas N 9.074.787,3673m e E 276.590,9080m; 69°04’03” e 41,844 m até o vértice 89, de coordenadas N 9.074.802,3170m e E 276.629,9908m; 89°58’16” e 127,119 m até o vértice 90, de coordenadas N 9.074.802,3812m e E 276.757,1101m; 45°27’01” e 32,650 m até o vértice 91, de coordenadas N 9.074.825,2860m e E 276.780,3779m; 67°56’27” e 23,396 m até o vértice 92, de coordenadas N 9.074.834,0729m e E 276.802,0616m; 46°01’42” e 30,910 m até o vértice 93, de coordenadas N 9.074.855,5337m e E 276.824,3071m; 69°10’36” e 36,497 m até o vértice 94, de coordenadas N 9.074.868,5079m e E 276.858,4201m; 47°55’41” e 14,499 m até o vértice 95, de coordenadas N 9.074.878,2230m e E 276.869,1826m; 20°37’59” e 21,127 m até o vértice 96, de coordenadas N 9.074.897,9951m e E 276.876,6274m; 50°20’54” e 45,159 m até o vértice 97, de coordenadas N 9.074.926,8118m e E 276.911,3970m; 328°04’43” e 21,783 m até o vértice 98, de coordenadas N 9.074.945,3009m e E 276.899,8789m; 356°26’43” e 21,538 m até o vértice 99, de coordenadas N 9.074.966,7974m e E 276.898,5435m; 20°37’30” e 13,625 m até o vértice 100, de coordenadas N 9.074.979,5487m e E 276.903,3428m; 40°12’09” e 28,494 m até o vértice 101, de coordenadas N 9.075.001,3118m e E 276.921,7357m; 65°37’30” e 17,417 m até o vértice 102, de coordenadas N 9.075.008,5000m e E 276.937,6003m; 90°28’49” e 49,934 m até o vértice 103, de coordenadas N 9.075.008,0814m e E 276.987,5328m; 54°57’59” e 16,681 m até o vértice 104, de coordenadas N 9.075.017,6571m e E 277.001,1912m; 324°18’04” e 8,196 m até o vértice 105, de coordenadas N 9.075.024,3128m e E 276.996,4088m; 324°18’04” e 37,282 m até o vértice 106, de coordenadas N 9.075.054,5889m e E 276.974,6539m; 344°30’37” e 79,017 m até o vértice 107, de coordenadas N 9.075.130,7363m e E 276.953,5511m; 330°59’24” e 13,415 m até o vértice 108, de coordenadas N 9.075.142,4683m e E 276.947,0453m; 315°56’44” e 15,545 m até o vértice 109, de coordenadas N 9.075.153,6401m e E 276.936,2363m; 331°25’08” e 15,482 m até o vértice 110, de coordenadas N 9.075.167,2357m e E 276.928,8295m; 313°13’41” e 28,816 m até o vértice 111, de coordenadas N 9.075.186,9719m e E 276.907,8331m; 304°05’11” e 17,953 m até o vértice 112, de coordenadas N 9.075.197,0333m e E 276.892,9649m; 288°46’28” e 26,006 m até o vértice 113, de coordenadas N 9.075.205,4031m e E 276.868,3431m; 270°00’00” e 44,750 m até o vértice 114, de coordenadas N 9.075.205,4031m e E 276.823,5931m; 237°14’27” e 34,897 m até o vértice 115, de coordenadas N 9.075.186,5199m e E 276.794,2463m; 252°06’23” e 49,654 m até o vértice 116, de coordenadas N 9.075.171,2637m e E 276.746,9941m; 270°20’05” e 54,749 m até o vértice 117, de coordenadas N 9.075.171,5835m e E 276.692,2463m; 295°10’37” e 41,558 m até o vértice 118, de coordenadas N 9.075.189,2631m e E 276.654,6361m; 234°11’46” e 21,395 m até o vértice 119, de coordenadas N 9.075.176,7467m e E 276.637,2841m; 248°06’51” e 32,420 m até o vértice 120, de coordenadas N 9.075.164,6617m e E 276.607,2003m; 267°31’48” e 35,451 m até o vértice 121, de coordenadas N 9.075.163,1339m e E 276.571,7825m; 290°59’27” e 47,971 m até o vértice 122, de coordenadas N 9.075.180,3181m e E 276.526,9945m; 306°26’36” e 54,863 m até o vértice 123, de coordenadas N 9.075.212,9083m e E 276.482,8599m; 289°36’10” e 48,606 m até o vértice 124, de coordenadas N 9.075.229,2155m e E 276.437,0713m; 265°58’40” e 37,720 m até o vértice 125, de coordenadas N 9.075.226,5697m e E 276.399,4439m; 254°00’19” e 28,573 m até o vértice 126, de coordenadas N 9.075.218,6965m e E 276.371,9771m; 269°55’05” e 45,098 m até o vértice 127, de coordenadas N 9.075.218,6321m e E 276.326,8787m; 225°57’18” e 34,590 m até o vértice 128, de coordenadas N 9.075.194,5839m e E 276.302,0153m; 240°02’51” e 55,431 m até o vértice 129, de coordenadas N 9.075.166,9083m e E 276.253,9879m; 303°54’45” e 84,918 m até o vértice 130, de coordenadas N 9.075.214,2865m e E 276.183,5149m; 78°52’58” e 45,249 m até o vértice 131, de coordenadas N 9.075.223,0113m e E 276.227,9147m; 63°58’51” e 35,634 m até o vértice 132, de coordenadas N 9.075.238,6429m e E 276.259,9371m; 50°25’57” e 15,682 m até o vértice 133, de coordenadas N 9.075.248,6321m e E 276.272,0259m; 319°56’50” e 26,481 m até o vértice 134, de coordenadas N 9.075.268,9017m e E 276.254,9859m; 348°06’16” e 49,587 m até o vértice 135, de coordenadas N 9.075.317,4239m e E 276.244,7647m; 0°06’04” e 36,358 m até o vértice 136, de coordenadas N 9.075.353,7821m e E 276.244,8289m; 10°43’23” e 19,370 m até o vértice 137, de coordenadas N 9.075.372,8137m e E 276.248,4329m; 19°15’17” e 59,988 m até o vértice 138, de coordenadas N 9.075.429,4463m e E 276.268,2151m; 29°49’55” e 19,439 m até o vértice 139, de coordenadas N 9.075.446,3097m e E 276.277,8853m; 11°44’23” e 32,275 m até o vértice 140, de coordenadas N 9.075.477,9097m e E 276.284,4523m; 0°00’00” e 18,310 m até o vértice 141, de coordenadas N 9.075.496,2199m e E 276.284,4523m; 340°37’37” e 39,107 m até o vértice 142, de coordenadas N 9.075.533,1129m e E 276.271,4797m; 355°28’44” e 57,086 m até o vértice 143, de coordenadas N 9.075.590,0217m e E 276.266,9797m; 326°54’42” e 25,901 m até o vértice 144, de coordenadas N 9.075.611,7219m e E 276.252,8397m; 302°00’57” e 16,193 m até o vértice 145, de coordenadas N 9.075.620,3069m e E 276.239,1093m; 315°23’22” e 28,329 m até o vértice 146, de coordenadas N 9.075.640,4743m e E 276.219,2141m; 332°26’17” e 30,359 m até o vértice 147, de coordenadas N 9.075.667,3877m e E 276.205,1669m; 319°18’27” e 16,135 m até o vértice 148, de coordenadas N 9.075.679,6213m e E 276.194,6471m; 281°03’40” e 111,798 m até o vértice 149, de coordenadas N 9.075.701,0705m e E 276.084,9259m; 285°15’29” e 15,328 m até o vértice 150, de coordenadas N 9.075.705,1043m e E 276.070,1381m; 300°47’31” e 16,822 m até o vértice 151, de coordenadas N 9.075.713,7159m e E 276.055,6875m; 212°21’36” e 55,384 m até o vértice 152, de coordenadas N 9.075.666,9327m e E 276.026,0439m; 221°51’58” e 38,915 m até o vértice 153, de coordenadas N 9.075.637,9525m e E 276.000,0725m; 199°37’37” e 10,713 m até o vértice 154, de coordenadas N 9.075.627,8621m e E 275.996,4741m; 214°01’12” e 34,497 m até o vértice 155, de coordenadas N 9.075.599,2693m e E 275.977,1735m; 225°13’01” e 50,780 m até o vértice 156, de coordenadas N 9.075.563,4989m e E 275.941,1311m; 244°23’10” e 31,368 m até o vértice 157, de coordenadas N 9.075.549,9385m e E 275.912,8459m; 269°36’12” e 73,963 m até o vértice 158, de coordenadas N 9.075.549,4263m e E 275.838,8851m; 283°18’00” e 29,643 m até o vértice 159, de coordenadas N 9.075.556,2457m e E 275.810,0373m; 298°25’44” e 35,065 m até o vértice 160, de coordenadas N 9.075.572,9389m e E 275.779,2009m; 306°59’14” e 57,669 m até o vértice 161, de coordenadas N 9.075.607,6349m e E 275.733,1365m; 284°32’35” e 27,157 m até o vértice 162, de coordenadas N 9.075.614,4543m e E 275.706,8495m; 300°42’14” e 12,427 m até o vértice 163, de coordenadas N 9.075.620,7997m e E 275.696,1643m; 271°42’13” e 88,993 m até o vértice 164, de coordenadas N 9.075.623,4455m e E 275.607,2107m; 225°00’02” e 14,252 m até o vértice 165, de coordenadas N 9.075.613,3677m e E 275.597,1327m; 212°27’52” e 34,464 m até o vértice 166, de coordenadas N 9.075.584,2899m e E 275.578,6335m; 197°08’14” e 22,962 m até o vértice 167, de coordenadas N 9.075.562,3473m e E 275.571,8675m; 180°00’00” e 60,570 m até o vértice 168, de coordenadas N 9.075.501,7773m e E 275.571,8675m; 158°14’24” e 12,719 m até o vértice 169, de coordenadas N 9.075.489,9645m e E 275.576,5827m; 177°45’16” e 14,712 m até o vértice 170, de coordenadas N 9.075.475,2639m e E 275.577,1591m; 156°43’00” e 30,882 m até o vértice 171, de coordenadas N 9.075.446,8971m e E 275.589,3661m; 170°33’40” e 21,975 m até o vértice 172, de coordenadas N 9.075.425,2197m e E 275.592,9699m; 181°51’45” e 15,761 m até o vértice 173, de coordenadas N 9.075.409,4673m e E 275.592,4577m; 204°03’37” e 13,303 m até o vértice 174, de coordenadas N 9.075.397,3201m e E 275.587,0341m; 217°25’57” e 30,703 m até o vértice 175, de coordenadas N 9.075.372,9401m e E 275.568,3723m; 227°11’42” e 63,897 m até o vértice 176, de coordenadas N 9.075.329,5217m e E 275.521,4929m; 246°10’28” e 46,162 m até o vértice 177, de coordenadas N 9.075.310,8743m e E 275.479,2645m; 255°13’16” e 25,199 m até o vértice 178, de coordenadas N 9.075.304,4463m e E 275.454,8991m; 243°08’22” e 51,414 m até o vértice 179, de coordenadas N 9.075.281,2163m e E 275.409,0321m; 237°22’30” e 20,454 m até o vértice 180, de coordenadas N 9.075.270,1887m e E 275.391,8053m; 217°44’18” e 42,397 m até o vértice 181, de coordenadas N 9.075.236,6603m e E 275.365,8557m; 234°55’12” e 28,666 m até o vértice 182, de coordenadas N 9.075.220,1853m e E 275.342,3969m; 318°45’00” e 57,850 m até o vértice 183, de coordenadas N 9.075.263,6791m e E 275.304,2539m; 35°24’19” e 17,304 m até o vértice 184, de coordenadas N 9.075.277,7829m e E 275.314,2789m; 55°26’03” e 20,660 m até o vértice 185, de coordenadas N 9.075.289,5045m e E 275.331,2921m; 36°12’51” e 36,326 m até o vértice 186, de coordenadas N 9.075.318,8125m e E 275.352,7535m; 65°33’23” e 18,383 m até o vértice 187, de coordenadas N 9.075.326,4195m e E 275.369,4891m; 50°05’54” e 22,354 m até o vértice 188, de coordenadas N 9.075.340,7589m e E 275.386,6379m; 71°12’36” e 31,574 m até o vértice 189, de coordenadas N 9.075.350,9289m e E 275.416,5291m; 51°10’35” e 14,797 m até o vértice 190, de coordenadas N 9.075.360,2053m e E 275.428,0569m; 76°00’13” e 32,624 m até o vértice 191, de coordenadas N 9.075.368,0959m e E 275.459,7125m; 64°15’27” e 34,993 m até o vértice 192, de coordenadas N 9.075.383,2943m e E 275.491,2327m; 44°59’16” e 58,252 m até o vértice 193, de coordenadas N 9.075.424,4935m e E 275.532,4143m; 338°09’55” e 36,736 m até o vértice 194, de coordenadas N 9.075.458,5937m e E 275.518,7513m; 355°03’51” e 18,505 m até o vértice 195, de coordenadas N 9.075.477,0297m e E 275.517,1591m; 339°53’16” e 14,643 m até o vértice 196, de coordenadas N 9.075.490,7795m e E 275.512,1241m; 0°00’00” e 87,207 m até o vértice 197, de coordenadas N 9.075.577,9861m e E 275.512,1241m; 17°59’45” e 41,227 m até o vértice 198, de coordenadas N 9.075.617,1959m e E 275.524,8609m; 43°23’06” e 19,696 m até o vértice 199, de coordenadas N 9.075.631,5101m e E 275.538,3901m; 25°48’53” e 16,949 m até o vértice 200, de coordenadas N 9.075.646,7675m e E 275.545,7707m; 45°18’28” e 35,813 m até o vértice 201, de coordenadas N 9.075.671,9545m e E 275.571,2297m; 66°58’22” e 29,212 m até o vértice 202, de coordenadas N 9.075.683,3813m e E 275.598,1139m; 91°35’30” e 113,692 m até o vértice 203, de coordenadas N 9.075.680,2233m e E 275.711,7621m; 117°22’40” e 20,623 m até o vértice 204, de coordenadas N 9.075.670,7397m e E 275.730,0753m; 106°30’56” e 34,595 m até o vértice 205, de coordenadas N 9.075.660,9053m e E 275.763,2429m; 127°30’22” e 65,219 m até o vértice 206, de coordenadas N 9.075.621,1967m e E 275.814,9807m; 118°35’09” e 16,539 m até o vértice 207, de coordenadas N 9.075.613,2833m e E 275.829,5035m; 103°35’49” e 16,680 m até o vértice 208, de coordenadas N 9.075.609,3621m e E 275.845,7155m; 90°00’00” e 48,959 m até o vértice 209, de coordenadas N 9.075.609,3621m e E 275.894,6745m; 73°25’09” e 8,000 m até o vértice 210, de coordenadas N 9.075.611,6451m e E 275.902,3419m; 44°56’03” e 38,998 m até o vértice 211, de coordenadas N 9.075.639,2525m e E 275.929,8859m; 32°11’34” e 41,478 m até o vértice 212, de coordenadas N 9.075.674,3541m e E 275.951,9843m; 41°37’45” e 36,185 m até o vértice 213, de coordenadas N 9.075.701,4011m e E 275.976,0223m; 32°45’00” e 55,156 m até o vértice 214, de coordenadas N 9.075.747,7899m e E 276.005,8605m; 303°45’18” e 56,381 m até o vértice 215, de coordenadas N 9.075.779,1179m e E 275.958,9839m; 291°25’56” e 102,555 m até o vértice 216, de coordenadas N 9.075.816,5917m e E 275.863,5201m; 272°36’35” e 12,664 m até o vértice 217, de coordenadas N 9.075.817,1683m e E 275.850,8695m; 287°52’20” e 23,986 m até o vértice 218, de coordenadas N 9.075.824,5293m e E 275.828,0413m; 276°02’52” e 80,809 m até o vértice 219, de coordenadas N 9.075.833,0433m e E 275.747,6819m; 291°22’14” e 34,722 m até o vértice 220, de coordenadas N 9.075.845,6959m e E 275.715,3471m; 275°06’53” e 65,823 m até o vértice 221, de coordenadas N 9.075.851,5641m e E 275.649,7859m; 292°51’51” e 15,670 m até o vértice 222, de coordenadas N 9.075.857,6527m e E 275.635,3469m; 306°41’21” e 19,843 m até o vértice 223, de coordenadas N 9.075.869,5085m e E 275.619,4349m; 280°38’15” e 43,000 m até o vértice 224, de coordenadas N 9.075.877,4461m e E 275.577,1739m; 270°59’38” e 33,227 m até o vértice 225, de coordenadas N 9.075.878,0225m e E 275.543,9523m; 289°44’03” e 38,799 m até o vértice 226, de coordenadas N 9.075.891,1233m e E 275.507,4321m; 315°20’59” e 45,649 m até o vértice 227, de coordenadas N 9.075.923,5987m e E 275.475,3509m; 301°38’47” e 32,124 m até o vértice 228, de coordenadas N 9.075.940,4535m e

E 275.448,0035m; 324°05'04" e 19,225 m até o vértice 229, de coordenadas N 9.075.956,0237m e E 275.436,7261m; 311°29'12" e 36,784 m até o vértice 230, de coordenadas N 9.075.980,3909m e E 275.409,1709m; 110°12'27" e 20,040 m até o vértice 231, de coordenadas N 9.075.973,4689m e E 275.427,9769m; 28°19'24" e 53,625 m até o vértice 232, de coordenadas N 9.076.020,6741m e E 275.453,4191m; 324°56'46" e 2,198 m até o vértice 233, de coordenadas N 9.076.022,4731m e E 275.452,1569m; 133°57'48" e 55,682 m até o vértice 234, de coordenadas N 9.075.983,8189m e E 275.492,2359m; 124°17'00" e 39,177 m até o vértice 235, de coordenadas N 9.075.961,7513m e E 275.524,6061m; 135°32'13" e 29,743 m até o vértice 236, de coordenadas N 9.075.940,5239m e E 275.545,4393m; 108°26'02" e 9,733 m até o vértice 237, de coordenadas N 9.075.937,4461m e E 275.554,6733m; 90°24'28" e 36,090 m até o vértice 238, de coordenadas N 9.075.937,1893m e E 275.590,7625m; 107°38'20" e 18,225 m até o vértice 239, de coordenadas N 9.075.931,6667m e E 275.608,1309m; 95°48'15" e 27,041 m até o vértice 240, de coordenadas N 9.075.928,9321m e E 275.635,0329m; 119°01'59" e 36,975 m até o vértice 241, de coordenadas N 9.075.910,9877m e E 275.667,3615m; 95°19'41" e 63,195 m até o vértice 242, de coordenadas N 9.075.905,1195m e E 275.730,2831m; 111°15'20" e 37,033 m até o vértice 243, de coordenadas N 9.075.891,6941m e E 275.764,7965m; 94°51'40" e 56,357 m até o vértice 244, de coordenadas N 9.075.886,9185m e E 275.820,9505m; 103°32'08" e 44,037 m até o vértice 245, de coordenadas N 9.075.876,6119m e E 275.863,7641m; 3°49'30" e 39,663 m até o vértice 246, de coordenadas N 9.075.916,1863m e E 275.866,4099m; 322°23'44" e 48,082 m até o vértice 247, de coordenadas N 9.075.954,2791m e E 275.837,0699m; 333°02'48" e 23,628 m até o vértice 248, de coordenadas N 9.075.975,3407m e E 275.826,3601m; 339°13'04" e 103,991 m até o vértice 249, de coordenadas N 9.076.072,5655m e E 275.789,4625m; 328°31'01" e 25,608 m até o vértice 250, de coordenadas N 9.076.094,4035m e E 275.776,0891m; 343°49'35" e 43,157 m até o vértice 251, de coordenadas N 9.076.135,8523m e E 275.764,0679m; 328°20'16" e 18,740 m até o vértice 252, de coordenadas N 9.076.151,8033m e E 275.754,2309m; 347°24'20" e 31,570 m até o vértice 253, de coordenadas N 9.076.182,6133m e E 275.747,3471m; 0°27'31" e 72,001 m até o vértice 254, de coordenadas N 9.076.254,6119m e E 275.747,9235m; 16°51'12" e 25,389 m até o vértice 255, de coordenadas N 9.076.278,9107m e E 275.755,2845m; 8°12'38" e 44,212 m até o vértice 256, de coordenadas N 9.076.322,6697m e E 275.761,5985m; 22°19'43" e 40,274 m até o vértice 257, de coordenadas N 9.076.359,9239m e E 275.776,8993m; 37°44'19" e 41,691 m até o vértice 258, de coordenadas N 9.076.392,8939m e E 275.802,4169m; 46°06'23" e 26,529 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ÁREA – A-48 (APP): Área destinada à implantação de empreendimentos industriais, localizada na ZI-3, abrangendo 4,2158 ha (quatro hectares, vinte e um ares e cinquenta e oito centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.075.212,4863m e E 276.078,6513m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 123°54'45" e 107,541 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.075.152,4863m e E 276.167,8986m; 270°00'00" e 161,962 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.075.152,4863m e E 276.005,9365m; 254°33'21" e 25,870 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.075.145,5971m e E 275.981,0005m; 242°59'31" e 11,377 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.075.140,4305m e E 275.970,8639m; 223°05'51" e 56,355 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.075.099,2805m e E 275.932,3597m; 218°11'53" e 15,798 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.075.086,8655m e E 275.922,5907m; 204°31'58" e 37,453 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.075.052,7937m e E 275.907,0397m; 232°52'46" e 58,793 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.075.017,3127m e E 275.860,1601m; 246°28'13" e 30,840 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.075.005,0005m e E 275.831,8841m; 228°21'22" e 16,278 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.074.994,1839m e E 275.819,7199m; 248°32'32" e 20,128 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.074.986,8207m e E 275.800,9867m; 266°00'52" e 90,843 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.074.980,5067m e E 275.710,3629m; 233°34'39" e 53,872 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.074.948,5209m e E 275.667,0139m; 251°20'14" e 15,617 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.074.943,5233m e E 275.652,2177m; 235°13'06" e 65,756 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.074.906,0129m e E 275.598,2103m; 228°59'33" e 61,799 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.074.865,4633m e E 275.551,5757m; 322°11'42" e 61,267 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.074.913,8702m e E 275.514,0205m; 45°00'00" e 30,117 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.074.935,1659m e E 275.535,3163m; 51°27'38" e 37,807 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.074.958,7215m e E 275.564,8879m; 68°26'05" e 12,663 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.074.963,3761m e E 275.576,6649m; 55°30'55" e 33,052 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.074.982,0895m e E 275.603,9087m; 45°27'42" e 19,495 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.074.995,7633m e E 275.617,8047m; 69°11'18" e 21,424 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.075.003,3751m e E 275.637,8307m; 54°37'59" e 54,235 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.075.034,7671m e E 275.682,0575m; 74°37'20" e 20,676 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.075.040,2501m e E 275.701,9937m; 85°58'41" e 79,105 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.075.045,7983m e E 275.780,9035m; 71°02'41" e 9,370 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.075.048,8419m e E 275.789,7653m; 49°23'02" e 14,958 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.075.058,5797m e E 275.801,1201m; 71°17'19" e 25,975 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.075.066,9125m e E 275.825,7223m; 47°04'10" e 15,962 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.075.077,7843m e E 275.837,4093m; 59°55'01" e 23,120 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.075.089,3733m e E 275.857,4149m; 23°51'22" e 25,636 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.075.112,8193m e E 275.867,7833m; 36°28'01" e 30,378 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.075.137,2489m e E 275.885,8385m; 44°37'45" e 82,784 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.075.196,1633m e E 275.943,9955m; 67°22'59" e 26,027 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.075.206,1723m e E 275.968,0205m; 78°41'51" e 30,906 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.075.212,2297m e E 275.998,3275m; 89°49'01" e 80,324 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Dentro da Zona Industrial 5 – ZI-5, na área destinada a implantação de empreendimentos industriais, localiza-se 01 (uma) área totalizando 3,6588 ha (três hectares, sessenta e cinco ares e oitenta e oito centiares), descritas a seguir:

ÁREA – A-49 (APP): Área destinada à implantação de empreendimentos industriais, localizada na ZI-5, abrangendo 3,6588 ha (três hectares, sessenta e cinco ares e oitenta e oito centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.084.969,6923m e E 280.261,1434m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 90°00'00" e 66,232 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.084.969,6923m e E 280.327,3757m; 131°21'25" e 22,965 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.084.954,5182m e E 280.344,6134m; 153°35'10" e 28,054 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.084.929,3931m e E 280.357,0932m; 190°23'10" e 32,898 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.084.897,0345m e E 280.351,1625m; 208°43'25" e 54,416 m até o vértice 6, de coordenadas N 9.084.849,3147m e E 280.325,0111m; 192°51'06" e 57,804 m até o vértice 7, de coordenadas N 9.084.792,9585m e E 280.312,1539m; 198°33'23" e 35,594 m até o vértice 8, de coordenadas N 9.084.759,2147m e E 280.300,8264m; 215°37'30" e 13,625 m até o vértice 9, de coordenadas N 9.084.748,1400m e E 280.292,8903m; 233°49'17" e 26,672 m até o vértice 10, de coordenadas N 9.084.732,3954m e E 280.271,3612m; 262°49'56" e 28,904 m até o vértice 11, de coordenadas N 9.084.728,7888m e E 280.242,6826m; 283°42'51" e 81,854 m até o vértice 12, de coordenadas N 9.084.748,1947m e E 280.163,1622m; 263°51'50" e 32,430 m até o vértice 13, de coordenadas N 9.084.744,7281m e E 280.130,9178m; 286°54'04" e 22,532 m até o vértice 14, de coordenadas N 9.084.751,2785m e E 280.109,3595m; 227°04'40" e 37,256 m até o vértice 15, de coordenadas N 9.084.725,9072m e E 280.082,0780m; 240°49'51" e 16,545 m até o vértice 16, de coordenadas N 9.084.717,8432m e E 280.067,6309m; 259°09'20" e 12,138 m até o vértice 17, de coordenadas N 9.084.715,5596m e E 280.055,7098m; 201°08'59" e 31,596 m até o vértice 18, de coordenadas N 9.084.686,0915m e E 280.044,3096m; 238°32'19" e 35,411 m até o vértice 19, de coordenadas N 9.084.667,6099m e E 280.014,1045m; 200°45'03" e 3,612 m até o vértice 20, de coordenadas N 9.084.664,2324m e E 280.012,8249m; 270°00'00" e 62,081 m até o vértice 21, de coordenadas N 9.084.664,2324m e E 279.950,7436m; 13°28'06" e 15,352 m até o vértice 22, de coordenadas N 9.084.679,1624m e E 279.954,3192m; 314°19'33" e 25,235 m até o vértice 23, de coordenadas N 9.084.696,7951m e E 279.936,2667m; 19°43'29" e 65,990 m até o vértice 24, de coordenadas N 9.084.758,9135m e E 279.958,5384m; 134°19'33" e 48,944 m até o vértice 25, de coordenadas N 9.084.724,7142m e E 279.993,5520m; 11°34'42" e 22,194 m até o vértice 26, de coordenadas N 9.084.746,4568m e E 279.998,0066m; 36°01'55" e 20,238 m até o vértice 27, de coordenadas N 9.084.762,8233m e E 280.009,9114m; 65°42'23" e 27,088 m até o vértice 28, de coordenadas N 9.084.773,9677m e E 280.034,6008m; 83°09'01" e 13,349 m até o vértice 29, de coordenadas N 9.084.775,5598m e E 280.047,8545m; 46°39'32" e 37,228 m até o vértice 30, de coordenadas N 9.084.801,1105m e E 280.074,9293m; 66°32'50" e 22,980 m até o vértice 31, de coordenadas N 9.084.810,2565m e E 280.096,0110m; 88°08'27" e 23,599 m até o vértice 32, de coordenadas N 9.084.811,0221m e E 280.119,5977m; 108°34'44" e 19,430 m até o vértice 33, de coordenadas N 9.084.804,8314m e E 280.138,0154m; 83°04'48" e 29,422 m até o vértice 34, de coordenadas N 9.084.808,3762m e E 280.167,2230m; 103°21'54" e 82,692 m até o vértice 35, de coordenadas N 9.084.789,2617m e E 280.247,6758m; 14°25'17" e 83,672 m até o vértice 36, de coordenadas N 9.084.870,2973m e E 280.268,5145m; 28°27'14" e 55,004 m até o vértice 37, de coordenadas N 9.084.918,6569m e E 280.294,7213m; 313°28'10" e 22,223 m até o vértice 38, de coordenadas N 9.084.933,9457m e E 280.278,5930m; 328°19'34" e 26,412 m até o vértice 39, de coordenadas N 9.084.956,4236m e E 280.264,7245m; 344°53'47" e 13,743 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Dentro da Zona Industrial – ZI, na área destinada a implantação de empreendimentos industriais, localiza-se 01 (uma) área totalizando 0,3375 ha (trinta e três ares e oitenta e oito centiares), descritas a seguir:

ÁREA – A-50 (Restinga): Área destinada à implantação de empreendimentos industriais, localizada na ZI, abrangendo 0,3375 ha (trinta e três ares e setenta e cinco centiares) com a seguinte delimitação: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9.077.698,2397m e E 279.826,6112m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 180°10'10" e 173,336 m até o vértice 2, de coordenadas N 9.077.524,9049m e E 279.826,0984m; 232°33'32" e 15,995 m até o vértice 3, de coordenadas N 9.077.515,1810m e E 279.813,3991m; 290°05'33" e 35,226 m até o vértice 4, de coordenadas N 9.077.527,2827m e E 279.780,3165m; 22°21'11" e 74,882 m até o vértice 5, de coordenadas N 9.077.596,5381m e E 279.808,7953m; 9°56'10" e 103,250 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

QUADRO 3 – QUADRO DE ÁREAS PARA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO

	Obra	Zoneamento Suape	Descrição	Manguezal	Restinga	APP	Total
1	Acesso a Adheteck	ZI	Área-A-1			0,3616	0,3616
2	Alças da Express Way	ZPEc	Área-A- 2			0,5495	1,3845
			Área-A- 3			0,8350	
3	Acesso a ZI-3	ZI-3	Área-A- 4			0,7437	7,3056
			Área-A- 5			2,5079	
			Área-A- 6			2,5097	
			Área-A- 7			0,4953	
			Área-A- 8			0,4632	
			Área-A- 9			0,5858	
4	ZCS	ZCS	Área-A- 10			5,5674	5,5674
5	Rodoferrovia -Rodovia 2ª Fase	ZIP	Área-A-11		0,5178		7,6406
			Área-A- 12	0,8449			
			Área-A- 13	0,9295			
			Área-A- 14	0,8349			
			Área-A- 15		0,2073		
		ZPC	Área-A- 16	4,1354			
			Área-A-17		0,1708		
6	Rodoferrovia - Ferrovia	ZI	Área-A-18			0,1832	11,6411
			Área-A- 19			0,2375	
			Área-A- 20			0,1893	
			Área-A-21			0,1800	
			Área-A- 22			0,1916	
			Área-A- 23	0,5243			
			Área-A- 24			1,3721	
			Área-A- 25			1,2400	
			Área-A- 26		0,2821		
		ZIP	Área-A- 27	0,3932			
			Área-A- 28		0,0777		
		ZPC	Área-A- 29	0,3847			
			Área-A- 30		0,5553		
			Área-A- 31	0,6239			
			Área-A- 32	1,9604			
			Área-A- 33	3,2458			
7	Cais 8 e 9	ZIP	Área-A- 34		0,3046		0,6706
			Área-A- 35	0,3660			
8	Promar	ZIP	Área-A- 36	0,3511			0,3511
9	Cocaia	ZIP	Área-A- 37	22,6914			22,6914
10	CMO	ZIP	Área-A- 38	0,9023			17,3940
			Área-A- 39		15,5688		
			Área-A- 40			0,5343	
			Área-A- 41			0,3886	
11	ZI-3 CONDÔMINIO	ZI-3	Área-A- 42			8,6711	70,6152
			Área-A- 43			0,7856	
			Área-A- 44			2,894	
			Área-A- 45			20,4363	
			Área-A- 46			5,8185	
			Área-A- 47			27,7939	
			Área-A- 48			4,2158	
12	Empreend. Industriais	ZI-5	Área-A- 49			3,6588	3,6588
13	Empreend. Industriais	ZI	Área-A-50		0,3375		0,3375
	Total Geral	**38,1878**	**18,0219**	**93,4097**	**149,6194**		

"

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 7ª Comissões.

MENSAGEM Nº 160/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Submeto, à apreciação dessa Casa, o Projeto de Lei anexo, que tem por objetivo modificar a Lei nº 10.259, de 27 de janeiro de 1989, que institui o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

A presente proposição consiste em estabelecer alíquota do ICMS de 4% (quatro por cento) nas operações interestaduais com bens e mercadorias de origem estrangeira. A medida decorre da Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012, do Senado Federal.

Na certeza de contar com o indispensável apoio para apreciação deste Projeto, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e Ilustres Deputados protestos de elevado apreço e distinta consideração, solicitando a adoção do regime de urgência previsto no art. 21 da Constituição do Estado.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1222/2012

Ementa: Modifica a Lei nº 10.259, de 27 de janeiro de 1989, que institui o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, relativamente à alíquota aplicável em operações interestaduais com bens e mercadorias importados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 10.259, de 27 de janeiro de 1989, que institui o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 23. As alíquotas do imposto são as seguintes:
.....

III - nas operações ou prestações interestaduais que destinem mercadoria ou serviço a contribuinte para fim de industrialização, fabricação de semi-elaborado, comercialização ou produção, observado o disposto no § 2º: (NR)

a) 4% (quatro por cento), nas operações com bens ou mercadorias importados do exterior, a partir do termo inicial de vigência previsto na Resolução do Senado Federal nº 13, de 25 de abril de 2012, observado o disposto no § 5º; ou (AC)

b) 12% (doze por cento), nas demais operações ou prestações; (REN/NR)
.....
§ 5º Relativamente à alíquota prevista na alínea "a" do inciso III, observar-se-á: (AC)

I - aplica-se aos bens e mercadorias que, após seu desembaraço aduaneiro:

a) não tenham sido submetidos a processo de industrialização; ou

b) se submetidos a qualquer processo de transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação ou recondicionamento, resultem em mercadorias ou bens com conteúdo de importação superior a 40% (quarenta por cento), correspondente ao quociente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual da mercadoria ou bem; e

II - não se aplica:

a) aos bens e mercadorias importados do exterior que não tenham similar nacional, definidos em lista específica editada pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX;

b) aos bens produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto-Lei Federal nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis Federais nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, e nº 11.484, de 31 de maio de 2007; e

c) às operações que destinem gás natural importado do exterior a outros Estados.
.....".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 12ª Comissões.

MENSAGEM Nº 161/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que estabelece novo disciplinamento para a concessão da Gratificação Pacto Pela Vida - GPPV aos Policiais Civis e Policiais Militares, e dá outras providências.

As alterações propostas visam aprimorar os critérios para a atribuição da Gratificação Pacto Pela Vida – GPPV aos Policiais Civis e Militares lotados em Área Integrada de Segurança – AIS e Grupo de Unidades Operacionais, objetivando o aperfeiçoamento das ações e a obtenção de melhores resultados para as operações de repressão ao Crack, Malhas da lei e Mandados.

A melhoria dos resultados das operações acima referidas, em consequência das alterações propostas, contribuirá, segundo a justificativa apresentada, para o atingimento das metas do Pacto Pela Vida.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1223/2012

Ementa: Altera a Lei nº 14.320, de 27 de maio de 2011, que estabelece novo disciplinamento para a concessão da Gratificação Pacto Pela Vida - GPPV aos Policiais Civis e Policiais Militares, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Os arts. 1°, 2°, 4°, 5º, 6º e 7º da Lei nº 14.320, de 27 de maio de 2011, que estabelece novo disciplinamento para a concessão da Gratificação Pacto Pela Vida - GPPV aos Policiais Civis e Policiais Militares, e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Gratificação Pacto Pela Vida - GPPV, destinada aos policiais civis e militares selecionados, conforme respectiva lotação, devida em função da produtividade em Área Integrada de Segurança (AIS) e em Grupo de Unidades Operacionais (GUO), dispostos nos termos do Anexo Único da presente Lei. (NR)
.....

§1º. Entende-se por policial civil ou militar selecionado para percepção da GPPV aquele que contribua diretamente na produtividade de cada indicador da AIS ou do GUO classificados no ranking de produtividade, seja apreendendo drogas, ou cumprindo mandados de prisão ou de apreensão de menor infrator, ou participando de investigação que resulte em expedição do mandado de prisão ou de apreensão de menor infrator. (NR)

§2º. Para efeitos do parágrafo anterior serão selecionados até 10 (dez) policiais por AIS ou GUO de cada Órgão Operativo, após ranking de produtividade, conforme critérios regulamentados por decreto. (NR)

Art. 2º .....

I - .....

II - cumprimento de mandado de prisão e de apreensão de menor infrator, denominada GPPV Malhas da Lei; (NR)

III - Mandado de Prisão e de apreensão de menor infrator decorrente de inquérito policial, denominada GPPV Mandados. (NR)

Parágrafo único. Para efeitos desta lei cada grama de cocaína ou pasta base equivale a 3 (três) gramas de crack. (AC)"

"Art. 4º .....

I - corresponderá, nos casos do inciso I e II do art. 2º desta Lei, a soma total do indicador mensal dividida por 90% (noventa por cento) do efetivo total de policiais civis e policiais militares lotados em AIS ou em GUO, de acordo com o quantitativo informado pelo sistema SAD/RH no mês de referência da operação; (NR)

II - corresponderá, no caso do inciso III do art. 2º desta Lei, a soma total do indicador mensal dividida pelo quantitativo total de delegados disponíveis lotados em AIS ou em GUO, de acordo com a GRH/PCPE. (NR)

Parágrafo único. O quantitativo do efetivo de policiais civis e policiais militares para fins dos incisos I do *caput* será computado conforme informações disponíveis em cada mês no sistema SAD/RH, as quais serão atualizadas mensalmente pelos órgãos operativos competentes. (NR)

Art. 5º .....

I - .....

a) cada apreensão de *crack* só poderá ser contabilizada no total da AIS ou do GUO a partir da quantidade mínima de 12 (doze) gramas. (NR)

b) não perceberão a GPPV os policiais civis e militares lotados em AIS ou GUO, quando a AIS ou GUO apreender menos de 200 (duzentos) gramas de *crack* no mês de apuração. (NR)

c) não perceberão a GPPV os policiais civis ou militares cujo órgão operativo, na respectiva AIS, apreenda menos de 50 (cinquenta) gramas de *crack*. (NR)

d) as apreensões mediante prisão em flagrante ou apreensão de menor infrator serão computadas para efeito do ranking com ponderação de peso 05 (cinco) e as apreensões sem prisão em flagrante ou apreensão de menor infrator serão computadas com ponderação de peso 01 (um). (AC)

II - .....

a) o cumprimento de mandado de prisão ou de apreensão de menor infrator será comprovado mediante documento comprobatório de efetivo recolhimento da lavra da autoridade policial ou judiciária que o expediu, com cópia do respectivo mandado. (NR)

b) não perceberão a GPPV os policiais civis e militares lotados em AIS ou GUO, quando a AIS ou GUO cumprir menos de 06 (seis) mandados de prisão ou apreensão de menor infrator no mês de apuração. (NR)

c) não perceberão a GPPV os policiais civis ou militares cujo órgão operativo, na respectiva AIS, cumpra menos de 03 (três) mandados de prisão ou apreensão de menor infrator no mês de apuração. (NR)

d) não será computado o cumprimento do mandado de prisão ou apreensão de menor infrator nos seguintes casos: (NR)

1. pensão alimentícia; (AC)

2. depositário infiel; (AC)

3. renovação da custódia temporária; (AC)

4. conversão da custódia temporária em preventiva. (AC)

e) o cumprimento de mandado relativo ao Crime Violento Letal Intencional - CVLI será ponderado com peso 02 (dois) para efeito da produtividade. (AC)

III - .....

a) apresentação mínima de 06 (seis) mandados de prisão ou de apreensão de menor infrator por AIS ou GUO, expedidos no mês de apuração e decorrentes de Inquéritos Policiais ou procedimentos para apuração de ato infracional de menor, com seus respectivos indiciamentos ou representações. (NR)

b) não será computado o mandado de prisão ou apreensão de menor infrator relativo a: (NR)

1. pensão alimentícia; (AC)

2. depositário infiel; (AC)

3. renovação do mandado de prisão ou de apreensão de menor infrator por vencimento da validade do mandado; (AC)

c) o mandado relativo ao Crime Violento Letal Intencional - CVLI será ponderado com peso 02 (dois) para efeito da produtividade. (NR)

Parágrafo único. REVOGADO

Art. 6º Perceberão a GPPV até 10 (dez) Policiais de cada órgão operativo, selecionados e lotados em AIS ou GUO classificadas nas 15 (quinze) primeiras posições do ranking de produtividade, de um total de 26 (vinte e seis) AIS e 10 (dez) GUO. (NR)

§1º .....
.....

Art. 7º .....
.....

III - .....

§1º REVOGADO

§2° Os valores de que trata o presente artigo serão pagos aos policiais selecionados nos termos do art. 1º. (NR)"

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 14.320, de 2011, passa a vigorar com a redação constante no Anexo Único.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º janeiro de 2013.

ANEXO ÚNICO

ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA (AIS)

01	AIS 01 - Santo Amaro
02	AIS 02 - Espinheiro
03	AIS 03 - Boa Viagem
04	AIS 04 - Várzea
05	AIS 05 - Apipucos
06	AIS 06 - Jaboatão dos Guararapes
07	AIS 07 - Olinda
08	AIS 08 - Paulista
09	AIS 09 - São Lourenço da Mata
10	AIS 10 - Cabo de Santo Agostinho
11	AIS 11 - Nazaré da Mata
12	AIS 12 - Vitória de Santo Antão
13	AIS 13 - Palmares
14	AIS 14 - Caruaru
15	AIS 15 - Belo Jardim
16	AIS 16 - Limoeiro
17	AIS 17 - Santa Cruz do Capibaribe
18	AIS 18 - Garanhuns
19	AIS 19 - Arcoverde
20	AIS 20 - Afogados da Ingazeira
21	AIS 21 - Serra Talhada
22	AIS 22 - Floresta
23	AIS 23 - Salgueiro
24	AIS 24 - Ouricuri
25	AIS 25 - Cabrobó
26	AIS 26 - Petrolina

GRUPOS DE UNIDADES OPERACIONAIS (GUO)

27	DENARC - Departamento de Repressão ao Narcotráfico
28	DEPATRI - Departamento de Repressão aos Crimes Patrimoniais
29	DHPP - Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa
30	DPMUL - Departamento de Polícia da Mulher
31	GPCA - Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente
32	GPE - Gerência de Polícia Especializada
33	CIOSAC - Companhia Independente de Operações e Sobrevivência na Área de Caatinga
34	CIPMOTO - Companhia Independente de Policiamento com Motocicleta
35	BPRP - Batalhão de Polícia de Radiopatrulha
36	Outras PM - Demais Batalhões e Companhias Independentes Especializadas
TOTAL GERAL	**36**

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

MENSAGEM Nº 162/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei, que altera o Anexo I da Lei nº 13.487, de 1° de julho de 2008, e alterações, e dá outras providências.

A proposição anexa visa a reduzir, de 311 para 273, o quantitativo da Gratificação por Encargo Policial Civil denominada "Delegacia de Nível 3 (130); Adjunto de Delegacia (181)", símbolo GEPC-5.

Trata-se de alteração legislativa complementar à que foi recentemente introduzida por meio da Lei nº 14.787, de 1º de outubro de 2012, com o mesmo objetivo de assegurar uma melhor organização operacional à Polícia Civil do Estado de Pernambuco.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1224/2012

Ementa: Altera o Anexo I da Lei nº 13.487, de 1° de julho de 2008, e alterações, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O Anexo I da Lei nº 13.487, de 1° de julho de 2008, e alterações, passa a vigorar com a redação constante do Anexo Único.

Art. 2º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO ÚNICO

"**ANEXO I**
GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO POLICIAL CIVIL – GEPC

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANT.	VALOR
Delegacia Seccional	GEPC-1	26	2.900,00
Delegacia Especializada (40); Delegacia Circunscricional de Nível 1, com Regime de Plantão (12); Coordenação (07)	GEPC-2	59	1.275,00
Delegacia de Nível 1	GEPC-3	32	1.100,00
Delegacia de Nível 2	GEPC-4	76	985,00
Delegacia de Nível 3 (130); Adjunto de Delegacia (181)	GEPC-5	273 (NR)	870,00
Escrivão da Polícia	GEPC-6	33	800,00
Agente de Polícia	GEPC-6	99	800,00

"

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

MENSAGEM Nº 163/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei, que institui a Gratificação de Serviço de Fiscalização – GSF, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco- DETRAN, e dá outras providências.

Com a ampliação do processo de fiscalização como meta comum ao Governo do Estado, à Secretaria das Cidades e ao DETRAN, grandes esforços estão sendo envidados para enfrentar o crescimento da frota de veículos e da demanda de serviços dela decorrentes.

Dessa forma, verifica-se que a proposição ora encaminhada assegurará uma melhor estrutura operacional ao DETRAN/PE, que contará com as gratificações imprescindíveis ao desempenho de suas atividades, notadamente quanto à atividade de fiscalização, à operação "Lei Seca" e ao comitê de prevenção de acidentes de moto.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o artigo 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1225/2012

Ementa: Institui a Gratificação de Serviço de Fiscalização – GSF, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco- DETRAN, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco- DETRAN, a Gratificação de Serviço de Fiscalização - GSF, a ser atribuída aos servidores ocupantes do cargo de Assistente de Trânsito que desempenhem a função de Agentes de Trânsito e atuem diuturnamente e em regime de escala de doze por vinte e quatro horas na atividade de fiscalização, na operação "Lei Seca" e no comitê de prevenção de acidentes de moto.

§ 1º. A percepção da gratificação de que trata o *caput* não poderá ser cumulada com a Gratificação de Serviço Extraordinário.

§ 2º. Cada equipe operacional será composta por 04 (quatro) servidores referidos no *caput* e, a cada grupo de 05 (cinco) equipes operacionais, por 01 (um) Coordenador.

§ 3º. A gratificação de que trata o *caput* possui natureza de premiação meritória, não integrando, para qualquer efeito, a remuneração funcional do servidor favorecido.

Art. 2º A GSF será paga de acordo com os valores e com o quantitativo estabelecidos no Anexo Único.

Art. 3º Os critérios de concessão e demais normas regulamentares serão definidos em decreto específico, a ser editado no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 4º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO ÚNICO

DENOMINAÇÃO	QUANTITATIVO	VALOR (R$)
Gratificação de Serviço de Fiscalização - Agente	190	1.360,00
Gratificação de Serviço de Fiscalização - Coordenador	10	1.780,00
TOTAL	**200**	**-**

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

MENSAGEM Nº 164/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei, que autoriza a sua supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente nas áreas que especifica, e dá outras providências.

A aprovação da presente proposição é imprescindível à viabilização das obras de construção da Barragem Serro Azul, no Município de Palmares, neste Estado.

A execução de qualquer obra ou serviço no local onde haverá supressão de vegetação somente será iniciada depois de ultimado o licenciamento por parte da Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH, que acompanhará todas as fases técnicas da obra.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

Palácio do Campo das Princesas, em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1226/2012

Ementa: Autoriza a sua supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente na área que especifica, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a supressão de segmento de vegetação em área de preservação permanente, de acordo com o inciso I do § 1º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995, com área de 20,00 ha (vinte hectares), composta de vegetação nativa típica do Bioma Mata Atlântica e de vegetação exótica, localizada no Município de Palmares, neste Estado, conforme Memorial Descritivo constante do Anexo Único, para fins de viabilizar a obra da construção da Barragem Serro Azul.

Art. 2º A autorização para supressão da vegetação de que trata esta Lei fica condicionada à compensação da vegetação suprimida com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em, no mínimo 20,00 ha (vinte hectares), correspondentes à área degradada, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 1995.

Art. 3º A execução de qualquer obra ou serviço no local onde haverá supressão de vegetação permanente somente será iniciada depois de ultimado o licenciamento por parte da Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH, que acompanhará todas as fases técnicas da obra.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

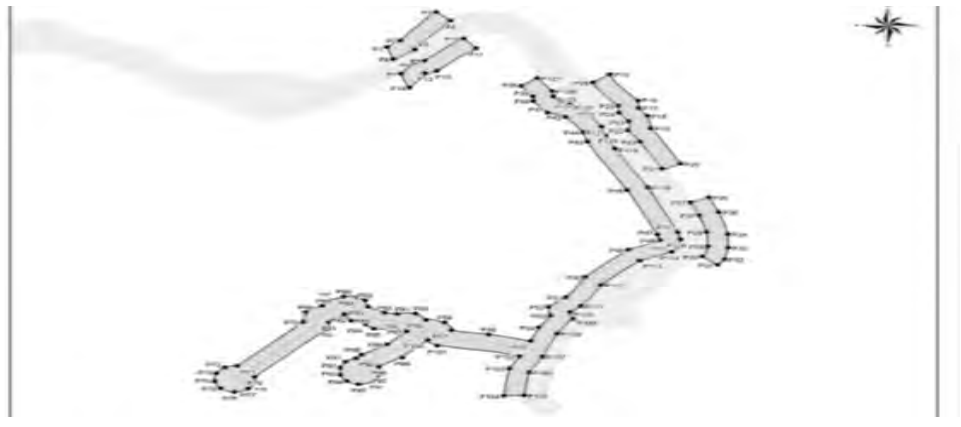
ANEXO ÚNICO
MEMORIAL DESCRITIVO

Área de Intervenção	Área (m^2)	Área (ha)	Tipo Vegetacional
APP do Rio Una	200.000	20,00	A vegetação encontra-se descaracterizada da original devido à ação antrópica, sendo encontrados alguns indivíduos da Mata Atlântica, tais como Cajazeira (*Spondia lutea* L.), Ingazeira (*Inga sp.),* Embaúba (*Cecropia pachystachia*), Jenipapo (*Genipa americana*), Chifre de Bode (*Machaerium hirtum* (Vell.) Stelfeld) e exóticas como Mangueira *(Mangifera indica L.*), Jaqueira (*Artocarpus heterophyllus* Lam.) e Azeitona *(Syzygium jabolanum* (Lam.) DC).

Coordenadas de referência UTM DATUM SIRGAS 2000

PONTO	E	N	PONTO	E	N	PONTO	E	N
P1	206.079,853	9.049.861,165	**P44**	206.561,430	9.049.537,276	**P87**	206.128,748	9.048.779,054
P2	206.112,807	9.049.886,875	**P45**	206.572,631	9.049.501,211	**P88**	206.079,806	9.048.729,475
P3	206.201,110	9.049.994,869	**P46**	206.669,643	9.049.316,431	**P89**	206.017,715	9.048.690,399
P4	206.237,006	9.049.961,699	**P47**	206.744,036	9.049.147,077	**P90**	206.004,025	9.048.676,698
P5	206.148,764	9.049.851,448	**P48**	206.750,332	9.049.126,142	**P91**	205.978,451	9.048.663,224
P6	206.095,164	9.049.815,664	**P49**	206.672,970	9.049.090,107	**P92**	205.964,965	9.048.640,018
P7	206.113,992	9.049.759,716	**P50**	206.566,993	9.048.986,008	**P93**	205.965,711	9.048.612,851
P8	206.143,965	9.049.800,643	**P51**	206.519,311	9.048.908,625	**P94**	205.981,523	9.048.589,058
P9	206.172,607	9.049.809,879	**P52**	206.476,349	9.048.872,240	**P95**	206.010,254	9.048.577,682
P10	206.268,680	9.049.893,762	**P53**	206.481,612	9.048.839,415	**P96**	206.045,527	9.048.585,147
P11	206.299,138	9.049.856,552	**P54**	206.452,515	9.048.793,765	**P97**	206.061,204	9.048.613,244
P12	206.201,925	9.049.770,358	**P55**	206.432,598	9.048.742,815	**P98**	206.060,323	9.048.644,635
P13	206.173,321	9.049.762,348	**P56**	206.330,133	9.048.766,743	**P99**	206.118,023	9.048.678,810
P14	206.135,164	9.049.706,166	**P57**	206.238,445	9.048.783,276	**P100**	206.180,444	9.048.746,016
P15	206.626,640	9.049.758,276	**P58**	206.221,718	9.048.812,856	**P101**	206.203,758	9.048.723,821
P16	206.696,961	9.049.657,262	**P59**	206.175,962	9.048.823,108	**P102**	206.405,637	9.048.683,690
P17	206.698,653	9.049.628,796	**P60**	206.149,984	9.048.846,992	**P103**	206.380,619	9.048.638,015
P18	206.720,032	9.049.599,471	**P61**	206.104,968	9.048.845,126	**P104**	206.366,889	9.048.533,311
P19	206.727,599	9.049.551,818	**P62**	206.073,620	9.048.849,694	**P105**	206.417,372	9.048.535,078
P20	206.801,756	9.049.417,333	**P63**	206.033,736	9.048.872,508	**P106**	206.429,261	9.048.622,739
P21	206.755,188	9.049.398,459	**P64**	206.008,030	9.048.908,992	**P107**	206.461,958	9.048.682,693
P22	206.671,464	9.049.543,571	**P65**	206.026,477	9.048.897,356	**P108**	206.498,336	9.048.770,758
P23	206.673,327	9.049.578,661	**P66**	205.973,839	9.048.911,592	**P109**	206.537,653	9.048.826,448
P24	206.649,612	9.049.611,190	**P67**	205.939,085	9.048.897,972	**P110**	206.530,072	9.048.852,216
P25	206.648,015	9.049.638,039	**P68**	205.920,856	9.048.876,167	**P111**	206.556,761	9.048.875,161
P26	206.585,707	9.049.726,674	**P69**	205.879,897	9.048.851,848	**P112**	206.607,019	9.048.955,215
P27	206.824,936	9.049.269,747	**P70**	205.874,457	9.048.814,721	**P113**	206.700,454	9.049.047,476
P28	206.864,517	9.049.157,192	**P71**	205.712,256	9.048.647,480	**P114**	206.779,964	9.049.081,437
P29	206.868,265	9.049.102,549	**P72**	205.682,063	9.048.641,809	**P115**	206.797,189	9.049.099,464
P30	206.853,700	9.049.063,710	**P73**	205.660,885	9.048.619,554	**P116**	206.801,149	9.049.128,849
P31	206.892,449	9.049.032,110	**P74**	205.656,717	9.048.589,117	**P117**	206.794,360	9.049.156,539
P32	206.909,714	9.049.053,281	**P75**	205.671,133	9.048.561,988	**P118**	206.720,773	9.049.327,105
P33	206.918,330	9.049.098,127	**P76**	205.704,909	9.048.547,891	**P119**	206.639,961	9.049.475,306
P34	206.917,633	9.049.149,310	**P77**	205.739,240	9.048.560,580	**P120**	206.616,071	9.049.526,349
P35	206.870,871	9.049.289,494	**P78**	205.754,765	9.048.587,090	**P121**	206.607,630	9.049.558,103
P36	206.895,314	9.049.233,099	**P79**	205.755,327	9.048.605,707	**P122**	206.552,073	9.049.632,912
P37	206.846,884	9.049.220,508	**P80**	205.928,681	9.048.785,443	**P123**	206.528,183	9.049.648,159
P38	206.409,092	9.049.713,175	**P81**	205.937,665	9.048.814,121	**P124**	206.503,383	9.049.655,069
P39	206.438,579	9.049.673,729	**P82**	205.975,803	9.048.845,223	**P125**	206.488,604	9.049.673,411
P40	206.439,054	9.049.655,215	**P83**	205.991,909	9.048.819,140	**P126**	206.485,807	9.049.694,015
P41	206.474,511	9.049.611,210	**P84**	206.027,496	9.048.804,383	**P127**	206.449,069	9.049.743,206
P42	206.518,617	9.049.594,948	**P85**	206.046,765	9.048.788,890			
P43	206.701,688	9.049.501,145	**P86**	206.105,796	9.048.781,239			

Croqui da Área de Preservação Permanente onde ocorrerá a intervenção
Coordenadas de Referência UTM DATUM SIRGAS 2000



**Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.**

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 7ª Comissões.

MENSAGEM Nº 165/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei que altera a Lei nº 14.768, de 27 de setembro de 2012, que institui o Chapéu de Palha–Emergencial de Estiagem, e dá outras providências.

A presente proposição tem por objetivo aprimorar o Chapéu de Palha-Emergencial de Estiagem, tendo em vista as suas peculiaridades em relação aos demais.

Assim, o Chapéu de Palha-Emergencial de Estiagem atenderá, de forma mais satisfatória, às famílias dos agricultores, residentes nos Municípios que tiveram a situação de emergência ou o estado de calamidade pública reconhecidos pela União Federal entre janeiro e outubro de 2012.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

**Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.**

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1227/2012

Ementa: Altera a Lei nº 14.768, de 27 de setembro de 2012, que institui o Chapéu de Palha – Emergencial de Estiagem, e dá outras providências.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 14.768, de 27 de setembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

§ 1º .....

I – sejam atendidos pelo benefício Bolsa Estiagem do Governo Federal - Auxílio Emergencial - Lei Federal nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; ou (NR)

II – (REVOGADO)

III – (REVOGADO)

IV - .....
.....

Art. 3º .....

I - .....

II – (REVOGADO)
.....

Art. 7º (REVOGADO)

Art. 8º (REVOGADO)
....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.**

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 8ª Comissões.

MENSAGEM Nº 166/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre medidas de cooperação entre o Estado de Pernambuco e Municípios para fins de remoção de edificações em áreas de risco.

O Projeto de Lei ora encaminhado tem por fundamento o disposto no inciso IX do art. 23 da Constituição Federal, o qual fixa como competência comum da União, dos Estados e dos Municípios "promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico".

Nesse contexto, a proposição anexa visa a disciplinar a cooperação entre o Estado de Pernambuco e os Municípios do Estado nos quais se verifique a necessidade de intervenções em áreas suscetíveis a desastres, por força da existência de ocupações irregulares

Nas hipóteses em que a remoção de edificações se mostrar necessária, tal medida será promovida pelo Poder Executivo estadual, a título de cooperação com o Município, garantindo-se, todavia, o direito à moradia das famílias removidas, seja pelo reassentamento dos ocupantes em unidades habitacionais entregues pelo Poder Público, seja por meio do pagamento em pecúnia, segundo laudo de avaliação específico, do valor correspondente às benfeitorias e eventuais fundos de comércio abrangidos pela remoção.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

**Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.**

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1228/2012

Ementa: Dispõe sobre medidas de cooperação entre o Estado de Pernambuco e Municípios para fins de remoção de edificações em áreas de risco.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DECRETA:

Art. 1º Verificada a existência de ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, o Poder Executivo estadual, quando necessário, promoverá, a título de cooperação com o Município, a remoção das edificações existentes nas referidas áreas.

§ 1º As áreas de que trata o *caput* deverão ser individualizadas, na forma de memoriais descritivos, por decreto.

§ 2° A efetivação da remoção somente se dará mediante a prévia observância dos seguintes procedimentos:

I – realização de vistoria no local e elaboração de laudo técnico que demonstre os riscos da ocupação para a integridade física dos ocupantes ou de terceiros;

II – notificação da remoção aos ocupantes, acompanhada de cópia do laudo técnico.

§ 3º Aqueles que tiverem suas moradias removidas deverão ser abrigados, quando necessário, e cadastrados pelo Poder Executivo estadual para garantia de atendimento habitacional em caráter definitivo, que se efetivará por meio de uma das seguintes medidas:

I – reassentamento dos ocupantes em unidades habitacionais entregues pelo Poder Público; ou,

II – pagamento em pecúnia, segundo laudo de avaliação específico, do valor correspondente às benfeitorias e eventuais fundos de comércio abrangidos pela remoção.

§ 4º A medida de que trata o inciso II do § 3º só será adotada nas hipóteses em que seja verificada significativa desproporcionalidade entre a unidade habitacional disponibilizada pelo Poder Público e as benfeitorias e eventuais fundos de comércio abrangidos pela remoção.

Art. 2º A remoção de que trata o art. 1º será efetivada por intermédio da Companhia Estadual de Habitação – CEHAB, da Secretaria da Casa Militar e da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 3º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.**

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 4ª Comissões.

MENSAGEM Nº 167/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que altera a Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de excepcional interesse público de que trata o inciso VII do art. 97 da Constituição Estadual.

Para atender às necessidades de excepcional interesse público de que trata o inciso VII do art. 97 da Constituição Estadual, faz-se mister o ajuste na Lei supramencionada, de modo a disciplinar de forma mais adequada o instrumento normativo no âmbito do Estado de Pernambuco.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Augusta Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito que o presente Projeto de Lei Complementar seja apreciado em regime de urgência, na forma preconizada no art. 21 da Constituição Estadual.

No ensejo, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares os meus protestos de elevada consideração e distinto apreço.

**Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.**

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1229/2012

Ementa: Altera a Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de excepcional interesse público de que trata o inciso VII do art. 97 da Constituição Estadual.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DECRETA:

Art. 1º Os arts. 1°, 4°, 9°, 10, 11, 12, 13 e 14 da Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de excepcional interesse público de que trata o inciso VII do art. 97 da Constituição Estadual, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público, a Administração direta e indireta do Estado de Pernambuco poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, consoante o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e art. 97, inciso VII, da Constituição Estadual, nas condições e prazos previstos nesta Lei. (NR)
.....

Art. 4° .....

I - .....

II - .....

§ 1º As prorrogações de que trata este artigo poderão ser sucessivas e ter prazos diferenciados, conforme a necessidade do serviço a ser executado, obedecidos os prazos totais previsto nos incisos I e II. (NR)

§ 2º Na hipótese de celebração de contratos sucessivos, com intervalos inferiores a doze meses, o prazo total a que se refere o inciso II deste art., deverá considerar o somatório dos prazos dos referidos contratos. (AC)

Art. 4º-A Será admitida a acumulação de dois vínculos de professor ou de dois vínculos privativos de profissionais de saúde, desde que haja compatibilidade de horário. (AC)

Parágrafo único. O prazo máximo de permanência do contratado temporário no Estado de Pernambuco, a que se refere o inciso II do art. 4º será contado a partir do primeiro vínculo assumido com a administração direta ou indireta do Estado. (AC)
.....

Art. 9° Deverá ser observado o interstício mínimo de 12 (doze) meses, quando alcançado o prazo total a que se refere o inciso II do art. 4º para celebração de novo contrato temporário. (NR)

I - REVOGADO

II - REVOGADO

III - REVOGADO

Parágrafo único. .....

Art. 10. Ficam assegurados aos contratados temporários os seguintes direitos: (NR)

I – férias; (AC)

II – adicional de férias; (AC)

III - gratificação natalina; (AC)

IV - vale transporte; (AC)

V - diárias; (AC)

VI – licença maternidade; (AC)

VII – licença paternidade; (AC)

VIII – afastamento por motivo de casamento; (AC)

IX – afastamento por motivo de luto; (AC)

§ 1º. O contratado fará jus a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas, acrescidas do terço constitucional, a cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato temporário, não sendo devida a indenização por férias não gozadas quando da rescisão contratual antes do período aquisitivo, exceto no caso em que o contratado temporariamente assuma, ininterruptamente, outro vínculo temporário com órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual. (NR)

§ 2º. A gratificação natalina será correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o contratado faça jus por mês de exercício no respectivo ano, a ser percebida no mês de dezembro, considerando-se como mês integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias. (NR)

§ 3º. A concessão das diárias deverá observar o disposto no Decreto nº 25.845/2003 e alterações. (AC)

§ 4º A licença maternidade será concedida no período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos. (AC)

§ 5º A licença paternidade será concedida no período de 5 (cinco) dias consecutivos. (AC)

§ 6º O afastamento por motivo de casamento será concedido pelo período de 3 (três) dias consecutivos. (AC)

§ 7º O afastamento por motivo de luto será concedido pelo período de 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica. (AC)

Art. 11. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante procedimento administrativo específico, concluído no prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período, desde que devidamente motivado, e assegurada ampla defesa. (NR)

§1º O procedimento administrativo específico previsto no *caput* será realizado no órgão de lotação do contratado, sendo instaurado a partir da publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por três servidores estáveis. (AC)

§ 2º A comissão lavrará, até cinco dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indiciação em que serão transcritas as informações referentes ao ato imputado ao contratado temporariamente, bem como promoverá a notificação pessoal do contratado indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, sendo-lhe assegurada vista ao processo. (AC)

§ 3º Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do contratado temporariamente, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o dispositivo legal infringido e remeterá o processo ao Secretário de Administração, para homologação. (AC)

§ 4º No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, o Secretário de Administração proferirá a sua decisão. (AC)

Art. 12. .....
.....

Art. 12-A Do procedimento administrativo previsto no art. 11 poderá resultar: (AC)

I - o arquivamento, quando insubsistentes ou insuficientes as provas que indiquem a responsabilidade do contratado; (AC)

II – a rescisão contratual unilateral, que será aplicada:

a) pela desobediência do contratado à ordem superior, exceto quando manifestamente ilegal, ou falta de cumprimento do dever, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 11; (NR)

b) pela inassiduidade, impontualidade, indisciplina, ausência de idoneidade moral ou inaptidão para o exercício da função pelo contratado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 11. (AC)

Art. 13. REVOGADO.

Art.14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se, também, às contratações temporárias ainda vigentes." (NR)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

MENSAGEM Nº 168/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Submeto, à apreciação dessa Casa, o Projeto de Lei anexo, que tem por objetivo modificar a Lei nº 13.974, de 16 de dezembro de 2009, que trata do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ICD, consistindo basicamente em aprimorar a referida Lei, tornando-a mais compreensível para os contribuintes e de maior eficácia para a Administração Fazendária.

As alterações não afetarão a estrutura de receita prevista nas leis orçamentárias, nem contrariará o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Na hipótese de ser verificada eventual perda de receita, esta pode ser considerada na estrutura de receita da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no Demonstrativo de Estimativa de Renúncia de Receita para os exercícios de 2011 a 2013, compreendendo os benefícios fiscais em geral. Ademais, a mencionada renúncia não irá afetar as metas de resultados fiscais previstas na citada LDO.

Na certeza de contar com o indispensável apoio para apreciação deste Projeto, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e Ilustres Deputados protestos de elevado apreço e distinta consideração, solicitando a adoção do regime de urgência previsto no art. 21 da Constituição do Estado.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1230/2012

Ementa: Introduz modificações na Lei nº 13.974, de 16 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a legislação tributária do Estado relativa ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ICD.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 13.974, de 16 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a legislação tributária do Estado relativa ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ICD, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 1º .....
.....

§ 6º Para os efeitos desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto, na transmissão por doação, na data: (AC)

I - da instituição de usufruto convencional ou de qualquer outro direito real;

II - da lavratura do contrato de doação, ainda que a título de adiantamento de legítima;

III - da renúncia à herança ou ao legado em favor de pessoa determinada;

IV - da homologação judicial ou da lavratura de escritura pública de partilha ou da adjudicação extrajudicial, decorrente de inventário, divórcio ou dissolução de união estável, em relação aos excedentes de meação e quinhão que beneficiar as partes;

V - do arquivamento na Junta Comercial, na hipótese de transmissão de quota de participação em empresas ou do patrimônio do empresário individual; ou

VI - do ato ou negócio jurídico que crie ou extinga direitos.

§7º Não se aplica o disposto no inciso III do § 6º na hipótese de renúncia à herança ou legado feita sem ressalvas, em benefício do monte e que não tenha o renunciante praticado qualquer ato que demonstre aceitação.
.....

Art. 5º .....
.....

§ 3º Na hipótese de bens móveis ou imóveis financiados ou adquiridos na modalidade de consórcios, considera-se como base de cálculo: (NR)

I – o valor integral do bem, quando acobertado por seguro total; ou (REN)

II – nas demais hipóteses:

a) até 31 de março de 2013, o valor das prestações ou quotas pagas; e (REN/NR)

b) a partir de 1º de abril de 2013, o montante resultante da aplicação do percentual correspondente à quantidade de parcelas ou quotas pagas sobre o valor total de mercado do bem à data do respectivo lançamento. (AC)
.....

§ 5º A base de cálculo do imposto é: (AC)

I - na transmissão de ação negociada em bolsa de valores, a respectiva cotação na data da correspondente avaliação ou na imediatamente anterior, quando não houver pregão ou quando essas ações não tiverem sido negociadas naquele dia, regredindo-se, se for o caso, até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias;

II – na transmissão de qualquer título representativo do capital de sociedade que não seja objeto de negociação em bolsa de valores ou não tiver sido negociado nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, o respectivo valor patrimonial na data da avaliação, apurado por meio de balanço patrimonial devidamente atualizado, desde que represente o valor de realização com base em levantamento de bens, direitos e obrigações; e

III - na transmissão de acervo patrimonial de empresário individual, o valor do patrimônio líquido ajustado, na data da declaração ou da avaliação.

§ 6º O valor venal do bem ou direito é o seu respectivo valor de mercado, determinado conforme disposto no *caput*. (AC)

Art. 6º Nas hipóteses a seguir mencionadas, a base de cálculo do imposto é reduzida, correspondendo à fração respectivamente indicada do valor venal do bem:

I – até 31 de março de 2013, na transmissão não onerosa do domínio útil: 1/3 (um terço); (NR)

II – até 31 de março de 2013, na transmissão não onerosa do domínio direto: 2/3 (dois terços); (NR)
.....

Art. 13. Respondem solidariamente com o contribuinte, nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:
.....

VII – pelos tributos devidos pelo espólio, o inventariante e, a partir de 1º de janeiro de 2013, o testamenteiro; (NR)

VIII – o cessionário, na cessão onerosa, em relação ao imposto devido pela transmissão *causa mortis* dos direitos hereditários a ele cedidos; e (AC)

IX – o doador e o cedente. (AC)

Art. 14. O descumprimento das obrigações tributárias, principal e acessórias, previstas na legislação relativa ao ICD, sujeitará o infrator, sem prejuízo do pagamento do imposto e dos demais acréscimos legais cabíveis, quando for o caso, às seguintes penalidades:
.....

II – 100% (cem por cento) do valor do imposto devido, em razão de lançamento de ofício, nas seguintes hipóteses:
.....

b) até 31 de dezembro de 2012, prática, pelas pessoas indicadas no art. 17, de qualquer ato relativo à transmissão de bens sem a comprovação do correspondente pagamento do imposto devido ou do reconhecimento do direito à respectiva imunidade ou isenção; e (NR)

c) a partir de 1º de janeiro de 2013, prática pelas pessoas indicadas nos arts. 12, 13 e 17 de qualquer ato relativo à transmissão de bens sem comprovação de regularidade fiscal; (AC)

III – 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor do imposto, por dia de atraso, tendo por limite máximo 15% (quinze por cento): (NR)

a) até 31 de dezembro de 2012, quando do recolhimento intempestivo, espontâneo e à vista; e (REN/NR)

b) a partir de 1º de janeiro de 2013, quando do recolhimento intempestivo e espontâneo; (AC)
.....

Art. 22 – A. A Secretaria da Fazenda, mediante portaria, pode autorizar o tabelião, o contador, o advogado, o contribuinte ou seu procurador a proceder, por meio eletrônico, ao cadastramento e ao lançamento de processos de ICD. (AC)
.....".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

MENSAGEM Nº 169/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Submeto, à apreciação dessa Casa, o Projeto de Lei anexo, que tem por objetivo promover ajustes na Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, que disciplina os critérios de distribuição da parte do ICMS que cabe aos Municípios, com a finalidade de prorrogar para o exercício de 2015 o início da aplicação dos novos critérios de repartição introduzidos pela Lei nº 14.529, de 9 de dezembro de 2011.

O presente Projeto de Lei é particularmente importante, pois os novos critérios que haviam sido criados em virtude da referida Lei, para serem aplicados a partir do exercício de 2013, apontam à necessidade de um prazo maior de preparação dos Municípios para a sua aplicação. Tal fato foi devidamente informado pela Secretaria da Fazenda à Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE. Esta medida evitará, também, que neste período de crise fiscal, ocorra prejuízo financeiro aos Municípios do nosso Estado.

A medida consiste basicamente em manter até 2014 os mesmos critérios de definição do Índice de Participação dos Municípios - IPM utilizados nos anos de 2010 a 2012, não se aplicando pelos próximos dois anos os critérios introduzidos pela Lei nº 14.529, de 2009.

Na certeza de contar com o indispensável apoio para apreciação deste Projeto, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e Ilustres Deputados protestos de elevado apreço e distinta consideração, solicitando a adoção do regime de urgência previsto no art. 21 da Constituição do Estado.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1231/2012

Ementa: Modifica a Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, relativamente ao início da vigência de novos critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos Municípios.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, que dispõe sobre a distribuição, entre os municípios, da parcela do ICMS que lhes é destinada, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 2º A participação de cada Município na receita do ICMS que lhe é destinada será determinada mediante a aplicação de um índice percentual correspondente à soma das seguintes parcelas:
.....
II - 25% (vinte e cinco por cento), observando-se o seguinte:
.....
d) nos exercícios de 2010 a 2014: (NR)
.....
.....
f) a partir do exercício de 2015: (NR)
.....".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 4ª Comissões.

MENSAGEM Nº 170/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei, que autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso dos imóveis que indica, e dá outras providências.

Trata-se de imóvel localizado no Parque de Exposições Antônio Coelho, cujo uso será cedido ao Banco do Brasil S/A para fins de instalação de agência bancária para atender à população.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1232/2012

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso dos imóveis que indica, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica o Estado de Pernambuco autorizado a ceder ao Banco do Brasil S/A, pelo prazo de 20 (vinte) anos, o direito de uso de edificação e terreno de 2.651,68 m^2, situados em imóvel onde funciona o Parque de Exposições Antônio Coelho, com área total de 286.960,00 m^2, integrante de seu patrimônio, localizado na Av. Caxangá, nº 2.200, bairro do Cordeiro, no Município de Recife, neste Estado, transcrito, em 4 de novembro de 1941, no livro 3-AE, de Transcrição do Imóveis, às fls. 85v, sob o nº de ordem 14.467.

Art. 2º A cessão de que trata o artigo anterior deverá operar-se a título gratuito, sendo o imóvel destinado à instalação de agência bancária para atender à população.

Art. 3º O imóvel objeto da cessão de uso deve destinar-se, exclusivamente, ao fim previsto no art. 2º, obrigando-se o cessionário a dar-lhe a destinação devida, e bem assim a mantê-lo em bom estado de conservação e uso, sob pena de rescisão contratual, respondendo o cessionário por perdas e danos.

Art. 4º Findo o período de vigência da cessão de uso, a renovação para novo período dar-se-á por meio de lei específica.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 4ª Comissões.

MENSAGEM Nº 171/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei que altera a Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, e dá outras providências.

A proposição está compatibilizada com a mencionada Lei nº 14.249, de 2011, que estabelece a competência da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH para definir, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

Neste contexto, considerando que cerca de 40% dos empreendimentos submetidos a processo de licenciamento na CPRH estão enquadrados como de baixo potencial poluidor, a proposta busca estabelecer procedimentos administrativos céleres para o licenciamento ambiental dos empreendimentos assim considerados, sem que se perca a qualidade técnica ambiental da análise e seu respectivo controle.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o artigo 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1233/2012

Ementa: Altera a Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 11 .....
.....
§ 3º A Agência pode, nos termos do §1º, estabelecer procedimento de licenciamento por autodeclaração para empreendimentos e atividades considerados de baixo potencial poluidor, através do sítio da CPRH na internet.(AC)

§ 4º Para fins do disposto no § 3º, o interessado deve apresentar toda a documentação exigida no prazo estabelecido em Instrução Normativa da CPRH. (AC)
.....

Art. 40.....
.....

VIII – prestação de informação falsa, descumprimento de intimação ou adulteração de dado técnico solicitado pela Agência. (NR)
.....

Art. 53.....
.....

§ 2º .....

I – não havendo apresentação de defesa pelo autuado, o diretor da área correlata deve analisar o auto de infração, podendo pugnar por sua desconstituição total ou parcial, submetendo esta decisão à aprovação dos demais diretores da Agência; ou (NR)

II – havendo apresentação de defesa pelo autuado, o setor responsável pelo processamento dos autos de infração deve remeter os autos à área técnica responsável pela lavratura do auto de infração e, posteriormente, à Coordenadoria Jurídica da Agência, para emissão de pareceres técnico e jurídico, respectivamente, para posterior decisão do diretor da área técnica correlata. (NR)

§ 3º A decisão de que trata o inciso II do § 2º deve ser escrita e fundamentada, podendo dela resultar: (NR)
....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 7ª Comissões.

MENSAGEM Nº 172/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que tem por objetivo alterar a Lei nº 11.503, de 18 de dezembro de 1997, que institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários – FASAF.

A medida ora proposta consiste basicamente em, quanto aos recursos do FASAF: a) especificar os cargos que têm direito à percepção; b) relativamente aos valores pagos aos inativos que já os percebiam há mais de 24 meses quando da sua aposentadoria, aumentar o percentual dos atuais 80% para 100% do valor pago aos servidores da ativa; c) estender aos pensionistas o direito à percepção; d) determinar a forma de cálculo da parcela do abono de férias.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1234/2012

Ementa: Altera a Lei nº 11.503, de 18 de dezembro de 1997, que institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários – FASAF.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 11.503, de 18 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários – FASAF, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 1° .....

§ 1º Os recursos do FASAF serão distribuídos, mensalmente, aos servidores públicos estaduais, titulares dos seguintes cargos, lotados e em efetivo exercício na Secretaria da Fazenda ou cedidos à Secretaria da Controladoria Geral do Estado: (NR)

I - integrantes do Grupo Ocupacional Gestão Pública – Apoio Fazendário; e

II - Assessor Jurídico do Estado.

§ 2° Aos servidores a que se refere o § 1°, fica assegurada a participação no Fundo, nos termos desta Lei, nas seguintes hipóteses:
.....

V - frequência, como docente ou discente, em curso de interesse da Administração Fazendária; (NR)

VI - licença à gestante e licença-paternidade; (REN)

VII - licença para desempenho de mandato em entidade de representação classista da categoria; (REN/NR)

VIII - cessão para exercício na Secretaria da Controladoria Geral do Estado; (REN/NR)

IX - afastamento por motivo de casamento ou de falecimento do cônjuge, pais, filhos ou irmãos; (REN)

X - licença para adoção; (REN/NR)

XI - licença para atividade política ou exercício de candidatura a cargo eletivo, nos termos da legislação eleitoral; (REN/NR)

XII - licença por motivo de doença em pessoa da família; e (AC)

XIII - participação em comissão de processo administrativo disciplinar. (AC)

§ 3º Além dos servidores referidos no § 1°, passam a ser beneficiários do FASAF, nos termos do art. 2°, os inativos e os pensionistas. (NR)

Art. 2º A distribuição dos recursos do FASAF será procedida, mês a mês, da seguinte forma:

I - quanto aos servidores referidos no § 1° do art. 1°, o rateio dar-se-á de forma igualitária; (NR)

II - quanto aos inativos, de acordo com o § 3º do art. 1º, cada beneficiário os perceberá, mensalmente, conforme a situação em que se enquadrar, valor correspondente aos seguintes percentuais a serem calculados em relação ao montante a ser percebido, a cada mês, pelos servidores ativos: (NR)

a) relativamente ao inativo assim considerado em 31 de março de 2007:
.....

3. 100% (cem por cento), na hipótese de ter percebido, quando em atividade, recursos do FASAF, por um período superior a 24 (vinte e quatro) meses, imediatamente anteriores àquele da respectiva aposentadoria; e (NR)

b) relativamente ao inativo assim considerado a partir de 1º de abril de 2007, 100% (cem por cento); e (NR)

1. (REVOGADO)

2. (REVOGADO)

III – quanto aos pensionistas, cada beneficiário os perceberá, mensalmente, em percentual conforme a situação em que se enquadrava o respectivo titular dos recursos do FASAF, quando do seu falecimento. (AC)
.....

Art. 5º.....
.....

§ 3º O Abono de Férias será obtido pela média aritmética dos valores apurados para fins de percepção do FASAF, no período de novembro do segundo ano imediatamente anterior ao da fruição das férias até outubro do ano imediatamente anterior." (AC)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

MENSAGEM Nº 173/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Valho-me do ensejo para remeter a essa Egrégia Assembleia Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, crédito suplementar no valor de R$ 3.260.000,00 (três milhões, duzentos e sessenta mil reais), em favor da EMPRESA PERNAMBUCANA DE TURISMO S/A - EMPETUR.

A solicitação em apreço objetiva reforçar dotação orçamentária insuficiente para cobrir despesa relativa ao fomento à atividade turística no Estado.

Os recursos necessários à realização da despesa prevista no Anexo I do incluso Projeto de Lei são os provenientes de anulação de dotação de terceiros, nos termos do art. 43 da Lei Federal n° 4.320, de 1964.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e a seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1235/2012

Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, em favor da Empresa de Turismo de Pernambuco S/A – EMPETUR, crédito suplementar no valor de R$ 3.260.000,00 (três milhões, duzentos e sessenta mil reais), destinado ao reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata a presente Lei serão os provenientes da anulação, em igual importância, da dotação discriminada no Anexo II.

Art. 3º Fica ajustado o Orçamento de Investimento das Empresas, em consequência da redução de recursos de que trata o artigo 2º, à Operação Especial "Inversões em Participação Societária na COMPESA – Projeto de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco - PSHPE", para aplicação no Projeto de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco - PSHPE - COMPESA, no valor de R$ 3.260.000,00 (três milhões, duzentos e sessenta mil reais), especificado no Anexo III.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de novembro de 2012.

ANEXO I

(CRÉDITO SUPLEMENTAR)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO / ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2012	RECURSOS DE TODAS AS FONTES FONTE	EM R$ VALOR
21000 - SECRETARIA DE TURISMO			
00603 - Empresa de Turismo de Pernambuco S/A - EMPETUR			
Projeto: 23.695.1004.4146	- Fomento à Atividade Turística no Estado		**3.260.000,00**
3.3.90.00.	- Outras Despesas Correntes	0101	3.260.000,00
	TOTAL		**3.260.000,00**

ANEXO II

(ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO / ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2012	RECURSOS DE TODAS AS FONTES FONTE	EM R$ VALOR
24000- SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS			
00115 - Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos - Administração Direta			
Op. Especial: 18.846.0611.4201	- Inversões em Participação Societária na COMPESA – Projeto de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco – PSHE		**3.260.000,00**
4.5.90.00.	- Inversões Financeiras	0103	3.260.000,00
	TOTAL		**3.260.000,00**

ANEXO III

(COMPATIBILIZAÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS)

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS 2012 EM R$
DEMONSTRATIVO DAS FONTES DE INVESTIMENTO RECURSOS DE TODAS AS FONTES
ESPECIFICAÇÃO TOTAL
24000 – SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS
00605– Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL 3.260.000,00

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS 2012 EM R$

DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS - ANULAÇÃO RECURSOS DE TODAS AS FONTES
24000 – SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS
00605– Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

ESPECIFICAÇÃO	TESOURO	OUTRAS	TOTAL
Projeto: 17.512.0611.3684 - Projeto de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco – PSHPE - COMPESA	**0,00**	**3.260.000,00**	**3.260.000,00**
TOTAL DAS APLICAÇÕES	**0,00**	**3.260.000,00**	**3.260.000,00**

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 12ª Comissões.

MENSAGEM Nº 174/2012

Recife, 20 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei que autoriza a concessão do direito real de uso de imóveis públicos a particulares, a título oneroso, pelo prazo de até 4 (quatro) anos.

A concessão de uso em apreço refere-se a 8 (oito) áreas de imóveis de propriedade do Estado de Pernambuco, situados nos Municípios do Recife, Paudalho e Igarassu, e destinam-se ao uso exclusivo de serviços de fornecimento de alimentos à Organizações Militares Estaduais – OMEs.

Ressalto que os contratos de concessão de uso serão precedidos de licitação, conforme previsto pelo art. 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Finalmente, a autorização legal em análise decorre da exigência expressa no § 1º do art. 4º da Constituição do Estado, que também será necessária em caso de renovação do prazo.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 1236/2012

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de imóveis públicos, mediante prévia licitação, nos termos do § 1º do art. 4º da Constituição do Estado, e alteração, e art. 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica o Estado de Pernambuco autorizado a conceder a particular, a título oneroso, pelo prazo de até 04 (quatro) anos, o uso dos seguintes imóveis:

I - imóvel com área total de 62,58 m² (sessenta e dois vírgula cinquenta e oito metros quadrados), localizado na Av. General San Martin, s/nº, Bongi, Município do Recife, neste Estado, na sede do Regimento de Polícia Montada Dias Cardoso – RPMont;

II - imóvel com área total de 69, 20 m² (sessenta e nove vírgula vinte metros quadrados), localizado na BR 408, Km 78, Chã de Capoeira, Município do Paudalho, neste Estado, na sede do Campus de Ensino Mata – CEMATA;

III - imóvel com área total de 45m² (quarenta e cinco metros quadrados), localizado na rua Betânia s/nº, bairro do Derby, Município do Recife, neste Estado, na sede do Centro de Apoio ao Sistema de Saúde da PMPE – CASIS;

IV - imóvel com área total de 15m² (quinze metros quadrados), localizado na Travessa do Gaspar, nº 1600B, no bairro de São José, Município do Recife, neste Estado, na sede da Companhia de Policiamento com Motocicletas – CIPMoto;

V - imóvel com área total de 21,80m² (vinte e um vírgula oitenta metros quadrados), localizado na Rua Arsênio Calaça, nº 600, no bairro de San Martin, Município do Recife, neste Estado, na sede do 1º Batalhão de Policiamento de Trânsito – 1º BPTran;

VI- imóvel com área total de 10m² (dez metros quadrados), localizado na Rua do Rio Grande do Norte, s/nº, bairro do Bonfim, Município de Igarassu, neste Estado, na sede da 1ª Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente;

VII - imóvel com área total de 122m² (cento e vinte e dois metros quadrados), localizado na Praça do Derby, s/nº, bairro do Derby, Município do Recife, neste Estado, nas dependências da sede do Quartel do Comando Geral da PMPE; e

VIII - imóvel com área total de 19,42 m² (dezenove vírgula quarenta e dois metros quadrados), localizado na Praça do Derby, s/nº, bairro do Derby, Município do Recife, neste Estado, nas dependências da sede do Quartel do Comando Geral da PMPE.

Art. 2º Os imóveis de que trata o art. 1º devem ser administrados pela Polícia Militar de Pernambuco e destinam-se ao uso exclusivo de serviços de fornecimento de alimentos às Organizações Militares Estaduais - OMEs especificadas nos incisos de I a VIII do art. 1º.

Art. 3º As concessões de uso objeto desta Lei devem ser necessariamente precedidas de licitação e instrumentalizadas através de contratos de concessão de uso celebrados entre o Estado de Pernambuco e os vencedores dos certames licitatórios, exclusivamente para o fim especificado no art. 2º, sob pena de suas rescisões.

Art. 4º Findo o prazo de concessão, a renovação para novo período somente será autorizada por lei específica.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas,
em 20 de novembro de 2012.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado em exercício

Às 1ª , 2ª , 3ª e 4ª Comissões.

Projetos

Projeto de Lei Ordinária N° 1199/2012

Ementa: Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, o Polo Carnavalesco da cidade de São José da Coroa Grande, realizado anualmente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial do Estado de Pernambuco o Polo Carnavalesco da cidade de São José da Coroa Grande evento popular que acontece todos os anos.
Art. 2º O evento mencionado no *caput* do art. 1º não será considerado feriado civil.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O Carnaval de Pernambuco é um evento multicultural reconhecido nacional e internacionalmente pela sua beleza e alegria contagiantes. Para a nossa Capital e a cidade de Olinda – acorrem milhares e milhares de pessoas, durante os quatro dias dedicados ao Rei Momo, com destaque para o desfile do bloco de rua " O Galo da Madrugada" – no sábado de carnaval.
Por sua vez, o Carnaval da cidade de SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE, cidade localizada no litoral sul – concentra não somente a população local e de outros municípios adjacentes mas, principalmente, os turistas que se concentram nas suas aprazíveis praias: VARZEA DO UNA; GRAVATÁ e COROA GRANDE, com suas piscinas naturais e e um mar lindo e tranquilo. Merece destaque o MUSEU DO UNA, onde encontramos cartas náuticas, peças do artesanato local, mapas etc. É um evento que, a cada ano, promovido pela Prefeitura do Município, se sobressai em alegria, beleza e participação de foliões locais e visitantes.
Diante da sua importância e repercussão entendemos como muito oportuna a sua inclusão no Calendário Oficial de eventos do nosso Estado.

Sala das Reuniões, em 19 de novembro de 2012.

Pedro Serafim Neto
Deputado

Às 1ª , 3ª e 5ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1200/2012

Ementa: Institui a obrigatoriedade de reparação física de espaços de uso público e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º As empresas concessionárias que operam no Estado de Pernambuco na prestação de serviços de fornecimento de água potável, saneamento, esgotamento, gás, telefonia, internet, energia elétrica e pavimentação são obrigadas a repor, em material de tipo, modelo e qualidade idêntica ao material utilizado encontrado no espaço antes da intervenção dessas obras.
Parágrafo único. Ficam enquadrados nas determinações contidas no *caput*, a implantação, reparação ou expansão das suas redes de fornecimento da qual a concessionária é responsável.
Art. 2º Em todas as obras executadas, fica a empresa responsável pela intervenção, a limpeza obrigatória do entulho e material excedente, de modo que interfira minimamente na vida cotidiana do cidadão.
Parágrafo único. Dependendo do volume de material denominado entulho ou material excedente, deverá a empresa responsável pela obra, utilizar caçambas estacionárias devidamente sinalizadas como dispõe a legislação específica.
Art. 3º No caso das calçadas já construídas, na ocasião da inexistência no mercado do material que recompõe essas calçadas que foram danificadas na realização da obra, seja ela de implantação, reparação, ampliação ou modernização, a empresa responsável pela intervenção deverá comunicar ao proprietário desse espaço sobre o problema, e propor uma saída que seja de total concordância das partes.
Art. 4º Na ocasião da retirada de vegetais, sejam eles floríferos, frutíferos ou de folhagens, de qualquer espécie ou tamanho, a empresa responsável pela intervenção deverá comunicar ao proprietário do espaço onde se encontra o vegetal, de posse de autorização dos órgãos de meio ambiente, da necessidade de retirada da espécie, comprometendo-se a replantar, árvore de no mínimo 2 metros de altura, que possua circunferência de sombra e raiz satisfatórias ao espaço, que possuam preferencialmente raiz pivotante.
§ 1º As árvores tombadas ou em processo de tombamento não poderão ser retiradas sob nenhuma hipótese.
§ 2º Na ausência de vegetal que possua raiz pivotante, deverá a empresa responsável pela intervenção apresentar a possibilidade de atenuar a queda desse vegetal utilizando tubos de concreto de tamanho acima de 50 cm de diâmetro e 1 metro de cumprimento, que serão enterrados onde o vegetal será replantado, que obrigará suas raízes a cresceram de forma vertical, evitando novos danos superficiais nas calçadas.
Art. 5º No caso de vias de circulação de veículos, a empresa responsável pela intervenção, deverá, obrigatoriamente, reparar o espaço com material idêntico ao originalmente encontrado, devendo obedecer ao critério de recomposição das espessuras e materiais presentes no pavimento original.
§ 1º Na possibilidade da inexistência do material originalmente encontrado na via que sofreu a intervenção, deverá a empresa responsável, utilizar material de qualidade superior, que não ofereça dano ou desgaste na mobilidade do cidadão.
§ 2º Após a conclusão da obra, seja ela de implantação, reparação, ampliação ou modernização, deverá a empresa responsável pela intervenção, entregar à população, a via urbana em situação de melhor qualidade de mobilidade, circulação, bom fator estético e paisagista.
Art. 6º O Poder Executivo regulamentará essa Lei em até 180 (cento e oitenta) dias.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

As empresas que realizam serviços de ampliação, reparação, implantação e modernização nas suas áreas especificas de atuação, como energia elétrica, fornecimento de água, saneamento, esgotamento, fornecimento de gás, internet, cabeamento entre outros, sempre ao realizarem suas obras, através das empresas contratadas ou sua própria equipe, deixam as vias de uso urbano em situação precária, em face da ausência de legislação que os obrigue a não apenas colherem os dividendos dos seus serviços, mas também a oferecer a nossa sociedade uma forma compensatória pelos transtornos causados quando na intervenção dessas obras. O projeto em tela, especifica um conjunto de ações e normas que darão a sociedade e a comunidade em geral um ganho na qualidade de vida em troca dos contratempos causados durante a realização dos eventos e intervenções dessas obras.

Diante do exposto e pela importância do tema, solicito aos nossos pares, o apoio na aprovação do presente projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Henrique Queiroz
Deputado

Às 1ª , 2ª , 3ª , 7ª e 11ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1201/2012

Ementa: Torna obrigatória a utilização de cateteres venosos periféricos com encaixes de formatos diferenciados e cores distintas, que não permitam o encaixe com outros dispositivos ou sondas, nos estabelecimentos que indica, no âmbito do estado de Pernambuco, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Ficam os hospitais, clínicas, ambulatórios, associações e cooperativas médicas que prestem serviços emergenciais ou de internação no âmbito do Estado de Pernambuco, seja de caráter público ou particular, obrigados a utilizarem dispositivos ou cateteres venosos de inserção periférica com encaixes de formatos diferenciados e cores distintas para fins de administração de medicamentos por via venosa, de forma que suas conexões não permitam o encaixe com outros dispositivos ou sondas.

§ 1º O formato e o indicador colorido do cateter venoso periférico utilizado para administração de medicamentos deverão ser únicos e exclusivos para este fim, não permitindo o encaixe ou acesso de qualquer outro dispositivo, sendo devidamente reconhecidos e autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

§ 2° Cabe a cada Instituição de Saúde instruir e capacitar os seus profissionais sobre a correta utilização de tais dispositivos, bem como seguir o contido nos itens n°s. 32.2.4.16.1 e 32.2.4.16.2, da Norma Regulamentadora n° 32 (NR-32) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Art. 2º O descumprimento ao que dispõe a presente Lei acarretará ao estabelecimento infrator a aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais);

III – duplicação do valor a cada reincidência;

IV – suspensão da licença de funcionamento, até que seja enquadrado nos termos desta Lei.

Art. 3° As Instituições terão um prazo de 06 (seis) meses a contar da vigência desta Lei para se ajustarem às disposições legais nela determinadas, independente de qualquer regulamentação ou padronização que vier a ser determinada pelo Poder Executivo.

Art. 4º O Poder Executivo baixará os Atos que se fizerem necessários à regulamentação da presente Lei, podendo determinar as formas de fiscalização do seu cumprimento, bem como padronizar os formatos e cores dos cateteres venosos para fins de utilização uniforme por todas as instituições de saúde, de acordo com as determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Art. 5º Eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessárias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Em menos curto espaço de tempo, dois casos revoltantes de erros de enfermagem ocorridos em hospitais no Rio de Janeiro acenderam a luz vermelha quanto ao tipo, manuseio e aplicação de cateteres venosos periféricos e sondas, em pacientes internados em unidades de saúde, que tem prescrição médica para utilizar esses produtos no restabelecimento à saúde. Em ambos os casos, o erro foi provocado pela administração de alimentos na veia de pacientes. No primeiro episódio, no fim de setembro deste ano, a paciente Ilda Vitor Maciel, de 88 anos, morreu após uma técnica de enfermagem da Santa Casa de Misericórdia, em Barra Mansa, ter injetado sopa no cateter venoso da idosa ao invés de soro. Em outro caso semelhante, desta vez no Posto de Atendimento Médico (PAM) de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, a família de Palmerina Pires Ribeiro, de 80 anos, acusa uma estagiária de curso técnico de enfermagem de aplicar, por engano, café com leite na sonda incorreta, também na veia.

Não cabe aqui questionar a formação e capacitação destes profissionais da saúde, pois o certo é que, por melhor que seja a sua formação, sempre haverá a possibilidade de erros, que são, afinal, inerentes à condição humana, especialmente em situações de emergência e muita pressão. Considerando ainda que, em alguns casos, a diferenciação é feita com esparadrapo contendo os dados de cada função da sonda ou cateter.

Desta forma, para prevenir e/ou acabar com tais erros que podem ser fatais para os pacientes, uma solução simples é a utilização de cateteres e sondas com conexões em formatos e cores distintas, de forma a não permitir o encaixe dos cateteres intravenosos com outros dispositivos ou sondas.

A solução para se evitar tais tragédias é plenamente viável e de fácil aplicação, não sendo crível que venhamos a esperar por mais mortes para tomarmos uma providência tão simples e prática.

Os dispositivos invocados no parágrafo segundo, do primeiro artigo deste Projeto de Lei, apresenta os seguintes termos:

Norma Regulamentadora (NR) n° 32 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE

32.2.4.16.1 As empresas que produzem ou comercializam materiais perfurocortantes devem disponibilizar, para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança. (Alterado pela Portaria GM n.º 1.748, de 30 de setembro de 2011)

32.2.4.16.2 O empregador deve assegurar, aos trabalhadores dos serviços de saúde, a capacitação prevista no subitem 32.2.4.16.1. (Alterado pela Portaria GM n.º 1.748, de 30 de setembro de 2011

Por tudo exposto, a exemplo de iniciativas com os objetivos acima descritos, em outros estados brasileiros, como o Rio de Janeiro, conto com o apoio dos meus nobres Pares para a aprovação deste pleito, de forma a prevenir e/ou extinguir a possibilidade desses grosseiros erros que tem ceifado vidas de brasileiros.

Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Mary Gouveia
Deputada

Às 1ª , 2ª , 3ª , 9ª e 12ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1202/2012

Ementa: Denomina de Rodoviária Estadual Juiz Múcio Aguiar, o Terminal Rodoviário Estadual, localizado no município de Palmares.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado de Rodoviária Estadual Juiz Múcio Aguiar, o Terminal Rodoviário Estadual localizado no município de Palmares.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Múcio Rodrigues Barbosa de Aguiar é natural de Pedra de Fogo, na Paraíba, mas foi em Pernambuco que constituiu família e formou-se em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco.
Em 05 de julho de 1963, ingressou na magistratura pelo Ato n°. 3507, tendo tomado posse no dia 06 de julho do mesmo ano.
Assumiu a comarca de Floresta, em 07 de agosto de 1965; a comarca de Betânia, em 31 de março de 1966; a comarca de Custódia em 12 de janeiro de 1967; a comarca de Gameleira, em 23 de maio de 1967.
Em 18 de dezembro 1971, assumiu a comarca de Palmares onde permaneceu durante 11 (onze) anos como Juiz Titular até ser promovido como Juiz Substituto de 3ª entrância no Recife.
Em Olinda, casou-se com Roselite Bezerra Barbosa de Aguiar com quem teve sete filhos (Marcos, Roberto, Carlos, Rosa, Cristina, Carla e Múcio Júnior).
Faleceu no Recife, em 21 de fevereiro de 2000, data em que comemorava seu nascimento e de sua esposa.
Diante do posto, nada mais justo que prestá-lo mais essa digna homenagem.

Sala das Reuniões, em 19 de novembro de 2012.

João Fernando Coutinho
Deputado

Às 1ª , 3ª e 5ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1203/2012

Ementa: Denomina de UPA-E Dr. José Alves de Carvalho, a Unidade de Pronto Atendimento Especialidades, construída pelo Governo do Estado – Secretaria Estadual de Saúde – no Município de Serra Talhada

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica denominada UPA-E Dr. José Alves de Carvalho, a Unidade de Pronto Atendimento Especialidades, construída pelo Governo do Estado – Secretaria Estadual de Saúde – no Município de Serra Talhada, que atenderá ao município e às localidades circunvizinhas, da Região do Sertão do Pajeú Pernambucano.

Art. 2º Fica facultado à família do homenageado, a doação de busto, monumento ou placa alusiva a ser instalado no acesso ao empreendimento citada no Art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Os bustos, monumentos ou placas referidos no *caput* deste artigo deverão ser confeccionados de acordo com as especificações e requisitos estabelecidos em Decreto do Poder Executivo,sendo todos os custos arcados com exclusividade pela família do homenageado.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Dr. José Alves de Carvalho Nunes, filho de Antônio Alves do Nascimento e Ana Alves de Carvalho Nunes, nasceu na Fazenda Arroz, município de Mirandiba, em 26/12/1918. Durante sua infância e adolescência foi agricultor, vaqueiro e almocreve (carreteiro de burros). Começou a estudar com 18 anos e fez, em seis meses, o primário e supletivo. Veio para Recife fazer o Curso Madureza, antigo Artigo 100, para terminar o ginásio - concluiu em um ano. Em 1941, começou a estudar Medicina e, no mesmo ano, participou das Olimpíadas no Rio de Janeiro como atleta. Foi Militar, servindo como Sargento do Exército Brasileiro e convocado para a II Guerra Mundial. Formou-se em Medicina em 14/12/1946. Já casado com D. Margarita Elhimas de Carvalho, foi para Serra Talhada para começar a atender como médico. Fundou o Pronto-socorro São José em 1958, dando uma grande contribuição para a saúde da região. Dez anos depois entrou na política, candidatando-se a prefeito de Serra Talhada. Teve sete filhos - Paulo César, Ana Maria, Marcos César, Arnaldo César, Augusto César, Ana Lúcia e Júlio César, dos quais três são médicos. Foi escritor, lançando o livro "O Império do Destino" em 1987. Faleceu em 13/02/2005.

Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Sebastião Oliveira Júnior
Deputado

Às 1ª , 3ª e 5ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1204/2012

Ementa: Dispõe sobre a "Semana do check-up Juvenil" na rede Pública Estadual de saúde e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art 1º Fica criada a Semana do *check-up* Juvenil na rede pública de saúde do Estado de Pernambuco, a ser realizada todos os anos na última semana do mês de Janeiro.
Parágrafo único. A Semana será direcionada aos pacientes com idade de 10 a 18 anos, e terá como objetivo a realização de exames preventivos com o intuito de detectar distúrbios como o colesterol alto, diabetes, problemas de coração e hipertensão.
Art. 2º Quando da observação de problemas de saúde, deverá o profissional médico fazer encaminhamento aos órgãos competentes de atendimento à saúde pública, bem como a imediata comunicação aos pais ou responsáveis.
Art. 3º A Semana do *check-up* Juvenil terá ampla divulgação na imprensa, inclusive por meio de cartazes que deverão ser afixados nos postos de saúde, escolas e demais órgãos públicos estaduais.
Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei tem como escopo evitar desajustes e corrigir fatores de riscos que levam ao surgimento de doenças, premissa da medicina preventiva.
O assunto é atual e pode contribuir efetivamente para individualizar os exames preventivos, vez que, nos últimos anos, os adolescentes se tornaram mais um grupo de risco, em razão da crescente evolução globalizada.
Diante do exposto, solicito dos meus nobres Pares a aprovação desta proposição.

Sala das Reuniões, em 13 de novembro de 2012.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Às 1ª , 2ª , 3ª , 5ª e 9ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1205/2012

Ementa: Estabelece ações de prevenção de acidentes de trabalho na indústria da construção, no âmbito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica condicionada, no âmbito do Estado de Pernambuco, a concessão do alvará de construção à apresentação, por parte do requerente, dos seguintes documentos:
I – Projetos de execução e especificações técnicas das proteções coletivas necessárias à prevenção dos riscos de acidentes de trabalho da obra respectiva, especialmente os derivados de soterramentos, quedas de altura e projeção de materiais;
II – Projeto das instalações elétricas que serão necessárias à execução da obra respectiva;
Parágrafo primeiro. Os documentos referidos neste artigo serão exigíveis para obras públicas estaduais de qualquer porte ou natureza e para empreendimentos privados com mais de 04 (quatro) pavimentos, ou altura equivalente, ou área de construção superior a 500m^2 (quinhentos metros quadrados).
Parágrafo segundo. Os projetos referenciados nos incisos I e II deste artigo constituem parte integrante do Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, previsto no item 18.3 da Norma Regulamentadora 18 do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, devendo apresentar estreita compatibilidade, dentre outros, com os projetos arquitetônico, estrutural e/ou de formas necessários à execução do empreendimento e ser acompanhados das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ART.
Art. 2º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para sua efetiva aplicação.
Art. 3º. Esta lei entra em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação.

Justificativa

Atualmente é preciso considerar que, fortemente estimulada pelos programas governamentais de crescimento, a Indústria da Construção tem, nos últimos tempos, realçado a sua condição de uma das mais relevantes atividades da economia nacional, abrigando mais de cem mil empresas e empregando formalmente cerca de três milhões de pessoas. Em contrapartida, está entre os segmentos que apresentam os maiores índices de mortes, acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, respondendo, igualmente, por significativa parcela do custo – estimado em aproximadamente R$ 70 bilhões – com que tais ocorrências oneram o Brasil a cada ano.
Recorte dessa realidade, Pernambuco hoje convive com a efervescência imobiliária de um lado e, de outro, com uma exposição cada vez maior do trabalhador e da trabalhadora da construção à insegurança laboral presente nos canteiros de obra da cidade. Terreno especialmente fértil para a ocorrência de riscos derivados de soterramento, quedas de altura e choque elétrico, esse ambiente de trabalho hostil, via de regra, não recebe do empregador a indispensável atenção em matéria de prevenção ocupacional. Em decorrência disso, colocam cotidianamente em xeque a vida e a saúde do operariado do setor, adicionando-lhe um pesado ônus no desenvolvimento do seu labor.
Fruto da cultura do improviso infelizmente ainda prevalente no segmento, essa atitude negligente para com a prevenção no trabalho há que ser rechaçada. Para tanto, necessário se mostra induzir o empreendedor da construção a adotar o planejamento e a organização da segurança no trabalho como requisito do ato de construir.
É de se registrar que, embora já previstos em lei, as aludidas medidas são frequentemente desconsideradas pelas empresas do setor e, em função disso, muitos empreendimentos têm sido alvo sistemático de embargo por parte do Ministério do Trabalho e Emprego.
Importante notar, ainda, que constitui matéria pacífica no meio técnico a ideia de que os fatores que causam os acidentes do trabalho são os mesmos que acarretam desperdícios, retrabalhos, atrasos nos cronogramas, baixa produtividade e comprometimento da qualidade do produto. Portanto, além de colocar em risco a saúde e a integridade física dos trabalhadores, o descaso com a prevenção de acidentes pode afetar a imagem e o crescimento da empresa, pondo em risco a própria sobrevivência do negócio.
Diante do exposto, solicito dos meus nobres Pares a aprovação desta proposição.

Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Às 1ª , 3ª , 7ª e 11ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1206/2012

Ementa: Denomina de UPAE Dona Dalva Félix, a Unidade Pernambucana de Atendimento Especializado - UPAE, localizada no município de Caruaru.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica denominada UPAE Dona Dalva Félix, a Unidade Pernambucana de Atendimento Especializado – UPAE, do município de Caruaru.
Art. 2º A denominação, objeto desta lei, deverá ser feita de forma legível e localizada na parede frontal da UPAE Dona Dalva Félix.
Art. 3º Fica facultado à família do homenageado, a doação de Busto, Monumento ou placa alusiva a ser instalado nas dependências da unidade de saúde citada no Art. 1º, desta Lei.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Maria Dalva Vieira do Nascimento Silva nasceu em Santa Cruz do Capibaribe e por quase 70 anos morou na cidade de Caruaru, onde casou com o empresário Alfredo Félix da Silva e tiveram dez filhos. Conhecida carinhosamente como Dalva Félix, sempre foi uma mulher dedicada à formação de sua família, acompanhando o desenvolvimento da cidade de Caruaru, contribuindo para a formação de uma sociedade participativa e mais justa.
A implantação da Unidade Pernambucana de Atendimento Especializado (UPAE) é um dos compromissos do Governador Eduardo Campos, que para tanto destinou um investimento de cerca de 24 milhões de reais, objetivando garantir o atendimento de quase 1.200 pessoas do município e região.
UPAE terá capacidade para realizar, por mês, 10.500 consultas e realizar 560 cirurgias, bem como, irá atender nas especialidades de Cardiologia, dermatologia, neurologia, oftalmologia, dentre outras.
A aprovação do presente projeto de lei irá fazer uma justa homenagem a esta que foi uma dedicada e comprometida cidadã.
Diante do exposto, conto com a aprovação dos meus pares neste Poder Legislativo para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Diogo Moraes
Deputado

Às 1ª , 3ª e 5ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1207/2012

Ementa: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, a Festa do Tamarindo no município de Afrânio, comemorada, anualmente, no mês de agosto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art.1ºFica instituída no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, a Festa do Tamarindo, evento de cunho cultural e artístico, realizado no Sítio Histórico do Caboclo, Município de Afrânio, nesta cidade do Sertão Pernambucano.
Art. 2º A Festa do Tamarindo não é considerada Feriado Civil.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A Festa do Tamarindo ocorre, anualmente, no mês de agosto, período coincidente com a safra desse fruto. Inicialmente foi voltada apenas para os moradores do histórico Povoado do Caboclo e para suas famílias. Porém, em face da qualidade da festa, das atividades e da dimensão e alcance popular do evento, tornou-se uma manifestação ímpar do povo sertanejo

Durante sua realização, são oferecidos aos participantes e turistas, desde a Feira de produtos típicos, artesanato, oficinas teatrais e eventos esportivos, como também, apresentações musicais e artísticas. Concomitantemente é realizada a Gincana cultural do Museu Pai Chico, que integra e promove a classe estudantil do município e de cidades vizinhas em Pernambuco e no Piauí. O auge da festa é o Concurso dos produtos a base de Tamarindo, com o julgamento e degustação dos pratos

A Festa do Tamarindo é uma manifestação cultural do povo de Afrânio. Por tratar-se de evento importante, atrai turistas de todo o nordeste graças a tradição desta celebração, que exalta a hospitalidade, alegria e generosidade do sertanejo, marca indelével do povo do interior. Instituir este evento no Calendário Oficial do Estado é a garantia de um maior número de turistas que incrementarão ainda mais as receitas que o evento gera, e, por conseguinte, consolidará a cidade de Afrânio como importante Polo Cultural pernambucano.

Diante do exposto, solicito aos nossos pares, o apoio a aprovação do presente projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Adalberto Cavalcanti
Deputado

Às 1ª , 3ª e 5ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1208/2012

Ementa: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, a Festa do Senhor do Bonfim do Povoado do Caboclo, no Município de Afrânio, comemorada, anualmente, na última semana do mês de dezembro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art.1º Fica instituída no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, a Festa do Senhor do Bonfim, evento de cunho religioso e cultural, realizado no Sítio Histórico do Caboclo, Município de Afrânio, nesta cidade do Sertão Pernambucano.
Art. 2º A Festa do Senhor do Bonfim não é considerada Feriado Civil.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A Festa do Senhor do Bonfim ocorre, anualmente, na última semana do mês de dezembro. É a consolidação da celebração religiosa do Nosso Senhor do Bonfim, Padroeiro do Povoado do Caboclo, evento primordial na exaltação religiosa da marcante e tradicional fé nordestina. As festividades são iniciadas desde o Novenário do Senhor do Bonfim, onde a sociedade local reverencia seu padroeiro realizando as mais diversas manifestações, que já atravessam décadas de acontecimentos. É, sem sombra de dúvidas, um evento importantíssimo para o povo sertanejo, e em especial, os habitantes da cidade de Afrânio. Graças a sua história, a Festa do Senhor do Bonfim é responsável pelo dinâmico incremento no turismo regional, com a participação de visitantes dos Estados limítrofes – PI e BA – e muitos turistas das cidades circunvizinhas e do nordeste brasileiro.

No que tange a geração de emprego e renda, a Festa do Senhor do Bonfim possibilita ainda, a realização de 9 dias de eventos de arte e cultura, de forma gratuita, com quermesses, shows, apresentações teatrais, e a exposição dos famosos produtos lácteos que movem a economia do município, com destaque para os queijos, manteiga e o famoso doce de leite, tão conhecido nacionalmente. Distante apenas 9 Km da Sede, o povoado do Caboclo oferece ao turismo nacional a possibilidade de desfrutar das belezas naturais do lugar, com destaque para a lagoa magnesiana, e ainda, o seu casario histórico, já tombado pelo Poder Público. A localidade possui também uma Igreja com mais de dois séculos, que serviu de cenário para o filme Memorial de Maria Moura.

Durante sua realização, assistimos a integração popular, onde famílias inteiras têm acesso à diversão, cultura, entretenimento e fortalecimento da Fé, pilar indispensável na construção do caráter do ser humano. Nessa genuína manifestação cultural do povo de Afrânio, geradora de emprego e renda, e ainda, qualidade de vida às sociedades envolvidas, consolida-se a cada ano atraindo grande número de turistas graças a tradição desta celebração religiosa e das festividades profanas, que, e, por conseguinte, consolidam a cidade de Afrânio através do belíssimo Sítio Histórico do Caboclo, como importante Polo Cultural do Povo de Pernambuco.

Diante do exposto, solicito aos nossos pares, o apoio na aprovação do presente projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Adalberto Cavalcanti
Deputado

Às 1ª , 3ª e 5ª Comissões.

Pareceres Administrativos

Parecer nº 4/2012 – ADM

Mesa Diretora

Processo de aposentadoria encaminhado pela Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

Servidor: Severino Araújo Monteiro

Ementa: concede aposentadoria compulsória.

1. Histórico

Distribuído à Mesa Diretora para emissão de competente parecer, fui designado relator do processo de aposentadoria compulsória do servidor Severino Araújo Monteiro pelo Senhor Presidente, Deputado Guilherme Uchôa, na reunião deste colegiado do dia 20 de novembro de 2012.

2. Parecer do Relator

Com base no Parecer PG nº 440/2012, da Procuradoria Geral desta casa, faz-se mister que o servidor Severino Araújo Monteiro seja aposentado de forma compulsória, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, por haver completado 70 anos de idade no dia 20 de julho de 2012.
Desta forma, em vista da legalidade e da constitucionalidade, opino favorável ao acolhimento do Parecer PG nº 440/2012, da Procuradoria Geral desta casa.

3. Parecer da Mesa Diretora

É mandamento constitucional a aposentadoria compulsória.
Tendo em vista as considerações contidas no parecer do Relator, que opina de forma favorável ao entendimento da Procuradoria Geral desta casa, os membros desta Mesa Diretora acolhem o parecer do Relator, resolvendo aposentar compulsoriamente o servidor Severino Araújo Monteiro, matrícula nº 196, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder Legislativo, com proventos integrais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, retroativo a 20 de julho de 2012.

Sala Torres Galvão, em 20 de novembro de 2012.

DEPUTADO GUILHERME UCHÔA
Presidente

DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO – *RELATOR*
Primeiro-Vice-Presidente

DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO
Primeiro-Secretário

DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ
Terceiro-Secretário

DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS
Quarto-Secretário

Parecer nº 5/2012 – ADM

Mesa Diretora

Ofício nº 02/2012, da Gerência de Avaliação e de Acompanhamento de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

Servidor: Nelson Belarmino Soares

Ementa: concede aposentadoria compulsória e pagamento em pecúnia de licença-prêmio, referente ao primeiro decênio.

1. Histórico

Encaminhado à Mesa Diretora para apreciação e posterior deliberação o Requerimento Funcional nº 618799 – AL/2012, do servidor Nelson Belarmino Soares, cargo efetivo de motorista, o qual, em razão de ter alcançado a idade-limite para permanência no serviço público, solicita aposentadoria compulsória, bem como a percepção em pecúnia referente a onze meses de licença-prêmio, fui designado relator do requerimento supracitado pelo Senhor Presidente, Deputado Guilherme Uchôa, na reunião deste colegiado do dia 20 de novembro de 2012.

2. Parecer do Relator

Consubstanciado no Parecer PG nº 392/2012, da Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, faz-se necessário que o servidor seja aposentado de forma compulsória, nos termos do inciso II, do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, por haver completado 70 (setenta) anos de idade no dia 10 de julho de 2012.
Com relação ao recebimento das licenças-prêmios não gozadas, há previsão legal de pagamento para o 1º decênio completado em 11/6/1995, antes, pois, da proibição legal contida no inciso V, do § 2º do art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 3/1990.
Com relação à licença-prêmio completada em 11/6/2005, o pagamento esbarra na Constituição Federal, que, no inciso III do § 7º do art. 131, determina que só haverá o pagamento de licença-prêmio na hipótese de falecimento do servidor em atividade.
Assim sendo, opino pela concessão da aposentadoria compulsória do requerente e do pagamento do primeiro decênio, completado em 11/6/1995, e pelo indeferimento do pagamento do segundo decênio, por restar prejudicado em virtude da legislação em vigor.

3. Parecer da Mesa Diretora

É mandamento constitucional a aposentadoria compulsória, prestando-se o requerimento em tela a corroborar a boa-fé do requerente.
Tendo em vista as considerações contidas no parecer do relator, que opina de forma favorável à aposentadoria compulsória e ao pagamento do primeiro decênio do servidor e no sentido do indeferimento do pagamento do segundo decênio, os membros desta Mesa Diretora acolhem o aludido parecer, ficando assim deferido em parte o Requerimento Funcional nº 618799 - AL/2012, nos termos do Parecer PG nº 392/2012, da Procuradoria Geral desta Casa, resolvendo aposentar compulsoriamente o servidor Nelson Belarmino Soares, matrícula nº 250, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder Legislativo, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com base no inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a ressalva de que proventos serão fixados em definitivo após a homologação da aposentadoria pelo órgão competente, quer seja, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, retroativamente a 10 de julho de 2012, bem como o pagamento em pecúnia apenas do primeiro decênio, com amparo na Lei Complementar Estadual nº 3/90.

Sala Torres Galvão, em 20 de novembro de 2012.

DEPUTADO GUILHERME UCHÔA
Presidente

DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO – *RELATOR*
Primeiro-Vice-Presidente

DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO
Primeiro-Secretário

DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ
Terceiro-Secretário

DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS
Quarto-Secretário

Parecer nº 6/2012 – ADM

Mesa Diretora

Processo de aposentadoria encaminhado pela Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

Servidor: Iran de Souza Vieira

Ementa: concede aposentadoria compulsória.

1. Histórico

Distribuído à Mesa Diretora para emissão de competente parecer, fui designado relator do processo de aposentadoria compulsória da servidora Iran de Souza Vieira pelo Senhor Presidente, Deputado Guilherme Uchôa, na reunião deste colegiado do dia 20 de novembro de 2012.

2. Parecer do Relator

Com base no Parecer PG nº 472/2012, da Procuradoria Geral desta casa, faz-se mister que a servidora Iran de Souza Vieira seja aposentada de forma compulsória, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, por haver completado 70 anos de idade no dia 23 de agosto de 2012.
Desta forma, em vista da legalidade e da constitucionalidade, opino favorável ao acolhimento do Parecer PG nº 472/2012, da Procuradoria Geral desta casa.

3. Parecer da Mesa Diretora

É mandamento constitucional a aposentadoria compulsória.
Tendo em vista as considerações contidas no parecer do Relator, que opina de forma favorável ao entendimento da Procuradoria Geral desta casa, os membros desta Mesa Diretora acolhem o parecer do Relator, resolvendo aposentar compulsoriamente a servidora Iran de Souza Vieira, matrícula nº 375, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder Legislativo, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, retroativo a 23 de agosto de 2012.

Sala Torres Galvão, em 20 de novembro de 2012.

DEPUTADO GUILHERME UCHÔA
Presidente

DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO – *RELATOR*
Primeiro-Vice-Presidente

DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO
Primeiro-Secretário

DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ
Terceiro-Secretário

DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS
Quarto-Secretário

Parecer nº 7/2012 – ADM

Mesa Diretora

Ofícios n^{OS} 01/2012 e 44/2012, da Gerência de Avaliação e Acompanhamento de Pessoal e da Superintendência de Recursos Humanos, respectivamente

Servidor: Gilvan da Cruz Pinheiro

Ementa: concede aposentadoria compulsória.

1. Histórico

Encaminhado à Mesa Diretora para apreciação e posterior deliberação o Requerimento Funcional nº 215335-BB/2012, do servidor Gilvan da Cruz Pinheiro, cargo efetivo de técnico em administração, o qual, em razão de ter alcançado a idade-limite para permanência no serviço público, solicita aposentadoria compulsória, bem como a percepção em pecúnia de licenças-prêmio, fui designado relator do requerimento supracitado pelo Senhor Presidente, Deputado Guilherme Uchôa, na reunião deste colegiado do dia 20 de novembro de 2012.

2. Parecer do Relator

Consubstanciado no Parecer PG nº 0497/2012, da Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, faz-se necessário que o servidor seja aposentado de forma compulsória com proventos integrais, nos termos do inciso II, do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, por haver completado 70 (setenta) anos de idade no dia 20 de maio de 2012.
Com relação ao pagamento em pecúnia das licenças-prêmio não gozadas mister se faz que seja deferido à luz da legislação em vigor.
Assim sendo, opino pela concessão da aposentadoria compulsória do requerente com proventos integrais e do pagamento em pecúnia de licenças-prêmio.

3. Parecer da Mesa Diretora

É mandamento constitucional a aposentadoria compulsória, prestando-se o requerimento em tela a corroborar a boa-fé do requerente.
Tendo em vista as considerações contidas no parecer do relator, que opina de forma favorável à concessão da aposentadoria

compulsória e ao pagamento de licenças-prêmio, os membros desta Mesa Diretora acolhem o aludido parecer, ficando assim deferido o Requerimento Funcional nº 215335-BB/2012, nos termos do Parecer PG nº 0497/2012, da Procuradoria Geral desta Casa, resolvendo aposentar compulsoriamente o servidor Gilvan da Cruz Pinheiro, matrícula nº 169, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder Legislativo, com proventos integrais, com base no inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a ressalva de que proventos serão fixados em definitivo após a homologação da aposentadoria pelo órgão competente, quer seja, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, retroativamente a 20 de maio de 2012, bem como o pagamento em pecúnia de licenças-prêmio, com amparo na legislação em vigor.

Sala Torres Galvão, em 20 de novembro de 2012.

DEPUTADO GUILHERME UCHÔA
Presidente

DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO – *RELATOR*
Primeiro-Vice-Presidente

DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO
Primeiro-Secretário

DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ
Terceiro-Secretário

DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS
Quarto-Secretário

Pareceres de Comissões

Parecer N° 3332/2012

Projeto de Lei Ordinária nº 1155/2012
Autoria: Deputada Mary Gouveia

EMENTA: INSTITUI, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, o Dia Estadual de Combate à Psoríase, QUE OCORRERÁ no dia 29 de outubro de cada ano. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCOSTITUCIONALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1155/2012, de autoria da Deputada Mary Gouveia, que visa instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco o Dia de Combate à Psoríase, que o correrá no dia 29 de outubro de cada ano.
O projeto tramita sob o regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.
A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal.
Como leciona **Alexandre de Moraes**:
"A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição.
Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.
São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30).
São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis." (*in* **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302)
Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte:

"Art. 25. .....
.....
§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição."

Ante as razões aduzidas, opina-se no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1155/2012, de autoria da Deputada Mary Gouveia.

Sílvio Costa Filho
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, estamos em que, o Projeto de Lei Ordinária nº 1155/2012, de autoria da Deputada Mary Gouveia, está em condições de ser aprovado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Sílvio Costa Filho.
Favoráveis os (8) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Diogo Moraes, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Vinícius Labanca, Waldemar Borges.

Parecer N° 3333/2012

Projeto de Lei Complementar nº 1174/2012
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA FIXAR NOVOS VALORES DE VENCIMENTO BASE DOS CARGOS PÚBLICOS QUE INDICA, E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, NOS TERMOS DO ART. 19, § 1º, II, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Complementar nº 1174/2012, de autoria do Governador do Estado, que visa fixar novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica, e dá outras providências.
A Mensagem Governamental enuncia que a alteração objetiva proporcionar maior satisfação aos servidores do Estado de Pernambuco, reajustando a remuneração e majorando gratificações dos vários cargos indicados em seu texto.
Com arrimo no art. 21 da Constituição Estadual, o Governador do Estado solicitou a observância do regime de urgência na tramitação.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput,* da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.
A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal.
Como leciona **Alexandre de Moraes**:
"A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição.
Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.
São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30).
São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis." (*in* **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302)
Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte:

"Art. 25. .....
.....
§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição."

Ante as razões aduzidas, opina-se no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 1174/2012, de autoria do Governador do Estado.

Diogo Moraes
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 1174/2012, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Diogo Moraes.
Favoráveis os (8) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Diogo Moraes, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Vinícius Labanca, Waldemar Borges.

Parecer N° 3334/2012

Projeto de Resolução nº 1177/2012

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ConcedeR Título Honorífico de Cidadã Pernambucano A MARIA JOSÉ MOREIRA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 199, X E 271 A 275 DO REGIMENTO INTERNO DESTE PODER LEGISLATIVO. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº 1177/2012, de autoria do Deputado Zá Maurício, que visa conceder o Título Honorífico de Cidadã do Estado de Pernambuco a Maria José Moreira.

2. Parecer do Relator

A presente proposição vem arrimada no art. 199, X, do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

É importante ressaltar que, por representar um título *honoris* causa, há o entendimento de que não há a exigência de o agraciado ter nacionalidade brasileira, visto que visa apenas, como no visto no art. 271 do Regimento Interno dessa Casa, *"reconhecer e valorizar o trabalho de pessoas que, em qualquer área de atuação, desenvolvam ou desenvolveram atividades em prol do Estado de Pernambuco"*.

Assim, é importante destacar o breve histórico curricular da vida da homenageada, onde se demonstra seu elevado espírito público, bem como os relevantes serviços prestados ao Estado de Pernambuco, *in verbis:*

"Nascida em João Pessoa, capital da Paraíba, em 28 de fevereiro de 1937, Maria José Moreira, filha de Severino Moreira e Emília Maria dos Santos é uma antiga funcionária da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Dona Zezé, como é conhecida, estudou até os 21 anos em sua cidade natal, onde concluiu o ensino médio, e em 1958 mudou-se para o Recife.

Na capital pernambucana começou uma nova etapa de sua vida pessoal e profissional. Conseguiu seu 1º emprego em 1959 na Assembleia Legislativa por indicação do Dep. Augusto Lucena, e do 1º secretário da casa naquela época, Dep. Inácio Valadares Filho. Ele aceitou a indicação e designou-a para trabalhar na Diretoria Geral por um período de experiência até que houvesse chance de nomeação, o que só ocorreu em 1962.

Dona Zezé trabalhou em vários setores da casa, inclusive no serviço de gravação das sessões plenárias, época que coincidiu com o período da Revolução de 1964. É testemunha viva da posse do Vice-Governador Paulo Guerra.

Em seguida passou a trabalhar em gabinetes de vários deputados, dentre eles: Dep. Manoel Gilberto, Dep. Marcus Cunha, Dep. Mário Monteiro, Dep. Carlos Pessoa Guerra e com, hoje Senador da República Jarbas de Andrade Vasconcelos.

Em 1980, filiou-se ao PMDB, e, em 1988, teve uma experiência como candidata à vereadora do Recife. Ficou na suplência da Câmara de Vereadores do Recife com 1.684 votos, um número considerável naquela época. Continuou como funcionária do Poder Legislativo até 1996, quando pediu aposentadoria.

Mesmo aposentada, ainda trabalhou em cargos comissionados com os Deputados Jorge Gomes, João Lyra Filho (pai do atual Vice-Governador João Lyra Neto) e Geraldo Melo Filho (filho do ex-deputado, e ex-prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Geraldo Melo, já falecido).

Em 1996 foi criada a AFALEPE (Associação dos funcionários aposentados da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco), à qual Dona Zezé se associou e no ano de 2000 se candidatou à presidência do órgão. Ganhando a votação, ficou no cargo por dois anos, que era o determinado pelo estatuto. Em 2002, candidatou-se à reeleição e ganhou novamente. Em 2004 foi modificado o estatuto e o mandato passou para três anos, e por uma condição de todos os sócios, a última reeleição foi feita por aclamação e se mantém até hoje com o término em fevereiro de 2013.

Em junho de 2012, a já conhecida "Zezé da Assembleia" entrou na chapa "Consolidando um novo tempo" do SISALEPE (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Pernambuco), e saiu também vitoriosa no cargo de suplente do Conselho Fiscal, no qual fará parte até o ano de 2015."

Assim, é importante destacar que a homenageada possui vasto rol de serviços prestados prestado ao Estado de Pernambuco, conforme resta demonstrado na justificativa apresentada pelo autor da proposta.

Destaque-se, por fim, que restaram atendidas todas as exigências constantes no artigo 274 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.
Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Resolução nº 1177/2012, de autoria do Deputado Zé Mauricio.

Antônio Moraes
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 1177/2012, de autoria do Deputado Zé Mauricio.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Antônio Moraes.
Favoráveis os (8) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Diogo Moraes, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Vinícius Labanca, Waldemar Borges.

Parecer N° 3335/2012

Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2012
Autoria: Deputado Rodrigo Novaes

EMENTA: INSTITUI, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, o Dia Estadual do Vaqueiro, QUE OCORRERÁ no dia 02 de agosto E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCOSTITUCIONALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2012, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, que visa instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco o Dia do Vaqueiro, que o correrá no dia 02 de agosto.
O projeto tramita sob o regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.
A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal.
Como leciona **Alexandre de Moraes**:
"A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição.
Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.
São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30).
São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis." (*in* **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302)
Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte:

"Art. 25. .....
.....
§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição."

Ante as razões aduzidas, opina-se no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2012, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes.

Antônio Moraes
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, estamos em que, o Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2012, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, está em condições de ser aprovado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Antônio Moraes.
Favoráveis os (8) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Diogo Moraes, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Vinícius Labanca, Waldemar Borges.

Parecer N° 3336/2012

Projeto de Lei Ordinária nº 1181/2012
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE Concede crédito presumido do ICMS a estabelecimento industrial fabricante de bicicletas e suas partes. MATÉRIA INSERTA NA *COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE* DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE *DIREITO TRIBUTÁRIO*, CONFORME PRESCRITO NO ART. 24, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, CONFORME ESTABELECE O ART. 19, § 1º, I, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária n° 1181/2012, de autoria do Governador do Estado, que concede crédito presumido do ICMS a estabelecimento industrial fabricante de bicicletas e suas partes.

Como ressaltado na Mensagem Governamental, o benefício em questão se justifica em razão de um conjunto de medidas mais amplas relacionadas ao problema do trânsito nas grandes cidades do nosso Estado, na medida em que estimula a utilização de bicicletas.

Portanto, o fomento do uso das bicicletas como meio de transporte vai ao encontro da tendência das políticas públicas mundiais de preocupação com o meio
ambiente e com a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para sanar problemas de mobilidade, de poluição, de congestionamento e de estresse, trazendo benefícios como preço acessível; Baixo custo de manutenção; Baixo impacto sobre o meio ambiente; Melhoria da saúde dos usuários.

Por fim, objetiva-se que, com a redução fiscal, empresas locais possam competir nesse mercado com aquelas de outros Estados, tendo como efeito adicional a geração de emprego e renda para os pernambucanos.

A tramitação observa o regime de urgência, nos termos do art. 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput,* da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A matéria nela versada encontra-se inserta na **competência legislativa concorrente** da União, Estados e Distrito Federal para dispor sobre **direito tributário**, conforme prescrito no art. 24, I, da Constituição Federal.
Por outro lado, a sua iniciativa é privativa do Governador do Estado, conforme determina o art. 19, § 1º, I, da Constituição Estadual, *in verbis*:
"Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao

Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição.
§ 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:
I - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento e matéria tributária;"
Destaque-se, por fim, que os aspectos financeiros e orçamentários, especialmente no que toca à observância dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser objeto de análise pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, conforme disposto no Regimento Interno.
Dessa forma, ressalvando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1181/2012, de autoria do Governador do Estado.

Ricardo Costa
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1181/2012, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Ricardo Costa.
Favoráveis os (8) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Diogo Moraes, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Vinícius Labanca, Waldemar Borges.

Parecer N° 3337/2012

Projeto de Lei Ordinária nº 1183/2012
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2012, NO VALOR DE R$ 229.400.000,00 (DUZENTOS E VINTE E NOVE MILHÕES E QUATROCENTOS MIL REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL, A FIM DE REFORÇAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES PARA COBRIR DESPESAS COM PESSOAL E COM OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 1183/2012, de autoria do Governador do Estado, encaminhado a este Poder Legislativo por meio da Mensagem nº 142/2012, de 09 de novembro de 2012, que visa abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, crédito suplementar no valor de R$ 229.400.000,00 (duzentos e vinte e nove milhões e quatrocentos mil reais), em favor da SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL, a fim de reforçar dotações orçamentárias insuficientes para cobrir despesas com pessoal e com operacionalização da Secretaria.

Com arrimo no art. 21 da Constituição Estadual, o Governador do Estado requereu que a tramitação observe o regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput,* da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A matéria nele versada encontra-se, segundo estabelecem os arts. 19, § 1º, I e 123, I e III, da Constituição Estadual, dentro da esfera de iniciativa de lei reservada privativamente ao Governador do Estado.

Por outro lado, cabe a esta Assembleia Legislativa, haja vista tratar-se de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, conceder, previamente, autorização legislativa, segundo dispõem os arts. 15, I e 128, III, da Carta Estadual e art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Observa-se, ainda, que o projeto está em consonância com o exigido pelo art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, vez que foi feita exposição justificativa consignando a existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa.

Com efeito, conforme consta da proposição governamental (art. 2°), os recursos destinados à abertura do crédito suplementar serão provenientes da anulação, em igual importância, das dotações orçamentárias, na forma do disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, especificadas no Anexo II constante do projeto.

Encontram-se atendidos, ainda, os requisitos exigidos pelo art. 46 da já referida Lei Federal nº 4.320, de 1964 (indicação da importância, espécie de crédito adicional e classificação da despesa, até onde for possível).

Destaque-se, por fim, que os aspectos financeiros e orçamentários, especialmente no que toca à observância dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser objeto de análise pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, consoante disposto no art. 96, I, do Regimento Interno.

Dessa forma, ressalvando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.
Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1183/2012, de autoria do Governador do Estado.

Ricardo Costa
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1183/2012, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Ricardo Costa.
Favoráveis os (8) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Diogo Moraes, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Vinícius Labanca, Waldemar Borges.

Parecer N° 3338/2012

Projeto de Lei Ordinária nº 1196/2012
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA DISPOR SOBRE MEDIDAS RELATIVAS À COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA DE 2013 E A COPA DO MUNDO FIFA DE 2014 E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, NOS TERMOS DO ART. 19, § 1º, I, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE CONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1196/2012, de autoria do Governador do Estado, que objetiva, consoante disposto na mensagem governamental:

"Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Assembleia, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei de caráter urgente e imprescindível ao pleno sucesso dos eventos relativos à ***COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA 2013*** *e* ***COPA DO MUNDO FIFA 2014****, que serão sediados por nosso Estado de Pernambuco.*

Após amplo debate no seio da sociedade brasileira, restou aprovado, pelo Congresso Nacional, o texto da chamada Lei Geral da Copa – Lei nº 12.663, de 05 de junho de 2012.

A referida lei nacional, no § 1º do art. 68, excluiu a aplicação, em relação às competições a serem realizadas no bojo da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, da proibição do comércio de bebidas alcoólicas e, no art. 26, regulou a forma como será procedida a venda dos ingressos nos estádios, restringindo os com desconto de 50% (cinquenta por cento).

Outrossim, para maior brilhantismo dos eventos, segurança da população e livre acesso de todos, impõe-se a possibilidade de decretação de feriado nos dias dos jogos realizados no nosso Estado.

Em face disso, e levando em consideração o caráter nacional das políticas relativas aos eventos esportivos em tela, entendo que a legislação estadual deve se alinhar às diretrizes traçadas pela nação brasileira para a realização dessas grandes confraternizações mundiais em nosso Estado.

Ao elevar à apreciação legislativa o presente projeto, o faço com o intento de não só cumprir uma obrigação constitucional, mas, sobretudo, de valer-me da legítima representatividade popular que essa Casa detém para o debate crítico de suas proposições, de modo a subordinar as decisões políticas que lhe são próprias ao pleno exercício do controle democrático proporcionado pelo Estado de Direito."
Com arrimo no art. 21 da Constituição Estadual, o Governador do Estado requereu que a tramitação observe o regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição do Estado e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.
A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal.
Como leciona **Alexandre de Moraes**:
"A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição.
Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.
São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30).
São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis." (*in* **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302)
Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte:
"Art. 25. .....
.....
§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição."

Por outro lado, a matéria insere-se na iniciativa legislativa privativa do Governador do Estado, nos termos do art. 19, § 1º, I, da Constituição Estadual.
Logo, inexistem nas disposições do projeto de lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.
Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1196/2012, de autoria do Governador do Estado.

Vinícius Labanca
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1196/2012, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Vinícius Labanca.
Favoráveis os (8) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Diogo Moraes, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Vinícius Labanca, Waldemar Borges.

Parecer N° 3339/2012

Projeto de Lei Ordinária nº 1197/2012
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 12.268.000,00 (DOZE MILHÕES, DUZENTOS E SESSENTA E OITO MIL REAIS), EM FAVOR DO INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO – IPA, QUE OBJETIVA REFORÇAR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INSUFICIENTE PARA COBRIR DESPESAS COM PESSOAL, OPERACIONALIZAÇÃO E INVESTIMENTOS DO IPA. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 1197/2012, de autoria do Governador do Estado, encaminhado a este Poder Legislativo por meio da Mensagem nº 146/2012, de 19 de novembro de 2012, que visa abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, crédito suplementar no valor de R$ 12.268.000,00 (doze milhões, duzentos e sessenta e oito mil reais), em favor do INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO – IPA, que objetiva reforçar dotação orçamentária insuficiente para cobrir despesas com pessoal, operacionalização e investimentos do IPA.

Com arrimo no art. 21 da Constituição Estadual, o Governador do Estado requereu que a tramitação observe o regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput,* da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A matéria nele versada encontra-se, segundo estabelecem os arts. 19, § 1º, I e 123, I e III, da Constituição Estadual, dentro da esfera de iniciativa de lei reservada privativamente ao Governador do Estado.

Por outro lado, cabe a esta Assembleia Legislativa, haja vista tratar-se de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, conceder, previamente, autorização legislativa, segundo dispõem os arts. 15, I e 128, III, da Carta Estadual e art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Observa-se, ainda, que o projeto está em consonância com o exigido pelo art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, vez que foi feita exposição justificativa consignando a existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa.

Com efeito, conforme consta da proposição governamental (art. 2°), os recursos destinados à abertura do crédito suplementar serão provenientes da anulação, em igual importância, das dotações orçamentárias, na forma do disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, especificadas no Anexo II constante do projeto.

Encontram-se atendidos, ainda, os requisitos exigidos pelo art. 46 da já referida Lei Federal nº 4.320, de 1964 (indicação da importância, espécie de crédito adicional e classificação da despesa, até onde for possível).

Destaque-se, por fim, que os aspectos financeiros e orçamentários, especialmente no que toca à observância dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser objeto de análise pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, consoante disposto no art. 96, I, do Regimento Interno.

Dessa forma, ressalvando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.
Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1197/2012, de autoria do Governador do Estado.

Diogo Moraes
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1197/2012, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Diogo Moraes.
Favoráveis os (8) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Diogo Moraes, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Vinícius Labanca, Waldemar Borges.

Parecer N° 3340/2012

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 1196/2012
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE DISPÕE SOBRE MEDIDAS RELATIVAS À COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA DE 2013 E A COPA DO MUNDO FIFA DE 2014. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 1196/2012, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 145 de 14 de novembro de 2012, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura objetiva colher autorização deste Poder Legislativo, a fim de permitir que o Governo do Estado possa dispor sobre medidas relativas à ***COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA DE 2013 E A COPA DO MUNDO FIFA DE 2014*** e aos Eventos relacionados que serão realizados no Estado de Pernambuco;

2.2- Para efeito da presente Lei, a medida ora em análise tem por princípios básicos dispor sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013, à Copa do Mundo FIFA de 2014, com fundamento na Lei Federal nº 12.663, de 05 de junho de 2012, denominada Lei Geral da Copa, originada após amplo debate no seio da sociedade brasileira, que restou, pela aprovação do Congresso Nacional;

2.3- É imperioso destacar, que a referida Lei nacional, no § 1º do art. 68, excluiu a aplicação, em relação às competições a serem realizadas no bojo da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, da proibição do comércio de bebidas alcoólicas e, no art. 26, regulou a forma como será procedida a venda dos ingressos nos estádios, restringindo com desconto de 50% (cinquenta por cento);

2.4-Para tanto**,** com a finalidade de propiciar maior brilhantismo aos eventos, é levado em consideração o caráter nacional das políticas relativas aos eventos esportivos em tela, por isto, a legislação estadual deve se alinhar às diretrizes traçadas pela nação brasileira para a realização dessas grandes confraternizações mundiais em nosso Estado;

2.5- Para obter a garantia durante a realização da Copa das Confederações a presente Lei determina medidas para distribuição, venda, publicidade, propaganda ou comércio de alimentos e bebidas no interior dos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso, inclusive as que restrinjam o consumo de bebidas alcoólicas, salvo as proibições destinadas a pessoas menores de 18 (dezoito) anos;

2.6- A presente Lei contempla também, a concessão de gratuidade, redução de preço, meia-entrada ou qualquer outra forma de subvenção a consumidores; e reserva de quantidade absoluta ou percentual de Ingressos para quaisquer categorias de pessoas, seja para distribuição gratuita, venda preferencial ou a preço reduzido;

2.7-O Governador do Estado pode decretar feriado nos dias de realização de Eventos no território do Estado Pernambuco;

2.8- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico***, uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão promover medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e a Copa do Mundo FIFA de 2014, medidas relativas sobre distribuição, venda, publicidade, propaganda ou comércio de alimentos e bebidas no interior dos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso, inclusive as que restrinjam o consumo de bebidas alcoólicas, salvo as proibições destinadas a pessoas menores de 18 (dezoito) anos, no âmbito do Estado de Pernambuco.***

Ângelo Ferreira
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 1196/2012, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Aluísio Lessa.
Relator : Ângelo Ferreira.
Favoráveis os (4) deputados: Ângelo Ferreira, Pedro Serafim Neto, Raimundo Pimentel, Rodrigo Novaes.

Parecer N° 3341/2012

Comissão de Esporte e Lazer
Parecer ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1196/2012
Origem: Poder Executivo
Autoria: Governador do Estado

EMENTA: Dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e a Copa do Mundo FIFA de 2014.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Esporte e Lazer o Projeto de Lei Ordinária nº 1196/2012, de autoria do Governador do Estado em exercício, encaminhado a este Poder Legislativo por meio da Mensagem nº 145/2012, de 14 de novembro de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013, à Copa do Mundo FIFA de 2014 e aos Eventos relacionados que serão realizados no Estado de Pernambuco.

O projeto de lei em referência tramita sob o regime de urgência.

2. Parecer do Relator

O presente projeto de lei visa ajustar a legislação do Estado de Pernambuco a Lei Federal nº 12.663, de 05 de junho de 2012, conhecida como Lei Geral da Copa. A referida lei nacional, no § 1º do art. 68, excluiu a aplicação da proibição do comércio de bebidas alcoólicas prevista no Estatuto do Torcedor, em relação à Copa das

Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014. O projeto, ora em análise, também trata do processo de venda dos ingressos nos estádios.

A FIFA fixará os preços dos ingressos para cada partida das competições, obedecidas as seguintes regras:

1. Os ingressos serão personalizados com a identificação do comprador e classificados em quatro categorias, numeradas de 1 a 4;

2. Ingressos das quatro categorias serão vendidos para todas as partidas das competições; e

3. Os preços serão fixados para cada categoria, sendo o mais baixo o da categoria 4.

A Lei Geral da Copa estabelece que a Fifa coloque à disposição 300 mil ingressos nos jogos da Copa do Mundo de 2014 e 50 mil ingressos no jogos da Copa das Confederações para o grupo mais barato, a categoria 4.

Os estudantes, idosos e beneficiários de programas de transferência de renda pagarão a metade (50%) do valor a ser cobrado da "Categoria 4" .

Destaca-se também que pessoas com mais de 60 anos poderão comprar ingressos pela metade do preço em todas as categorias.

Diante do exposto, opino pelo atendimento das diretrizes negociadas em nível nacional para que a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo de 2014 pudessem ser realizadas no Brasil e em nosso Estado.

Nesse sentido sugiro que o parecer desta Comissão Esporte e Lazer seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1196/2012.

Vinícius Labanca
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1196/2012, de autoria do Governador do Estado em exercício.

Sala da Comissão de Esporte e Lazer,
em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Vinícius Labanca.
Relator : Vinícius Labanca.
Favoráveis os (3) deputados: Diogo Moraes, Julio Cavalcanti, Ricardo Costa.

Parecer N° 3342/2012

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
Parecer ao Projeto de Lei Ordinária Nº1196/2012
Origem: Poder Executivo
Autoria: Governador do Estado

Ementa: *Dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e a Copa do Mundo FIFA de 2014.* ***Pela aprovação****.*

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, através da Mensagem Governamental nº145/2012, de 14 de novembro de 2012, o Projeto de Lei Ordinária nº 1196/2012, de origem do Poder Executivo.

A proposição em análise tem caráter urgente e imprescindível ao pleno sucesso dos eventos relativos à **COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA 2013** e **COPA DO MUNDO FIFA 2014**, que serão sediados por nosso Estado de Pernambuco.

Após amplo debate no seio da sociedade brasileira, restou aprovado, pelo Congresso Nacional, o texto da chamada Lei Geral da Copa – Lei nº 12.663, de 05 de junho de 2012.

A referida lei nacional, no § 1º do art. 68, excluiu a aplicação, em relação às competições a serem realizadas no bojo da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, da proibição do comércio de bebidas alcoólicas e, no art. 26, regulou a forma como será procedida a venda dos ingressos nos estádios, restringindo os com desconto de 50% (cinquenta por cento).

Outrossim, para maior brilhantismo dos eventos, segurança da população e livre acesso de todos, impõe-se a possibilidade de decretação de feriado nos dias dos jogos realizados no nosso Estado.

Em face disso, e levando em consideração o caráter nacional das políticas relativas aos eventos esportivos em tela, entendo que a legislação estadual deve se alinhar às diretrizes traçadas pela nação brasileira para a realização dessas grandes confraternizações mundiais em nosso Estado.

2. Parecer do Relator

Considerando a inexistência de conflitos com as legislações, orçamentárias, financeiras e tributárias, opino pela **aprovação** do **Projeto de Lei Ordinária nº1196/2012**, oriundo do Poder Executivo.

Diogo Moraes
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o **Projeto de Lei Ordinária nº1196/2012, de origem de Poder Executivo, está em condições de ser aprovado.**

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e
Tributação, em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.
Relator : Diogo Moraes.
Favoráveis os (4) deputados: Eriberto Medeiros, Júlio Cavalcanti, Leonardo Dias, Mary Gouveia.

Parecer N° 3343/2012

Relatório

Vem a esta **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**, o Projeto n.º **1181/2012**, concede crédito presumido do ICMS a estabelecimentos industrial fabricante de bicicleta e suas partes.

Parecer do Relator

O Projeto em tela tem como objetivo conceder crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS aos estabelecimentos industriais fabricantes de bicicletas, bem como de suas partes.
Assim, sendo, este estimulo fiscal se justifica em razão de um conjunto de medidas mais amplas relacionadas ao problema do trânsito nas grandes cidades do nosso Estado, na medida em que estimula a utilização da bicicleta, contribuindo para desafogar as vias urbanas, já extremamente saturadas.
Diante do exposto, opino no sentido de que o **PARECER** desta Comissão, seja pela **APROVAÇÃO** do Projeto n.º**1181/2012,** de autoria do Poder Executivo.

Vinícius Labanca
Deputado

Conclusão da Comissão

Baseado nas considerações realizadas, o Colegiado recomenda a **APROVAÇÃO** do Projeto n.º **1181** / **2012**.

Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e
Turismo, em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Leonardo Dias.
Relator : Vinícius Labanca.
Favoráveis os (5) deputados: Diogo Moraes, Isabel Cristina, Julio Cavalcanti, Leonardo Dias, Vinícius Labanca.

Parecer N° 3344/2012

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 925/2012, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de advertência quanto aos malefícios do consumo de bebidas alcoólicas e do uso de drogas, na forma de informação impressa, nos livros didáticos distribuídos nas Unidades Escolares do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Art. 1º As editoras ficam obrigadas a inserir advertência quanto aos malefícios do consumo de bebidas alcoólicas e do uso de drogas, na forma de informação impressa, nos livros didáticos distribuídos nas Unidades Escolares do Estado de Pernambuco.

Art. 2º O texto da advertência citada no art. 1º desta Lei:

I - será redigido e distribuído pela Secretaria Estadual de Educação às editoras, havendo a obrigatoriedade de no mínimo 1 (uma) inserção por livro;

II – poderá constar de encarte a ser inserido nos livros ou em nas páginas iniciais do próprio livro;

III - ocupará uma página inteira ou, no caso de encarte, terá tamanho equivalente e, preferencialmente, conterá ilustrações.

Art. 3º As Unidades de Ensinos Particulares deverão informar as suas editoras a respeito da obrigatoriedade prevista nesta Lei.

Art. 4º Cabe ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para sua devida aplicabilidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Manoel Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Everaldo Cabral.
Relator : Manoel Santos.
Favoráveis os (4) deputados: Adalberto Cavalcanti, Everaldo Cabral, Manoel Santos, Ramos.

Parecer N° 3345/2012

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1036/2012, já aprovado com sua respectiva Emenda, em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Denomina Viaduto Senador Nivaldo Machado, o equipamento viário construído no Bairro dos Bultrins, Município de Olinda.

Art. 1º Fica denominado Viaduto Senador Nivaldo Machado, o equipamento viário construído no Bairro dos Bultrins, defronte a Faculdade de Ciências Humanas de Olinda – FACHO, no Município de Olinda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manoel Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Everaldo Cabral.
Relator : Manoel Santos.
Favoráveis os (4) deputados: Adalberto Cavalcanti, Everaldo Cabral, Manoel Santos, Ramos.

Parecer N° 3346/2012

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1057/2012, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Denomina de Rodovia Dr. Natalício Soares, a VPE 315, artéria vicinal que liga a BR 232 ao Distrito de Caroalina, no Município de Sertânia.

Art. 1º Fica denominada Rodovia Dr. Natalício Soares, a VPE 315, artéria vicinal que liga a BR 232 ao Distrito de Caroalina, no Município de Sertânia.

Art. 2º Fica facultado à família do homenageado, a doação de Busto, Monumento ou placa alusiva a ser instalada no trecho de acesso à Rodovia citada no artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manoel Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Everaldo Cabral.
Relator : Manoel Santos.
Favoráveis os (4) deputados: Adalberto Cavalcanti, Everaldo Cabral, Manoel Santos, Ramos.

Parecer N° 3347/2012

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1159/2012, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamento externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), obedecidos os limites legais para contratação de operações de crédito no exercício e para o dispêndio anual com o pagamento da dívida fundada, compreendendo principal e acessórios.

Parágrafo único. O produto da operação de crédito de que trata o *caput* será aplicado em programas e ações contidos no Plano Plurianual - PPA e nas Leis Orçamentárias Anuais, em estrita observância à modalidade específica de financiamento, exigida pelo BIRD.

Art. 2º A operação de crédito será garantida pela União Federal.

Art. 3º Para obter a garantia da União com vistas à operação de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantia à União, relativamente ao empréstimo de que trata a presente Lei, correspondendo à cessão de parcelas necessárias e suficientes das cotas de repartição constitucional, previstas nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea "a" e II, complementadas pelas receitas tributárias próprias, estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito serão consignados como receita no Orçamento do Estado ou em Créditos Adicionais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manoel Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Everaldo Cabral.
Relator : Manoel Santos.
Favoráveis os (4) deputados: Adalberto Cavalcanti, Everaldo Cabral, Manoel Santos, Ramos.

Parecer N° 3348/2012

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1163/2012, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Autoriza a supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, e dá outras providências.

Art. 1º Fica autorizada a intervenção e supressão de segmentos de vegetação nas seguintes áreas de preservação permanente, de acordo com o inciso I do §1º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995:

I - área de 1,25 ha (um hectares e vinte e cinco ares) de vegetação nativa típica do Bioma Mata Atlântica, localizada no Município de Camaragibe, neste Estado, conforme Memorial Descritivo constante do Anexo I, para fins de viabilizar a obra de instalação do Sistema Viário da Cidade da Copa, enquadrada como de utilidade pública conforme a Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006;

II - área de 1.434 m² (um mil quatrocentos e trinta e quatro metros quadrados) de vegetação nativa típica do Bioma Mata Atlântica, localizada no Município de Recife, neste Estado, conforme Memorial Descritivo constante do Anexo II, para fins de viabilizar a obra de instalação do Sistema Viário da Cidade da Copa, enquadrada como de utilidade pública conforme a Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006; e

III – área de 2.520 m² (dois mil quinhentos e vinte metros quadrados) de vegetação nativa típica do Bioma Mata Atlântica, localizada no Município de Recife, neste Estado, conforme Memorial Descritivo constante do Anexo III, para fins de viabilizar a obra de instalação do Sistema Viário da Cidade da Copa, enquadrada como de utilidade pública conforme a Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006.

§ 1º A autorização para supressão de segmentos de vegetação e intervenção em Áreas de Preservação Permanente – APP, de que trata esta Lei fica condicionada à compensação da vegetação suprimida, com a preservação ou recuperação de ecossistemas semelhantes, em áreas no mínimo correspondentes às degradadas, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 1995.

§ 2º A execução de qualquer obra ou serviço nos locais onde haverá supressão de vegetação permanente e intervenção em áreas de APP somente será iniciada depois de ultimado o respectivo licenciamento por parte da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH, que acompanhará todas as fases técnicas da obra ou serviço.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA I (APP 3 e 4)

		SAD 69	
APP	PONTO	N	E
3 e 4	1	9.111.535	280.066
3 e 4	2	9.111.511	280.071
3 e 4	3	9.111.536	280.057
3 e 4	4	9.111.513	280.054
3 e 4	5	9.111.527	280.032
3 e 4	6	9.111.508	280.037
3 e 4	7	9.111.541	280.079
3 e 4	8	9.111.521	280.083
3 e 4	9	9.111.527	280.100
3 e 4	10	9.111.548	280.108
3 e 4	11	9.111.545	280.066
3 e 4	12	9.111.543	280.053
3 e 4	13	9.111.534	280.024
3 e 4	14	9.111.554	280.011
3 e 4	15	9.111.559	280.022
3 e 4	16	9.111.582	280.012
3 e 4	17	9.111.583	279.999
3 e 4	18	9.111.616	280.000
3 e 4	19	9.111.635	280.020
3 e 4	20	9.111.673	280.017
3 e 4	21	9.111.671	279.996
3 e 4	22	9.111.697	279.989
3 e 4	23	9.111.698	280.004
3 e 4	24	9.111.719	279.995
3 e 4	25	9.111.715	279.978
3 e 4	26	9.111.736	279.962
3 e 4	27	9.111.734	279.986
3 e 4	28	9.111.771	279.974
3 e 4	29	9.111.776	280.012
3 e 4	30	9.111.757	280.019
3 e 4	31	9.111.753	280.045
3 e 4	32	9.111.776	280.044
3 e 4	33	9.111.797	280.072
3 e 4	34	9.111.773	280.079
3 e 4	35	9.111.766	280.088
3 e 4	36	9.111.722	280.075
3 e 4	37	9.111.727	280.058
3 e 4	38	9.111.704	280.022
3 e 4	39	9.111.690	280.044
3 e 4	40	9.111.659	280.045
3 e 4	41	9.111.656	280.025
3 e 4	42	9.111.625	280.030
3 e 4	43	9.111.629	280.048
3 e 4	44	9.111.579	280.061
3 e 4	45	9.111.561	280.038
3 e 4	46	9.111.540	280.033
3 e 4	47	9.111.568	280.063
3 e 4	48	9.111.569	280.080
3 e 4	49	9.111.546	280.087
3 e 4	50	9.111.548	280.090
3 e 4	51	9.111.563	280.094

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA II (APP 2)

		SAD 69	
APP	PONTO	N	E
2	1	9.111.335	280.147
2	2	9.111.317	280.163
2	3	9.111.302	280.181
2	4	9.111.288	280.197
2	5	9.111.285	280.219
2	6	9.111.292	280.229
2	7	9.111.274	280.231
2	8	9.111.268	280.204
2	9	9.111.284	280.181
2	10	9.111.295	280.158
2	11	9.111.316	280.134
2	12	9.111.334	280.172
2	13	9.111.331	280.193
2	14	9.111.324	280.211
2	15	9.111.323	280.227
2	16	9.111.315	280.224
2	17	9.111.310	280.314
2	18	9.111.312	280.205
2	19	9.111.323	280.195
2	20	9.111.320	280.172

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA III (APP 3)

		SAD 69	
APP	PONTO	N	E
1	1	9.111.048	280.358
1	2	9.111.057	280.355
1	3	9.111.057	280.366
1	4	9.111.069	280.370
1	5	9.111.059	280.378
1	6	9.111.056	280.384
1	7	9.111.070	280.383
1	8	9.111.058	280.398
1	9	9.111.075	280.405
1	10	9.111.082	280.422
1	11	9.111.072	280.430
1	12	9.111.058	280.440
1	13	9.111.046	280.394
1	14	9.111.044	280.388
1	15	9.111.022	280.394
1	16	9.111.013	280.383
1	17	9.111.040	280.372

1	18	9.111.009	280.352
1	19	9.111.034	280.338
1	20	9.111.054	280.331

Manoel Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Everaldo Cabral.
Relator : Manoel Santos.
Favoráveis os (4) deputados: Adalberto Cavalcanti, Everaldo Cabral, Manoel Santos, Ramos.

Parecer N° 3349/2012

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1164/2012, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências.

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, em favor da Empresa de Turismo de Pernambuco S/A – EMPETUR, crédito suplementar no valor de R$ 1.609.758,00 (um milhão, seiscentos e nove mil, setecentos e cinquenta e oito reais), destinado ao reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata a presente Lei serão os provenientes da anulação, em igual importância, das dotações discriminadas no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2012.

ANEXO I

(CRÉDITO SUPLEMENTAR)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO / ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2012EM	RECURSOS DE TODAS AS FONTES FONTE	R$ VALOR
21000 - SECRETARIA DE TURISMO			
00603 - Empresa de Turismo de Pernambuco S/A - EMPETUR			
Projeto: 23.695.0925.4009	- Adequação da Infraestrutura para o Turismo		**1.609.758,00**
3.3.90.00.	- Outras Despesas Correntes	0101	1.609.758,00
	TOTAL		**1.609.758,00**

ANEXO II

(ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO / ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2012	RECURSOS DE TODAS AS FONTES FONTE	EM R$ VALOR
38000- SECRETARIA DAS CIDADES			
00123 - Secretaria das Cidades - Administração Direta			
Projeto: 15.451.1044.4337	- Implantação e Implementação do Programa PROMETRÓPOLE II		48.680,41
4.4.90.00.	- Investimentos	0103	48.680,41
00609 - Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB			
Projeto: 16.451.1029.4300	- PAC - PE - Execução de Obras de Infraestrutura e de Urbanização		1.561.077,59
4.4.90.00	- Investimentos	0101	1.561.077,59
	TOTAL		**1.609.758,00**

Manoel Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 20 de novembro de 2012.

Presidente: Everaldo Cabral.
Relator : Manoel Santos.
Favoráveis os (4) deputados: Adalberto Cavalcanti, Everaldo Cabral, Manoel Santos, Ramos.

Indicações

Indicação N° 5342/2012

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Governador do Estado, Dr. Eduardo Campos, e ao Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos, Dr. José Almir Cirilo, no sentido de viabilizarem a necessária e urgente implantação do sistema de abastecimento de água nos loteamentos Cruz dos Borges II e Planalto, localizados no Município de Condado.
Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento ao Prefeito do Município de Contado, Dr. José Edberto Tavares Quental, na Praça 11 de Novembro, nº 88, Condado - PE, 55940-000, a Câmara de Vereadores de Condado, na pessoa do seu Presidente, Vereador José Nildo Lopes de Sousa e aos vereadores Edinaldo do Nascimento da Silva, Genivaldo Marinho de Barros, Manuel Francisco da Silva Xavier, Marcelo Falcão de Moura, Maria Helena Pereira da Silva, Romualdo Carlos Alves da Silva, Sandro Ricardo Barros, Valter Melo de Sousa Filho, na Av 15 de Novembro, nº 668, Centro, Condado-PE, CEP 55940-000, a Associação Comunitária Frente Jovem do Condado, na pessoa do seu Presidente, Sr. Célio Andrade de Araújo, na Vila Bonito, s/n, Centro, Condado, CEP 55940-000; e a ADASCON - Associação de Desenvolvimento e Assistência Social do Condado, na pessoa do seu Presidente Sr. Rodolfo Lafaiete, Av. 15 de novembro, nº 764, bairro Centro, Condado-PE.

Justificativa

Os loteamentos Cruz dos Borges II e Planalto, localizadas no Município de Condado, venciam as dificuldades do dia-a-dia sem água. Centenas de pessoas têm suas rotinas alteradas pela falta desse importante líquido.
A água é um recurso essencial para a humanidade, sem ela a vida não existiria no planeta. Cerca de 60 a 70% do nosso peso corporal é composto pela água.
A falta de um regular abastecimento de água castiga de forma severa qualquer comunidade, pois este líquido é essencial para suprir as necessidades diárias do ser humano.
O abastecimento de água nestas localidades é bastante precário e não atende as demandas dos moradores.
Investir em abastecimento de água é investir na saúde, na economia, no desenvolvimento e, sobretudo, garantir melhor qualidade de vida para a população.
Diante do exposto, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação da presente proposição.
Sala das Reuniões, em 30 de outubro de 2012.

Diogo Moraes
Deputado

Indicação N° 5343/2012

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Eduardo Campos** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, **Dr. Antônio Carlos Figueira**, no sentido de incluir nas metas das atividades: **Construção e Ampliação das Unidades de Saúde, o município de Belém de Maria/PE, contemplando-o com a implantação de 01 (um) Posto de Saúde para ações ambulatoriais de emergência.**
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, **Eduardo Henrique Accioly Campos**, Av. Professor Andrade Bezerra, 200 – Salgadinho – Olinda/PE - CEP: 53.110-970; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, **Dr. Antônio Carlos Figueira,** com endereço à Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, Bongi - Recife/PE - CEP: 50751-530; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Belém de Maria, **Wilson de Lima e Silva**, com endereço à Rua João Pessoa, 10 – Centro –Belém de Maria/PE - CEP: 55.440-000, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Belém de Maria, **Rolph Heber Casale Júnior**, com endereço à Rua João Pessoa, 10 – Centro – Belém de Maria/PE - CEP: 55.440-000, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belém de Maria, **Vereador José Arnaldo da Silva**, com endereço à Rua Capitão José de Gouveia, 55 – Centro – Belém de Maria/PE – CEP: 55.440-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belém de Maria, **Carlos José Soares**, com endereço à Rua Capitão José de Gouveia, 55 – Centro – Belém de Maria/PE – CEP: 55.440-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belém de Maria, **Jailson José da Silva**, com endereço à Rua Capitão José de Gouveia, 55 – Centro – Belém de Maria/PE – CEP: 55.440-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belém de Maria, **Jessé Veloso de Carvalho**, com endereço à Rua Capitão José de Gouveia, 55 – Centro – Belém de Maria/PE – CEP: 55.440-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belém de Maria, **José Jairo de Leonildo de Brito**, com endereço à Rua Capitão José de Gouveia, 55 – Centro – Belém de Maria/PE – CEP: 55.440-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belém de Maria, **Josival Carlos dos Santos**, com endereço à Rua Capitão José de Gouveia, 55 – Centro – Belém de Maria/PE – CEP: 55.440-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belém de Maria, **Roberto Paulo do Nascimento**, com endereço à Rua Capitão José de Gouveia, 55 – Centro – Belém de Maria/PE – CEP: 55.440-000, à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Belém de Maria, **Maria Amália Silva do Egito**, com endereço à Rua Capitão José de Gouveia, 55 – Centro – Belém de Maria/PE – CEP: 55.440-000, à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Belém de Maria, **Maria do Socorro de Araujo**, com endereço à Rua Capitão José de Gouveia, 55 – Centro – Belém de Maria/PE – CEP: 55.440-000 e a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belém de Maria,** com endereço à Rua José Eugênio Cavalcante, 137 - Centro – Belém de Maria/PE – CEP: 56440-999.

Justificativa

Mais uma ação governamental que vem alcançando relativo sucesso é a criação de mais espaços para atender, com serviços de saúde, às populações dos municípios do interior do estado de Pernambuco.
Dessa forma, a sua ampliação vem a ser uma providência das mais importantes e urgentes, uma vez que ela necessita alcançar vários municípios que ainda não foram por ela contemplados.
A referida ação ainda não foi deflagrada em **Belém de Maria** deixando sua população mais carente, sem condições de usufruir de serviços de saúde emergencial e ambulatorial.
Em função disto, tomamos a iniciativa de nos dirigirmos às autoridades governamentais, em especial ao Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual de Saúde, **Dr. Antônio Carlos Figueira**, para que **Belém de Maria** possa participar das ações de saúde acima referidas.
Acreditando no atendimento desta proposição, face à sensibilidade que caracteriza o **Dr. Antônio Carlos Figueira**, resta-nos solicitar dos nossos pares nesta Casa Legislativa, que lhes dispensem a necessária acolhida.
Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 5344/2012

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Eduardo Campos** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, **Dr. Antônio Carlos Figueira**, no sentido de incluir nas metas das atividades: **Construção e Ampliação das Unidades de Saúde, o município de Belo Jardim/PE, contemplando-o com a implantação de 01 (um) Posto de Saúde para ações ambulatoriais de emergência.**
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, **Eduardo Henrique Accioly Campos**, Av. Professor Andrade Bezerra, 200 – Salgadinho – Olinda/PE - CEP: 53.110-970; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, **Dr. Antônio Carlos Figueira,** com endereço à Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, Bongi - Recife/PE - CEP: 50751-530; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Belo Jardim, **Marcos Antonio da Silva**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 220 – Centro – Belo Jardim/PE – CEP: 55.150-002, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Belo Jardim, **José Ivan Monteiro da Silva**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 220 – Centro – Belo Jardim/PE – CEP: 55.150-002, e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belo Jardim, **José Lopes Silveira**, com endereço à Praça Amelio Soares Paes, s/n – Centro – Belo Jardim/PE - CEP: 55.150-000, ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Belo Jardim Vereador **Claudemir Paulino da Silva,** com endereço à Praça Amelio Soares Paes, s/n – Centro – Belo Jardim/PE - CEP: 55.150-000, à Excelentíssima Senhora da Vereadora da Câmara Municipal de Belo Jardim, **Claudiane Alves Melo de Oliveira,** com endereço à Praça Amelio Soares Paes, s/n – Centro – Belo Jardim/PE - CEP: 55.150-000, ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Belo Jardim, Vereador **Cristiano Araujo de Carvalho,** com endereço à Praça Amelio Soares Paes, s/n – Centro – Belo Jardim/PE - CEP: 55.150-000, ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Belo Jardim Vereador **Euno Andrade da Silva Filho,** com endereço à Praça Amelio Soares Paes, s/n – Centro – Belo Jardim/PE - CEP: 55.150-000, ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Belo Jardim Vereador **Fernando Austriclinio da Silva,** com endereço à Praça Amelio Soares Paes, s/n – Centro – Belo Jardim/PE - CEP: 55.150-000, ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Belo Jardim Vereador **Gilvandro Estrela de Oliveira,** com endereço à Praça Amelio Soares Paes, s/n – Centro – Belo Jardim/PE - CEP: 55.150-000, ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Belo Jardim Vereador **José Pereira da Silva,** com endereço à Praça Amelio Soares Paes, s/n – Centro – Belo Jardim/PE - CEP: 55.150-000, ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Belo Jardim Vereador **José Wilson Mergulhão Maciel Filho,** com endereço à Praça Amelio Soares Paes, s/n – Centro – Belo Jardim/PE - CEP: 55.150-000; ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Belo Jardim Vereador **Valdemir Vieira Cintra,** com endereço à Praça Amelio Soares Paes, s/n – Centro – Belo Jardim/PE - CEP: 55.150-000 e a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Jardim,** com endereço à Rua José Justino de Oliveira, 79 – São Pedro – Belo Jardim/PE – CEP: 55.150-050.

Justificativa

Mais uma ação governamental que vem alcançando relativo sucesso é a criação de mais espaços para atender, com serviços de saúde, às populações dos municípios do interior do estado de Pernambuco.
Dessa forma, a sua ampliação vem a ser uma providência das mais importantes e urgentes, uma vez que ela necessita alcançar vários municípios que ainda não foram por ela contemplados.
A referida ação ainda não foi deflagrada em **Belo Jardim** deixando sua população mais carente, sem condições de usufruir de serviços de saúde emergencial e ambulatorial.
Em função disto, tomamos a iniciativa de nos dirigirmos às autoridades governamentais, em especial ao Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual de Saúde, **Dr. Antônio Carlos Figueira**, para que **Belo Jardim** possa participar das ações de saúde acima referidas.
Acreditando no atendimento desta proposição, face à sensibilidade que caracteriza o **Dr. Antônio Carlos Figueira**, resta-nos solicitar dos nossos pares nesta Casa Legislativa, que lhes dispensem a necessária acolhida.
Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 5345/2012

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Eduardo Campos** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, **Dr. Antônio Carlos Figueira**, no sentido de incluir nas metas das atividades: **Construção e Ampliação das Unidades de Saúde, o município de Barreiros/PE, contemplando-o com a implantação de 01 (um) Posto de Saúde para ações ambulatoriais de emergência.**
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, **Eduardo Henrique Accioly Campos**, Av. Professor Andrade Bezerra, 200 – Salgadinho – Olinda/PE - CEP: 53.110-970; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, **Dr. Antônio Carlos Figueira,** com endereço à Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, Bongi - Recife/PE - CEP: 50751-530; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Barreiros, **Antônio Vicente de Sousa**, com endereço à Rua Aires Belo, s/n – Centro –Barreiros - CEP: 55.560-0006, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Barreiros, **João Bosco Alves Ximenes**, com endereço à Rua Aires Belo, s/n – Centro –Barreiros - CEP: 55.560-0006, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barreiros, **Vereador Walter Buarque de Lima**, com endereço à Praça Gidai, 404 – Centro – Barreiros/PE – CEP: 55.560-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Barreiros, **Elimário de Melo Farias**, com endereço à Praça Gidai, 404 – Centro – Barreiros/PE – CEP: 55.560-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Barreiros, **José Geraldo de Souza Leão**, com endereço à Praça Gidai, 404 – Centro – Barreiros/PE – CEP: 55.560-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Barreiros, **Luciano Gomes Ferreira**, com endereço à Praça Gidai, 404 – Centro – Barreiros/PE – CEP: 55.560-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Barreiros, **Luiz Henrique Texeira Gama**, com endereço à Praça Gidai, 404 – Centro – Barreiros/PE – CEP: 55.560-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Barreiros, **Luiz Marinho da Silva**, com endereço à Praça Gidai, 404 – Centro – Barreiros/PE – CEP: 55.560-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Barreiros, **Marcelo Pedrosa Monteiro Laet**, com endereço à Praça Gidai, 404 – Centro – Barreiros/PE – CEP: 55.560-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Barreiros, **Nivaldo da Silva Brito**, com endereço à Praça Gidai, 404 – Centro – Barreiros/PE – CEP: 55.560-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Barreiros, **Pericles da Silva Souza**, com endereço à Praça Gidai, 404 – Centro – Barreiros/PE – CEP: 55.560-000, e a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros,** com endereço à Rua Oliveira Lima, 142 - Centro – Barreiros/PE – CEP: 55560-999.

Justificativa

Mais uma ação governamental que vem alcançando relativo sucesso é a criação de mais espaços para atender, com serviços de saúde, às populações dos municípios do interior do estado de Pernambuco.
Dessa forma, a sua ampliação vem a ser uma providência das mais importantes e urgentes, uma vez que ela necessita alcançar vários municípios que ainda não foram por ela contemplados.
A referida ação ainda não foi deflagrada em **Barreiros** deixando sua população mais carente, sem condições de usufruir de serviços de saúde emergencial e ambulatorial.
Em função disto, tomamos a iniciativa de nos dirigirmos às autoridades governamentais, em especial ao Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual de Saúde, **Dr. Antônio Carlos Figueira**, para que **Barreiros** possa participar das ações de saúde acima referidas.
Acreditando no atendimento desta proposição, face à sensibilidade que caracteriza o **Dr. Antônio Carlos Figueira**, resta-nos solicitar dos nossos pares nesta Casa Legislativa, que lhes dispensem a necessária acolhida.
Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 5346/2012

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Eduardo Campos e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, **Dr. Antônio Carlos Figueira**, no sentido de incluir nas metas das atividades: **Construção e Ampliação das Unidades de Saúde, o município de Betânia/PE, contemplando-o com a implantação de 01 (um) Posto de Saúde para ações ambulatoriais de emergência.**
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, **Eduardo Henrique Accioly Campos**, Av. Professor Andrade Bezerra, 200 – Salgadinho – Olinda/PE - CEP: 53.110-970; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, **Dr. Antônio Carlos Figueira,** com endereço à Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, Bongi - Recife/PE - CEP: 50751-530; à Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Betânia, **Eugênia de Souza Araújo**, com endereço à Praça Anfilófio Feitosa, 60 – Centro – Betânia/PE – CEP: 56.670-000, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Betânia, **Gilvan Ferreira de Araujo**, com endereço à Praça Anfilófio Feitosa, 60 – Centro – Betânia/PE – CEP: 56.670-000, e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Betânia, **José Carlos Muniz**, com endereço à Praça Feitosa, s/n – Centro – Betânia/PE - CEP: 56.670-000, ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Betânia, Vereador **Dario Ferreira de Araujo,** com endereço à Praça Feitosa, s/n – Centro – Betânia/PE - CEP: 56.670-000, ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Betânia, Vereador **Durvanil Barbosa de Sá Júnior,** com endereço à Praça Feitosa, s/n – Centro – Betânia/PE - CEP: 56.670-000, ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Betânia, Vereador **Edmilson José de Lima,** com endereço à Praça Feitosa, s/n – Centro – Betânia/PE - CEP: 56.670-000, à Excelentíssima Senhora da Câmara Municipal de Betânia, Vereadora **Espedita Medeiros Rocha,** com endereço à Praça Feitosa, s/n – Centro – Betânia/PE - CEP: 56.670-000, ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Betânia, Vereador **Jozeano Joaquim do Nascimento,** com endereço à Praça Feitosa, s/n – Centro – Betânia/PE - CEP: 56.670-000, ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Betânia, Vereador **Luiz Gonzaga da Silva,** com endereço à Praça Feitosa, s/n – Centro – Betânia/PE - CEP: 56.670-000, ao Excelentíssimo Senhor da Câmara Municipal de Betânia, Vereador **Manoel Argemiro da Silva,** com endereço à Praça Feitosa, s/n – Centro – Betânia/PE - CEP: 56.670-000; à Excelentíssima Senhora da Câmara Municipal de Betânia, Vereadora **Maria Lucia Lima Feitosa,** com endereço à Praça Feitosa, s/n – Centro – Betânia/PE - CEP: 56.670-000 e a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Betânia,** com endereço à Rua Justino Passos Jardim, s/n – Centro – Betânia/PE – CEP: 56670-000.

Justificativa

Mais uma ação governamental que vem alcançando relativo sucesso é a criação de mais espaços para atender, com serviços de saúde, às populações dos municípios do interior do estado de Pernambuco.
Dessa forma, a sua ampliação vem a ser uma providência das mais importantes e urgentes, uma vez que ela necessita alcançar vários municípios que ainda não foram por ela contemplados.
A referida ação ainda não foi deflagrada em **Betânia** deixando sua população mais carente, sem condições de usufruir de serviços de saúde emergencial e ambulatorial.
Em função disto, tomamos a iniciativa de nos dirigirmos às autoridades governamentais, em especial ao Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual de Saúde, **Dr. Antônio Carlos Figueira**, para que **Betânia** possa participar das ações de saúde acima referidas.
Acreditando no atendimento desta proposição, face à sensibilidade que caracteriza o **Dr. Antônio Carlos Figueira**, resta-nos solicitar dos nossos pares nesta Casa Legislativa, que lhes dispensem a necessária acolhida.

Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 5347/2012

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja encaminhado **UM APELO** ao Exmo. Sr. Governador, Dr. Eduardo Accioly Campos - no sentido da implantação de uma UPA – Unidade de Pronto Atendimento – na sede do Município de RIBEIRÃO , neste Estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Ilmo. Sr. Romeu Jacobina, na BR 101 - condomínio Fazenda Mirim, casa 01 - Bairro do canavial - Ribeirão - PE. Cep: 55.520-000; ao Ilmo. Sr. Humberto de Barros e Silva Neto, Posto Canavial, Rodovia BR 101, Km 81- Bairro Canavial - Ribeirão-PE. CEP: 55.520-000, ao Exmo. Sr. Vereador, Bal Teixeira, Câmara dos Vereadores, à Praça do Fórum, s/n, Centro - Ribeirão - PE. Cep: 55.520-000.

Justificativa

O Município de Ribeirão conta com uma população de cerca de 45.000 habitantes, se localiza na região da Mata Sul, distando cerca de 100 km desta Capital, e próximo do complexo Industrial Portuário de SUAPE. Compõem o Município, ainda, os Distritos de Arapibu e José Mariano. O Município em a sua base econômica na agricultura com destaque para a cultura da cana de açúcar; um parque industrial florescente, Dispõe da Usina Estreliana para a produção de álcool e açúcar; da indústria de laticínios FACO; a cerâmica ELSA, entre outros. A assistência médica é deficiente.... e há um grande fluxo de pessoas que se deslocam para esta Capital com o objetivo de receber assistência médica, enfrentando diversas dificuldades – além da distancia, do transporte – principalmente a oportunidade do atendimento.
Diante desse horizonte, estamos apelando para que na citada cidade de Ribeirão, seja instalada uma UPA – capaz de oferecer assistência médico-ambulatorial às pessoas que eventualmente dela venham a necessitar. Nesse ensejo apelamos para que este pleito seja analisado com brevidade e que tenhamos uma decisão positiva.

Sala das Reuniões, em 19 de novembro de 2012.

Pedro Serafim Neto
Deputado

Indicação N° 5348/2012

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais seja feito um **APELO** ao Exmo. Sr. Governador do Estado DR. EDUARDO HENRIQUE ACIOLY CAMPOS e ao Exmo. Secretário das Cidades DR. DANILO CABRAL, no sentido de viabilizar a implantação de uma ACADEMIA DAS CIDADES, na cidade de RIBEIRÃO, neste Estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Ilmo. Sr. Romeu Jacobina, na BR 101 - condomínio Fazenda Mirim, casa 01 - Bairro do canavial - Ribeirão - PE. Cep: 55.520-000; ao Ilmo. Sr. Humberto de Barros e Silva Neto, Posto Canavial, Rodovia BR 101, Km 81- Bairro Canavial - Ribeirão-PE. CEP: 55.520-000, ao Exmo. Sr. Vereador, Bal Teixeira, Câmara dos Vereadores, à Praça do Fórum, s/n, Centro - Ribeirão - PE. Cep: 55.520-000.

Justificativa

Dentro do plano do Governo Estadual para o quadriênio 2011/2014 está previsto o Programa de Esporte e Lazer na Cidade e nele se enquadra a implantação da Academia das Cidades, com as suas características de espaço de inclusão social, com foco na prática de exercícios, cultura e lazer. Dentro desses aspectos, entendemos que a unidade da Academia das Cidades que estamos propondo virá preencher a lacuna, ainda existente na cidade de RIBEIRÃO, onde seus habitantes, inclusive idosos não dispõem de um local destinado ao lazer no seu sentido mais abrangente. Ressalte-se que as atividades ali oferecidas , são acompanhadas por monitores que lhes dão um caráter técnico, orientado e não aleatório. Diante do exposto, consideramos oportuna e adequada esta proposição, no que esperamos ser atendidos, dentro da brevidade que for possível.

Sala das Reuniões, em 19 de novembro de 2012.

Pedro Serafim Neto
Deputado

Indicação N° 5349/2012

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado **UM APELO** ao Exmo. Sr. Governador, Eduardo Henrique Accioy Campos, ao Exmo Sr. Secretário dos Transportes, Isaltino Nascimento,a Ilma. Sra. Diretora Presidente do DER, Dra. Eryka Maria de Vasconcelos Luna, **no sentido de viabilizar o asfaltamento do trecho de aproximadamente 6 quilômetros, que liga a BR-423 ao Distrito de São Pedro, no município de Garanhuns-PE.**
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Prefeito da Cidade de Garanhuns, Sr. Luiz Carlos de Oliveira, à Av. Santo Antônio,126, Centro- Garanhuns-PE - CEP:52.293-000, aos Exmos Srs. Vereadores de Garanhuns, Zaqueu Num Lins, Sivaldo Rodrigues Albino, Dimas José de Carvalho, Gerson José de Carvalho Souza Filho, José Carlos Rocha de Oliveira, todos à Rua Siqueira campos, 43 - Garanhuns - PE - CEP: 55290-914; ao Exmo Prefeito de Capoeiras, Sr. Luiz Claudino de Souza, aos Exmos. Srs. Vereadores de Capoeiras, Afreu Antonio da Silva, Francisco Silvestre da Silva e Maria Claudiceia Rodrigues de Lima, todos na Av. 31 de março, 74, Capoeiras - PE – CEP. 55365-000.

Justificativa

O Distrito de São Pedro – um dos principais do Município de Garanhuns – tem a sua base econômica na Agricultura e na Pecuária de leite; dista cerca de 6 quilômetros em estrada de terra batida – da BR-423. Considerando essa proximidade e os benefícios que decorrem do asfaltamento objeto deste Pleito, inclusive para a significativa quantidade de estudantes e moradores que se deslocam diariamente até a sede do Município – na busca de serviços não oferecidos no Distrito – como os de educação, saúde e outros - entendemos que o asfaltamento daquele pequeno trecho é oportuno e merece ser concretizado, o mais breve possível.

Sala das Reuniões, em 19 de novembro de 2012.

Pedro Serafim Neto
Deputado

Indicação N° 5350/2012

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco Doutor EDUARDO ACCIOLY CAMPOS, ao Exmo. Sr. Secretário de Transportes Dr. ISALTINO NASCIMENTO e ao Ilma.º Sra. Diretora Presidente do DER, Dra. Eryka Maria de Vasconcelos Luna, no sentido de envidar esforços para Duplicação do Viaduto localizado na BR - 101 Sul, próximo a Vitarella, além de mais duas faixas, tanto para aqueles que transitem vindo na parte velha da quanto da parte nova da BR - 101, no município de Jaboatão dos Guararapes.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento:
- ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco Doutor EDUARDO ACCIOLY CAMPOS;
- ao Exm.º Sr. Secretário de Transportes Dr. ISALTINO NASCIMENTO;
- ao Ilma.º Sra. Diretora Presidente do DER, Dra. Eryka Maria de Vasconcelos Luna;

Justificativa

A nossa proposição visa atender veemente apelo da população que transita diariamente no Viaduto localizado na BR - 101 Sul, próximo a Vitarella, também conhecido como Viaduto da Sublime, no município de Jaboatão dos Guararapes.
Sugerimos então que na junção da BR-101 antiga e BR-101 nova, em Prazeres ocorra uma ampliação e alargamento do viaduto já existente além de mais duas faixas, tanto para aqueles que transitem vindo na parte velha da BR quanto da parte nova. Acredito que assim, milhares de pessoas serão beneficiadas de forma direta.
Diante da relevante importância da Duplicação do Viaduto citado para todos aqueles que transitam, principalmente para os municípios que fazem parte do Território Estratégico de Suape, espero que nossa sugestão seja acatada pelas autoridades constituídas, bem como o literal apoio dos que fazem esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 13 de novembro de 2012.

Betinho Gomes
Deputado

Indicação N° 5351/2012

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao **Ministro do Transporte**, **Dr. Paulo Sérgio Passos**, para que insira no plano orçamentário do Ministério para 2013, a destinação de recursos para Duplicação do Viaduto localizado na BR - 101 Sul, próximo a Vitarella, além de mais duas faixas, tanto para aqueles que transitem vindo na parte velha quanto da parte nova da BR - 101, no município de Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento:
- ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco Doutor EDUARDO ACCIOLY CAMPOS;
- ao Exm.º Sr. Secretário de Transportes Dr. ISALTINO NASCIMENTO;
- ao Ilma.º Sra. Diretora Presidente do DER, Dra. Eryka Maria de Vasconcelos Luna.

Justificativa

Neste momento tomo a liberdade além de solicitar especial atenção no sentido de incluir no Plano Operativo do Ministério do Transporte para 2013, a destinação de recursos para Duplicação do Viaduto localizado na BR - 101 Sul, próximo a Vitarella, além de mais duas faixas, tanto para aqueles que transitem vindo na parte velha quanto da parte nova da BR - 101, no município de Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco.
Sugerimos então que na junção da BR-101 antiga e BR-101 nova, em Prazeres ocorra uma ampliação e alargamento do viaduto já existente além de mais duas faixas, tanto para aqueles que transitem vindo na parte velha da BR quanto da parte nova. Acreditamos que assim, milhares de pessoas serão beneficiadas de forma direta.
Em se tratando de pleito da maior relevância, justificamos este expediente, ao ensejo de sua aprovação pelos Ilustres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 13 de novembro de 2012.

Betinho Gomes
Deputado

Requerimentos

Requerimento N° 1691/2012

Requeremos à mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais que, no dia 21 de novembro de 2012, seja realizado um **GRANDE EXPEDIENTE ESPECIAL**, para discutir sobre a crise no setor sucroalcooleiro.
Da decisão desta casa como do inteiro teor da presente preposição, dê-se conhecimento ao Ilmo. Presidente da Comissão de Cana-de-Açúcar da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), **Sr. Gerson Carneiro Leão**, na Rua Grasiela, 50, Imbiribeira, Recife/PE, CEP: 51170-480; Ao Ilmo. Sr. Presidente da União Nordestina dos Produtores de Cana (Unida), Dr. **Alexandre Andrade Lima**, na Av. Mal Mascarenhas Morais, 2028 - Recife - PE, CEP: 51180-001; ao Ilmo. Sr**. Paulo Leal**, na Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, na SCS Qd 1 Bl G, s/n sl 204, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70303-000; ao Ilmo. Sr. **Francisco Dutra**, membro da Comissão de Cana-de-Açúcar da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), na Rua Grasiela, 50, Imbiribeira, Recife/PE, CEP: 51170-480; o Secretário de Agricultura e Reforma Agrária Dr. **Ranilson Ramos**, na Avenida Caxangá, 2200, Cordeiro, Recife, PE, CEP: 50711-000; ao Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, Dr.. **Alexandre Araújo de Morais Andrade Lima**, na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2.028 - Imbiribeira / Recife PE; ao Superintendente Federal do Ministério da Agricultura em Pernambuco Dr. **Denildo Pereira de Lima**, na Av. Gal. San Martin,1000, Cordeiro, Recife-PE,CEP:50630-060; ao Superintendente do INCRA /PE Sr. **Abelardo Sandes Siqueira**, Av. Rosa e Silva, 950, Aflitos, Recife, PE, CEP:52050-020; o Procurador Geral de Justiça **Aguinaldo Fenelon** na Rua do Imperador Dom Pedro II,473, Santo Antônio, Recife, PE, CEP:50010-240; o Presidente da FETAPE **Doriel Saturnino de Barros**, Rua Gervásio Pires,876, Boa Vista, Recife, PE, CEP:500050-070; ao Presidente da CUT **Sérgio Cunha,** na Rua Dom Manoel Pereira,183, Santo Amaro, Recife, PE, CEP:50050-140; a Presidente da CTB **Margarida Maria dos Santos**, na Rua da união, 557, Edf. Leite Maia, 2º andar,Boa Vista, Recife, PE, CEP:50050-010; Excelentíssimo Senhor Secretário da Casa Civil, **Tadeu Alencar,** com endereço à Palácio do Campo das Princesas - Praça da República, s/n - Santo Antônio, CEP 50010-928 Recife/PE; ao Ilmo. Sr. Delegado Regional do Trabalho, **Dr. André Luz Negromont,** na Av. Agamenon Magalhães, 2.000, CEP: 5202117; ao Exmo. Procurador Chefe do Trabalho Dr. **Fábio Farias**, na Procuradoria regional do trabalho 6ª Região, na rua quarenta e oito, Espinheiro, Recife/PE, CEP:52050-380; Ao Procurador Geral do Estado Excelentíssimo Sr. Thiago Arraes de **Alencar Norões**, com endereço a Rua do Sol, n. 143 – Santo Antônio – Recife/ PE CEP 50010-470; ao Ilmo. Sr. Presidente do SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL, NO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINDAÇÚCAR, o Dr. **Renato Augusto Pontes Cunha**, o Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco Desembargador **Jovaldo Nunes Gomes**, na Praça da República S/N, Santo Antônio, Recife, PE ,CEP:50010-040; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Timbaúba, **Marinaldo Rosendo de Albuquerque**, com endereço à Rua Dr. Alcebíades, 276 – Centro - Timbaúba/PE – CEP: 55.870-000; à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbaúba**, com endereço à Rua Almirante Barroso, 188 – Centro – Timbaúba/PE – CEP: 55.870-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Vicência, Dr. **Paulo Tadeu Guedes Estelita**, na Rua Dr. Manoel Borba, nº 48, Centro, Vicência/PE, à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vicência**, com endereço à Rua Prof. Mota Albuquerque, 21 – Centro – Vicência/PE – CEP: 55.630-000; à Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Ferreiros, **Maria Celma Veloso da Silva**, com endereço na Rua Júlio Veloso, 50 - Centro – Ferreiros/PE – CEP: 55880-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ferreiros**, com endereço à Rua Nova, 84 –Centro – Ferreiros/PE – CEP: 55.880-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Camutanga, **José Trigueiro da Silva**, com endereço na Av. Presidente Getúlio Vargas, 240 – Centro – Camutanga /PE – CEP: 55.930-000, a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camutanga,** com endereço à Rua Pedro Albuquerque Uchoa, 324 - Centro – Camutanga/PE – CEP: 55930-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da de Nazaré da Mata, **Egrinaldo Floriano Coutinho**, com endereço á Rua Dantas Barreto, 1338 – Centro – Nazaré da Mata/PE – CEP: 55800-000; a **Presidência do Sindicato Rural de Nazaré da Mata**, com endereço à Rua Dr. José Inácio, 12 - Sertãozinho– Nazaré da Mata/PE – CEP: 55.800-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Macaparana, **Maviael Francisco de Morais Cavalcanti Filho**, com endereço à Rua Dr. Antonio Xavier, s/n – Centro – Macaparana/PE – CEP: 55.865-000; á **Presidência do Sindicato Rural de Macaparana**, com endereço à Rua Cristóvão Guerra, 31 – Centro – Macaparana/PE – CEP: 55865-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Itaquitinga, **Geovani de Oliveira Melo**, com endereço à Av. Antônio Carlos Almeida, 214 – Centro – Itaquitinga/PE – CEP: 55950-000, a **Presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itaquitinga**, com endereço à Av. José P. Lira Silva, 280 - Centro – Itaquitinga/PE – CEP: 55950-000; ao Prefeito de Palmares **José Bartolomeu de Almeida Melo**, Praça Dr. Ismael Gouveia, 270, Centro, Palmares, PE, CEP:55450-000, o Presidente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Jaqueira **Marivaldo Andrade**, na Rua do Quadro, s/n , Centro, Jaqueira, PE; o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmares **Givanildo Marques**, na Rua Cel. Austli, 922, Centro, Palmares, PE, CEP:55540-000; o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Preta **Natanael Santos**, na Rua David Madeira,3697 , Centro, Água Preta, PE, CEP:55000-550; o Presidente do OAB/PE Dr. **Henrique Mariano**, na Rua do Imperador Pedro II, 235, Santo Antônio, Recife, PE, CEP:50010; bem como às Rádios: **Quilombo FM**, na BR 101, Km 121, Japaranduba, s/n Palmares/PE, e **Cultura dos Palmares AM**, na Av. Engenho São Manuel, s/n, Palmares/PE, CEP 55.540-000 e ao Ilustríssimo Senhor Diretor da **Rádio Cidade FM Palmares**, Sr. José Edson da Silva, na Rua João Kouri, nº 466 – A, São Pedro, Palmares/PE, CEP 55.540-000.

Justificativa

O Grande Expediente Especial se faz necessário para discutirmos uma crise sem precedentes está afetando o setor sucroalcooleiro do Nordeste na Safra 2012/2013, iniciada em julho deste ano. As usinas da região enfrentam as mesmas dificuldades que afetam as indústrias do Centro-sul, especialmente o forte aumento nos custos de produção e a baixa remuneração dos produtos finais (açúcar e álcool). No caso da agroindústria nordestina essa situação é agravada em função da seca.
Em função da perda de competitividade do etanol e do aumento de custos, principalmente com pessoal, o setor enfrenta uma crise em todo o Brasil. No Nordeste essa situação é pior. Estamos enfrentando o baixo preço, os altos custos e a queda no volume de produção em decorrência da falta de chuvas.
Além da demissão de vários trabalhadores, a seca também vem atingindo fortemente o setor. Segundo a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) a seca deverá derrubar em 35% a safra de cana-de-açúcar dos fornecedores independentes do Estado, o que representa mais de 12 mil produtores. A perda financeira será de R$ 160 milhões.
A estiagem, que normalmente afeta o agreste e o sertão dos Estados nordestinos, se estendeu desta vez à região da Zona da Mata pernambucana, onde estão concentrados os canaviais.
É preciso que o setor sucroalcooleiro, que representa em números atuais 31% da pauta das exportações pernambucanas, continue a ser percebido pela sociedade de forma estratégica. Isto impulsionará o setor a permanecer se desenvolvendo econômico e sócio-ambientalmente.
Considerando como plenamente justificado, tendo em vista a sua relevância, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 19 de novembro de 2012.

Aluísio Lessa
Deputado

Requerimento N° 1699/2012

Requeremos à mesa ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um voto de aplauso a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pela concessão feita ao cantor e compositor Luiz Gonzaga do título de doutor Honoris Causa (*in memoriam*), quando coincidentemente aquele Centro de Cultura Superior está comemorando 100 anos dos primeiros cursos da UFRPE, cuja solenidade será realizada no próximo dia 22 de novembro de 2012, as 15h, no salão nobre daquela universidade.
Da decisão desta casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Dr. Aloizio Mercadante Oliva, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Esplanada dos Ministérios, Bl. "L" 8º Andar, Brasília-DF, CEP: 70.047-900; ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Eduardo Henrique Accioly Campos, com endereço no Centro de Convenções, Avenida Professor Andrade Bezerra, nº 200, Salgadinho, Olinda-PE, CEP: 53.110-970; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Educação, ao Exmo. Sr. Secretário de Educação, Dr. Anderson Stevens Leônidas Gomes, com endereço na Avenida Afonso Olindense, nº 1513, Várzea, Recife, CEP: 50.810-000; ao Exmo. Diretor Presidente do Parque Aza Branca, Sr. Francisco Welinton Parente Júnior, com endereço na BR 122, Rod Aza Branca, Km 38, Exu-PE, CEP: 59.230-000 e a Magnífica Reitora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Professora Maria José de Sena, com endereço na Rua Dom Manoel de Medeiros, s/nº, Dois Irmãos, Recife-PE, CEP: 52.171-900.

Justificativa

Nenhuma reivindicação é mais justa e oportuna do que esta, a homenagem (*in memoriam*) que a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), presta ao cantor e compositor Luiz Gonzaga, concedendo-lhe o Título de Doutor Honoris Causa, a maior honraria das instituições de ensino superior. Dita homenagem se deve ás comemorações coincidentes do centenário do Rei do Baião e os 100 anos dos primeiros cursos da UFRPE, desse modo, plasmando os valores mais elevados, para com eles a pátria firmar a base que sustentará a formação das gerações que se sucedeu no tempo.
A brilhante ideia de conceder o Título a Luiz Gonzaga veio do professor e pesquisador da UFRPE Severino Mendes Junior, especialista em aves migratórias, durante entrevista para o programa Nordeste Viver e Preservar. A reportagem girava em torno das aves que ilustram canções do compositor, a exemplo da Asa Branca e do Assum Preto. "Na ocasião da entrevista, o professor afirmou que, pela oportunidade das letras de Gonzaga com os estudos da UFRPE – que ilustraram outras reportagens sobre o tema, a exemplo das árvores – o compositor merecia o título máximo de Doutor Honoris Causa."
Sendo um dos maiores conhecedores do assunto de educação superior, descritos nesta justificativa, a ideia do professor Severino Mendes Junior, formalizou-se em proposta e foi aprovada, por meio da Resolução nº 158/2012, pelo Conselho Universitário da UFRPE.
Na justificativa da proposta apresentada, a Reitora da UFRPE e Presidente do Conselho, Maria José de Sena, afirma que o cantor e compositor Luiz Gonzaga é um "autêntico representante da cultura nordestina, cujas canções envolvem a ecologia e meio ambiente, estabelecendo a fauna da caatinga e referenciando a conservação da natureza".
Impossível enumerarmos todas as brilhantes ideias do pesquisador, escritor, humanista e professor Severino Mendes Junior. Cujos ensinamentos foram sempre pautados em um servir constante à coletividade em geral.
Citamos aqui, apenas alguns de seus feitos na justificativa desta proposição, que busca participar também da junta e merecida homenagem que a Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE presta ao grande Pernambucano e brasileiro Luiz Gonzaga concedendo-lhe o Título de Doutor Honoris Causa, justamente neste mês de novembro, quando também estão comemorando os 100 anos dos cursos de agronomia e medicina veterinária, que originava a renomada UFRPE.
Assim sendo, esperamos que esta propositura seja aprovada pelos

ilustres integrantes deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 19 de novembro de 2012.

Antônio Moraes
Deputado

Requerimento N° 1700/2012

Requeremos à mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um Voto de Pesar pelo falecimento da cantora Carmélia Alves, conhecida como a Rainha do Baião, ocorrido no dia 03 de novembro de 2012, na cidade do Rio de Janeiro.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Ilmo. Sr. Diretor-Geral da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, com endereço na Praça Mauá, nº 7, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.081-240; ao Ilmo. Sr. Diretor Executivo da Rádio Jornal do Commercio, Dr. Paulo Fernandes Neto, com endereço na Rua Capitão Lima, nº 250, Recife - PE, CEP: 5.0040-080 e ao Ilmo. Sr. Presidente do Retiro dos Artistas Stepan Nercessian, com endereço na Rua Retiro dos Artistas, nº 571, Pechincha, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, CEP: 22.770-104.

Justificativa

O meio artístico brasileiro está de luto pelo falecimento da cantora Carmélia Alves, ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 03 de novembro de 2012.

Conhecida como a Rainha do Baião, Carmélia foi uma grande referencia e um grande sucesso no ritmo do baião, como foi o nosso grande Luiz Gonzaga.

Nascida em Bangu, na zona oeste de capital fluminense, no dia 14 de fevereiro de 1923, Carmélia Alves surgiu no Programa do Casé, na Rádio Mayrink Veiga e, a partir daí, passou a substituir a cantora Carmem Miranda, que estava indo para os Estados Unidos.

Carmélia também sempre era contratada para atuar no Hotel Copacabana Palace, onde só se apresentavam artistas de elevado destaque.

Neste Voto de Pesar, vale o registro que em uma de suas viagens a esta Capital, Carmélia Alves descobriu o músico e sanfoneiro Sivuca, isto no ano de 1951, na Rádio Jornal do Comércio, e o levou para o Rio de Janeiro onde se destacou tocando grandes sucessos da época.

Realmente a morte de Carmélia Alves foi uma grande perda para a música popular brasileira.

Assim tendo acontecido, entendo que esta Casa Legislativa registre em seus anais, este ocorrido melancólico, o qual ficará para sempre, como um verdadeiro legado para as gerações do amanhã. Que Deus a tenha para sempre desfrutando os doces eflúvios da Mansão Celestial.

Em razão dos fatos expostos espero de meus Ilustres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Reuniões, em 19 de novembro de 2012.

Antônio Moraes
Deputado

Requerimento N° 1701/2012

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na ata de nossos trabalhos no dia de hoje, um **Voto de Congratulações a ASSERPE – Associação das Empresas de Rádio e Televisão de Pernambuco, pelos 25 (vinte e cinco) anos de fundação da entidade, a ser comemorado no dia 21 de novembro do corrente ano.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador **Eduardo Campos,** com endereço à Palácio do Campo das Princesas - Praça da República, s/n – Santo Antônio, CEP 50010-928, Recife/PE; à Excelentíssima Senhora, **Renata Campos**, com endereço à Palácio do Campo das Princesas - Praça da República, s/n – Santo Antônio, CEP 50010-928, Recife/PE; Excelentíssimo Senhor Vice Governador **João Lyra Neto**, no Palácio Frei Caneca, com endereço à Avenida Cruz Cabugá, 1211 – Santo Amaro, CEP 50.040-000, Recife-PE; Excelentíssimo Senhor Secretário da Casa Civil, **Tadeu Alencar**, com endereço à Palácio do Campo das Princesas - Praça da República, s/n – Santo Antônio, CEP 50010-928, Recife/PE; Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual de Imprensa, **Evaldo Costa**, com endereço à Palácio do Campo das Princesas - Praça da República, s/n – Santo Antônio, CEP 50010-928, Recife/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente da Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas, **Celso Schroder**, com endereço à SCLRN 704- Bloco F Loja 20, CEP 70730-536, Brasília/DF; Ilustríssima Senhora Presidente do Sinjope – Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco, **Ana Cláudia Eloi da Hora**, com endereço à Praça Osvaldo Cruz, 400 – Boa Vista, CEP 50050-210, Recife/PE; Ilustríssima Senhora Presidente da ANJ – Associação Nacional de Jornais, **Judith Brito**, com endereço à CS Quadra 1 Bloco K - Edifício Denasa sala 1401, CEP **70398-900,** Brasília – DF; Ilustríssimo Senhor Presidente da AIP – Associação da Imprensa de Pernambuco, **Múcio Aguiar Neto**, com endereço à Avenida Dantas Barreto, 576 Edifício AIP, Santo Antonio, CEP 50010-360, Recife/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente da Abert - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, **Dr. Emanuel Carneiro**, com endereço à SAF/SUL Qd 02 Lt 04 Bl D Sala 101 Ed.Via Esplanada, CEP 70070-600, Brasília/DF; Ilustríssimo Senhor Presidente da Asserpe – Associação das Empresas de Rádio e Televisão de Pernambuco, **Cléo Nicéas**, com endereço á Rua Doutor Leopoldo Lins, 138 – Boa Vista, CEP 50050-300, Recife/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente do Diário de Pernambuco, Joezil Barros, com endereço à Rua do Veiga, 600 – Santo Amaro, CEP 50040-110, Recife/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente do Conselho de Administração do Sistema Jornal do Comércio, **João Carlos Paes Mendonça** e Ilustríssimo Senhor Diretor Superintendente do Jornal do Comércio, **Rodolfo Pereira Tourinho**, com endereço à Rua da Fundição, 257 – Santo Amaro, CEP 50040-100, Recife/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente do Sindicato dos Radialistas de Pernambuco, **Inaldo Salustiano**, com endereço à Rua do Lima, 40 – Santo Amaro, CEP 50040-080, Recife/PE; Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Olinda e Recife, **Dom Fernando Saburido**, com endereço à Avenida Rui Barbosa, 409 – Graças, CEP 52011-040, Recife/PE; Reverendíssimo Senhor Bispo Diocesano de Caruaru, **Dom Bernardino Marchió**, com endereço à Rua Osvaldo Cruz, 207 – Maurício de Nassau, CEP 55012-040, Caruaru/PE; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caruaru, **Vereador Licius Cavalcante** e aos vereadores **Adolfo José da Silva, Bruno Henrique, Silva de Oliveira, Demóstenes Batistas Veras Filho, Diogo César de Miranda B. Cantarelli, Edmilson José de Carvalho, José Ailton do Nascimento, José Carlos, Joseval Lima Bezerra, Leonardo Chaves da Silva, Lourinaldo Florêncio, Luiz Ferreira Torres Filho, Manoel Antonio de Oliveira Alecrim, Ranilson Santos, Rogério Meneses Sobrinho**, com endereço à Rua 15 de Novembro, 201 - Centro, CEP 55.003-904, Caruaru-PE; Ilustríssimo Senhor Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Pernambuco – FCDL/PE, **Adjar Soares**, com endereço à Rua do Riachuelo, 105 4º andar Sala 401 – Boa Vista, CEP 50050-400, Recife/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente da Fecomércio-PE – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco, **Josias Albuquerque**, com endereço à Rua do Sossego, 264 – Boa Vista, CEP 50050-080 Recife/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Caruaru – CDL, **Djalma Farias Cintra**, com endereço à Rua Marechal Floriano Peixoto, 85, Nossa Senhora das Dores, CEP 55.004-260, Caruaru-PE; Ilustríssimo Senhor Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Caruaru - ACIC, **João Bezerra Filho** e ao Ilustríssimo Senhor Coordenador da Câmara Setorial de Comunicação da ACIC, **Alexandre Ferraz**, com endereço à Rua Armando da Fonte, 15 2º Andar - Maurício de Nassau, Caruaru-PE; Ilustríssimo Senhor Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista de Bens, Serviços e Turismo de Caruaru, **Michel Jean Wanderley**, com endereço à Avenida Leão Dourado, 51 A – São Francisco, CEP 55008-010, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Diretor Geral da Fafica – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru, **Padre Everaldo Fernandes da Silva**, com endereço à Rua Azevedo Coutinho, s/n – Petrópolis, CEP 55030-902, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente da Asces - Associação Caruaruense de Ensino Superior, **Paulo Muniz Lopes**, com endereço à Avenida Portugal, 584 – Universitário, CEP 55016-400, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente do Conselho de Administração da Sesvali S.A., **Luiz de França Leite**, Ilustríssimo Senhor Presidente da Sesvali S. A., **Geraldo Jorge Espíndola Rodrigues** e Ilustríssima Senhora Diretora Executiva e Acadêmica da Favip – Faculdade do Vale do Ipojuca, **Mauricélia Bezerra Vidal**, com endereço à Avenida Adjar da Silva Casé, 800 – Indianópolis, CEP 55024-740, Caruaru/PE; à **Rede Nordeste de Comunicação**, com endereço à Avenida José Pinheiro dos Santos, 650 Pinheirópolis, CEP 55.032-640, Caruaru/PE; à **TV Asa Branca** e **Rádio Globo FM** com endereço à Avenida José Pinheiro dos Santos, 650 - Pinheirópolis, CEP 55.032-640, Caruaru/PE; à **TV Pernambuco**, com endereço à Avenida José Pinheiro dos Santos, 351 - Caiucá, CEP 55.034-180, Caruaru/PE; **Núcleo de TV e Rádios Universitárias**, com endereço à Avenida Norte, 68 – Santo Amaro, CEP 50040-200, Recife/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente da TV Nova Nordeste, **Pedro Paulo**, com endereço à Rua Morro do Peludo, 903 Ouro Preto, CEP 53.370-000, Olinda/PE; Ilustríssima Senhora Gerente da Unidade Executiva do SESC Caruaru, **Maria Luzinete de Lemos Bezerra**, Rua Rui Limeira Rosal, s/n – Petrópolis, CEP 55030-000, Caruaru/PE; Ilustríssima Senhora Gerente do Centro de Formação Profissional do Senac Caruaru, **Maria Goretti Gomes**, com endereço à Avenida Cleto Campelo, 79 – Centro, CEP 55002-410, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Diretor da Rádio Liberdade de Caruaru, **Ivan Feitosa**, com endereço à Rua da Conceição, 16/22 2º andar – Centro, CEP 55004-140, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Diretor da Rádio Cultura do Nordeste, **José Almeida**, com endereço á Av. Rádio Cultura do Nordeste, 1130 – Indianópolis, CEP 55000-000, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente do Rotary Club Caruaru, **Paulo Roberto Freire**, com endereço à Avenida Ceará, 200 – Universitário, CEP 55.016-420, Caruaru-PE; Ilustríssimo Senhor Presidente do Rotary Club Caruaru Norte**, Erivaldo Fernandes de Carvalho Junior**, com endereço à Avenida Ceará, 200 – Universitário, CEP 55.016-420, Caruaru-PE; Ilustríssimo Senhor Presidente do Rotary Club Caruaru Sul, **Márcio Sales de Andrade**, com endereço à Avenida Venezuela, 47, Maria Goretti, CEP 55016-470, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente do Rotary Club Caruaru Maurício de Nassau, **Arivonaldo Vicente da Silva**, com endereço à Avenida Venezuela, 47, Maria Goretti, CEP 55016-470, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico de Caruaru, **Anastácio Rodrigues**, com endereço à Rua Saldanha marinho, 1531 – Maurício de Nassau, CEP 55014-330, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente da Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras - Acaccil, **Onildo Almeida**, com endereço à Rua 15 de Novembro, 215 – Nossa Senhora das Dores, CEP 55.004-160, Caruaru-PE; Ilustríssimo Senhor Presidente da ACI – Associação Caruaruense de Imprensa, **Mário Flávio Lima**, com endereço à Rua Victor Meireles, 114/ 201 – São Francisco, CEP 55006-420, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente do ICIA – Instituto do Câncer Infantil do Agreste, **Luiz Carlos Soares**, com endereço à Rua Belmiro Pereira, 192 – Maurício de Nassau, CEP 55012-420, Caruaru/PE; Ilustríssimo Presidente da União Beneficente dos Artistas e Profissionais de Caruaru, **José Marcolino da Silva**, com endereço à Rua Treze de Maio, 82 – Nossa Senhora das Dores, CEP 55.006-000, Caruaru-PE; Ilustríssimo Senhor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, **José Pereira de Sousa**, com endereço à Praça Coronel José de Vasconcellos, 100 – Nossa Senhora das Dores, CEP 55002-415, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Diretor das Rádios Liberdade AM/FM, **Ivan Feitosa**, com endereço á Rua da Conceição, 16/22 2º andar – Nossa Senhora das Dores, CEP 55004-140, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Diretor da Rádio Cultura do Nordeste, **José Almeida**, com endereço à Avenida Rádio Cultura do Nordeste, 1130 – Indianópolis, CEP 55000-000, Caruaru/PE; Ilustríssima Senhora Diretora Executiva do Jornal Vanguarda, **Mércia Lyra**, com endereço á Rua Francisco Joaquim, 181 Bloco B – Maurício de Nassau, CEP 55012-230, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Diretor de jornalismo do Jornal Extra de Pernambuco, **Carlos Tanouss**, com endereço á Rua Padre Félix Barreto, 79 3º andar – Maurício de Nassau, CEP 55012-370, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Editor da Revista Conteúdo, **Mário Flávio Lima**, com endereço à Avenida Marcionilo Francisco da Silva, 201 sala 105 Empresarial São José – Universitário, CEP 55016-620, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente da Associação dos Artistas de Caruaru, **Josenildo Albuquerque,** com endereço à Rua Visconde de Inhaúma, 999 - Maurício de Nassau, CEP 55.012-010 Caruaru-PE; Ilustríssimo Senhor Presidente do TEA - Teatro Experimental de Artes, **Argemiro Pascoal**, com endereço à Rua Carlos Laet, 348 – Indianópolis, CEP 55.024-050, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor Presidente da Livraria Estudantil, **Ivan Galvão**, com endereço à Rua Duque de Caxias, 7 – Centro, CEP 55004-904, Caruaru/PE; Ilustríssimo Senhor **Walmiré Dimeron Porto da Silva**, com endereço à Rua Adelino Fontoura, 258 – Divinópolis, CEP 55.010-320, Caruaru-PE; Ilustríssimo Senhor **Franklin Jonathas Meneses Vieira**, com endereço à Rua São Gabriel, 993 Apto. 501 Edifício Nossa Senhora Maria Auxiliadora – Maurício de Nassau, CEP 55.012-420, Caruaru-PE; Ilustríssimo Senhor **Claudio Soares da Silva**, com endereço à Avenida Brasil, 580 Casa 506 - Universitário, CEP 55.016-360, Caruaru-PE; aos radialistas da Rádio Jornal do Commercio, **Carlos Moraes, Geraldo Freire e Ednaldo Santos**, com endereço à Rua Capitão Lima, 250 – Santo Amaro – Recife – PE - CEP:50040-080; aos radialistas da Rádio CBN, **Mário Neto, Aldo Vilela e Ciro Bezerra**, com endereço à Rua da Fundição, 257 – Santo Amaro – Recife – PE – CEP:50040-100; aos jornalistas do Diário de Pernambuco, **Lídia Barros, Tuetoni Soutomaior, Marisa Gibson, João Alberto,** com endereço à Rua do Veiga, 600 – Santo Amaro – Recife – PE – CEP: 50040-110; aos jornalistas da Folha de Pernambuco, **Eduardo Monteiro, Henrique Barbosa, Ricardo Dantas Barreto, Robson Sampaio, Simone Lima e Valder Carlos**, com endereço à Rua Marquês de Olinda, 87 – Recife – PE – CEP: 50030-000; aos jornalistas do Jornal do Commercio, **Ivanildo Sampaio**, **Ciro Rocha, Márcio Didier, Roberta Jungman, Ana Lúcia Andrade**, com endereço à Rua da Fundição, 257 – Santo Amaro – Recife – PE – CEP:50040-100; ao Blogueiro **Magno Martins**, avenida Agamenon Magalhães, 2764 – 1003 – Espinheiro – Recife – CEP: 52021-170; ao Blogueiro **Jamildo Melo**, com endereço à Rua da Fundição, 257 – Santo Amaro – Recife – PE – CEP:50040-100; ao Blogueiro **Inaldo Sampaio**, com endereço à Rua da Aurora, 885 –Boa Vista – Recife – PE – CEP: 50050-000; ao Presidente do Diário de Pernambuco, **Joezil Barros**, com endereço à Rua do Veiga, 600 – Santo Amaro – Recife – PE – CEP: 50040-110; ao jornalista e apresentador **Samir Abou Hana**, com endereço à Rua do Morro do Peludo, 903 – Olinda – PE – CEP:53370-420; à **TV TRIBUNA**, na pessoa do Dr. **José Carlos Pedrosa da Fonseca**, com endereço à Rua Sítio Bela Vista, s/n - 2ª Perimetral Norte - Olinda/PE – CEP: 53370-000; à **TV UNIVERSITÁRIA**, Sr. **Ascendino Mendes**, com endereço à Avenida Norte, 68 - Santo Amaro - Recife/PE – CEP: 50040-200; à Câmara Setorial de Comunicação da ACIC, na pessoa do Coordenador, Sr. **Alexandre Ferraz**, com endereço à Rua Armando da Fonte, 15, 2º andar – Maurício de Nassau – Caruaru/PE – CEP: 55012-025; ao Senhor **Claudio Soares da Silva**, com endereço à Rua Belmiro Pereira, 192 – Maurício de Nassau, Caruaru/PE – CEP: 55012-420; ao Sr. **Pedro Murilo Falcão dos Santos**, Diretor Presidente da Empresa Bandeirantes Propaganda, com endereço a Rua Benjamim Constant, 475 - Sítio Novo – Olinda/PE, CEP: 53110-270; e aos familiares do Senhor **Severino Cavalcante de Queiroz**, com endereço à Avenida Boa Viagem, 2294, apto. 701 – Edf. Maria Edicta – Boa Viagem – Recife/PE – CEP: 51111- 000.

Justificativa

Criada desde 1987, a Associação de Empresas de Rádio e Televisão de Pernambuco (ASSERPE) acompanha e incentiva o desenvolvimento do setor, em todo o estado. Trabalhando em conjunto com seus associados, a ASSERPE oferece uma série de serviços que têm a finalidade de valorizar e engrandecer a radiodifusão da capital ao interior. Além de defender os interesses das emissoras e dos radiodifusores.

Hoje, são mais de 70 empresas associadas entre emissoras de rádio e TV, que contam com o apoio e a credibilidade de uma das mais atuantes associações de comunicação do país. A ASSERPE proporciona as emissoras associadas serviços de assessoria jurídica, apoio comunicacional interno e externo, cursos de capacitação para funcionários e gestores das emissoras, além de ter em seu carro-chefe o vigor do espírito associativo.

A certeza de um bom trabalho provém de uma atuação decisiva no mercado. A convicção de manter ASSERPE entre as associações de comunicação mais importantes do Brasil, por toda segunda década deste século, é uma das metas mais criteriosas desta gestão. Inserir a radiodifusão pernambucana nos novos meios e conjecturas da tecnologia também faz parte da nossa prospecção de futuro.

Atuar de forma conjunta com o mercado publicitário, bem como com as emissoras engajadas no processo de desenvolvimento da comunicação em Pernambuco representa para ASSERPE um horizonte promissor. O cuidado com o potencial humano, a voz do rádio e os olhos da televisão equilibram o nosso futuro e amparam o trabalho que é realizado hoje. Proporcionando uma associação que revigora o nosso meio na próxima década.

Como parlamentar, não poderia deixar passar desapercebida tão importante efeméride, pelo que vimos solicitar, através desse requerimento, um Voto de Congratulações pelos 25 anos de fundação da entidade.

Ante o exposto, é que estamos nos dirigindo aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, pleiteando a acolhida desta proposição, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Ricardo Costa
Deputado

Requerimento N° 1702/2012

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos no dia de hoje, um **Voto de Congratulações pela passagem do Dia da Consciência Negra**, comemorado neste dia 20 de novembro de 2012.

Da decisão desta Casa Legislativa, dê-se conhecimento à Excelentíssima Senhora **Presidenta da República, Dilma Roussef**, com endereço à Praça dos Três Poderes – Palácio do Planalto – 3º andar, Brasília-DF, CEP: 70150-900, ao Excelentíssimo Senhor **Vice-Presidente da República, Michel Temer**, com endereço à Praça dos Três Poderes – Palácio do Planalto – Anexo II - Térreo, Brasília-DF, CEP: 70083-900, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Execelentíssimo **Senhor Joaquim Benedito Barbosa Gomes,** com enereço à Praça dos Três Poderes - CEP: 70175-900 - Brasília / DF; ao Ministro da Defesa - Excelentíssimo **Senhor Celso Luiz Nunes Amorim**, com endereço à Esplanada dos Ministérios, Bloco Q - CEP: 70049-900 - Brasília/DF, ao Excelentíssimo Senhor **Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Henrique Accioly Campos**, com endereço à Av. Professor Andrade Bezerra, 200 – Salgadinho – Olinda/PE – CEP: 53.110-970; Excelentíssimo Senhor **Vice Governador, João Lyra Neto**, no Palácio Frei Caneca, com endereço à Av. Cruz Cabugá, 1211, Santo Amaro, Recife-PE, CEP: 50040-000; ao Reverendíssimo Senhor **Arcebispo de Olinda e Recife, D. Fernando Saburido**, com endereereço na Av. Rui Barbosa, 409 – Graças – Recife-PE CEP: 52.011-040; ao Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual de Cultura, **Fernando Duarte**, com endereço à Rua da União, 263 - Boa Vista, CEP: 50050-000 Recife/PE; Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual de Imprensa, **Jornalista Evaldo Costa**, com endereço á Palácio do Campo das Princesas - Praça da República, s/n - Santo Antônio, CEP: 50010-928 Recife/PE; Ilustríssimo Senhor Secretário Executivo de Ressocialização, **Romero Ribeiro**, Rua Do Hospício, 751 – Boa Vista, CEP 50050-050 Recife/PE; Excelentíssima Senhora Secretária Executiva de Política para Mulheres, **Bárbara Kreuzig**, com endereço á Rua Cais Do Apolo, 222 - 4º e 5º Andar – Recife, CEP: 50030-905 Recife/PE; Excelentíssima Senhora Secretária Estadual da Criança e da Juventude, **Deputada Raquel Lyra**, com endereço à Palácio Frei Caneca - Avenida Cruz Cabugá, 1211 - Santo Amaro, CEP: 50040-000 Recife/PE; A Excelentíssima Senhora Secretária Estadual dos Esportes, Ana Cavalcanti, com endereço à Avenida Visconde de Suassuna, 176 - Santo Amaro CEP: 50050-540 Recife/PE;- Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual de Educação, **Anderson Gomes**,com endereço à Avenida Afonso Olindense, 1513 – Várzea, CEP: 50810-000 Recife/PE;- Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual de Saúde, **Dr. Antônio Figueira**, com endereço à Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519 – Bongi, CEP: 50751-530 Recife/ PE;- Excelentíssimo Senhor Secretário de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo, **Antônio Carlos Maranhão**, com endereço à Rua da Aurora, 425 - Boa Vista, CEP: 50050-500, Recife/PE;- Excelentíssimo Senhor Secretário de Assessoria ao Governador, **Ariano Suassuna**, com endereço à Rua da União, 263 - Boa Vista, CEP: 50050-010 Recife/PE;- Excelentíssima Senhora Secretária Estadual da Mulher, Cristina Buarque, com endereço à Rua Cais Do Apolo, 222 - 4º e 5º Andar - Bairro do Recife, CEP 50030-905 -Recife/PE; - Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual das Cidades, Deputado **Danilo Cabral**, com endereço à Rua Gervásio Pires, 399 - Boa Vista, CEP: 50050-070 Recife/PE; ao Excelentíssimo Senhor **Prefeito do Recife, João da Costa**, no Palácio Prefeito Antônio Farias, com endereço no Cais do Apolo, 925 – 9º andar – Bairro do Recife, Recife/PE – CEP: 50030-230; ao Excelentíssimo Senhor **Vice-prefeito do Recife, Milton Coelho**, no Palácio Prefeito Antônio Farias, com endereço no Cais do Apolo, 925 – 7º andar – Bairro do Recife, Recife/PE – CEP: 50030-230; ao Excelentíssimo **Senhor Prefeito Eleito do Município de Goiana, Frederico Gadelha Júnior** (Fred da Caixa), com endereço à Praça Duque de Caxias, 777 - Apto. 02 – Centro – CEP: 55900-000 – Goiana/PE; ao Excelentíssimo Senhor **Senador, Armando Monteiro Neto**, com endereço à Praça dos Três Poderes – Edf. Principal, Ala Afonso Arinos, Gabinete 1, Brasília-DF, CEP: 70165-000, ao Excelentíssimo Senhor **Senador, Humberto Costa**, com endereço à Praça dos Três Poderes – Edf. Principal, Ala Filinto Muller, Gabinete 1, Brasília-DF, CEP: 70165-000, ao Excelentíssimo Senhor **Senador, Jarbas Vasconcelos**, com endereço à Praça dos Três Poderes – Edf. Principal, Ala Senador Dinarte Mariz, Gabinete 1, Brasília-DF, CEP: 70165-000, Senhor **Senador, Magno Malta**, com endereço no Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa - Gabinete 05 - CEP: 70165-900 – Brasília/DF; ao Excelentíssimo Senador **Senhor, Walter Pinheiro**, com endereço no Senado Federal, Ala Senador Teotônio Vilela - Gabinete 13 - CEP: 70165-900- Brasília/DF, ao Comandante do Exército - Excelentíssimo **Senhor General de Exército Enzo Martins Peri**, com endereço no Quartel-General do Exército - Bloco A - 3º Andar - Setor Militar Urbano. CEP: 70630-901 - Brasília/DF, ao Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército – CCOMSEx - Excelentíssimo **Senhor General de Divisão Carlos Alberto Neiva Barcellos**, com endereço no Quartel-General do Exército - Bloco B - Térreo - SMU. - CEP: 70630-901 - Brasília/DF, ao Chefe do Estado-Maior do Exército – Excelentíssimo **Senhor General de Exército Joaquim Silva e Luna**, com endereço no Quartel-General do Exército - Bloco A - 2º Andar - SMU.-CEP: 70630-901 - Brasília/DF, ao Comandante Militar do Nordeste – CMNE - Excelentíssimo **Senhor General de Exército Odilson Sampaio Benzi**, com endereço à Rodovia BR 232 - Km 12 – Curado - CEP: 50950000 - Recife/PE, ao Chefe do Estado Maior do CMNE - Excelentíssimo **Senhor General de Brigada Fernando Sérgio Nunes Ferreira**, com endereço à Rodovia BR232 –Km 07 – Curado – CEP: 50950-000 – Jaboatão dos Guararapes/PE, ao Diretor do Hospital Militar de Área de Recife - H Mil A RECIFE - Excelentíssimo **Senhor General de Brigada Valdir da Silva Lucena**, com endereço à Rua do Hospício 563 - Boa Vista - CEP: 50050-050 - Recife/PE, ao Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN -Excelentíssimo **Senhor General de Brigada Júlio César de Arruda**, Com endereço à Rod. Presidente Dutra, KM 306 - CEP: 27534-970 - Resende /RJ, ao Comandante da Escola de Sargentos de Armas – ESA -Excelentíssimo **Senhor General de Brigada Luiz Carlos Pereira Gomes** ,Com endereço à Av. Sete de setembro 628, Três Corações CEP: 37410-000 - Minas Gerais/BH, ao Comandante da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada - Cmdo 10ª Bda Inf Mtz - Excelentíssimo **Senhor General de Brigada Manoel Lopes de Lima Neto**, com endereço à Rodovia BR 232 - Km 06 - Curado - CEP: 50.950-950 – Jaboatão dos Guararapes/PE,ao comandante do 2º Comando Aéreo Regional – II Comar - Excelentíssimo **Senhor Major Brigadeiro do Ar Luís Antônio Pinto Machado**, com endereço à Av. Armindo Moura- 500 – Boa Viagem – CEP: 51130-180 – Recife/PE, ao Comandante da Capitania dos Portos de Pernambuco -Excelentíssimo **Senhor Capitão-de-Mar-e-Guerra Ricardo Pinheiro Padilha**, com endereço à Rua São Jorge - 25 – Bairro do Recife – CEP: 50030-230 –Recife-PE, ao Subchefe do Estado-Maior do CMNE - Excelentíssimo **Senhor Coronel Fernando Luiz Zelasco Gomes**, com endereço à Rodovia BR232 –Km 07 – Curado – CEP: 50950-000 – Jaboatão dos Guararapes/PE, ao Chefe de Divisão Administrativa da 7ª RM/7ª DE - Excelentíssimo **Senhor Coronel Rubem Dário Perez Mazó**, com endereço à Av. Visconde de São Leopoldo, nº 198 -Engenho do Meio – CEP: 50730-120 - Recife/PE, ao Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Recife – CPOR/R - Excelentíssimo **Senhor Coronel Antônio Carlos de Souza**, com endereço à Av. 17 de agosto – 1020 - Casa Forte - CEP: 52060-590 - Recife/PE, ao Comandante do Colégio Militar de Recife –CMR- Excelentíssimo **Senhor Coronel João Wayner da Costa Ribas**, com endereço à Av. Visconde de São Leopoldo, nº 198 -Engenho do Meio - CEP 50730-198 - Recife/PE, ao Comandante da 3ª Divisão de Levantamento – 3ª DL – Excelentíssimo **Senhor Coronel Geovani Palma Mazzaferro** , com endereço à Av. Joaquim Nabuco, 1687 - Guadalupe - CEP: 53240-650 - Olinda/PE, ao Comandante da 4° Batalhão de Comunicações - 4º B ComEx - Excelentíssimo **Senhor Coronel Ricardo Roque da Silva**, com endereço à BR 101 - Sul, KM 73 - Tejipió - CEP: 51240-340 - Recife/PE, ao Comandante do 7º Depósito de Suprimento -7 D Sup - Excelentíssimo **Senhor Coronel Maurício Navarenho** ,com endereço à Rua General Estilac Leal - 439 - Cabanga - CEP: 50.090-450 -Recife/PE , Chefe do Estado-Maior da 7ªRE/ 7ªDE - Excelentíssimo **Senhor Coronel Edivaldo Rodrigues de Souza**, com endereço à Av. Visconde de São Leopoldo, nº 198 -Engenho do Meio - CEP 50730-198 - Recife/PE, Ao Comandante do Parque Regional de Manutenção da 7ª Região Militar - PQ R Mnt / 7ª R M - Excelentíssimo **Senhor Tenente-Coronel Alexandre Martins Castilho** ,com endereço à Av. 17 de agosto – 784 - Casa Forte - CEP: 52060-590 - Recife/PE, ao Comandante do 7º Grupo de Artilharia de Campanha - 7º G A C - Excelentíssimo **Senhor Tenente-Coronel Neyton Araújo Pinto** ,Av. Joaquim Nabuco - 1957 - Ouro Preto - CEP: 53320-640 - Olinda/PE, ao Comandante do 14º Batalhão de Infantaria Motorizado -14º B I Mtz – Excelentíssimo **Senhor Tenente - Coronel André Luiz Aguiar Ribeiro**, com endereço à Av. General Manoel Rabelo, 1950 - Socorro - CEP: 54160-350 - Jaboatão dos Guararapes/PE, ao Comandante do 14º Batalhão Logístico - 14º B Log - Excelentíssimo **Senhor Tenente-Coronel Walter José Rodrigues Alves Valle**, com endereço à Rua São Miguel, 898 – Afogados - CEP: 50850-000 - Recife/PE , ao Comandante do 4º Batalhão de Polícia do Exército - 4º BPE - Excelentíssimo **Senhor Tenente-coronel Ricardo Pereira de Araújo Bezerra**, com endereço à Rodovia BR 232 - Km 06 - Curado, CEP: 50950000 –Recife/PE, ao Comandante do 71º Batalhão de Infantaria Motorizado – 71º B I Mtz - Excelentíssimo **Senhor Tenente-Coronel Wilson Roberto Agostinho do Nascimento**, com endereço à BR 423 - KM 96 – Heliópolis - CEP: 55290-901-Garanhuns/PE ,ao Comandante do 72º Batalhão de Infantaria Motorizado - 72º B I Mtz - Excelentíssimo **Senhor Tenente-Coronel James Corlet dos Santos**, com endereço à A v. Cardoso de Sá S/N -Vila Eduardo - CEP: 56238-902 - Petrolina/PE, ao Comandante do 2ª Companhia de Guardas – 2ª Cia G - Excelentíssimo **Senhor Major Antoine de Souza Cruz**, com endereço à Av. Visconde de São Leopoldo, nº 198 -Engenho do Meio - CEP 50730-198 - Recife/PE, ao Comandante da 14ª Bateria de Artilharia Antiaérea - 14ª Bia A AAE - Excelentíssimo **Senhor Major Alan Paiva Carvalho**, com endereço à Av. Joaquim Nabuco, 1957 - Jatobá - CEP: 53320-640 -Olinda/PE, ao Chefe da Seção de Comunicação Social e Atividades Culturais do CMNE - Excelentíssimo **Senhor Tenente-Coronel Keunny Raniere Carvalho de Macedo**, com endereço à Rodovia BR232 –Km 07 – Curado – CEP: 50950-000 – Jaboatão dos Guararapes/PE, ao Presidente da Associação Pernambucana dos Cabos e Soldados

Policiais e Bombeiros Militares, Cabo – **Senhor Renilson Bezerra dos Santos**, com endereço à Rua Amaro Bezerra, 489 - Derby - Recife/PE - CEP: 52.010150, ao Presidente da Associação dos Oficiais, Subtenentes e Sargentos da PM/BM de Pernambuco - Excelentíssimo **Senhor Capitão Vlademir Assis**, com endereço à Rua Feliciano Gomes, 304 - Derby - Recife/PE - CEP: 52010-240, e ao Presidente do Clube dos Oficiais da PM/CBM - Excelentíssimo **Senhor Coronel Romero José de Melo Ribeiro**, com endereço à Rua Av. João de Barros, 357 - Boa Vista - Recife/PE - CEP: 50050-180, ao **Senhor Luiz Carlos Pereira Lopes de Melo** - 3º Sargento Lopes (Reserva), com endereço à Avenida José Augusto Moreira, 40 - Casa Caiada - CEP: 53130-440 – Olinda/ PE, de Deus no Brasil – CGADB, **Pastor José Wellington Bezerra da Costa**, com endereço à Avenida Vicente de Carvalho, 1083 – Vila da Penha - CEP: 21210-000 - Rio de Janeiro/RJ; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da União de Ministros da Assembleia de Deus no Nordeste – UMADENE, **Pastor José Antônio dos Santos** (Pr.Neco), com endereço à Av. Moreira e Silva, 406 - Farol - CEP: 57021-500 – Maceió/AL; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Convenção de Ministros Evangélicos da Igreja Assembleia de Deus em Abreu e Lima no Estado de Pernambuco – COMADALPE , **Pastor Roberto José dos Santos**, com endereço à Avenida Brasil, 113 – Centro – CEP: 53525-790, Abreu e Lima/PE; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Convenção das Assembleias de Deus em Pernambuco –CONADEPE, **Pastor Ailton José Alves**, com endereço à Avenida Cruz Cabugá, 29 – Santo Amaro, CEP 50040-000 – Recife/PE; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Convenção de Ministros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Campina Grande e no Estado da Paraíba – COMEAD – CGPB, **Pastor Daniel Nunes da Silva**, com endereço à Rua Antenor Navarro, 693 – Prata – CEP: 58101-320 - Campina Grande Paraíba/PB; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da convenção de Ministros das Assembleias de Deus no Estado de Paraíba – COMADEP, **Pastor José Carlos de Lima**, com endereço à Av. Coelho Lisboa, 553 – Jaguaribe - CEP: 58015-430 - João Pessoa/PB; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Convenção das Assembleias de Deus do Rio Grande do Norte – CEMADERN, **Pastor Martim Alves da Silva**, com endereço à Rua Manoel Miranda, 251 - Alecrim - CEP: 59037-250 – Natal/RN; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Convenção dos Ministros Evangélicos das Assembleias de Deus no Ceará – CONADEC, **Pastor João Bezerra da Silva**, com endereço à Rua Teresa Cristina, 673 – Centro - CEP: 60015-140 – Fortaleza/CE; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Convenção Fraternal de Obreiros do Ministério da Assembleia de Deus de Fortaleza/CE – CIMADEC, **Pastor Maurino Pinheiro do Nascimento**, com endereço à Rua Zezé Diogo, 377 – Serviluz – CEP: 60180-000 – FORTALEZA/CE; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Convenção Fraternal de Ministros das Assembleias de Deus do Estado do Ceará – CONFRADECE, **Pastor Osires Teixeira Pessoa**, com endereço à Rua XV de Novembro, 957 – Montese – CEP: 60421-040 – FORTALEZA/CE; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Convenção Estadual das Assembleias de Deus no Estado de Sergipe – CONEADESE, **Pastor Virgínio José de Carvalho Neto**, com endereço à Rua Bahia, 836 - S. Campos - CEP: 49075-000 – Aracajú/CE; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus do Piauí- CIEADEP, **Pastor Nestor Henrique de Mesquita**, com endereço à Rua Jacob Martins, 791 - Parque São João, CEP: 64016-020 – Terezina/PI; ao Reverendíssimo Senhor 1º Vice-Presidente da Convenção das Assembleias de Deus no Estado de Alagoas – COMADAL, **Pastor José Orisvaldo Nunes de Lima**, com endereço à Av. Moreira e Silva, 406 – Farol – CEP: 57021-500 – Maceió/AL; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Convenção dos Ministros das Igrejas Assembleias de Deus do Seta no Sul do Maranhão – COMADESMA, **Pastor José Alves Cavalcante**, com endereço à Rua Gonçalves Dias, 55 - Centro CEP: 65900-210 – Imperatriz/MA; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Convenção Estadual da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Maranhão – CEADEMA, **Pastor Pedro Aldi Damasceno**, com endereço à Rua do Passeio, 953 - Sala 101- Edf. Village – Centro – CEP: 65015-370 - São Luiz/MA; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Convenção Estadual das Assembleias de Deus na Bahia – CEADEB**, Pastor Waldomiro Pereira da Silva**, com endereço à Rua Arquimedes Gonçalves, 320 – Nazaré - CEP: 40050-300 – Salvador/BA; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Convenção Fraternal de Ministros da Assembleia de Deus no Estado da Bahia – CONFRAMADEB, **Pastor Israel Alves Ferreira**, com endereço à Av. Luiz Viana Filho, 166 – Imbuí - CEP: 41820-725 – Salvador/BA; ao Reverendíssimo Senhor Presidente do Conselho Administrativo da CPAD, **Pastor José Wellington da Costa Júnior,** com endereço à Av. Brasil, 34.401 - Bangu – CEP: 21852-002 - Rio de Janeiro/RJ; ao Senhor Diretor Executivo da CPAD, **Ronaldo Rodrigues de Souza**, com endereço à Av. Brasil, 34.401 - Bangu – CEP: 21852-002 - Rio de Janeiro/RJ; ao Reverendíssimo Senhor Presidente do Campo de Itapissuma, **Pastor Elis Clementino**, com endereço à Rua São Miguel, 80 – Centro – Itapissuma/PE - CEP: 53700-000, ao Reverendíssimo Senhor Presidente do Campo de Jaboatão do Guararapes, **Pastor Francisco Tércio**, com endereço à Rua Barão do Amaraji - 06 - Prazeres - CEP: 54400-180 - Jaboatão dos Guararapes/PE; ao Reverendíssimo Senhor Presidente dos Campos de Camaragibe e São Lourenço da Mata/PE, **Pastor Francisco Silva**, com endereço à Av. Belmino Correa, 2910 - Timbi - CEP: 54759-140 – Camaragibe/PE; ao Reverendíssimo Senhor Presidente do Campo de Goiana, **Pastor Abimael Flôr da Silva**, com endereço à Rua Soledade, 316 – Centro – CEP: 55900-000 – Goiana/PE; ao Reverendíssimo Senhor Presidente do Campo de Itaitinga/CE, **Pastor Aluízio Nunes Machado**, com endereço à Av. Coronel Virgílio Távora, 1720 - Centro - CEP: 61880-970 - Itaitinga/CE; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Vitória em Cristo, **Pastor Silas Malafaia**, com endereço à Rua Montevidéu, 1191- Penha - CEP: 21020-290 - Rio de Janeiro/RJ; a Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Vitória em Cristo em Recife/PE, **Pastor André Luiz Ribeiro de Souza**, com endereço à Av. Conselheiro Aguiar, 3600 - Boa Viagem - CEP: 51020-021– Recife/PE; ao Reverendíssimo Presidente da Igreja Assembleia de Deus Ministério Catedral do Avivamento, **Pastor Marco Feliciano**, com endereço à Rua Quatro, 227 - A - Jardim Boa Vista, CEP: 14620-000 - Orlândia/SP; ao Reverendíssimo Senhor Presidente dos Gideões Missionários da Última Hora, **Pastor Cesino Bernardino**, com endereço à Rua Joaquin Nunes, 244 – Centro - CEP: 88340-000 Camboriú/ SC; ao Reverendíssimo Senhor Vice-Presidente dos Gideões Missionários da Última Hora, **Pastor Reuel Bernardino**, com endereço à Rua Joaquin Nunes, 244 – Centro - CEP: 88340-000 Camboriú/ SC; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Igreja Mundial do Poder De Deus, **Apóstolo Valdemiro Santiago** , com endereço à Rua Carneiro Leão, 439 – CEP: 03040-000 - Brás - São Paulo/SP; ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Igreja Batista Missionária em Camaragibe, **Pastor José Belarmino da Silva Filho**, com endereço à Rua dos Narcisos, 77 – Centro - CEP 54759-090 Camaragibe/PE, ao Reverendíssimo Senhor Pastor Hidekazu Takayama, com endereço à Av. Maringá, 1144 – Centro - CEP: 83324-000 - Pinhais/PR; ao Reverendíssimo Senhor Pastor Severino Mendes, com endereço à Rua Santa Verônica, 331 – Timbi – CEP: 54766-040 – Camaragibe/PE; ao Reverendíssimo Senhor **Evangelista Francisco de Assis C. de Lira**, com endereço à Rua Arlinda Lopes dos Santos,97 – Tabatinga – CEP: 54756-080 – Camaragibe-PE;, ao Reverendíssimo **Pastor Francisco Claudemir Moreira**, com endereço à Av. Brasil, 122 – Centro – CEP: 53525-790, Abreu e Lima/PE; ao Reverendíssimo Senhor Pastor Manoel José da Silva, com endereço à Rua João Paulo II, 48 – Loteamento João Paulo II - CEP: 54777-160 - Camaragibe/PE; ao Reverendíssimo Senhor **Pastor Stiven Wilson Ribeiro da Silva**, com endereço à Rua Bom Conselho, 405 – Arthur Lundgren I – CEP: 53417-190 – Paulista/PE; ao Reverendíssimo Senhor **Pastor José Pontes**, com endereço à Rua Água Preta, 156 - Paratibe - CEP: 53415-050 – Paulista/PE; ao Reverendíssimo Senhor **Evangelista Fábio Alves Galdino**, com endereço à Rua Paulo Araújo de Lima, 56 - Santa Teresa Azul – CEP: 54774-455 – Camaragibe/PE; ao Reverendíssimo Senhor **Evangelista Lucas José da Silva**, com endereço à Rua Antônio Soares de Lima, 77 - Céu Azul – CEP: 54774-775 – Camaragibe/PE, ao Reverendíssimo Senhor **Evangelista Luiz Carlos Santos da Silva**, com endereço à Rua Francisco de Paula Corrêa de Araújo, 519 - Timbi – CEP: 54765-110 – Camaragibe/PE; ao Reverendíssimo Senhor **Evangelista Isaque Bento Campelo**, com endereço à Rua Primavera, 70 - CEP: 54700-000 – São Lourenço da Mata/PE; ao Reverendíssimo Senhor **Diácono José Carlos Gomes da Silva**, com endereço à Rua Manoel de Moura, 226 – Centro – CEP: 54735-490 - São Lourenço da Mata/PE; ao Reverendíssimo Senhor **Presbítero Silvio José Rodrigues de Castro**, com endereço à Rua Salgueiro, 195 – Bl- 02 – Qd – 78 – Aptº 403 – Arthur Lundgren II,CEP: 53416-593 –Paulista/PE; a Reverendíssima **Diaconisa Clarice Machado dos Santos**, com endereço à Avenida Octávio Mangabeira, 11.881, Condomínio Casa Blanca Village - Modulo II, Casa 10 - Piatã –CEP: 41.650-000 – Salvador/BA; a FATEADAL – Faculdade Teológica da Assembleia de Deus em Abreu e Lima/PE, na pessoa da Vice-Diretora **Professora Luzângela Galiza de Alencar Lima**, com endereço à Avenida Brasil, 113 - Centro - Abreu e Lima/PE, CEP 53525-790; a FATEADAL – Faculdade Teológica da Assembleia de Deus em Abreu e Lima/PE, na pessoa do Coordenador Pedagógico **Professor Abrãao Coutinho** ,ao Reverendíssimo Senhor Presidente da Ordem Federal dos Teólogos do Brasil-OTIB, **Doutor Jorge Leibe de Souza**, com endereço à Rua do Acre, 55 - Sala 801 - Centro - CEP: 20081-000 - Rio de Janeiro/ RJ; ao Reverendíssimo Senhor Presidente do Conselho Federativo de Teólogos, **Doutor Walter Filho**, com endereço à Rua do Riachuelo, 154 - Sobre Loja, Centro, - CEP 20230-011- Rio de Janeiro/RJ; a Senhora **Professora Gislaine César de Araújo Machado**, com endereço à Rua Newton Torres Lauria Ramos, 34 – Fragoso/Cidade Tabajara – CEP: 53402-560 Paulista/PE; ao **Senhor José Bernardo da Silva**, com endereço à Rua João Marcos, 402 –Jardim São Pedro – CEP: 08420-700 – São Paulo/SP; ao **Senhor Rubemar Graciano de Oliveira**, com endereço à Rua dos Querubins, 08 – Centro – CEP: 54759-350 – Camaragibe/PE; ao **Senhor Jeová Pedro da Souza**, com endereço à Rua João Trajano,217 – Bongi – CEP: 50760-020 – Recife/PE.

Justificativa

Esta data foi estabelecida pelo Projeto de Lei nº 10.639, no dia 9 de janeiro de 2003. Foi escolhida a data de 20 de novembro, pois foi neste dia, no ano de 1695, morreu Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares. A homenagem a Zumbi foi mais do que justa, pois este personagem histórico representou a luta do negro contra a escravidão, no período do Brasil Colonial. Ele morreu em combate, defendendo seu povo e sua comunidade. Os quilombos representavam uma resistência ao sistema escravista e também uma forma coletiva de manutenção da cultura africana aqui no Brasil. Zumbi lutou até a morte por esta cultura e pela liberdade do seu povo.

A criação desta data foi importante, servindo como um momento de conscientização e reflexão sobre a importância da cultura e do povo africano na formação da cultura nacional. Os negros africanos colaboraram muito, durante nossa história, nos aspectos políticos, sociais, gastronômicos e religiosos de nosso país. É um dia que devemos comemorar nas escolas, nos espaços culturais e em outros locais, valorizando a cultura afro-brasileira. A abolição da escravatura, de forma oficial, só veio em 1888. Porém, os negros sempre resistiram e lutaram contra a opressão e as injustiças advindas da escravidão. Vale dizer também que sempre ocorreu uma valorização dos personagens históricos de cor branca. Como se a história do Brasil tivesse sido construída somente pelos europeus e seus descendentes. Imperadores, navegadores, bandeirantes, líderes militares entre outros foram sempre considerados hérois nacionais. Agora temos a valorização de um líder negro em nossa história e, esperamos, que em breve outros personagens históricos de origem africana sejam valorizados por nosso povo e por nossa história. Passos importantes estão sendo tomados neste sentido, pois nas escolas brasileiras já é obrigatória a inclusão de disciplinas e conteúdos que visam estudar a história da África e a cultura afro-brasileira.

Como parlamentar, não poderia deixar passar em branco, tão importante efeméride, pelo que vimos solicitar, através desse requerimento, um Voto de Congratulações **pela passagem do Dia da Consciência Negra**.

Ante o exposto, é que estamos nos dirigindo aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, pleiteando a acolhida desta proposição, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Ricardo Costa
Deputado

Requerimento N° 1703/2012

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa Legislativa, um Voto de Aplauso para a empresa Dislub Equador, eleita neste ano de 2012, uma das Melhores Empresas para se trabalhar no Brasil.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Eduardo Henrique Accioly Campos, com endereço no Centro de Convenções, Avenida Professor Andrade Bezerra, nº 200, Salgadinho, Olinda-PE, CEP: 53.110-970; ao Exmo. Sr. Secretário de Desenvolvimento Econômico, Dr. Frederico da Costa Amâncio, com endereço na Praça do Arsenal da Marinha, s/n, Bairro do Recife, Recife/PE, CEP: 50.030-360; ao Exmo. Secretário de Ciência e Tecnologia, Dr. Marcelino Granja, com endereço na Rua Vital de Oliveira, nº 32, Bairro do Recife - Recife/PE, CEP: 50030-370; ao Ilmo. Sr. Presidente do CNPq, Dr. Glaucius Oliva, com endereço no SHIS, QI 1, Conjunto B - Blocos A, B, C e D, Lago Sul – Brasília – DF, CEP: 71.605-001 e ao Exmo. Sr. Presidente do Grupo Empresarial Dislub Equador, Dr. Sérgio Luiz da Fonseca Lins, com endereço na Rua Frei Matias Teves, nº 285, 5º andar, Bairro da Ilha do Leite, Recife-PE, CEP: 50.070450.

Justificativa

Embora pouco conhecida nacionalmente, o Grupo Dislub Equador tem presença marcante nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

O grupo pernambucano Dislub Equador que reúne um total de cinco empresas voltadas para a área de energia e com atuação no Norte e Nordeste, investe na expansão de suas bases de armazenagem de combustível. Hoje, no Nordeste, a empresa armazena em SUAPE-PE e Cabedelo-PB, tem concluído os projetos de Guamaré-RN e São Francisco do Conde-BA. Os novos parques entraram em operações neste segundo semestre de 2012. Assim a empresa espera passar dos 30 milhões de litros/mês.

Essa expansão se reflete, também no aumento de mais de 40 postos da Rede Dislub no prazo de um ano.

Atualmente, a distribuidora comercializa combustíveis em 170 postos espalhados por 100 cidades da região, sendo 60% deles só no Estado de Pernambuco. Citamos apenas alguns feitos do Grupo Dislub Equador na presente justificativa, cuja proposição tem por objetivo homenagear mais uma vez essa grande empresa genuinamente pernambucana e que esperamos ser aprovada por todos os Ilustres Deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 20 de novembro de 2012.

Antônio Moraes
Deputado

Requerimento N° 1704/2012

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja registrado **VOTO DE APLAUSO AO SR. PEDRO HENRIQUE BRAGA REYNALDO ALVES, EM RAZÃO DA SUA ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL DE PERNAMBUCO - OAB-PE.**

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao agraciado, Ilmo. PEDRO HENRIQUE BRAGA REYNALDO ALVES, LIMONGI SIAL & REYNALDO ALVES advocacia e consultoria juridica, Rua Cardeal Arcoverde, 127 - Graças - Recife/PE.

Justificativa

No ultimo dia 19 de novembro foi eleito o novo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, secção de Pernambuco, entidade máxima de representação dos advogados do Brasil no Estado, o Sr. Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves.

Pedro Henrique sempre carregou grande prestígio entre os advogados pernambucanos, reconhecido como profissional atuante e dedicado, sempre militando a favor das garantias e responsabilidades advocatícias.

Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves é natural de Jaboatão dos Guararapes, é casado e tem 3 filhos. É advogado atuante desde 1993. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1992, Pedro Henrique sempre se destacou pela experiência na advocacia pública e privada, além do excelente trabalho realizado junto ao Conselho Federal da OAB.

Ainda na vida universitária, sempre buscou diversas áreas de atuação e experiências agregadoras, visando o enriquecimento do conhecimento e da prática jurídica, fatores que lhe aprimoraram a habilidade de diálogo com as mais diversas categorias profissionais, além da posterior prática de atos no serviço público, na atividade privada e no desenvolvimento de textos normativos e jurídicos que ainda integraram pautas no legislativo e no judiciário. Pedro Henrique ainda cursou o Mestrado em Direito na UFPE, na área de Direito Público. É pós-graduado em Direito Tributário pela UFPE e em Direito Corporativo na IBMEC.

Devido à diversidade de áreas de atuação, adquiriu experiência em várias esferas do Direito, porém sua carreira ganhou maior destaque com a atuação em seu próprio escritório de advocacia, a Limongi Sial & Reynaldo Alves, do qual é sócio há quase 20 anos, e na Procuradoria Geral do Estado, onde exerceu a posição de Procurador ao longo de dois anos e meio, ingressando na carreira por meio de concurso público em 1995.

Passou à Chefia da Procuradoria de Apoio Jurídico e Legislativo ao Governador do Estado no governo de Jarbas Vasconcelos, onde exerceu notável trabalho.

Além de tudo, ocupou a posição de Conselheiro federal da OAB no triênio 2007/2009 e, atualmente, ocupa a mesma posição para o triênio 2010/2012.

Seu histórico reflete suas habilidades e o profundo conhecimento da realidade do profissional da classe dos advogados, bem como a preocupação em continuar o trabalho iniciado pelas gestões anteriores. A vivência na advocacia pública, militância na advocacia privada e a sua experiência na OAB como Conselheiro Federal, lhes renderam habilidades e conhecimentos valiosos para lhe tornar apto ao comando da OAB-PE, cargo que, sem dúvidas, exercerá com maestria e com grande apoio dos advogados do Estado.

A lista de méritos de Pedro Henrique é vasta, não nos cabendo enumerar cada comenda, condecoração, medalha e reconhecimento de mérito recebidos ao longo de sua carreira. Porém, o fato é que sua presença é de destaque no cenário pernambucano e brasileiro, qualidade que culminou em sua eleição. Portanto, devido ao seu enriquecedor histórico de atuação e, agora, à eleição ao cargo de Presidente da OAB-PE, parabenizamos o Sr. Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves, desejando que sua gestão seja plena e dedicada, tal como vem sendo suas atuações anteriores.

Sala das Reuniões, em 19 de novembro de 2012.

Rodrigo Novaes
Deputado

Ata da Mesa Diretora

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, REALIZADA NA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, NO DIA 23 DE MAIO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHÔA

AOS 23 (VINTE E TRÊS) DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2012 (DOIS MIL E DOZE), ÀS 10 (DEZ) HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DESTE PODER, REÚNE-SE A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, PRESENTES OS DEPUTADOS ERIBERTO MEDEIROS, EDSON VIEIRA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO E MARCANTÔNIO DOURADO, TENDO FALTADO JUSTIFICADAMENTE O DEPUTADO SÉRGIO LEITE, E PRESENTES OS SENHORES MARCELO CABRAL E SILVA, SUPERINTENDENTE GERAL; HÉLIO LÚCIO DANTAS DA SILVA, PROCURADOR GERAL ADJUNTO DA PROCURADORIA GERAL, FRANCKLIN BEZERRA SANTOS, ASSISTENTE DA ASSISTÊNCIA DE CERIMONIAL, E ANA OLÍMPIA CELSO DE MIRANDA SEVERO, ASSISTENTE-CHEFA DA ASSISTÊNCIA LEGISLATIVA. HAVENDO NÚMERO REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE DECLARA ABERTA A REUNIÃO E DETERMINA A LEITURA DA ATA DA REUNIÃO DA MESA DIRETORA REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE A SUBMETE À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADA SEM CONTESTAÇÃO, É ENVIADA À PUBLICAÇÃO. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR FRANCKLIN BEZERRA SANTOS, QUE DÁ INÍCIO A SOLENIDADE DE ENTREGA DO TÍTULO HONORIFICO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO AO SENHOR ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO, CORONEL DA RESERVA REMUNERADA DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 870/2008, ORIGINADA DO REQUERIMENTO Nº 452/2008, DE AUTORIA DO DEPUTADO EVERALDO CABRAL, NESTE ATO REPRESENTADO PELO DEPUTADO DIOGO MORAES. O SENHOR PRESIDENTE ENALTECE A SOLENIDADE E O AGRACIADO PELO PAPEL QUE DESEMPENHOU NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO. O DEPUTADO DIOGO MORAES ELENCA AS QUALIDADES DO HOMENAGEADO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA NO ESTADO. O SENHOR PRESIDENTE ENTREGA AO SENHOR ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO O TÍTULO HONORIFICO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO. A CONVITE DO SENHOR PRESIDENTE, O DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO ENTREGA AO SENHOR ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO UMA ESCULTURA DE CABOCLO-DE-LANÇA CONFECCIONADA PELO SENHOR ARTESÃO SUSSULA DE TRACUNHAÉM. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO, QUE AGRADECE PELA HOMENAGEM RECEBIDA E DISCORRE SOBRE SUA CARREIRA NA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO. O SENHOR PRESIDENTE SUSPENDE A REUNIÃO POR CINCO MINUTOS PARA QUE O HOMENAGEADO RECEBA OS CUMPRIMENTOS E PARA QUE OS PRESENTES DESTE SE DESPEÇAM. REABERTA A REUNIÃO, O DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO RELATA FAVORAVELMENTE AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 524/2011, QUE CRIA A MEDALHA COMEMORATIVA EM CELEBRAÇÃO DO CENTENÁRIO DO PERNAMBUCANO DO SÉCULO – LUIZ GONZAGA, SENDO O PARECER APROVADO PELOS MEMBROS DO COLEGIADO, O QUAL É ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO. O DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS RELATA FAVORAVELMENTE AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 716/2012, QUE CONCEDE A MEDALHA JOAQUIM NABUCO CLASSE OURO À EMPRESA GL EMPREENDIMENTOS, SENDO O PARECER APROVADO PELOS MEMBROS DO COLEGIADO, O QUAL É ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO. O DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO RELATA FAVORAVELMENTE AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 725/2012, QUE CONCEDE A MEDALHA JOAQUIM NABUCO CLASSE OURO AO SENHOR JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO, MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, SENDO O PARECER APROVADO PELOS MEMBROS DO COLEGIADO, O QUAL É ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO. O DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO RELATA FAVORAVELMENTE AO SUBSTITUTIVO Nº 1/2012 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 797/2012, QUE CRIA A PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER NO ÂMBITO DESTE PODER, AQUELE DE AUTORIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E ESTE DE AUTORIA DA DEPUTADA MARY GOUVEIA, SENDO O PARECER APROVADO PELOS MEMBROS DO COLEGIADO, O QUAL É ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO. A MESA DIRETORA APRESENTA A PROPOSTA Nº 11/2012, PELA QUAL SUBMETE AO PLENÁRIO O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 937/2012, O QUAL MODIFICA A RESOLUÇÃO Nº 1089/2011, SENDO A PROPOSTA ENCAMINHADA À PUBLICAÇÃO. A MESA DIRETORA DELIBERA QUE AS DIÁRIAS PAGAS AOS SOLDADOS E CABOS DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO PASSARÃO A TER O MESMO VALOR DAS DIÁRIAS PAGAS AOS SUBTENENTES E SARGENTOS EM IGUAL CONDIÇÃO. O SENHOR PRESIDENTE INFORMA SOBRE A PROXIMIDADE DO TERMO FINAL DO CONTRATO Nº 063/2011, FIRMADO ENTRE ESTE PODER E O INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS, A SE DAR NO DIA 27/11/2012, DELIBERANDO A MESA DIRETORA PELA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL, NOS TERMOS DA CLÁUSULA SÉTIMA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO EM 28/11/2012 E COM TÉRMINO EM 27/11/2013, BEM COMO PELO REAJUSTE, NOS TERMOS DA CLÁUSULA OITAVA DA MESMA AVENÇA CONTRATUAL, DE MODO A PROPICIAR A CONTINUIDADE DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM PROMOVIDO POR ESTE PODER. O SENHOR PRESIDENTE INFORMA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DESTE PODER DO VIII CONCURSO PÚBLICO DO REGISTRO DO PATRIMÔNIO VIVO DO ESTADO DE PERNAMBUCO – RPV – PE, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 12.196, DE 02 DE MAIO DE 2002, E REGULAMENTADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 27.503, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2004, A SER REALIZADO PELA SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO – FUNDARPE, CABENDO A ESTA CASA INDICAR UM NOME PARA ESTE CONCURSO, ENTRE NOMES INDICADOS POR TODOS OS PARLAMENTARES, DELIBERANDO A MESA DIRETORA PELA COMISSÃO QUE SELECIONARÁ, AO FINAL, O CANDIDATO A SER INDICADO POR ESTE PODER LEGISLATIVO PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO DO CONCURSO, COMPOSTA POR JURANDIR BEZERRA LINS, ASSISTENTE EDUCACIONAL DA ESCOLA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DE PERNAMBUCO PROFESSOR JOSÉ JOAQUIM DE ALMEIDA; MARIA DE FÁTIMA MELO QUEIROZ, CHEFA DO DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO; E ROSÂNGELA DE ALMEIDA FARIAS, GERENTE DA GERÊNCIA DE EXPEDIÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA DO PLENÁRIO; SOB A PRESIDÊNCIA DO PRIMEIRO, ENCARREGADA DE ENVIAR AOS DEPUTADOS CÓPIA DO EDITAL E DO REGULAMENTO DO CONCURSO, A SEREM FUTURAMENTE DIVULGADOS. O SENHOR PRESIDENTE INFORMA QUE NO PERÍODO DE 17 DE ABRIL A 22 DE MAIO DO CORRENTE FORAM ASSINADOS OS ATOS ADMINISTRATIVOS N^{OS} 1004/2012 A 1158/2012, PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO. O SENHOR PRESIDENTE DECLARA ENCERRADA A REUNIÃO, DETERMINANDO À ASSISTENTE-CHEFA DA ASSISTÊNCIA LEGISLATIVA QUE LAVRE ESTA ATA, PARA FINS LEGAIS E DE PUBLICAÇÃO, AO FINAL DATADA E ASSINADA PELOS MEMBROS DA MESA DIRETORA. GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

DEPUTADO GUILHERME UCHÔA
PRESIDENTE

DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ
TERCEIRO-SECRETÁRIO

DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS
QUARTO-SECRETÁRIO